

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO

**A Guerra do Golfo entre artefatos e artifícios: as visões da mídia
impressa brasileira (1991)**

São Paulo

2023

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO

A Guerra do Golfo entre artefatos e artifícios: as visões da mídia impressa brasileira (1991)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz

São Paulo

2023

SANDRO HELENO MORAIS ZARPELÃO

A Guerra do Golfo entre artefatos e artifícios: as visões da mídia impressa brasileira (1991)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Francisco Assis de Queiroz

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

3º Examinador: _____

São Paulo, ____ de _____ de 202 ____.

À minha querida vovó Lazara (*in memoriam*),
aos meus estimados pais Rubens e Elizabeth e família,

Agradecimentos

A Deus que me inspirou, protegeu e sempre olhou por mim em todos os momentos de minha vida, principalmente pelo fato de ter enfrentando durante os estudos do doutorado problemas sérios de saúde (depressão), divórcio e a pandemia de Covid-19. Finalizar a tese é indubitavelmente uma grande vitória pessoal.

Ao meu pai, Rubens, minha mãe, Elizabeth, meus irmãos Melissa e Camilo pela trajetória histórica, apoio aos estudos, incentivo na formação e amor que me permitiram chegar a esse ponto de minha vida. Não posso deixar de citar minha amada Vovó Lazara (*in memoriam*) que me deu grande apoio material, financeiro, afetivo e, principalmente, sentimental nesse desafio. Todos os meus avós (*in memoriam*), bisavós (*in memoriam*), tios, tios-avôs, primos, cunhados e aqueles familiares que também já fizeram a grande viagem saibam que são responsáveis e compartilham de minhas conquistas.

Ao professor Dr. Francisco Assis de Queiroz não somente por ter sido meu professor na graduação e no doutorado, além de orientador neste último, sempre com paciência, profissionalismo, lealdade e grande interesse, mas também por sua presença inexorável na minha vida, desde minha graduação, que foi muito importante para que eu desenvolvesse meu grande amor, hoje, pelo estudo da História da Ciência e da Tecnologia em diálogo e perspectiva com outras áreas do conhecimento que também amo muito, como História Política, História das Relações Internacionais, Política Externa dos Estados Unidos e História Militar. Ressalto sua grande contribuição como exemplo de pesquisador, professor, historiador, verdadeiro mestre, e, principalmente, ser humano sereno e sábio que só reforçaram o meu amor pela profissão de professor e pesquisador. Francisco, você é um grande exemplo e um “norte” a ser seguido. Muito obrigado pela confiança e respeito!

Ao apoio, confiança e incentivo material e financeiro dado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, (IFSP), onde sou professor concursado de História, na figura do reitor Professor Doutor Silmario Batista dos Santos, e também no campus onde trabalho, em São Roque, na figura do Diretor Geral e professor Doutor Frank Viana Carvalho e da Diretora Adjunta de Ensino Professora Doutora Anna Carolina Salgado Jardim e dos demais coordenadores e colegas de trabalho que passaram ou se encontram no campus. Sem o IFSP-campus São Roque não teria chegado até aqui.

Aos professores Francisco César Alves Ferraz e Sidnei José Munhoz não somente meus mestres e orientadores, o primeiro na graduação de História e Especialização em História Social e o segundo no Mestrado em História Social, sempre com lealdade, respeito, amizade e consideração, mas também por suas presenças constantes na minha vida profissional, acadêmica e pessoal que foram muito importantes para que eu desenvolvesse o meu grande amor pela História Política, História Militar, História das Relações Internacionais e Política Externa dos Estados Unidos. Sem dúvida são grandes exemplos de inspiração, de amor e dedicação, além de grandes seres humanos que são.

No Grupo Polos Tecnológicos, vinculados ao Centro Interunidade de História da Ciência da USP (CHC/USP), no GTOMMM (Grupo de Trabalho Oriente Médio e Mundo Muçulmano), nos estágios PAE e nas aulas do Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, no Laboratório de Estudos da Ásia da USP (LEA-USP), no Laboratório de Estudos do Tempo Presente (LabTempo) da UEM (Universidade Estadual de Maringá), no Programa de Pós-Graduação em História Social da UEL (Universidade Estadual de Londrina), na ABED (Associação Brasileira de Estudos de Defesa), na BRASA (*Brazilian Student Association*), na ABRI (Associação Brasileira de Relações Internacionais), na SBHC (Sociedade Brasileira de História da Ciência), na ANPHLAC (Associação Nacional dos Pesquisadores em História das Américas) e na ANPUH (Associação Nacional de História) encontrei apoio de grandes amigos, mestres e colegas que foram indispensáveis e decisivos para a correção de rumos, não só na pesquisa, temática e no trabalho, mas na vida acadêmica, profissional e pessoal. Entre eles destaco os professores (as)s e pesquisadores: Angello Segrilo, Sean Purdy, Peter Demant, José Miguel Arias Neto, Jozimar Paes de Almeida, Leandro José Clemente Gonçalves, Shozo Motoyama (*in memoriam*), Marilda Nagamini, Victor Begeres, Paulo Escada, Rita Cristina Carvalho de Medeiros Couto, Francisco Romulo Monte Ferreira, Rogel Tavares, Fernando Martini, Lauro Fabiano, Júlio Barnez Pignata Cattai, José Antônio Lima, entre muitos outros. Aos professores da Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, da Universidade Estadual de Londrina e da Universidade Estadual de Maringá por quem tenho muito carinho, gratidão e estima e que muito contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Aos meus estimados amigos Frank Viana Carvalho, Melina Matos, Alequexandre Andrade Galvez, Vera Lu e Daniela Zanutto que sempre estiveram comigo nos momentos mais

difíceis, apoiando-me com gestos e palavras, principalmente quando adoeci não tenho palavras para agradecê-los. Sem vocês eu não teria trilhado e chegado até aqui.

Aos demais amigos e colegas de profissão meu agradecimento que, com contagiante confiança, sempre me animaram a seguir adiante nos momentos mais difíceis e desanimadores. Vocês foram ótimos!

Fica por fim, mas não menos importante o meu agradecimento aos meus colegas de doutorado com quem aprendi muito.

“A guerra é completamente permeada pela tecnologia e governada por ela.”

CREVELD, 1991, p. 1.

“Os céus sobre Bagdá foram iluminados. Estamos a ver flashes brilhantes por todo o céu.”

Bernard Shaw, CNN, em 17 de janeiro de 1991

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **A Guerra do Golfo entre artefatos e artificios: as visões da mídia impressa brasileira (1991)**. 2023. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

RESUMO

O presente trabalho é um estudo dos editoriais dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* entre os meses de janeiro e março de 1991, com o objetivo de compreender como os dois jornais apresentaram suas visões sobre a ideia de tecnologia na cobertura da Guerra do Golfo. A investigação dos editoriais de dois dos mais importantes órgãos da imprensa escrita brasileira, da época, permitiu verificar se a tecnologia foi representada como uma das protagonistas da guerra na visão daqueles periódicos, já que o conflito é conhecido como guerra tecnológica. Trata-se de uma pesquisa que dialoga com História Militar, História da Ciência e da Tecnologia, História Política e Imprensa. A primeira parte busca compreender, por meio de estudo bibliográfico, como a alta tecnologia militar se transformou e se tornou a grande aposta dos Estados Unidos no pós-Vietnã para garantir a supremacia tecnológica do país para vencer guerras. Depois se buscou demonstrar como tais mudanças levaram a elaboração de nova doutrina de defesa dos Estados Unidos, a Doutrina Powell, que teve como ensaio para sua aplicação o conflito no Golfo. Posteriormente foi trabalhada a imprensa como fonte escrita, o *american way of journalism* (modelo estadunidense de jornalismo) e a breve história dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”. Por fim, verificou-se que como a tecnologia foi representada como uma das protagonistas nos editoriais, por meio da análise de três temas presentes nos editoriais ligados à tecnologia: as armas e a guerra tecnológica, a Operação Mordça do Deserto e o bem (Bush) x mal (Saddam).

Palavras-chave: Guerra do Golfo. Tecnologia militar. Imprensa. *O Estado de São Paulo*. *Folha de São Paulo*.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **The Gulf War between artifacts and artifices: the views of the Brazilian print media (1991)**. 2023. Thesis (Doctorate in History) – School of Philosophy, Literature and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2016.

ABSTRACT

This work is a study about the editorials of the *O Estado de São Paulo* and *Folha de São Paulo* newspapers between the months of January and March 1991, with the objective of understanding how the two newspapers presented their visions about the idea of technology in the coverage of the Gulf War. The investigation of the editorials of two of the most important organs of the Brazilian written press, at the time, allowed to verify if technology was represented as one of the protagonists of the war in the view of those periodicals, since the conflict is known as technological war. It is a research that dialogues with Military History, History of Science and Technology, Political History and the Press. The first part seeks to understand, through a bibliographical study, how high military technology was transformed and became the great bet of the United States in the post-Vietnam period to guarantee the country's technological supremacy to win wars. Afterwards, we sought to demonstrate how such changes led to the elaboration of a new defense doctrine for the United States, the Powell Doctrine, which had the conflict in the Gulf as a test for its application. Subsequently, the press was worked on as a written source, the American way of journalism (American model of journalism) and the brief history of the newspapers “O Estado de São Paulo” and “Folha de São Paulo”. Finally, it was verified that as technology was represented as one of the protagonists in the editorials, through the analysis of three themes present in the editorials related to technology: weapons and technological warfare, Operation Gag of the Desert and good (Bush) x evil (Saddam).

Keywords: Gulf War. Military technology. Press. *O Estado de São Paulo*. *Folha de São Paulo*.

SUMÁRIO

Agradecimentos	5
RESUMO	9
Introdução	12
CAPÍTULO 1 – O ARTEFATO: AS TRANSFORMAÇÕES E AS NOVAS TECNOLOGIAS MILITARES NOS EUA (1973-1991)	23
1.1 Reflexões sobre transformação militar.....	23
1.1.1 Revolução em Assuntos Militares (RAM).....	24
1.1.2 Tecnologia militar	26
1.1.2 O Modo Estadunidense de Guerra	29
1.2. O Complexo Industrial-Militar-Acadêmico	33
1.2.2 A formação do Complexo Industrial-Militar-Acadêmico e sua Influência no desenvolvimento tecnológico (1945-1975)	35
1.3 O Pós-Vietnã: a aposta na tecnologia.....	41
1.3.1 A Síndrome do Vietnã.....	42
1.3.2 DARPA	46
1.3.3 O novo Perfil de Força	49
1.3.4 TRADOC	52
1.4 A Doutrina Carter: estratégia de compensação	57
1.5 Doutrina da “força”: a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI).....	61
1.5.1 Doutrina Weinberger.....	64
1.5.2 Lei Goldwater-Nichols de Reorganização da Defesa.....	65
CAPÍTULO 2 - A DOCTRINA POWELL E A APLICAÇÃO DA APOSTA TECNOLÓGICA NA GUERRA VIDEOGAME	67
2.1 A primeira experiência da Doutrina Powell: a intervenção no Panamá (1989)	68
2.2 Doutrina Powell: o ensaio para uma nova estratégia de defesa e de política externa	71
2.2.1 Collin Powell.....	72
2.2.2 A Doutrina Powell.....	73
2.3 Motivações da Tempestade do Deserto.....	86
2.4 A Operação Escudo do Deserto	94
2.5 A Guerra Videogame: a Operação Tempestade no Deserto.....	102
CAPÍTULO 3 - O ARTIFÍCIO: <i>AMERICAN WAY OF JOURNALISM</i>, IMPRENSA E A HISTÓRIA DE “O ESTADO DE SÃO PAULO” E “FOLHA DE SÃO PAULO”	109
3.1 American way of journalism	109
3.2 A imprensa como fonte histórica	112
3.3 A História de O Estado de São Paulo: breves considerações.....	115
3.4 A História da Folha de São Paulo: breves considerações	119
CAPÍTULO 4 – AS VISÕES DA IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA: “O ESTADO DE SÃO PAULO” E “FOLHA DE SÃO PAULO” E A TECNOLOGIA MILITAR	124
4.1 As Armas, a tecnologia e a guerra tecnológica	124
4.2 Operação Mordaca no Deserto: censura e legitimidade.....	149
4.3 Bem X Mal.....	164
Considerações Finais	177
Fontes Primárias	181
Referência Bibliográfica	181

Introdução

A História da Ciência e da Tecnologia se relaciona com várias outras áreas cognitivas humanas como História Política, História Militar, Geopolítica, Relações Internacionais, Direito Internacional, Economia, Jornalismo, História do Tempo Presente. Um dos seus aspectos mais interessantes é a tecnologia militar e todas as implicações que isso representa. Nesse sentido, uma das suas questões mais precípuas é compreender e explicar como se processam as transformações da tecnologia militar, como é vista e, no caso em questão aqui, como é representada pelos jornais.

O século XIX e, principalmente, o século XX presenciou o crescimento da cobertura da imprensa sobre guerras. Questões como tecnologia tornaram-se cada vez mais importantes na cobertura e na compreensão dos conflitos. Fascinam pessoas, atraem curiosidade e ajudam a vencer ou perder guerras. Com as transformações ocorridas nas guerras, doutrinas, estratégias, formas de combate, estruturas das Forças Armadas e, é claro, nas tecnologias, é compreensível que a imprensa escrita, por exemplo, se debruce sobre o tema.

Desde as experiências desastrosas enfrentadas pelas grandes potências em guerras, como a França, na Guerra da Argélia (1954-1962), os Estados Unidos, na Guerra do Vietnã (1965-1975) e a União Soviética, na Guerra do Afeganistão (1979-1989), juntamente com o advento da tecnologia nuclear e da possibilidade de fim da raça humana em termos planetário, os grandes conflitos mundiais foram afastados do horizonte.

Um dos aspectos mais interessantes da guerra é a tecnologia. A vitória rápida e decisiva da coalizão liderada pelos Estados Unidos na Guerra do Golfo passou a impressão de que a tal guerra foi tecnológica, como se as outras não tivessem tido tecnologia, mas ocorre que o aspecto tecnológico nessa guerra foi um aspecto muito importante à luz das mudanças ocorridas no aparato militar, principalmente na tecnologia militar, dos Estados Unidos desde, principalmente, 1973, quando tiveram uma experiência desastrosa na Guerra do Vietnã.

Assim, o governo dos Estados Unidos, por meio do Departamento de Estado, decidiu apostar em uma série de mudanças que tinham como protagonista a aposta na alta tecnologia militar para garantirem a supremacia tecnológica-militar estadunidense.

Transformações como a criação do TRADOC e da Força Delta, o fortalecimento da DARPA, a doutrina Weinberger e a estratégia de compensação possibilitaram o

desenvolvimento e o uso de alta tecnologia e de armas e munições de precisão guiadas em conflitos.

Assim, era necessário desenvolver uma nova doutrina de defesa e de política externa que pudesse se adaptar a aposta tecnológica feita pelo governo dos Estados Unidos. Foi elaborada, então, a Doutrina Powell que tinha como algumas de suas características a necessidade de legitimidade da opinião pública interna e internacional para qualquer interferência militar, guerra que envolvesse os Estados Unidos, o uso maciço das armas e equipamento tecnologicamente sofisticados como avião invisível, armas e munições de precisão guiada, entre outras, e que causassem poucas baixas de militares no lado estadunidense e de civis e militares no lado inimigo.

O grande ensaio para aplicação da Doutrina Powell foi a Guerra do Golfo, em 1991, um conflito recente, que apesar de sua brevidade, ficou muito conhecido e até de certa forma rotulado, como uma guerra tecnológica. Interessante observar essa afirmação, pois é como se as outras guerras não tivessem tido a presença de tecnologia em seus dinamismos e transcurso.

Tratou-se da primeira guerra com transmissão ao vivo pela televisão, pela rede de notícias CNN, cujo papel da imprensa escrita foi muito importante na construção do apoio e da legitimidade em torno da ação militar dos Estados Unidos, Reino Unido e mais 32 países da coalizão militar contra o Iraque. A imprensa sofreu censura, controle de informações por parte do Departamento de Defesa e no acesso ao front de batalha.

Nesta tese houve a grande preocupação em retratar como os avanços da tecnologia militar mudaram vários aspectos da defesa estadunidense desde meados da década de 1970, após a Guerra do Vietnã até 1991, quando ocorreu a Guerra do Golfo, por meio de pesquisa bibliográfica e com algumas fontes, como discursos e documentos. As indagações que motivaram a presente pesquisa foram: Em qual medida as transformações militares e tecnológicas desenvolveram uma nova doutrina de defesa pelos EUA? A Guerra do Golfo foi o ensaio para essa nova doutrina? Como a tecnologia foi vista nos pela imprensa escrita brasileira? As visões construídas pelos editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* sobre tecnologia fizeram-na uma das protagonistas, um dos destaques da Guerra do Golfo?

O cerne da nossa tese neste trabalho é mostrar que a tecnologia militar foi vista pelos editoriais dos jornais “*Folha de São Paulo*” e “*O Estado de São Paulo*” como uma das

protagonistas da Guerra do Golfo, de 1991. Nesse sentido, foi necessário verificar, por meio de pesquisa bibliográfica, como ocorreram as transformações no aparato militar dos Estados Unidos, desde o fim da Guerra do Vietnã, com destaque para o desenvolvimento de novas tecnologias militares, por incentivo do Departamento dos Estados Unidos. A ideia é compreender a aposta que Washington fez na tecnologia para garantir a supremacia tecnológica-militar e para ganhar futuras guerras.

Assim, o desenvolvimento tecnológico-militar e as outras transformações militares, causaram a necessidade de elaboração de uma nova doutrina de defesa e política externa para que garantisse o uso eficiente de equipamentos e armas tecnologicamente sofisticadas. Foi desenvolvida, então, a Doutrina Powell.

A Doutrina Powell, engendrada nos EUA, a partir da segunda metade da década de 1980, foi uma tentativa de se construir essa nova doutrina de defesa, cujo ensaio e palco principal foi a Guerra do Golfo, de 1991. No entanto, isso é questionável, pois tal conflito só foi ganho de fato, pelos EUA, quando ocorreu a invasão terrestre, que foi rápida, quase “instantânea”, mas recorrendo à velha guerra convencional. O que se percebeu é que nas guerras ocorrem muitas mudanças e também se manifestam muitas permanências.

Como as guerras sofreram, nos últimos vinte, trinta anos mudanças enormes no seu *modus operandi*, com destaque para o uso intensivo de tecnologia, esta teria se transformada supostamente na protagonista dos conflitos, vide a Guerra do Golfo, de 1991 e a Guerra do Iraque, em 2003, por exemplo, algo ainda muito polêmico e que demanda novos estudos.

O interessante é que a partir, principalmente, das citadas guerras as sociedades dos países mais democraticamente avançados, como os EUA, Japão, Austrália, Nova Zelândia, Canadá e a Europa Ocidental passaram a repudiar a guerra, a colocar vários obstáculos na sua realização e a resistir contra a convocação de seus cidadãos para o front.

Tais países democráticos chegaram a três conclusões, de acordo com Castells: não se devem envolver civis, pois a luta deve ser feita por exército profissional; a guerra deve ser breve, até mesmo instantânea, para se evitar questionamentos e críticas; e, deve ser limpa, cirúrgica, com aniquilação do inimigo, se possível dentro de limites razoáveis e com poucas baixas de soldados que devem ser escondidas dos meios de comunicações, em que o manuseio de informações, a formação da imagem e a prática da guerra devem estar intimamente ligados. A ideia é conquistar a opinião pública interna e externa e evitar problemas e protestos como os enfrentados à época da Guerra do Vietnã, por exemplo (CASTELLS, 1999, p. 548).

Ocorre que as guerras passaram a ser televisionadas e cobertas pela mídia em tempo real, como um verdadeiro programa televisivo, uma espécie de “showrnlismo” (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Nesse sentido, a ideia de superioridade tecnológica, como estratégia que desembocou na no desenvolvimento da Doutrina Powell e da ideia de guerra rápida, com poucas baixas (“limpa”), tecnológica que poderia até ser vencida apenas com o uso de alta tecnologia e o uso de grande força aérea, por meio da batalha Ar-Terra, teve grande recepção em vários meios de comunicações da época como televisão, rádio e jornais impressos.

A grande mídia, em geral, e mais especificamente a grande imprensa escrita, no Brasil, com destaque para dois jornais dos mais importantes em número de vendas e abrangência nacional, no caso *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* seguiram essa tendência.

O presente trabalho pretende contribuir, então com os estudos interdisciplinares que dialogam com História da Ciência e da Tecnologia, História e Imprensa, História Militar, História Política e História do Tempo Presente.

Objetivos da Tese

O desenvolvimento da nossa tese tentou-se atingir os seguintes objetivos como forma de organizar os argumentos que constituiriam a base da tese, ou seja, a ideia de que a tecnologia foi representada pelos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* como uma das protagonistas da Guerra do Golfo.

a) Analisar o que motivou e como ocorreram as transformações militares, em termos gerais, a partir de meados da década de 1970, nos Estados Unidos, que fizeram da alta tecnologia militar a grande aposta das Forças Armadas para garantirem a superioridade militar nas décadas de 1970 e 1980. Tais transformações das Forças Armadas e em especial da tecnologia militar demandaram e desembocou na construção de uma nova doutrina militar, no caso, a Doutrina Powell, mais adequada a esse novo contexto, por meio da análise bibliográfica e de alguns documentos.

b) Entender como a Guerra do Golfo em sua amplitude foi o primeiro grande ensaio para aplicação da Doutrina Powell. Tanto o primeiro como o segundo objetivo são propósitos inicial e intermediário, respectivamente, para trilhar o caminho que esperamos mostrar, nos conduziu para o principal objetivo, esboçado no item “c”.

c) Compreender como a grande imprensa escrita brasileira, no caso *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* em seus editoriais sobre a Guerra do Golfo, viram a tecnologia como uma das protagonistas da Guerra do Golfo.

Bibliografia sobre o tema

Como o interesse do presente trabalho é focado na Guerra do Golfo, em tecnologia militar e na relação entre História e Imprensa, a bibliografia usada visa à compreensão e o estudo da guerra, da tecnologia, da política externa dos Estados Unidos, da relação da História com a imprensa e da imprensa como fonte.

Assim, foram analisadas referenciais que vão desde autores que se debruçam sobre tecnologia e transformação militar como Frederick Kagan, Robert Kaplan, passando por autores que trabalham com política externa dos Estados Unidos, História Política até chegar a autores que trabalham como História Militar.

Sobre transformação e tecnologia militar o propósito da análise de textos sobre tais temáticas foi buscar a compreensão das principais transformações militares, o que levou isso a ocorrer e como se desenvolveu a aposta na alta tecnologia, pelos Estados Unidos, como forma para garantir sua supremacia tecnológica.

Além desta bibliografia, também foram trabalhados textos que focam a relação entre História e Imprensa, como dos historiadores Maria Helena Capelato, Carlos Guilherme Mota, Maria Ligia Prado. O objetivo foi buscar elementos para compreender como trabalhar como jornais na condição de fontes históricas e mais especificamente os editoriais, que são objeto de estudo dessa tese.

Metodologia e fontes

Por se tratar de um estudo transdisciplinar que abarca as áreas de História da Ciência e Tecnologia, História Militar, História Política e História e Imprensa, esta tese dedicou-se a analisar, a bibliografia acerca da tecnologia e transformações militares para compreender como praticamente após a Guerra do Vietnã, com a derrota, o governo e o Departamento de Defesa fizeram uma série de mudanças no pensamento, estrutura, órgãos burocráticos, treinamento das Forças Armadas desde meados da década de 1970 até 1991. Tais

transformações foram acompanhadas do desenvolvimento de novas tecnologias, equipamentos e armas de sofisticada tecnologia militar e se tornaram a nova aposta dos Estados Unidos para assegurarem a supremacia tecnológica-militar.

Depois foi analisado em termos bibliográficos, como as transformações militares e as novas tecnologias militares demandaram o desenvolvimento de uma nova doutrina de defesa e de política exterior, no caso a Doutrina Powell, em que a tecnologia passou a ter um papel preponderante. Foi verificada também, com análise bibliográfica, em termos gerais, como ela foi aplicada na Guerra do Golfo.

Todo esse caminho foi realizado levando em consideração o fato de que a Guerra do Golfo ficou conhecida como “guerra tecnológica”, devido à maior importância dada à tecnologia a partir da Doutrina Powell. Ocorre que a presente pesquisa não tem como objetivo estudar se de fato tal guerra teve mesmo como protagonismo a tecnologia.

Desse modo, o foco foi a análise de editoriais dos jornais *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, trabalhando com visões dos jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, em seus editoriais sobre como a tecnologia militar foi vista como uma das protagonistas do conflito. Buscou-se verificar se ela de fato foi vista como uma das protagonistas, na visão dos dois jornais, da Guerra do Golfo.

Assim, buscou-se refletir como a questão da imagem de guerra tecnológica, da tecnologia impactou a cobertura dos mencionados jornais brasileiros por meio da análise dos editoriais de 1º de janeiro a 15 de março dos citados jornais, que abarca os períodos imediatamente anterior e posterior da Guerra do Golfo e a própria guerra em si que começou no dia 17 de janeiro de 1991 e terminou em 03 de março de 1991.

Trabalhou-se com editoriais como objeto de análise, porque os mesmos geralmente condensam os mais diversos interesses e ideias dos jornais, que geralmente são distribuídos na escolha dos textos, imagens, afirmações, manchetes, capas, entrevistas, comentários, hierarquização de assuntos. Desse modo, analisar os editoriais significa trabalhar com o espaço do próprio jornal, pois é aqui que o mesmo se posiciona e expõe em termos políticos e ideológicos e defende determinadas ações, posturas, ideias, na condição de instituição social e empresa privada. O sujeito responsável pelo editorial é o próprio jornal, pois é a apresentação da visão de mundo específica da instituição jornalística diante de um fato considerado importante para publicação. É o posicionamento do periódico sobre um determinado fato.

Muitas vezes o jornal reforça o paradigma da informação com imparcialidade, para poder afirmar seu ponto de vista, almejando embasar seu juízo de valor em um suposto juízo de realidade o que confere, em teoria, maior credibilidade às opiniões expressas no editorial. Não foi o foco do trabalho a recepção da informação, nem as manchetes, artigos, comentários, reportagens, notícias, apesar de terem sido pesquisadas.

Não houve indagação sobre se a Guerra do Golfo teve ou não como protagonismo a tecnologia, porque o alvo do trabalho é a visão construída pelos editoriais dos jornais em questão e não o conflito em si e nem sobre a “veracidade” das informações das fontes jornalísticas usadas.

Salienta-se que ocorreram muitas mudanças de enfoque e fontes do trabalho em virtude da qualificação, dificuldades para ir aos Estados Unidos pesquisar fontes *in loco*, de problemas de saúde que tive durante o doutorado (depressão profunda) e dos desafios colocados pela pandemia de Covid-19.

Foi necessário trabalhar por amostragem devido a grande quantidade de material inicialmente, já que iríamos trabalhar de agosto de 1990 até março de 1991 e foi decidido fazer o recorte e só trabalhar com a Guerra do Golfo e não com a Crise do Golfo, período anterior à guerra. Para tanto, só foram trabalhados editoriais que de alguma forma se relacionavam direta ou indiretamente com o tema tecnologia. Recorreu-se à prática de identificação de palavras-chaves de utilização recorrente e entende-se por palavra-chave todo o conceito usado não somente para a construção e estruturação analítica do texto jornalístico, como também a abordagem e reflexão da realidade histórica.

Sendo assim, entendeu-se que para a tecnologia ser ou não considerada uma das protagonistas, não foi levada em consideração a quantidade de vezes que foi citada ou publicada nos editoriais, mas o que se levou em consideração foram as visões construídas, por meio do critério de palavras-chaves. Nesse sentido, entendeu-se como critério de pesquisa que o tema tecnologia está diretamente ligada a outros dois temas no caso da Guerra do Golfo: a censura e o maniqueísmo.

Ocorre que por se tratar de um tema específico dos editoriais dos jornais em questão, observaram-se suas relações mais diretas. Assim, para que a guerra fosse considerada limpa, o governo dos Estados Unidos recorreu ao uso de censura, controle da mídia, para conseguir legitimidade e assim, ter o apoio da opinião pública. Isso está relacionado a ideia de que com poucas baixas sendo publicadas, seria decorrência da guerra ser travada com armas

inteligentes, bombardeios cirúrgicos e todo um aparato tecnológico militar. Essa imagem de guerra tecnológica foi muito possível como visão graças à censura feita pelos Estados Unidos à cobertura da imprensa no front.

Outro tema ligado foi a utilização do recurso do maniqueísmo, da ideia de bem x mal, em que o primeiro era simbolizado pelos Estados Unidos e o segundo pelo Iraque. Isso só reforçou a ideia de que a guerra era necessária, legal, legítima e justa e assim, deveria ocorrer, mas desde que fosse rápida, limpa e com poucas baixas. Daí, novamente, a ideia de superioridade tecnológica aparecer implicitamente.

A imprensa escrita foi escolhida como fonte de pesquisa por se entender que os principais órgãos de comunicação da imprensa escrita da época são fontes privilegiadas para a investigação, pois podem explicar o papel da imprensa na construção de visões de si e sobre um fato histórico.

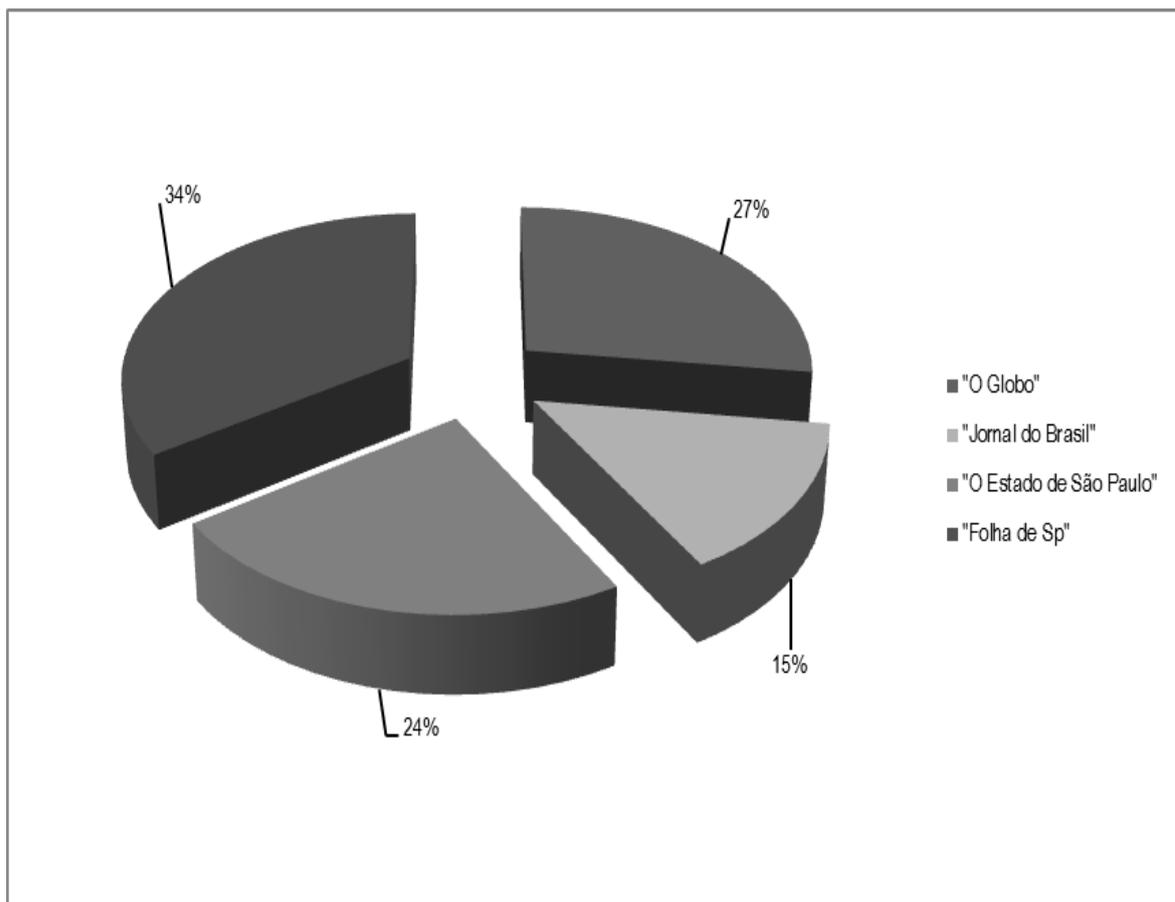
Escolheu-se a imprensa escrita como fonte em virtude de que no século XX os órgãos de comunicação tornaram-se órgãos de poder, cujos interesses são financeiros e econômicos, mas também o de buscarem representarem valores, visões de mundo, ideias preconcebidas, interesses de setores específicos da sociedade. Quando recriam a realidade ao seu modo, como produto da interação entre seus interesses político-econômicos, suas visões simbólicas, sua ideologia e sua permanente atuação enquanto sujeito político na formulação e delimitação da pauta de temas para debate público, os órgãos de comunicação exercem de forma inequívoca seu poder de influência sobre os seus leitores.

Os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, foram escolhidos porque, em 1990, quando da invasão do Iraque ao Kuwait, a Folha de São Paulo era a primeira em circulação e O Estado de São Paulo o terceiro em circulação, em termos de porcentagem do mercado nacional.

Também foram escolhidos pelo fato de estarem na mesma cidade, no caso São Paulo, e ser uma forma de contrapor a visão do outro. O jornal “O Estado de São Paulo” tem uma trajetória bastante particular na defesa de ideias como liberdade de imprensa, democracia e liberalismo no Brasil, daí sua escolha. Já a “Folha de São Paulo” foi escolhida por ser à época, o jornal mais vendido. Ademais, os dois periódicos enviaram, cada um à sua maneira, jornalistas para cobrir a guerra, José Arbex Júnior, pela “Folha de São Paulo, e William Waack, pelo “O Estado de São Paulo”.

As informações sobre a participação dos jornais no mercado, em porcentagem, em 1990, estão no gráfico abaixo:

Gráfico 1 : Participação do Mercado(1990)



Fonte: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1991/02/17/2/>¹ Acesso: 20 de novembro de 2022.

Organização dos capítulos

¹ Segundo o Departamento de Informações do periódico Folha de São Paulo, os quatro maiores jornais do Brasil em participação percentual na forma de assinaturas e vendas avulsas de jornais impressos, no ano de 1990 eram: *Folha de São Paulo* (34,33%), *O Globo* (27,04%) , *O Estado de São Paulo* (23,86%) e *Jornal do Brasil* (14,76%). Apesar de a informação ser fornecida pela própria *Folha*, o que se observa é que ela já era no ano em que o Iraque invadiu o Kuwait, o jornal de maior participação percentual nas vendas e assinaturas do Brasil e já o seu concorrente e rival, *O Estado*, era apenas o terceiro colocado. Fonte: Caderno Especial Guia do Leitor, de 17 de fevereiro de 1991, na Folha de São Paulo.

A distribuição do texto foi de forma a contemplar como as transformações militares que levaram ao desenvolvimento de novos conhecimentos, equipamento e armas de alta tecnologia militar como aposta dos Estados Unidos para assegurarem a sua supremacia tecnológica-militar, por meio de análise bibliográfica e de alguma fonte sobre o assunto.

Desse modo, o primeiro capítulo contemplou como foi o processo de transformações militares e de desenvolvimento de novas tecnologias militares e como esta se tornou a grande aposta dos Estados Unidos. Para tanto, foram estudados transformações militares, a tecnologia militar, o impacto da Guerra do Vietnã (1965-1975) nesse processo com as mudanças na estrutura burocrática de Defesa como a criação do TRADOC, fortalecimento da DARPA, mudança no Perfil de Força, estratégia de compensação de Carter, criação do SDI, elaboração da doutrina Weinberger, Lei Goldwater-Nichols e a criação da Força Delta.

Isso causou a necessidade de se elaborar uma nova doutrina de defesa e de política externa em que a tecnologia conquistou relevância ainda maior, além de contemplar várias outras transformações militares que ocorreram nas Forças Armadas dos Estados Unidos, desde meados da década de 1970 até 1991. As transformações militares e as novas tecnologias militares causaram a formação da Doutrina Powell. Daí a necessidade de se elaborar nova doutrina que contemplasse essas mudanças e fizesse da tecnologia um dos seus pontos mais importante, senão o mais importante. A Doutrina Powell teve como grande teste a Guerra do Golfo que também foi estudada, mas em termos gerais. Desse modo o segundo capítulo, contemplou a formação da Doutrina Powell, como as transformações e novas tecnologias militares influenciaram-na e originaram-na direta e indiretamente, e como aconteceu a Guerra do Golfo tendo em consideração a aplicação dessa nova doutrina.

No terceiro capítulo foram analisados o *american way of journalism*, que influenciou profundamente os dois jornais, bem como se trabalhou a imprensa como fonte histórica. Também foi estudado de maneira breve a história de cada um dos jornais para entender o comportamento deles, em seus editoriais, com relação a tecnologia militar na cobertura da Guerra do Golfo.

Como a Guerra do Golfo é conhecida como um conflito tecnológico, sem entrar no mérito se foi ou não mesmo, buscou-se trabalhar com as fontes jornalísticas, no caso os editoriais de dois grandes jornais de circulação nacional, “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”. Assim, no quarto e último capítulo, a ideia foi mostrar que os jornais em questão viram a tecnologia como sendo uma das protagonistas da Guerra do Golfo.

Ressalta-se, que a análise dos editoriais foi dividida em três temas recorrentes que estão muito ligados. O primeiro foi sobre a armas e tecnologia militar, o segundo foi a censura na forma de Operação Mordança do Deserto que criou um controle de informações para se ter legitimidade e reforçando a ideia de que a tecnologia foi uma das protagonistas da Guerra do Golfo. E o terceiro foi a presença da ideia sobre a guerra como se fosse a luta entre o bem (EUA) x mal (Iraque) o que reforçou a necessidade da guerra desde que fosse rápida, limpa e com poucas baixas, reforçando e comprovando a ideia de que a tecnologia, nos editoriais, foi representada como uma das protagonistas.

Nas considerações finais, espero ter mostrado como foi a trajetória das mudanças e criação de novas tecnologia militares que deram origem a uma nova Doutrina, a Powell, que foi aplicada na Guerra do Golfo e comprovada a minha tese de que nos editoriais de Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo a tecnologia militar esteve presente e foi vista como uma das protagonistas da guerra em questão.

CAPÍTULO 1 – O ARTEFATO: AS TRANSFORMAÇÕES E AS NOVAS TECNOLOGIAS MILITARES NOS EUA (1973-1991)

1.1 Reflexões sobre transformação militar

O termo transformação militar foi desenvolvido ao longo da década de 1990 e não tem referência histórica. O seu significado advém exclusivamente do programa de política de defesa que a transformação se refere. Na verdade, significa aqui mudança e o seu objetivo não é claro, pois não se sabe se objetiva mudar a essência da guerra ou a natureza das Forças Armadas dos Estados Unidos (KAGAN, 2006). No entanto, foi a partir da Guerra do Vietnã (1965-1975) que começaram mudanças significativas de reorganização burocrática, criação de órgãos de pesquisa, desenvolvimento de inovações, pesquisas e armas altamente sofisticadas, elaboração de novas estratégias e doutrinas militares ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

Para Kagan a origem da base teórica do significado e das discussões recentes sobre transformação militar se desenvolveu na União Soviética, na década de 1960, sob o conceito de “Revolução Técnico-Militar” ou Revolução em Assuntos Militares (RAM). Tal conceito soviético chegou ao Ocidente nas décadas de 1970 e 1980 e enriqueceu bastante os estudos e debates sobre a guerra. Para os militares soviéticos, então, a grande revolução militar teria sido a instalação de ogivas nucleares em mísseis balísticos intercontinentais (KAGAN, 2006).

Faz-se necessário, então, compreender o que os Estados Unidos entendem ser transformação militar. Qual é a percepção estadunidense sobre transformação militar? Para Robert D. Kaplan, a essência da chamada “transformação militar” não seria o desenvolvimento de novas táticas ou novos sistemas de armas, mas sim a reorganização burocrática (KAGAN, 2006).

Desse modo o Departamento de Estado, a DARPA (*Advanced Research Projects Agency*), TRADOC (*U.S. Army Training and Doctrine Command* ou Comando de Doutrina e Treinamento do Exército) dentre tantos outros órgãos burocráticos exerceram importantíssimo papel nas mudanças de treinamento, de doutrinas de batalhas, na estrutura das Forças Armadas, nas novas legislações e no desenvolvimento de novas tecnologias que acabaram

causando a necessidade de uma nova Doutrina militar e de relações internacionais para aplicar tais mudanças que levou à elaboração do que ficou conhecido como Doutrina Powell.

Vale lembrar que transformação militar é muitas vezes confundida com o conceito de Revolução em Assuntos Militares e possui estreita ligação com o chamado *American way of war* e com a ideia de tecnologia militar que serão estudadas nos próximos tópicos.

1.1.1 Revolução em Assuntos Militares (RAM)

Desde a década de 1980 que os estudos em História Militar, por meio do desenvolvimento do conceito de “Revolução em Assuntos Militares”, têm conquistado espaço no meio acadêmico brasileiro. Trata-se de um conceito que foi apropriado recentemente pelos historiadores. De acordo com o historiador Leandro José Clemente Gonçalves a RAM auxilia nas pesquisas cujo objetivo principal é a compreensão das possíveis mudanças provocadas na seara militar em virtude da aplicação de novas tecnologias e inovações militares (GONÇALVES, 2015: p.12).

Ressalta-se que muitas vezes a transformação militar se confunde com o conceito de RAM (*Revolution in Military Affairs* - RMA, em inglês). Não se pode esquecer de que tal conceito foi originado na União Soviética, na década de 1960, como já foi mencionado. Os soviéticos à época estavam preparados para uma guerra em solo europeu com o uso intensivo de blindados, grande quantidade de soldados próprios e dos países satélites do Leste Europeu, passaram a se interessar pelas transformações tecnológicas e seus impactos na guerra. Nesse sentido, nos anos 1960 e 1970, os estudos dos chefes do Estado-Maior Geral, Nikolai (1977-1984) e Segei Akhromeyev (1984-1988) trouxeram grandes contribuições (GONÇALVES, 2015: p.12).

Para Alvin Toffler, no seu livro “A Terceira Onda”, de 1980, o mundo estaria vivenciando um processo de transição entre a era industrial, incluindo a guerra, para uma era da informação e de guerras impactadas e transformadas por esse processo. Em outras palavras, a sociedade industrial e consumista que é a base do capitalismo estaria mudando para uma sociedade informacional (TOFFLER, 1980).

Essa ideia conquistou parte substancial das Forças Armadas dos Estados Unidos, na década de 1990. Não se pode esquecer de que em 1993, após o relativo sucesso das novas tecnologias sobre as forças convencionais do Iraque, na Guerra do Golfo, de 1991, o analista

estadunidense de defesa, Andrew Marshall, após ter comissionado o estudo encomendado pelo Departamento de Defesa que se intitulou “Revolução Técnico-Militar: um estudo preliminar”. Nesse estudo buscou-se avaliar quais foram os impactos do uso de tecnologias de informação na condução da guerra, à luz dos eventos do Golfo. Como decorrência ele elaborou o termo “Revolução em Assuntos Militares”, cuja origem tinha sido o conceito de Revolução Técnico-Militar da União Soviética. Basicamente tal conceito foi desenvolvido para explicar o impacto das novas tecnologias de informação e suas conseqüentes mudanças sobre os aspectos bélicos, táticos, estratégicos e estruturais do aparato militar (GONÇALVES, 2015: p.12).

Para os soviéticos e demais entusiastas da RAM, a transformação era entendida como um produto da inovação tecnológica e para Marshall a tecnologia não seria suficiente para promover mudanças tão amplas.

Para o historiador Leandro José Clemente Gonçalves e outros autores recentes não entendem que a Revolução em Assuntos Militares seja causada exclusivamente pelo progresso tecnológico, pois esta é um dos elementos causadores, mas não o único e principal (GONÇALVES, 2015).

O autor Richard O. Hundley entende que a RAM é uma espécie de mudança de paradigma na conduta e na base das operações militares e defende que existem outras características muito importantes que definem também a RAM: 1) quem as explora primeiro consegue vantagem militar; 2) não são condicionadas exclusivamente pela tecnologia; 3) os atores que as produzem geralmente não são potências hegemônicas no globo; 4) possibilitam dividendos para as nações que não conseguiram apresentar inovações tecnológicas; 5) a Revolução em Assuntos Militares impulsionada pela tecnologia possui três elementos chaves, no caso, a organização, a doutrina e, claro, a tecnologia; 6) exigem grande quantidade de tempo para terem efeitos e conseqüências produtivas; 7) a Revolução em Assuntos Militares que tem como efeito o surgimento de novas tecnologias foram fruto da combinação de várias e não apenas de uma tecnologia; 8) toda RAM que é condicionada pela tecnologia não o foi apenas e tão somente a partir da criação e do desenvolvimento de novas armas; 9) para se saber se é útil e funciona em termos militares faz-se necessário prova-las em combate, na guerra, no campo de batalha (HUNDLEY, 1999).

A impressão de que a vantagem a grande vantagem tecnológica seria suficiente para superar e vencer os adversários que lutassem de forma convencional contra os Estados Unidos

passou a ser muito defendida a partir da década de 1990, entre intelectuais e militares defensores da Revolução em Assuntos Militares pelas razões já expostas. No entanto, parecem ter-se esquecido de que tecnologia e todos os seus aspectos são criados e desenvolvidos pelo ser humano e o fato de se ter superioridade tecnológica não é garantia de vitória na guerra. As vitórias são conquistadas por aqueles países que souberam aproveitar racional e inteligentemente os seus recursos de que dispunham e não pelo fato simplesmente de que detinham superioridade tecnológica.

Em outras palavras, não basta apenas ter tecnologia para fazer qualquer transformação ampla como é apregoado pelos defensores da Revolução em Assuntos Militares (RAM), porque nas transformações da guerra existem outras questões que não podem e nem devem ser desconsideradas: tecnológicos, econômicos, sociais, políticos, culturais que se entrelaçam num processo lento de mudanças e não de forma abrupta, rápida e repleta de rupturas. No entanto, não cabe aqui adentrar mais a fundo e nem se posicionar nesse debate, pois o intuito é apenas expor como foi percebido pelo establishment militar dos Estados Unidos decorrente do impacto causado pela vitória na Guerra do Golfo, por meio de discussão bibliográfica.

1.1.2 Tecnologia militar

A tecnologia é fundamental e está presente na trajetória da humanidade desde os tempos mais remotos. Muitas vezes ela esteve e está presente nos objetivos de uma guerra, nas causas dos conflitos bélicos, na condução, execução e avaliação das operações militares, como metodologia, objetivos, doutrinas, missões, estudos, estratégia, tática, capacidade e inteligência (CREVELD, 1991).

Sempere entende que a tecnologia pode ter basicamente quatro significados: pode ser definida como a aplicação do conhecimento para obtenção de resultados práticos; como a aplicação do conhecimento para alcançar algum efeito físico por meio de um objeto ou produto; pode ser definida como o conjunto de conhecimento humano do processo ou dos métodos de produção; e, pode ser entendida como um método para resolver problemas, em termos gerais (SEMPERE, 2006).

Interessante observar que em termos históricos os avanços científicos e as inovações tecnológicas possuem grande e profunda ligação com os objetivos militares.

Quando se fala em tecnologia militar logo se pensa em ciência e tecnologia aplicada para temas e problemas relacionados à Segurança e Defesa, sendo essencial e decisiva para a eficácia e alcance dos objetivos em uma operação militar estatal.

Interessante observar que um dos problemas mais recorrentes na compreensão das funções das tecnologias militares é que estas estão em constante processo de transformação e inovação nos períodos de paz e, principalmente, nos períodos de guerra.

Desde a Revolução Francesa (1789-1799) até meados da Segunda Guerra Mundial as guerras eram feitas principalmente pelos exércitos de massa e eram, então, as forças dominantes do poder militar, embasados e estruturados pela sociedade industrial. As Forças Armadas, então, compartilhavam, de certa forma, armamentos similares, mas esse quadro começou a mudar com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e mais substancialmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando os Estados Unidos, por exemplo, desenvolveram bombardeiros pesados.

No entanto, apenas durante a Guerra Fria, com a corrida tecnológica e armamentistas de Estados Unidos e União Soviética, que as armas evoluíram mais significativamente para sistemas sofisticados, com o desenvolvimento, criação e difusão das chamadas tecnologias de precisão que posteriormente deram origem às armas de precisão, muito usadas na Guerra do Golfo, de 1991. Tais armas ficariam conhecidas popularmente como “armas inteligentes”, com “precisão cirúrgica”, de grande efetividade no alcance dos seus objetivos destrutivos.

Na era das armas de precisão o objetivo passou a ser, também, destruir os sistemas de informação e comunicação do inimigo o que atinge em cheio setores da economia extremamente dependentes disso como bancos, controle de tráfego aéreo, distribuição de energia elétrica, abastecimento de gás e petróleo, bancos, redes de transporte, sistemas de telefonia (SEMPERE, 2006).

Sabe-se que a tecnologia militar é fundamental nas guerras, como foi na Guerra do Golfo, em 1991, mas como já foi mencionado anteriormente, é complicado afirmar que apenas a tecnologia é decisiva e capaz de ganha-las, por desconsiderar outros aspectos humanos como a política, a cultura, a economia, a religião, a sociedade, por exemplo.

Nos Estados Unidos, em 1957, foi criada a DARPA (*Advanced Research Projects Agency*) para assegurar a liderança científica e tecnológica militares dos Estados Unidos e que a partir, principalmente das décadas de 1970 e 1980, foi fundamental na produção de inovações militares e científicas estratégicas. Não se pode desconsiderar aqui o ingresso e a

expansão de empresas *high tech* de capital privado que se beneficiaram das compras estatais militares, mas que não foram trabalhadas nessa pesquisa.

Os estudos históricos sobre tecnologia nos Estados Unidos, de acordo com Carlos Aguiar de Medeiros, reconhecem a importância e a participação dos militares na elaboração e organização do sistema nacional de inovação, mas entendem que:

(...) o ‘Capitalismo do Pentágono’ teria apresentado elevado custo de oportunidade nas décadas que se seguiram ao final da guerra. Ao deslocar a pesquisa civil, considerada mais útil e produtiva, a pesquisa militar é concebida, não raro, como um desperdício com efeitos negativos em longo prazo sobre o progresso tecnológico. (...) a ideia comum é que, dos anos 70 aos dias de hoje, os laboratórios industriais estariam liderando o processo de inovação numa direção determinada pelas forças de mercado (MEDEIROS, 2004, p. 230).

Isso quer dizer que a revolução das tecnologias da informação, com o seu desenvolvimento e difusão estariam ocorrendo em virtude do trabalho tecnológico militar muito maior do que o de civis dos laboratórios das indústrias de P&D. Para vários autores essa questão seria uma das causas do suposto declínio tecnológico estadunidense. O que é um ledô engano.

Seguindo a ideia de Carlos Aguiar de Medeiros, nos Estados Unidos, a influência não de um ator endógeno, mas de um ator exógeno, no caso o Departamento de Defesa, foi fundamental no processo de seleção, difusão e indução das tecnologias modernas desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Seu papel não se limitou, portanto, apenas ao financiamento e encomenda aos produtores de armas (MEDEIROS, 2004).

A corrida armamentista dos Estados Unidos com a União Soviética levou a uma grande velocidade no progresso e desenvolvimento científico e tecnológico, pois existiam as estratégias de contenção e de superioridade de armas sobre a URSS. Assim, o processo inovativo era impulsionado pela necessidade de sempre ser superior em termos tecnológicos do que o adversário. Por consequência, o tempo entre as fases do processo de inovação é radicalmente encurtado favorecendo o processo de difusão da tecnologia. Os custos e riscos não são encarados como limitadores, mas apenas a viabilidade tecnológica da pesquisa científica. O objetivo era vencer a Guerra Fria e conquistar e manter a liderança tecnológica dos EUA no mundo.

Assim, a vontade de ganhar a Guerra Fria contra a URSS, por meio de armas tecnologicamente superiores, foi a força motriz para o progresso científico e para o desenvolvimento da maior parte das invenções e inovações tecnológicas estadunidenses a partir do fim da Segunda Guerra. Isso possibilitou desenvolver a estratégia de armas superiores, por meio da atuação decisiva do Departamento de Defesa que ajudou a elaborar o Complexo Militar-Industrial-Acadêmico, que conjugada com a ideia de contenção da ameaça soviética influenciou decisivamente na elaboração das

doutrinas militares e de relações internacionais dos Estados Unidos durante toda a Guerra Fria e mesmo após o seu fim.

1.1.2 O Modo Estadunidense de Guerra

Após a apresentação dos conceitos de transformação militar e tecnologia militar, sob a ótica dos Estados Unidos, é importante estudar brevemente o que é o chamado Modo Estadunidense de Guerra para se compreender melhor o impacto que as novas tecnologias e mudanças militares terão sobre as Forças Armadas e o “modus operandi” da guerra.

Em 1973, o historiador Russell F. Weigley escreveu a importante e clássica obra *American Way of War* ou *O Modo de Guerra Americano*, em que trabalhou de forma profunda sobre a história do pensamento estratégico estadunidense (WEIGLEY, 1973). Antes tal autor já tinha escrito trabalhos sobre política militar dos Estados Unidos o que o habilitou a buscar, na citada obra, o delineamento do que se denomina o modo de guerra americano².

Até a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os Estados Unidos não tinham uma estratégia nacional para se guerrear, empregar a ameaça da força ou obter fins políticos, a não ser quando estivesse em guerra, no qual utilizava a força militar propriamente dita. (WEIGLEY, 1973, p. 19). Já na Guerra Fria, principalmente na Guerra da Coreia (1950-1953), existia na época a crença de que os Estados Unidos estavam envolvidos em um prolongado conflito com o comunismo internacional liderado pela União Soviética. Isso demandou o esforço para desenvolver uma estratégia nacional que possibilitasse colocar em prática o poder estadunidense na defesa intransigente dos seus interesses nacionais e valores. Nesse sentido, não caberia a existência de uma estratégia apenas militar, pois iria envolver todo um planejamento que pudesse abarcar todos os recursos do país, sejam tecnológicos, naturais, humanos, econômicos, sempre na busca da defesa dos interesses da nação (WEIGLEY, 1973: p. 19).

Segundo Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge o historiador alemão Hans Delbrück (1848-1929) apontou, com base na distinção de Clausewitz de dois tipos de guerra, para a existência de duas formas de estratégia militar: a estratégia de atrito, erosão ou exaustão que é aplicada de forma indireta quando os meios não são suficientes para garantir a

² Para efeito da presente tese utilizaremos ao invés de “modo de guerra americano” o “modo estadunidense de guerra”.

destruição direta do inimigo e a estratégia de aniquilação, que objetiva a derrota inequívoca e total do inimigo, por meio do enfrentamento direto (JORGE, 2009: p. 45).

Desse modo, o conceito básico do modo estadunidense de guerra observado nas Guerras de Secessão (1861-1865), na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) era o de utilizar em sua totalidade a capacidade de mobilização de recursos humanos, econômicos, bélicos e tecnológicos apoiados e garantidos pelo grande poderio militar do país e pelo serviço militar obrigatório, com gigantescas operações convencionais com o objetivo claro de derrotar o inimigo em uma guerra de atrito (BOOT, 2016; MAHNKEN, 2008).

Nesse sentido, com a consolidação do Complexo Industrial-Militar-Acadêmico a partir e no pós-Segunda Guerra, a capacidade tecnológica, influenciada pelo fator exógeno representado pelos militares na figura do Departamento de Defesa dos EUA (DOD), fez da capacidade tecnológica e de inovação, fundamentais na derrota das forças do Eixo, também importantes para manter a capacidade de contenção e dissuasão convencional frente à superioridade numérica das forças da União Soviética (MEDEIROS, 2004; MAHNKEN, 2008).

Com o passar do tempo, de acordo com Wegley, com o crescimento industrial e econômico do país principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos deixaram de adotar a guerra de atrito para abraçarem a guerra de aniquilação. A maioria dos estrategistas de guerra estadunidenses passou a defender a estratégia de aniquilação. Foi o que se observou na Guerra do Vietnã (1965-1975) quando a máquina de guerra dos Estados Unidos agiu com a estratégia de aniquilação e foi derrotada por um exército inferior em armamentos e capacidade tecnológica, no caso o norte-vietnamita, mas que utilizou muito bem a estratégia de guerrilha para desgastar o moral e o ímpeto das tropas e do comando militar estadunidense (WEIGLEY, 1973: p. 22).

O autor Colin S. Gray, que trabalhou e avançou sobre o legado deixado por Wegley, sob a ótica da ameaça de inimigos atuais que travam guerras irregulares com Washington, analisa o modo estadunidense de guerra e observou que os Estados Unidos apresentam grande e crônica deficiência estratégica. Ele aponta e identifica um modo de guerra americano tradicional, sendo que as características deste não se apresentam favoráveis e adaptáveis ao combate contra inimigos irregulares da “guerra contra o terror”, por exemplo. Tanto na Guerra do Vietnã, como na Guerra do Golfo, de 1991 e na Guerra do Iraque, de 2003, a

cultura militar dos Estados Unidos se mostrou, segundo Gray, bastante resistente e desconfiada a realizar mudanças radicais em seu “modus operandi” de fazer a guerra (GRAY, 2006).

Gray tece duríssimas críticas às Forças Armadas e ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos ao afirmar que os mesmos não fazem estratégia. Para ele se a estratégia não é feita, não faz muita diferença as transformações das Forças Armadas (GRAY, 2006). O país tem uma dificuldade e resistência recorrente em utilizar a força de maneira objetivamente estratégica. No modo de guerra americano tradicional, de acordo com Gray, há um claro favorecimento e preferência pela mobilidade, caçadas agressivas pelo corpo principal do adversário e poder de fogo (GRAY, 2006).

Segundo Gray os Estados Unidos, para modificarem e, principalmente, refazerem sua estratégia precisam antes refazer sua sociedade, mudança esta que está fora do alcance do establishment militar de Washington. Ele enumerou e identificou ao todo treze características básicas do que ele convencionou chamar modo americano de guerra ou modo estadunidense de guerra (GRAY, 2006):

1) o modo de guerra dos Estados Unidos é agressivo e ofensivo, pois almeja conquistar uma vitória decisiva;

2) há verdadeiramente devoção e foco das Forças Armadas dos Estados Unidos em torno do poder de fogo;

3) a guerra é vista pelos Estados Unidos como um mal circunstancial que precisa ser logo resolvida de forma decisiva e inequívoca, com resultados sólidos e conclusivos para os militares e o público doméstico acostumados a esperarem por tal resultado;

4) as Forças Armadas dos Estados Unidos, em termos gerais, enquanto instituição privilegia o combate de guerras regulares, nos quais são bastante eficientes, mas são consideradas bastante instáveis no combate de guerras irregulares;

5) os Estados Unidos, em termos logísticos, são excelentes em situações de conflito. Na condução desta, os estadunidenses têm privilegiado a logística e menos a estratégia;

6) para os estadunidenses as condições de paz e de guerra são diametralmente diferentes. Nesse sentido, o objetivo da guerra é a vitória, pouco se importam com as consequências políticas para a paz que é construída logo após o êxito militar. Os exemplos históricos são muitos, como os efeitos provocados pela vitória obtida pelos Estados Unidos e a paz subsequente à Guerra do Golfo, de 1991. Saddam Hussein permaneceu no poder, em

Bagdá, fato este que só foi “resolvido” por Washington, em 2003, com a Guerra do Iraque, cuja vitória foi retumbante e rápida, em termos militares, mas as consequências políticas e geopolíticas foram bastante complicadas para o Iraque, vide a guerra civil entre xiitas e sunitas, que se seguiu, e o fortalecimento do Estado Islâmico (ISIS) no país, que é claro, atingiram os Estados Unidos e o Ocidente também;

7) apesar de toda a experiência inequívoca que os Estados Unidos possuem com inimigos e guerras irregulares, até pouco tempo atrás eles não utilizaram isso como base conceitual e prática para erigir e desenvolver uma doutrina de competência central. O establishment e a comunidade de defesa dos Estados Unidos são mais atraídos pela tecnologia do que pela história;

8) a questão das baixas é muito sensível aos Estados Unidos, principalmente a partir da Guerra do Vietnã (1965-1975). Há uma preocupação latente com esse problema fato este observado durante a condução da Guerra do Golfo (1991), quando as perdas humanas foram infinitamente menores à luz de guerras anteriores como a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra da Coreia (1950-1953) e a Guerra do Vietnã. Trata-se de um modo de guerra baseado em alta tecnologia, em máquinas e computadores, como se observou, a princípio, nas experiências iniciadas no conflito do Golfo;

9) seguindo a linha de raciocínio do tópico anterior o uso de máquinas é a alma do modo de guerra estadunidense. As Forças Armadas dos Estados Unidos, em termos de cultura militar, estão mais propensas a favorecer soluções tecnológicas como alternativas a problemas de caráter militar no teatro de batalha;

10^a) historicamente falando as Forças Armadas dos Estados Unidos se comportam de forma a tentar resolver o que parece ser impossível, e, portanto, possuem caráter inexoravelmente otimista. Há uma confusão frequente entre condições que são encaradas como problemas, pois a primeira pode ser aprimorada, mas a segunda precisa ser resolvida. Tal questão se torna muito importante em guerras irregulares;

11) na condição de superpotência os Estados Unidos se saem muito melhores em guerras quando podem utilizar todo o seu recurso e aparato militar, logístico e tecnológico. Ressalta-se o fato de que quando o Exército estadunidense está em guerra, não é apenas ele que o está, mas também a sociedade estadunidense;

12) a estratégia é fundamental em numa guerra ou qualquer situação de conflito. Ela deve ser o elo entre a política e a seara militar. No entanto, infelizmente, os Estados Unidos

ao conduzirem a guerra de forma autônoma sem grandes preocupações sobre as dimensões das consequências como a paz, os tratados, a reconstrução e os acordos políticos, há uma quebra inequívoca da estratégia enquanto elo. Dentre as muitas causas desse problema, Gray enumera duas principais em seu entendimento: a teoria estadunidense das relações civis-militares que não favorece os questionamentos, o debate e o diálogo entre o soldado e quem formula as políticas e a longa tradição histórica de superioridade material, que desfavorece e não incentiva o desenvolvimento da estratégia militar; e,

13) os Estados Unidos em sua estratégia geopolítica apoiam-se em premissas básicas que estão presentes e entranhadas no Estado e na sociedade estadunidense: singularidade política, missão divina, destino manifesto, sentimento de grandeza nacional, defesa da democracia e do capitalismo. Lamentavelmente, tais questões levaram os estadunidenses a serem pouco respeitosos e compreensivos, para dizer o mínimo, com as diferenças, crenças, hábitos e comportamentos de outras culturas, como a etnia árabe e a religião do Islã, no Iraque, na região do Oriente Médio, por ocasião da Guerra do Golfo (1991), por exemplo.

Após as considerações acerca do modo de guerra estadunidense com base nos pensamentos e reflexões de Weigley e de Gray, faz-se necessário estudar como se formou o chamado Complexo Industrial-Militar, anos mais tarde rebatizado de Complexo Industrial-Militar-Acadêmico e estudá-lo em linhas gerais.

1.2. O Complexo Industrial-Militar-Acadêmico

Em 17 de janeiro de 1961, em seu discurso de fim de mandato, pois estava a três dias de entregar o cargo de presidente da república para o seu sucessor, o democrata John F. Kennedy, eleito no pleito de 1960, o então presidente dos Estados Unidos da América, o republicano e general Dwight D. Eisenhower (1953-1961) se dirigiu ao país e fez três alertas: o perigo da injustiça entre gerações; a possibilidade da política pública ficar refém de uma “elite técnico-científica”; e, a ameaça representada pela crescente influência na economia estadunidense do chamado Complexo Industrial-Militar estadunidense. Para efeito de estudo será abordado apenas o último alerta.

O presidente Eisenhower, que durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), por ocasião da entrada dos EUA no conflito, em virtude do ataque do Império do Japão à base

naval de Pearl Harbor, no território do Havaí, em 1941, defendeu o casamento de militares e industriais do país para construir uma sólida e poderosa indústria de defesa, em 1961, no citado discurso teceu forte crítica ao que ele denominou pela primeira vez de Complexo Industrial-Militar (SIMÕES; PERILLO; MIGUEL, 2003).

O Complexo Industrial-Militar dos Estados Unidos foi construído principalmente a partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e teve grande importância no desenvolvimento tecnológico e militar do país. Foi construído, então, de forma gradual um verdadeiro consórcio entre militares e industriais, apoiados por vários centros de pesquisas universitárias. Assim, foram concebidas novas corporações e empresas com o objetivo de fornecer às Forças Armadas estadunidenses os materiais, tecnologias, armas e equipamentos para o esforço de guerra (SIMÕES; PERILLO; MIGUEL, 2003).

Também influenciou a economia e o desenvolvimento das doutrinas militares e de relações internacionais que pautaram a política externa e atuação militar estadunidense desde sua formação.

Ressalta-se que o estudo do Complexo Industrial-Militar, depois renomeado como Complexo Industrial-Militar-Acadêmico dos Estados Unidos é fundamental para se compreender como ocorreram conflitos, como o da Guerra do Vietnã 1965-1975 e da Guerra do Golfo (1991), e como impactou a cobertura da imprensa em eventos militares dentro e fora dos Estados Unidos. Também não se pode esquecer de que a formação e o desenvolvimento de tal complexo tiveram grande impacto na política externa estadunidense.

Para compreender como ocorreu a formação do citado complexo e como foram importantes a tecnologia e a inovação para os Estados Unidos, na Guerra Fria, faz-se necessário estudar brevemente o modelo de pensamento econômico de Schumpeter e a Escola Neoschumpeteriana antes. Ocorre que tais teorias trabalham com conceitos como inovação, progresso técnico, laboratórios de P&D das empresas, empresários algo importante para entendermos como o Departamento de Defesa e os militares, em geral, encaixam-se como motores do desenvolvimento científico-tecnológico-militar dos Estados Unidos (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 2009).

O grande empreendimento militar impactou a atuação estadunidense durante a Guerra Fria e na elaboração de novas estratégias militares, que por sua vez foram, muitas vezes, aplicadas em conflitos.

1.2.2 A formação do Complexo Industrial-Militar-Acadêmico e sua Influência no desenvolvimento tecnológico (1945-1975)

Na história científica, tecnológica, econômica e militar dos Estados Unidos, a Segunda Guerra Mundial teve um papel precípua. Foi a partir dela que Washington construiu a sua estratégia de arma tecnologicamente superior em virtude dos embates com a Alemanha de Adolf Hitler. A política militar dos EUA passou a ser influenciada por essa ideia de que a guerra só é ganha pela arma tecnologicamente superior. Assim, o comprometimento militar estadunidense com a pesquisa científica levou os esforços de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico a não estarem mais restritos aos laboratórios militares. A criação do *National Defense Research Council* (NDRC), em 1941, foi fundamental para organizar e estabelecer uma nova estrutura para a ciência e engenharia criando uma gigantesca rede de pesquisas junto às universidades.

A influência militar sobre o desenvolvimento tecnológico dos EUA possibilitou uma especialização produtiva de diversos setores embasada na pesquisa e desenvolvimento científico entre as décadas de 1940 e 1980. Deve-se ressaltar que a Guerra Fria e a disputa com a União Soviética foram fundamentais para o crescimento das pesquisas científicas, inovações tecnológicas e novos equipamentos militares.

O regime soviético, na Guerra Fria, representava uma ameaça concreta para as democracias ocidentais. Poderia seduzir parcelas significativas das populações dos países vinculados ao mundo capitalista e jogá-las contra os seus respectivos governos, estimulando processos revolucionários e a desestabilização da ordem vigente. Vale lembrar que as duas superpotências, a União Soviética e os Estados Unidos, usavam o seu poder de veto geralmente quando o lado rival propunha alguma resolução que pudesse ferir os seus interesses.

Durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética disputaram a hegemonia mundial e buscaram consolidar seus diversos projetos políticos. A Guerra Fria provocou a eclosão de conflitos regionais em escala planetária, ao mesmo tempo, que construiu certa estabilidade e padrões previsíveis e toleráveis de guerras. Os dois Estados nunca se enfrentaram diretamente, mas o fizeram através de seus aliados, de uma forma indireta, sempre evitando que tais embates regionais se transformassem em uma ameaça a segurança mundial.

De acordo com Sidnei J. Munhoz, durante a Guerra Fria, os Estados Unidos e a União Soviética disputaram a hegemonia mundial e buscaram consolidar seus diversos projetos políticos. A Guerra Fria provocou a eclosão de conflitos regionais em escala planetária, ao mesmo tempo, que construiu certa estabilidade e padrões previsíveis e toleráveis de guerras. Os dois Estados nunca se enfrentaram diretamente, mas o fizeram através de seus aliados, de uma forma indireta, sempre evitando que tais embates regionais se transformassem em uma ameaça à segurança mundial (MUNHOZ, 2004).

Essa Ordem Mundial dominou o mundo entre os anos de 1947 e 1991, e era baseada na bipolarização, isto é, havia dois centros ou polos de poder que disputavam a hegemonia sobre o restante do mundo, no caso os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Foi em 1947, que o diplomata George Frost Kennan, diante da escalada crescente das tensões entre Moscou e Washington, propôs uma estratégia visando à contenção do imperialismo soviético. Ela ficou conhecida depois como Doutrina da Contenção (MUNHOZ, 2004).

A elaboração da citada diretriz de política externa começou quando Kennan enviou para o Departamento de Estado, um longo telegrama (1946), contendo uma análise minuciosa sobre a política externa soviética. Ademais, Kennan definia também como deveria ser a relação entre Estados Unidos e União Soviética (MUNHOZ, 2004).

Kennan defendia que os Estados Unidos precisavam colocar em prática uma Política Externa de longa duração através da contenção do expansionismo soviético. Ele entendia que qualquer sinal de agressão soviético deveria ser respondido com uma resposta dura e a altura para que Moscou e o movimento comunista internacional recorressem à moderação. Isso enfraqueceria a União Soviética, pois ele a enxergava como o lado frágil na Guerra Fria. Para tanto, a estratégia da superioridade tecnológica nas armas é decisiva, impulsionada pelo Complexo Industrial-Militar-Acadêmico como um verdadeiro empreendimento militar sob o ponto de vista neoschumpeteriano.

Para complementar a contenção do adversário soviético não se pode esquecer de que a demonstração de força da União Soviética, por meio do seu poderio militar crescente, acelerou a implantação da estratégia de arma superior, por meio de grande desenvolvimento tecnológico e científico.

O sucesso da Doutrina de Contenção e da estratégia de arma superior tecnologicamente, implantadas e verificadas nas doutrinas de relações internacionais e

militares, gestadas pelo Departamento de Estado, Casa Branca, Capitólio, Conselho de Segurança Nacional e intelectuais de universidades, requer a existência de organizações capazes de administrarem sistemas complexos, dirimir conflitos operacionais e políticos e organizar informações. Assim, a elaboração do Complexo Militar-Industrial-Acadêmico não pode ser considerado menos importante do que as suas consequências tecnológicas como a bomba atômica (Projeto Manhattan), o míssil, o transistor, a internet e o computador. A tomada de decisões se torna muito importante na seleção das melhores ideias e projetos para a possibilidade de construção de novas máquinas e de novas tecnologias (MUNHOZ, 2004).

Durante o seu governo Harry Truman ocorreu o desenvolvimento de projetos militares importantes para a criação de novas tecnologias e inovações como o projeto RAND Corporation (*Research and Development Corporation*) que defendia intensa pesquisa científica para o desenvolvimento de tecnologias e inovações, foi criada em 1948 para elaborar pesquisas operacionais, análise de sistemas e engenharia de sistemas. Havia uma grande preocupação com a resposta que os EUA dariam a um ataque nuclear soviético. A engenharia de sistemas era um projeto e inovação essencialmente militar, em que dissolvia as fronteiras entre ciência e engenharia acelerando o processo de inovação. Outro projeto o SAGE (*Semiautomatic Ground Environment*) tinha como objetivo preparar os EUA para um eventual ataque de bombardeios de longa distância que acarretou o desenvolvimento do míssil intercontinental. Tal projeto teve efeitos duradouros não previstos como o desenvolvimento de inovações em computadores, administração e comunicação que se espalharam para a economia e o modo de viver estadunidense.

A corrida armamentista entre EUA e URSS estabeleceu inexoravelmente o cronograma e as inovações tecnológicas estadunidenses.

Para implementar a estratégia de armamento tecnologicamente superior era importante estender a fronteira tecnológica, por meio do crescimento das comunidades científicas em um ritmo vertiginoso, bem diferente do realizado pela concorrência industrial.

Nascia o Complexo Militar-Industrial-Acadêmico, assim definido pelo presidente Dwight Eisenhower (1953-1961), em que a pesquisa com objetivos militares era desenvolvida por pessoas com o status de civis em instituições acadêmicas e industriais, num trabalho de parceria com o Departamento de Defesa dos EUA e a Casa Branca, mas não sob seu controle direto.

Assim, as universidades dos Estados Unidos como MIT, Instituto de Tecnologia da Califórnia (CALTECH), Universidade da Califórnia, Stanford, Harvard e Columbia foram as principais instituições que se dedicaram na elaboração da tecnologia estadunidense depois da Segunda Guerra Mundial.

Em termos políticos, a percepção constante de que os Estados Unidos, principalmente nas décadas de 1950 e 1960, estavam atrasados na corrida armamentista com a União Soviética levou-os a investirem mais na área militar e nas inovações por meio da construção de estruturas menos burocráticas em mais rápidas essências para a resposta eficiente ao perigo soviético.

Não se pode esquecer de que a União Soviética tinha obtido uma série de conquistas tecnológicas e militares desde o final da década de 1940 até a primeira metade da década de 1950. As explosões da primeira bomba nuclear soviéticas, em 1949 e da primeira bomba termonuclear, em 1951, e o lançamento do primeiro satélite nuclear soviético, o Sputnik I, em 1957, acenderam a luz de alerta da Casa Branca (MOWERY; ROSEMBERG, 1995).

Assim, em 1957, os Estados Unidos fortaleceram sua Estratégia de Retaliação Massiva com a reorganização do seu programa espacial, por meio da criação da *National Aeronautic and Space Agency (NASA)* e aprovação também do importante *National Defense Education Act* (HACKER; VINING, 2006).

Em sequência foi criada a *Advanced Research Projects Agency (ARPA)*, posteriormente, em 1972, tornou-se DARPA), vinculada ao Departamento de Defesa, cujo objetivo era liderar o processo de criação de inovações científicas e tecnológicas militares. O fator limitante para isso, diferentemente das indústrias, não eram os custos, mas a viabilidade operacional do sistema de inovações e os conhecimentos produzidos. Os militares, então, receberam grandes somas de recursos financeiros para compras de armamentos que criaram uma demanda ampla e protegida para as principais indústrias que forneciam armas. A missão do Departamento de Estado não era apenas fornecerem incentivos as pesquisas científicas e tecnológicas nas universidades e indústrias, mas de construir um amplo e estruturado sistema de inovação, no caso o Complexo Militar-Industrial-Acadêmico (HACKER; VINING, 2006, p. 124).

O objetivo era diminuir o tempo entre as invenções e as inovações acelerando o progresso técnico e direcionando para a produção de armamentos novos de tecnologia superior. Assim, tanto o lado da oferta, com o aumento do conhecimento científico e

tecnológico, como do lado da demanda, com o aumento das encomendas de tecnologias, foram definitivamente guiados pelos esforços militares para desenvolverem e construir e utilizarem as melhores armas. O Departamento de Estado se comportou como a maior força autônoma inventiva dos Estados Unidos durante toda a Guerra Fria (HACKER; VINING, 2006, p. 124).

Em outras palavras, de acordo com Fabrício Pereira da Silva, a DARPA foi criada pelo governo dos Estados Unidos:

(...) O Governo Federal atribuiu ao *Department of Defense* (DOD), propriamente no final de sua Estratégia de Retaliação Massiva, a tarefa de criar a DARPA com a função de desenvolver projetos que proporcionassem aos Estados Unidos o status de supremacia científico-tecnológico-militar (SILVA, 2014: p. 1).

A concepção básica de política industrial e tecnológica foi elaborada a partir de estudos históricos sobre estratégias nacionais em economias de industrialização tardia. Em uma abordagem neoschumpeteriana acerca da política industrial, a introdução de novas tecnologias é considerada como um processo no qual as instituições públicas participam ativamente na produção de novos conhecimentos, em que os incentivos e a difusão de inovações tecnológicas são considerados como processos organizados pelas forças de mercado. Nos Estados Unidos, desde o pós-guerra, essa percepção é bastante questionável e debatida (MEDEIROS, 2004).

As inovações tecnológicas que existiram nos Estados Unidos a partir de 1945 como o transistor, a fibra ótica, o computador, o avião a jato, a internet e a energia nuclear foram pensadas e organizadas como um verdadeiro empreendimento militar (SMITH, 1985).

O Complexo Militar- Industrial-Acadêmico nos Estados Unidos criou um abrangente processo de inovação baseado em descobrimentos e estudos científicos cujos objetivos eram vencer a Guerra Fria, apoiando a ideia da contenção de Kennan da ameaça soviética e conseguir a liderança tecnológica estadunidense no mundo. Para que isso fosse possível, as doutrinas militares e de relações internacionais da política externa dos EUA foram elaboradas ao longo de décadas.

A estratégia dos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, seria a da contenção e de superioridade tecnológica nas armas. Tal superioridade é fundamental e decisiva para a vitória militar e passou a ser hegemônica nas Forças Armadas dos EUA e em suas doutrinas militares

e de relações internacionais até praticamente o fim do século XX (MUNHOZ, 2004; MEDEIROS, 2004).

Para Medeiros o Complexo Militar-Industrial-Acadêmico foi de grande importância para o processo de inovação tecnológica estadunidense, pois:

O “complexo militar-industrial-acadêmico” gerou, em diferentes momentos, um estímulo tanto de demanda quanto de oferta ao processo de inovações e criou uma rede descentralizada e coordenada de instituições e comunidades tecnológicas sem rival no mundo contemporâneo. Dada esta característica específica, a influência dos militares na tecnologia não foi circunscrita à provisão de recursos ao processo de P&D e às compras de governo aos fabricantes de armas, mas incluiu a montagem de instituições voltadas ao deslocamento da fronteira científica e à aceleração do progresso tecnológico. Mais do que as armas criadas por este esforço, este objetivo político tornou-se um traço marcante da ciência e tecnologia americana. A influência sobre a mudança tecnológica nos EUA conformou, nos ‘anos dourados’ do pós-guerra, uma especialização produtiva em setores baseados na ciência, muito distintas das prioridades desenvolvidas no Japão e outros sistemas nacionais de inovação centrados na difusão a baixo custo de inovações da fronteira tecnológica (MEDEIROS, 2004, p. 226).

A partir da década de 1970, a mencionada tecnologia militar foi difundida para o uso civil. Ainda nos governos de Richard Nixon (1969-1974) e Gerald Ford (1974-1977), o Complexo Militar-Industrial-Acadêmico, como sistema de inovação, conferiu papel protagonista aos laboratórios universitários nas pesquisas. Sua estrutura descentralizada de pesquisadores, a pouca burocracia, a rapidez nas decisões e a grande motivação dos principais formuladores de política tecnológica possibilitou que empresas emergentes difundissem a tecnologia militar para a sociedade estadunidense e depois o mundo. Vários cientistas e engenheiros usaram sua experiência, conhecimento e contatos nos laboratórios públicos para criarem empresas que exploravam as tecnologias e inovações militares para uso civil agora. A transferência de tecnologia para as grandes empresas e destas para os seus fornecedores também se configurou como uma forma de difusão de tecnologias na sociedade.

Não se pode esquecer de que em 1976, no governo de Gerald Ford (1974-1977), a DARPA desenvolveu uma importante inovação para integrar a ARPANET em outras redes de computadores. Logo, em 1977, ocorreu a criação do *Internet Protocol* que possibilitou a integração da ARPANET com satélite e rádio. Já no ano de 1981, início do governo Reagan, a DARPA incentivou e financiou pesquisadores da *University of California-Berkeley* para incluir os protocolos de rede *Transmission Control Protocol* e o IP, numa versão para universidade de

caráter pública e popular. Percebe-se, então, que a DARPA foi fundamental e a agência de maior destaque no financiamento e criação da Rede e no caminho do seu desenvolvimento técnico enquanto a *National Science Foundation* teve grande destaque ao criticar a ideia de levar a internet para as “massas acadêmicas” e, posteriormente, para a população em geral (NEWMAN, 2002).

A estratégia de arma tecnologicamente superior demanda grande eficiência e desempenho em um ambiente de profunda concorrência.

Foi nessa época que se observou cortes no orçamento militar dos EUA, o avanço da indústria eletrônica, a rapidez das inovações eletrônicas levou a percepção de que era necessário, mais do que inovações, introduzi-la de forma contínua nos armamentos e equipamentos de comunicações.

A atuação militar não era mais a única fonte de demanda e de incentivos para a indústria de alta tecnologia agora, pois as indústrias de computadores pessoais e de componentes eletrônicos tinham se expandido em termos mundiais e passaram a demandar muito pela tecnologia moderna.

1.3 O Pós-Vietnã: a aposta na tecnologia

Ao final da Guerra do Vietnã, quando os Estados Unidos já tinham sido derrotados, na primeira metade da década de 1970, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos e os Ministérios e Departamentos de Defesa dos países da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) estavam bastante preocupados com a enorme vantagem em quantidade de tropas e de armas convencionais que os países do Pacto de Varsóvia e a União Soviética detinham naquele momento. A vantagem englobava armamento convencional com tecnologia de ponta até armas nucleares (GONÇALVES, 2015, p. 26).

A situação era preocupante, pois os Estados Unidos estavam não só desmoralizados com a derrota na Guerra do Vietnã, bem como atravessando grave crise econômica e política decorrente do fim do padrão dólar-ouro, em 1971, do Primeiro Choque do Petróleo, em 1973 e do escândalo de Watergate, com a renúncia do presidente Nixon, em 1974.

Aliado a esse quadro, a Guerra do Vietnã causou a sensação nas Forças Armadas e no governo dos Estados Unidos de falha e de crise nos serviços aéreos, comprometendo bastante as teorias do poder aéreo da época. Não se pode esquecer também de que o governo do

presidente republicano Dwight Eisenhower (1953-1961) deixou sérios problemas para os governos posteriores, pois sua política e estratégia de retaliação massiva embasavam-se, principalmente, em armas nucleares, causando a redução dos recursos investidos e das próprias forças convencionais. Seu governo também deixou um legado de tecnologias mal escolhidas e decisões erradas no setor aéreo que causariam também a derrota do país no Vietnã (JORGE, 2009, p. 11).

Desse modo, para se compreender as mudanças que ocorreram decorrentes da aposta em tecnologia por parte do Departamento de Defesa e do governo dos Estados Unidos, faz-se necessário entender como a chamada “síndrome do Vietnã” impactou as Forças Armadas, a DARPA, o próprio Departamento de Defesa e a Casa Branca. Nesse sentido, é oportuno estudar os efeitos e mudanças sobre tecnologia militar, treinamento e perfil de força, por meio dos tópicos DARPA, Perfil de Força e TRADOC.

1.3.1 A Síndrome do Vietnã

Para se compreender melhor as transformações da tecnologia militar que atingiram e influenciaram a Guerra do Golfo, faz-se necessário destacar a chamada “Síndrome do Vietnã”, decorrente da Guerra do Vietnã (1965-1975). Vale lembrar, de que tal conflito e “síndrome” foram muito importantes para o nascimento da Doutrina Powell que foi aplicada no Iraque, em 1991 (SILVA, 2004: pp. 409-412).

A presença e participação ativa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã causaram um grande “trauma” para o governo e a sociedade estadunidense conhecida como síndrome do Vietnã.

A Guerra no Vietnã (1965-1975), então, propiciou grande transformação militar dos Estados Unidos. As mudanças iniciadas a partir do mencionado conflito, na década de 1970, no caso a criação de um força de voluntários que substitui a conscrição, criação da Força Delta, revolução no treinamento das tropas, reforma do Departamento de Defesa, desenvolvimento de teorias do poder aéreo e avanços na tecnologia militar foram bastante impactantes sob o ponto de vista tecnológico e militar. Desembocou em grandes transformações, na década de 1980, estruturais nas Forças Armadas estadunidenses que participaram ativamente da Guerra do Golfo, de 1991. (KAGAN, 2006: 3-5).

A síndrome do Vietnã teve papel fundamental para a elaboração da Doutrina Powell, pois a volta de milhares de soldados mortos para o território dos Estados Unidos foi bastante dolorosa e traumática. Aliada a essa questão, existia ainda a opinião pública nacional que chegou a ser considerada uma das responsáveis pela derrota de Washington no Sudeste da Ásia. A imprensa estadunidense, bem como a internacional, foi contra a Guerra do Vietnã em termos gerais e a publicação de imagens assustadoras sobre o conflito e as vítimas, de ambos os lados, chocou o povo dos Estados Unidos (SILVA, 2004: pp. 409-412).

Ela ainda teve um efeito importante sobre a área militar. No Pentágono e no Departamento de Estado, ainda na década de 1970, a derrota política dos Estados Unidos para o Vietnã, deixou clara a convicção de que o governo estadunidense precisava repensar suas estratégias militares, desenvolvimento tecnológico e científico, seja para enfrentar e conter a União Soviética numa mediação de forças até mesmo para se evitar a Terceira Guerra Mundial, seja para tratar de problemas com países do Terceiro Mundo, inferiores em termos militares, mas com estratégias de guerrilha, por exemplo, como foi o caso do Vietnã.

A Guerra do Vietnã representou uma derrota política, estratégica e tecnológica mesmo que os Estados Unidos não tivessem sido derrotados militarmente. Embora os avanços em desenvolvimento científico-tecnológico-militar dos Estados Unidos eram substanciais desde a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que levaram a mudanças na condução da guerra, nem sempre a supremacia tecnológica determina a vitória na guerra.

Na época do conflito e da derrota estadunidense os Estados Unidos possuíam os melhores e mais bem desenvolvidos equipamentos militares. Muito se discute sobre os motivos da sua derrota, tema este que motivou e ainda motiva acalorados debates na seara acadêmica estadunidense. No entanto, Carlos Martí Sempere destaca algumas possíveis causas (SEMPERE, 2006):

1) a incapacidade dos Estados Unidos de erigir, no Vietnã do Sul, um Estado viável sob o ponto de vista político e militar, capaz de se proteger das ameaças dos seus vizinhos, principalmente do Vietnã do Norte;

2) não eram claros os objetivos táticos e estratégicos, bastante limitados pela política externa em voga do país, o que afetou o moral dos combatentes;

3) em virtude do desconhecimento do teatro de operações, seja do clima, vegetação e do relevo, ocorreram muitos problemas na execução de operações e logística;

4) as enormes dificuldades de realizar o corte de suprimentos de materiais oriundos da União Soviética e da China para o Vietnã do Norte e os vietcongues;

5) o problema do apoio da opinião pública internados Estados Unidos, que causou a erosão da legitimidade da guerra em virtude, principalmente, das baixas de soldados que à medida que chegavam cada vez mais corpos em solo estadunidense causava grande comoção nacional;

6) houve grande impasse político no Capitólio, pois os parlamentares do Partido Democrata começaram a negar a aprovação de financiamento da guerra, estrangulando economicamente a máquina de guerra dos Estados Unidos no teatro de operações; e,

7) o grande e eficiente desgaste ocasionado pelas guerrilhas vietnamitas em relação aos soldados estadunidenses e ao aparato militar das Forças Armadas dos Estados Unidos (SEMPERE, 2006).

Outras causas da derrota podem ainda ser elencadas. De acordo com Thomas Mahnken a derrota também foi provocada pelo caráter irregular da guerra, pois o exército norte-vietnamita e os vietcongues mesclaram eficazmente ações de guerrilha e convencionais fazendo com que as vitórias dos Estados Unidos em combate tivessem pouca influência no curso da guerra (MAHNKEN, 2008).

O uso de napalm, novos aviões de bombardeio e sensores eletrônicos não teve sucesso na destruição das unidades inimigas, causando o efeito colateral de desmoralização e de críticas à legitimidade da guerra. Mesmo as inovações tecnológicas e doutrinárias desenvolvidas para lidar com as tropas inimigas causaram efeitos discutíveis e ambíguos. O intenso uso de helicópteros para mobilidade da infantaria determinou a necessidade de se deslocar para as bases militares enormes quantidades de pessoas para efetuarem atividades de logística o que facilitou inegavelmente as ações de sabotagem nas mesmas (MEDEIROS, 2004).

Dentre as várias consequências da Guerra do Vietnã para os Estados Unidos ressaltam-se modificações profundas no chamado Perfil das suas Forças Armadas, já citadas no primeiro capítulo, englobando a eliminação da conscrição, isto é, do serviço militar obrigatório, em 1973, no governo de Richard Nixon (1969-1974) a mudança do caráter doutrinário da guerra com a presença dos voluntários, no Exército, frente à necessidade de se manter o equilíbrio com a União Soviética, com a posterior adoção da Doutrina de Batalha Ar-Terra, bastante aplicada na Guerra do Golfo (REIS, 2016).

Nesse sentido, a Guerra e a Síndrome do Vietnã causaram muitos efeitos sobre o governo, as Forças Armadas, a cobertura da mídia e a população. A primeira foi que a crença do povo estadunidense e da comunidade internacional de que os Estados Unidos eram mediadores e defensores de interesses compartilhados, entrou em crise e foi colocada em xeque.

A segunda consequência é que a Segunda Guerra da Indochina ou Guerra do Vietnã demonstrou para os Estados Unidos de que nem sempre o país com maior poder bélico, mais soldados e armas vence um conflito. A média e longo prazo tais efeitos foram gigantescos para a política externa e militar de Washington que se verificou em conflitos como a Guerra do Golfo, de 1991, a Guerra do Afeganistão, em 2001, e a Guerra do Iraque, de 2003.

A terceira foi o alto custo político, econômico e geopolítico para os Estados Unidos. Para o Vietnã, o alto custo social e econômico deve ser citado.

A quarta foi que os movimentos de resistência da maior parte dos países do Terceiro Mundo, não eram oriundos de movimentos de libertação nacional, mas de movimentos contra ditaduras apoiadas pela Casa Branca, nas décadas de 1970 e 1980. Então, a ideia de causar a maior destruição possível sobre o Vietnã, como forma de alerta para outros países que desejavam seguir tal exemplo, tornou-se inadequada nos anos posteriores, frente às mudanças que ocorreram nos movimentos de resistência em vários lugares do mundo e frente ao declínio soviético.

A quinta consequência foi a forte influência ainda exercida pela Guerra do Vietnã sobre Washington. A chamada síndrome do Vietnã causou a necessidade de se procurar uma nova doutrina estratégica, pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos. O objetivo era intervir em um conflito, com o menor número de baixas de militares estadunidenses e de civis, do lado inimigo, mediante intervenção militar com armas tecnologicamente avançadas, ditas inteligentes, e posterior uso de infantaria. Enquadra-se nesse contexto a Doutrina Powell.

Esse trauma ainda hoje é sentido e têm norteado doutrinas de defesa como a Powell, Clinton e Bush, para se evitar a repetição desse triste fato aos Estados Unidos.

A Doutrina Powell sintetiza uma experiência negativa, em que o Exército dos Estados Unidos terá uma profissionalização a partir de 1973. A mudança ocorreu em grande parte devido à traumática experiência envolvendo os conscritos que lutaram nas Forças Armadas Estadunidenses durante a Guerra do Vietnã (1965-1975) (SILVA, 2004: pp. 410-412).

Como a maior parte dos estadunidenses que lutaram em território vietnamita não era militar de carreira, por mais que fossem treinados, não tinham o preparo necessário para enfrentar uma guerra, como a do Vietnã.

A coordenação feita por Colin Powell das forças militares dos Estados Unidos, durante a invasão sobre o Panamá, em 1989, e na preparação e durante a Guerra do Golfo, em 1991, foi muito importantes no enfrentamento e superação da chamada Síndrome do Vietnã (POWELL, 1992/1993).

A sexta consequência considera que a Guerra do Vietnã constituiu um marco de grande importância na história da cobertura pela imprensa de conflitos internacionais. Vale lembrar, que tal conflito foi intensamente televisionado, por meio de uma ampla cobertura dos bombardeios, vítimas, destruição o que causou forte indignação da população estadunidense causando protestos e mobilizações contra a política externa de Washington na Península da Indochina apesar das tentativas de Washington de controlar a cobertura da mídia à época. Segundo a Professora Anabela Carvalho “este impacto social da televisão foi designado como ‘síndrome do Vietname’, tão grave foi considerado o papel dos media pela máquina político-militar norte-americana” (CARVALHO, 2004: p.5).

Assim, para evitar uma nova “síndrome do Vietnã” em outros conflitos que interviesse, o Pentágono e o Departamento de Estado, principalmente, conceberam uma política de controle restritivo sobre a imprensa nos teatros de operações de guerra. O governo dos Estados Unidos percebeu que em qualquer conflito que interviesse, o apoio da opinião pública e o controle sobre as informações veiculadas pela imprensa seriam fundamentais nas próximas guerras. Foi o que ocorreu na Guerra do Golfo, em 1991, quando os veículos de comunicação como a CNN contribuíram para a mobilização e engajamento maciço da opinião pública interna e externa, bem como ajudou no aumento exponencial da popularidade do então presidente George H. Bush (1989-1993). A propaganda oficial foi aderida quase que por completo pelos jornais e televisões dos EUA (TAYLOR, 1992).

1.3.2 DARPA

Como já foi mencionado anteriormente a ARPA (*Advanced Research Projects Agency*) foi criada nos Estados Unidos, em 1957, pelo governo republicano de Dwight Eisenhower (1953-1961), como resposta imediata à escalada vertiginosa do poderio soviético,

tendo em vista o lançamento do seu primeiro satélite artificial, o *Sputnik I*. Sua função e objetivo era o de desenvolver pesquisas, estudos, que fossem inovadores, de risco e até revolucionários, como foram as pesquisas e desenvolvimento dos veículos não tripulados, desenvolvimento da internet, de armas e munições de precisão guiada (as chamadas “armas inteligentes” muito usadas na Guerra do Golfo, de 1991) e da tecnologia *Stealth*.

Em 1972 ela passou a se chamar DARPA, mas seu objetivo continuou sendo assegurar aos Estados Unidos à liderança na corrida armamentista e tecnológica contra a União Soviética (DARPA,2008).

Ainda sob os efeitos da derrota no Vietnã, a DARPA elaborou o *Assault Breaker*, em 1977, com o objetivo explícito de desenvolver aviões equipados com radares para detectar veículos na Europa Oriental, por exemplo. O mecanismo de funcionamento da aeronave era baseado no repasse das informações do alvo para unidades que destruiriam forças inimigas, por meio do lançamento de armas do ar (MAHNKEN, 2008).

Com o fim da Guerra do Vietnã e conseqüente derrota estadunidense na mesma o Departamento de Defesa conseguiu do Congresso Nacional a autorização para fazer da DARPA o local para o desenvolvimento de vários programas de Pesquisa & Desenvolvimento com o auxílio de empresas privadas que não participavam regularmente do mercado militar. Sem dúvida tal atitude reforçou a importância da DARPA no cenário de inovação e tecnologia bem como auxiliou no desenvolvimento de novas armas tecnologicamente sofisticadas, muitas delas vistas na Guerra do Golfo.

Claro que existem outros órgãos estatais estadunidenses importantes no processo de Pesquisa & Desenvolvimento, como a NASA, mas devido seus objetos de atuação não foram o foco e estudo do trabalho.

A DARPA desempenhou papel bastante particular e importante nas estratégias elaboradas pelos Estados Unidos para garantir a sua supremacia tecnológica no mundo. Ela direcionou os problemas de inovação militar juntamente com o financiamento do Departamento de Defesa e os pesquisadores das universidades (DARPA, 2008).

A partir de suas pesquisas, ideias, riscos e investimentos conseguiu desenvolver e aprimorar capacidades tecnológicas que auxiliaram os Estados Unidos a manterem a liderança tecnológica, científica e militar. O desenvolvimento de tecnologias de aeronave furtiva, de veículos não tripulados, receptores que tornaram os dados do GPS acessíveis e armas e munições de precisão guiadas permitiu com o passar do tempo, principalmente a partir da

experiência na Guerra do Golfo, garantir aos Estados Unidos o domínio do espaço aéreo, precisão (contestável segundo alguns autores, mas eficiente) ao atingir os adversários e com pequena quantidade de baixas no lado dos Estados Unidos (DARPA, 2008).

Como se trata de um site oficial da própria agência tais informações precisam ser analisadas à luz da experiência histórica. No que concerne à Guerra do Golfo, apesar da vitória, o que se observou foram muitas falhas e problemas em armamentos como as bombas de precisão guiada, como o bombardeio de alvos civis e o uso de grande quantidade de bombas que foram literalmente despejadas sobre o Kuwait e o Iraque. Posteriormente tais sistemas e armas foram aprimorados e tiveram suas falhas corrigidas.

Em linhas gerais, cabe ressaltar que a tecnologia militar de precisão atendeu de certa forma às demandas fundamentais para possibilitar êxito nas estratégias de intervenção dos Estados Unidos: de caráter político para atingir os objetivos políticos na guerra, de caráter estratégico, para evitar guerra de contato ou de movimento e de caráter tático, para tentar bloquear ou evitar os ataques às populações civis (JOXE, 1995).

Nesse sentido, muitas dessas armas de precisão foram usadas na Guerra do Golfo, como os mísseis e foguetes que poderiam neutralizar alvos importantes do inimigo como sistemas de comunicação e de distribuição de energia e comando de decisões. As armas de precisão guiada auxiliaram nas operações militares para identificação de alvos potenciais do campo de batalha adversário. As *precisions guided bombs* ou munições de precisão guiada e as *bombs* ou bombas guiadas a laser foram desenvolvidas após a experiência no Vietnã e foram fundamentais em conflitos como na Guerra do Golfo. Para auxiliar no sistema de operações houve o desenvolvimento de sistemas digitais de comunicação e de posicionamento como o GPS (*Global Positioning System*) (SEMPERE, 2006).

Ressalta-se, que a ideia era de que nos cenários futuros dos teatros de batalho, era fundamental ter a capacidade de lançar as bombas de forma precisa, ou como seria denominada pela imprensa durante a Guerra do Golfo, de forma cirúrgica, tanto quanto também era imprescindível localizar forças em termos aéreo, terrestre e marítimo (MAHNKEN, 2008).

Decorrente do desenvolvimento de tecnologia furtiva (*Stealth*) possibilitou e aumentou a capacidade de aviões não tripulados de penetrarem defesas aéreas inimigas sem ser identificados. E os veículos não tripulados também foram frutos das pesquisas e do

desenvolvimento de sensores, conceitos operacionais, bem como da habilidade de comunicação, navegação e localização dos alvos pela DARPA (SEMPERE, 2006).

1.3.3 O novo Perfil de Força

Entende-se o conceito de Perfil de Força, como o Formato das Forças, isto é, o tamanho das forças armadas incluindo as composições variantes de suas armas principais, com a hierarquização baseada na estratificação social da força (FINER, 1975: p. 90). Em outras palavras, para Mearsheimer Perfil de Força pode ser conceituado como a Estrutura de Força (MEARSHEIMER, 1981: p. 165-184). Será essa ideia Formato/Estrutura de Força que será usado como conceito de Perfil de Força na presente tese.

O aspecto central de tal conceito é que a Estrutura ou Perfil de Força que irá determinar qual o tipo de missão que as Forças Armadas de realizar e alcançar: realizar intervenções de pequeno porte em áreas diferentes ou realizar intervenções de grande porte em longa distância para a defesa de território. Como é muito difícil um Estado conseguir fazer as duas coisas ao mesmo tempo, devido aos custos econômicos, militares e sociais altíssimos de preparar as Forças Armadas para atuar em qualquer situação, a escolha geralmente é feita. Ao fazê-la a doutrina, treinamento e a correlação de forças irão refletir tal escolha (MEARSHEIMER, 1981: p. 165-184).

De acordo com José Arthur da Silva Reis, que trabalha com a ideia de Perfil de Força, as transformações do Perfil das Forças Armadas dos Estados Unidos, para efeito do foco da pesquisa em questão, abarcará aproximadamente o período entre 1975 e 1991, ou seja, desde o fim da Guerra do Vietnã até a Guerra do Golfo. De acordo com Reis, elas podem ser sintetizadas e organizadas em 3 fases:

A primeira foi caracterizada pela eliminação da conscrição, ou seja, do serviço militar obrigatório, e ocorreu durante a guerra, no governo Nixon, como resultado do baixo desempenho das Forças Armadas na guerra contra insurgência no Vietnã e da crise de legitimidade que esta acarretou no plano interno. A segunda foi uma mudança de caráter doutrinário que, possibilitada pela força de voluntários, modificou toda a maneira de se pensar a conduta da guerra, e foi levada a cabo pela liderança do Exército frente à necessidade de se manter o equilíbrio com a União Soviética na frente ocidental. Seu resultado foi a adoção da Doutrina da Batalha Ar-Terra, aplicada na Guerra do Golfo, em 1991. A terceira fase ocorreu ao longo da década de 1990,

como resultado do próprio sucesso da Guerra do Golfo, que incentivou as lideranças militares e civis aprofundarem elementos do processo de reformas vistos como responsáveis pela vitória (...) (REIS, 2016: pp. 4-5).

A partir da afirmação acima se verifica que a questão dos conscritos, a modificação e implantação da doutrina de batalha Ar-Terra ou Aérea-Terrestre (que será trabalhada no tópico sobre a criação do TRADOC), muito utilizada e de grande importância para a vitória dos Estados Unidos na Guerra do Golfo e o aprofundamento das reformas que levaram, na concepção das lideranças militares e civis, à vitória estadunidense frente ao Iraque, em 1991, são aspectos fundamentais que são parte de uma grande mudança no aparato, pensamento, doutrina, comunicações e tecnologia das armas. Muitos chegaram a afirmar que teria nascido, principalmente a partir da Intervenção de Washington, em 2001, no Afeganistão, um novo modo de guerra estadunidense fato este bastante polêmico e controverso no meio acadêmico e militar.³

Sobre os conscritos é importante frisar sobre como a Guerra do Vietnã causou profundo impacto nessa questão. Durante os conflitos no Vietnã a oposição ao conflito cresceu exponencialmente dentro e fora do território dos Estados Unidos chegando ao ponto de a mesma padecer de legitimidade. Isso foi causado pelo grande número de baixas de soldados estadunidenses (bem menores em quantidade do que se comparados às perdas vietnamitas), pela desmoralização das Forças Armadas e pela cobertura midiática das baixas, tanto do lado estadunidense, como do lado vietnamita, bem como da destruição infringida pelos Estados Unidos ao Vietnã (SILVA, 2004: pp. 409-412).

Assim, verificou-se a necessidade premente de se debater e verificar as falhas e buscar alternativas ao sistema de recrutamento militar que foi um dos responsáveis pela derrota dos Estados Unidos nessa guerra. Salienta-se que a conscrição existia nos Estados Unidos desde o ano de 1940, quando foi feita em tempo de paz, pela primeira vez, já que Washington entrou na Segunda Guerra em 7 (sete) de dezembro de 1941, com o ataque de Pearl Harbour, pelo Japão. Com o passar dos anos o número de conscritos chegou a diminuir, mas com a escalada das tensões e posterior envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã, o número de convocados

³ Ainda sobre essa questão, existe a dissertação de mestrado de Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo Jorge que defende a tese de que não se trata de um novo modo de guerra estadunidense. As referências sobre o seu trabalho são: JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão: Um Novo Modo de Guerra Americano?** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

explodiu na segunda metade da década de 1960 (SCHULZINGER, 2002; SINGLETON, 2014).

Os horrores da Guerra do Vietnã, aliados à cobertura da mídia falada, impressa e televisiva, aos protestos dentro e fora do território estadunidense e o crescente número de baixas de soldados dos Estados Unidos levou ao crescimento da resistência à convocação, principalmente de universitários. Vale lembrar, de que a guerra era considerada ilegítima à época. Foram inúmeras pessoas que tentaram fugir, burlar e fraudar o sistema de convocação relatado posteriormente e que conquistaram popularidade e críticas.

Diante desse quadro caótico foi proposta mudança no sistema de recrutamento, que passaria a ser voluntário, e que conquistou o apoio dos políticos do Partido Republicano e de economistas ligados a uma corrente econômica ascendente à época, o neoliberalismo, cujo expoente maior era Milton Friedman, em virtude dos custos sociais e econômicos maiores que o serviço militar obrigatório tinha em comparação com a força de voluntários. Esses conseguiram convencer assessores do candidato republicano à presidência, o então Senador Richard Nixon, durante as eleições presidenciais de 1968, a incorporar em sua plataforma de governo o fim do serviço militar obrigatório (SINGLETON, 2014; STEWART JR. 2007: pp. 26-34).

Com a vitória e a posse de Nixon, em 1969, formou-se a Comissão Gates, para estudar a viabilidade de acabar com a conscrição e encontrar outra saída. O relatório de tal comissão foi bastante pautado pelo conteúdo econômico, como era de se esperar, diante do apoio da corrente liderada por Friedman. Ele foi amplamente favorável ao fim do recrutamento obrigatório, mas esse parecer encontrou forte resistência das lideranças do Exército onde a presença dos conscritos perfazia mais de 50% dos seus quadros. Ao final, os comandantes do Exército cederam diante da baixa popularidade do mesmo e do sistema de recrutamento obrigatório e assim, em 27 de janeiro de 1973, foi aprovada o fim da conscrição (MITTELSTADT, 2016).

O serviço militar passou a ser encarado, desde então, como parte do mercado de trabalho formal, com a transição de uma força de conscritos para uma força de voluntários. O efeito imediato foi a reorientação dos gastos de defesa, que deixou de ter um foco em treinamento, prontidão e equipamento para privilegiar o recrutamento e a retenção dos voluntários que se alistaram para se tornarem futuros soldados (SINGLETON, 2014; KAGAN, 2006).

Ocorreram muitas dificuldades para se conseguir voluntários e para resolver esse problema o governo elaborou duas medidas: abriu a possibilidade para o recrutamento de mulheres e estruturou um programa de bem-estar social para quem quiser seguir a carreira militar. Tal fato, obviamente, atraiu as mulheres, minorias étnicas, principalmente negros e hispânicos, e os grupos sociais mais pobres o que foi e é muito criticado (REIS, 2016, p. 8).

Já no governo Reagan (1981-1989) foi erigido o programa “Força Total” que aumentou o número de combatentes no Exército, por meio da realocação do pessoal de logística, maximizando a força de combate sem implicar em aumento de custos para o erário público federal, num momento de grave aperto fiscal (KAGAN, 2006, pp. 21-24).

1.3.4 TRADOC

Nas décadas de 1970 e 1980 ocorreram mudanças substanciais na forma de treinamento das Forças Armadas estadunidenses voltadas para a guerra. Nesse sentido, dois treinamentos se destacaram de acordo com Kagan: o do Exército e do poder aéreo. Este último envolve duas armas das Forças Armadas, a Marinha e a Força Aérea. Tais mudanças nos treinamentos ocorreram no contexto do pós-Vietnã, em que havia a necessidade de se repensar o aparato militar estadunidense em todas as suas dimensões o que incluía o treinamento dos seus soldados (KAGAN, 2006, pp. 21-24).

Assim, a Marinha desenvolveu a “Estação Aéreo-Naval Miramar” (*Naval Air Station Miramar*), mais conhecida como Topgun. A Força Aérea, por sua vez, fez mudanças e seus pilotos adotaram táticas e formações soviéticas já conhecidas (Programa Bandeira Vermelha), além de criar a Capacidade Operacional Planejada (*Designed Operational Capability-DOC*), formada por esquadrões específicos para diferentes missões aéreas (SILVA, 2014, p. 13).

No entanto, a grande mudança no que se refere ao treinamento nas Forças Armadas ocorreu com o Exército. Em 1973, ainda com a Guerra do Vietnã em curso, diante do fracasso retumbante das Forças Armadas no Sudeste Asiático e para buscar saída à guerra nuclear foi criado em 1973, o Comando de Treinamento e Doutrina (*Trraining and Doctrine Command*), mais conhecido como TRADOC.

Trata-se de um conglomerado de centros de pesquisa e treino e universidades militares que objetivam desenvolver pesquisas, tecnologias, treinamento, educação militar e novas

doutrinas que passaram a colocar muito mais ênfase no treinamento militar em tempos de paz, algo bastante diferente do que ocorria até então (TOFFLER; TOFFLER, 1994).

As mudanças que começaram a ser implementadas pelo TRADOC levaram os Estados Unidos nos anos posteriores possibilitou formar militares capazes, pela primeira vez na história dos Estados Unidos, de conseguirem chegar em pouco tempo no campo de batalha com excelente preparação, treinamento e experiência em combates simulados da melhor maneira possível, no Centro de Treinamento Nacional e Fort Irwin.

Ainda em 1973, ocorreu a Guerra do Yom Kippur⁴ entre Israel contra Egito e Síria e a rapidez da guerra, a forma como Israel conseguiu a vitória contra egípcios e sírios despertou a atenção do General de Divisão Don Starry, que foi enviado pelos Estados Unidos para observar o conflito e fazer um relatório sobre ele para o comando do TRADOC. Ressalta-se que a grande destruição infligida, a forma como conduziu a guerra e o grande poder de fogo de Israel contra Egito e a Síria, foram muito estudados pelos comandantes do TRADOC (TOFFLER; TOFFLER, 1994).

Em decorrência desses estudos e do relatório sobre a Guerra do Yom Kippur, foi desenvolvido pelo general DePuy a doutrina de Defesa Ativa, em 1976, que em termos gerais, defendia que as guerras convencionais futuras utilizariam grande quantidade de armamentos e teriam grande poder de destruição, embasadas na guerra de atrito e em postura bastante defensiva e em razão disso foi abandonada posteriormente.

As grandes transformações começaram em 1977, quando o General de Divisão Don Starry, o mesmo que produziu o relatório sobre a Guerra do Yom Kippur, foi nomeado para o comando do TRADOC. Starry e um grupo de assessores com o incentivo, apoio e autorização do Estado-Maior do Exército e do Departamento de Defesa, verificaram que havia a urgente necessidade de promoverem grandes mudanças na estrutura das Forças Armadas (TOFFLER; TOFFLER, 1994, pp. 55-64). Inclusive as mudanças que promoveram foram fundamentais para a construção da chamada Doutrina Powell e o “êxito”⁵ dos Estados Unidos na Guerra do Golfo.

⁴ Guerra do Yom Kippur (1973): conflito ocorrido entre Israel contra Egito e Síria, sendo que estes dois últimos realizaram um ataque surpresa no dia do Yom Kippur, ou dia do “perdão”, data sagrada para a religião do judaísmo. Consequência direta da Guerra dos Seis Dias (1967), vencida por Israel. O efeito direto foi a manutenção dos territórios ocupados e reivindicados por jordanianos, egípcios, palestinos e sírios, no caso a Faixa de Gaza, Cisjordânia, Jerusalém Oriental e Colinas do Golan sob o domínio israelense. Outro efeito foi a 1ª Crise Internacional do Petróleo.

⁵ Foi colocado entre aspas porque após o final do conflito muito se discutiu sobre o tamanho real da vitória estadunidense na mesma. Em termos políticos, George H. Bush não colheu os louros e durante as eleições para

Quanto ao aspecto doutrinário também foi constatado que havia necessidade de reforma urgente e assim, foi proposto algo mais ousado do que a ideia de Defesa Ativa. A estratégia proposta, importantíssima e fundamental para a futura aplicação da Doutrina Powell em campo de batalha, foi enfatizar noções de campo de batalha ampliado e de batalha profunda e para tanto, era importante interromper de forma decisiva toda e qualquer movimentação de retaguarda do inimigo, por meio da imobilização do seu apoio logístico mediante a utilização da estratégia de manobra e da interdição efetuada pela Força Aérea. Esta deveria agir de forma mais dura, decisiva e agressiva do que nas estratégias anteriores (TOFFLER; TOFFLER, 1994). No fundo o uso de aviões passa a ter maior importância na realização de guerras e da estratégia que depois configurará a Doutrina Powell e será amplamente usada na chamada Operação Escudo do Deserto, como preparação para a Operação Tempestade do Deserto, durante a Guerra do Golfo.

Salienta-se que, que a posição e os objetivos de Starry e seu grupo de trabalho, foram muito ousados para a época, ainda mais em se tratando de doutrina militar que no caso dos Estados Unidos, a resistência foi muito grande, pois segundo Toffler:

(...) modificar uma doutrina militar é como tentar deter um tanque atirando-lhe doces de gelatina. A organização militar, como qualquer enorme burocracia moderna, resiste à inovação – especialmente se a mudança implicar o rebaixamento de certas unidades e a necessidade de adquirir novos conhecimentos e transcender rivalidade entre serviços (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p. 65).

Desse modo, definir nova doutrina, conseguir legitimidade para ela dentro das Forças Armadas como também na esfera política e depois aplica-la com tropas muito bem treinadas auxiliadas por tecnologia sofisticada é uma tarefa de Hércules, sem dúvida. Para tanto, foi feita uma campanha – em que as ideias fossem como balas - junto aos intelectuais da organização militar para convencê-los da viabilidade estratégica da nova doutrina militar e

presidente, em 1992, perdeu a disputa para Bill Clinton, do Partido Democrata. Além disso, como se sabe, o ex-aliado Saddam Hussein continuou no poder, a revelia do que almejava o então secretário de Defesa, Dick Cheney, do governo de George H. Bush (1989-1993), mas seguindo a ideia de Collin Powell, de cumprimento do mandato internacional conferido pela ONU aos Estados Unidos e coalizão de países. Não se pode esquecer de que apesar de todo o uso de armas, equipamentos e sistemas de comunicação tecnologicamente avançados, uma parte substancial das armas ainda eram convencionais e das poucas mortes dos aliados, muitas ocorreram por “fogo amigo”, além de muitas baixas e destruições no Iraque terem sido provocadas pelas chamadas “armas inteligentes”. No entanto, isso não quer dizer que sob o ponto de vista dos objetivos militares, que era fazer uma guerra com poucas baixas do lado aliado, rápida em termos de operação terrestre e com vitória avassaladora não tenha sido alcançado.

foram incentivados a escrever artigos para revistas militares (equivalentes às revistas científicas civis) e os revisores (críticos) apresentavam os problemas dos diversos artigos referentes à nova doutrina, apresentando soluções e ideias para aprimorá-la, num longo processo de debate intelectual e científico. Assim, foi reavaliada a antiga obsessão pela massa bruta por parte dos militares, algo chave nesse processo (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p. 65).

O trabalho articulado, pensado e desenvolvido por Starry e seu grupo de assessores próximos só se consolidou após todo o citado processo de debate, construção e desconstrução intelectual, ao final da década de 1970 e início da de 1980. Foi nessa época que Starry consultou muitas obras sobre temas militares e se deparou com a recém-lançada “A Terceira Vaga”, de Alvin Toffler, que trabalha sobre a mudança de guerra em escala industrial para a guerra em escala informacional e digital, uma espécie de novo tipo de guerra, um novo modo de guerra estadunidense, cujo debate se acentuou a partir da Guerra do Golfo, de 1991, e se tornou ainda maior com as intervenções militares dos Estados Unidos no Oriente Médio (Afeganistão e Iraque), na década de 2000. Como já foi explicitado aqui, provavelmente, hoje, talvez ainda não se trate de um novo modo de guerra estadunidense, mas estamos no processo de transformações militares ou até de Revolução em Assuntos Militares, que pode desembocar ao longo de décadas em um novo modo de guerra. Em outras palavras, estamos no centro desse turbilhão de mudanças e é complicado afirmar contundentemente que é um novo tipo de guerra.

Starry recomendou o citado livro de Toffler para os generais de seu estado-maior e tais ideias se disseminaram pelas entranhas do aparato militar. Não se afirma aqui que o livro em questão foi o responsável pelas mudanças, mas sua leitura corroborou a necessidade sob a ótica de Starry e outros comandantes, da urgente mudança que as Forças Armadas estadunidenses precisavam fazer e enfrentar se quisessem se revigorar da desmoralização infligida pela humilhante derrota no Vietnã (TOFFLER, 1980).

A maior resistência para Starry foi encontrada no Exército e para convencê-los de que a ideia, em termos gerais, então vigentes de que as fábricas militares produzem armas, que são utilizadas pelos combatentes em treinos e que depois são reunidos para fazer guerras precisa mudar caso os Estados Unidos queiram continuar hegemônicos em termos militares, ameaçado que estava naquele momento pela União Soviética (TOFFLER; TOFFLER, 1994: p. 65).

Ele, então conseguiu convencer intelectuais militares de grande expressão e relevância nos meios militares e os levou para a sede do TRADOC, em *Fort Monroe*, na Virgínia. Também conseguiu o apoio dos seus superiores E.C. Meyer, chefe do Estado-Maior do Exército, de Bill DePuy, seu antecessor no TRADOC, do general Abrams e de muitos outros que garantiram a Starry que o desacordo não seria tratado como deslealdade ou quebra de hierarquia, por apoiarem a necessidade de uma nova maneira de pensar. Ao mesmo tempo, o general William R. Richardson e um grupo reduzido de coronéis, como Richmond Henriques, Huba Wass e L.D. Holder trabalhavam também em *Fort Leavenworth*, no Kansas, para identificar os problemas e elaborar soluções de qualquer modificação na doutrina (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p. 65).

Para complementar esse processo Starry e o brigadeiro Don Morelli, este encarregado de formular a nova doutrina, juntamente com outros oficiais James Merryman, Jack Woodmansee, Carl Vuono, com o civil Joe Braddock, responsável pela firma de consultores *Braddock, Dun e MacDonald* (BDM), que prestava serviços para a Agência de Defesa Militar, constituíram um centro de formação de ideias, uma espécie de banco de cérebros, no TRADOC. Starry e Morelli viajaram pelos Estados Unidos, Alemanha Ocidental e Reino Unido para, por meio de *briefings* de audiências militares, experimentavam os conceitos forjados por eles e sua equipe de intelectuais (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p 67).

Em 1982, Starry e todo o seu grupo conseguiram depois de muito esforço emitirem, afinal, nova doutrina: a Doutrina de Batalha Ar-Terra, ou Aérea-Terrestre. Essa nova doutrina, base fundamental da doutrina Powell de defesa e de política externa futura, enfatizava o conceito de “batalha profunda” ou “campo de batalha alargado” representava que o combate militar não seria mais vislumbrado apenas na parte frontal, mas também na retaguarda do inimigo, onde o mesmo recebe apoio de escalões e logística (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p 67).

O objetivo era interditar, sufocar e desmantelar de forma rápida o movimento de trapas, suprimentos e comunicação, de modo que os combatentes da retaguarda não pudessem oferecer suporte. Para tanto, a força aérea realizaria ataques profundos e decisivos para destruir os centros de comando adversários, linhas de suprimento, apoio logístico, sistemas de comunicação e as defesas aéreas (TOFFLER; TOFFLER, 1994, p 67).

Para a concretização desse processo e seu êxito era necessária a integração das Forças Aéreas e do Exército. É o que se observou na Guerra do Golfo, quando tal doutrina de Batalha Ar-Terra, foi fundamental para a aplicação da Doutrina Powell.

Para aplicar essa doutrina era necessária uma reforma estrutural nas Forças Armadas, além do desenvolvimento de novas tecnologias, intensivas e precisas em poder de fogo, como as munições e armas de precisão guiadas, já citadas e trabalhadas anteriormente, conjuntamente com um novo Perfil de Força, novos treinamentos, para que os militares pudessem aprender e utilizar com sucesso as novas tecnologias, além de maior integração entre as diferentes Forças, que viabilizariam toda a Doutrina de Batalha Aérea-Terrestre (TOFFLER; TOFFLER, 1994).

Assim, o TRADOC encomendou o desenvolvimento de novas tecnologias fundamentais para a transformação estrutural das Forças Armadas, por meio da definição do que seria preciso, dos sistemas de armamentos específicos que poderiam ser utilizados, que com o passar do tempo tornaram-se parte do centro dos equipamentos militares empregados pelas Forças Armadas dos Estados Unidos em suas operações militares, guerras e missões (TOFFLER; TOFFLER, 1994).

Dentre os equipamentos sobressaem-se o helicóptero de ataque Apache, para ataque e combate, sistema de defesa antiaérea conhecido como MRLS, o tanque M1 *Abrams*, o carro de combate M2/M3 Bradley e o J-STARS, espécie de sistema radar baseado no ar, criado no biênio 1978-1979, cuja missão é transmitir informações em tempo real para estações de comando em terra. Tais informações são importantes para a definição de locais de ataque, com precisão e eficiência (MAHNKEN, 2008; TOFFLER; TOFFLER, 1994). Muitos desses equipamentos foram usados na Guerra do Golfo e foram fundamentais para a aplicação da Doutrina Powell.

O objetivo, então, era ter alta capacidade tecnológica no sentido de garantir a supremacia dos Estados Unidos frente às vantagens em quantidade de armas convencionais e soldados apresentados pela União Soviética. No fundo, o que se pretendia também era corroer a economia soviética com o crescimento exponencial dos seus gastos em defesa com a retomada corrida armamentista, fato ocorrido principalmente no governo Reagan.

1.4 A Doutrina Carter: estratégia de compensação

Em 1980, o então presidente dos Estados Unidos da América, James Earl Carter (1977-1981), mais conhecido como Jimmy Carter, revelou ao país e ao mundo que o Oriente Médio, mais especificamente o Golfo Pérsico, era uma área importantíssima para os interesses estadunidenses, principalmente na questão de fornecimento de petróleo.

Sendo assim, o democrata Jimmy Carter ao proferir o discurso anual “O Estado da União”⁶ (“*The State of the Union*”), em 23 de janeiro de 1980, demonstrou que a região do Golfo Pérsico era vital para a geopolítica da Casa Branca. Carter salientou que se fosse necessário empregar até meios militares para que os objetivos dos Estados Unidos fossem protegidos, ele o faria (FUSER, 2005, pp. 168-169).

Indubitavelmente, a Doutrina Carter representou uma considerável mudança na política exterior dos Estados Unidos para o Oriente Médio. Entre os anos de 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial, e 1979, com a Revolução Islâmica Iraniana, Washington procurou garantir o acesso ao petróleo através de uma aliança ambígua com o Reino Unido e, depois, em uma aproximação com a Arábia Saudita e o Irã. Isso pressupunha o não uso do poderio militar para conseguir alcançar as abundantes reservas petrolíferas encontradas principalmente na região próximo ao Golfo Pérsico, no Oriente Médio.

Contudo, a citada transformação ocorreu porque cinco fatos históricos ocorridos na década de 1970 forçaram o Departamento de Estado e o Pentágono, nos Estados Unidos, a se adequarem aos novos tempos.

O primeiro fato foi a Primeira Crise Internacional do Petróleo⁷, em 1973, causado pela Guerra do Yom Kippur entre Israel contra Egito e Síria. O segundo fato histórico foi a Revolução Islâmica Iraniana, em fevereiro de 1979, que derrubou o Xá Reza Pahlevi que governava o Irã desde 1953. Em seu lugar assumiu o Aiatolá Khomeini. O terceiro fato foi a Segunda Crise Internacional do Petróleo⁸, no biênio 1979/1980, em que os preços do barril de petróleo subiram ainda mais, agravando e colocando em risco o fornecimento do “ouro negro”

⁶ A cada ano que se inicia, todo presidente dos Estados Unidos deve, geralmente em janeiro, apresentar ao Congresso os princípios e regras que irão ditar os rumos de seu governo, seja no aspecto interno bem como no aspecto externo. É o chamado discurso “O Estado da União”.

⁷ A 1ª Crise Internacional do Petróleo foi devido ao embargo do petróleo feito pela OPEP contra os países ocidentais, ocorreu um aumento considerável no preço do barril de petróleo, passando de pouco mais de US\$ 2,00 para aproximadamente US\$ 12,00, provocado pela OPEP. Vale ressaltar que esta última utilizou o petróleo como “arma política” para tentar pressionar os Estados Unidos e os países da Europa Ocidental a pressionarem Israel, para que este devolvesse os territórios ocupados na já mencionada Guerra dos Seis Dias.

⁸ A 2ª Crise Internacional do Petróleo foi causada em grande parte pela Revolução Islâmica Iraniana, de 1979 e pelo início da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). O envolvimento de dois dos mais importantes produtores de petróleo mundiais e da OPEP fez o barril de petróleo aumentar substancialmente no mercado internacional.

para os mercados ocidentais. O quarto fato ocorreu em novembro de 1979, quando um grupo de muçulmanos radicais atacou a grande mesquita localizada em Meca, colocando em risco a estabilidade política do governo saudita e o apoio dos Estados Unidos para Riad (SCHUBERT; KRAUS, 1998, pp. 52-53). Por fim, o quinto e último fato histórico relevante foi a Invasão do Afeganistão pela União Soviética, em dezembro de 1979.

De acordo com Igor Fuser os Estados Unidos, com a Doutrina Carter, aumentaram sua presença diplomática e política no Oriente Médio, pois existia um duplo obstáculo: “1) assegurar o controle das reservas de petróleo do Golfo Pérsico, e 2) reagir à intervenção da URSS no Afeganistão, interpretada, ao menos publicamente, como uma ameaça” (FUSER, 2005, p. 169).

A Doutrina Carter vinculava o petróleo com a segurança do Golfo Pérsico. Tratavam-se de temas interdependentes na visão daquela doutrina. Assim, o Oriente Médio passou a ser considerado uma região prioritária para os interesses dos Estados Unidos e, em consequência, deveria ficar sob o controle e a proteção direta da Casa Branca. Em outras palavras, o Oriente Médio deveria ser sua área de influência, livre das ingerências da União Soviética e dos países europeus ocidentais como o Reino Unido e a França. A Doutrina Carter pode ser considerada uma “Doutrina Monroe para o Oriente Médio” (LITTLE, 1994).

A partir da Doutrina Carter, houve o aumento crescente da presença militar dos Estados Unidos no Oriente Médio, durante os governos subsequentes como de Ronald Reagan, George H. Bush, Bill Clinton e George Walker Bush.

Também foi no governo Carter (1977-1981) que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos explorou a vantagem estadunidense em tecnologia avançada para conseguir enfrentar e superar o arsenal soviético em quantidade. Para tanto, houve a utilização maciça de tecnologia de informação para poder conter a indústria pesada de hardwares da União Soviética (SILVA, 2014, p. 76).

Algo importante que também precisa ser destacado é que o seu secretário de Defesa, Harold Brown, incentivou muito o desenvolvimento de equipamentos eletrônicos e computadores modernos para poder expandir o poder estadunidense, por meio de sistemas de armas e de munições guiadas pela precisão. Washington passou a encarar a tecnologia como área fundamental da rivalidade entre as duas superpotências, no sentido de superar a grande vantagem numérica soviética. Era uma espécie de “estratégia de compensação” ou *offset*

tecnológico, que buscava direcionar ao campo diplomático a inovação industrial e tecnológica (SILVA, 2014, p. 76).

Isso criou um ambiente extremamente favorável para que o próximo governo, do republicano Ronald Reagan (1981-1989), estruturasse a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) e garantir definitivamente a supremacia científico-tecnológico-militar dos Estados Unidos sobre a União Soviética.

Ressalta-se que foi durante o governo Carter que o Exército criou a sua primeira Força de Operações Especiais (SILVA, 2014) algo importante e que foi usado discretamente na Guerra do Golfo, mas que cresceu em relevância e utilização em conflitos e missões posteriores, como a Intervenção no Afeganistão (2001) e a Guerra do Iraque (2003).

Assim, em 1977, de forma secreta, já que o segredo faz parte do seu funcionamento, foi criado o Primeiro Destacamento Operacional de Forças Especiais “Delta”, pelo coronel Charles Beckwith, como resposta pronta e altamente especializada para o crescente fenômeno dos atentados terroristas ocorridos na década de 1970. Vale lembrar, o atentado terrorista perpetrado na Olimpíada de Verão, em Munique, na então República Federal Alemã (RFA) ou Alemanha Ocidental, em 1972, pelo grupo palestino Setembro Negro, contra a delegação de Israel, provavelmente o mais conhecido atentado terrorista da década em questão. Sua inspiração veio da SAS, espécie de força de operação especial britânica (SILVA, 2014).

Os objetivos da Força Delta são muitas e vão desde o resgate de reféns, combate antiterrorista e reconhecimento, envolveu-se ao longo de sua história em várias missões, algumas fracassadas outras exitosas.

A tentativa de resgate de reféns estadunidenses na embaixada dos Estados Unidos, em Teerã, em 1980, mantidos presos por um grupo de militantes islâmicos que apoiavam a Revolução Islâmica Iraniana de 1979, foi um grande fracasso. A missão de resgate conhecida como *Eagle Claw* foi tão desastrosa que ajudou a desgastar ainda mais a imagem do governo Carter (1977-1981) interna e externamente, além de contribuir para a sua não reeleição nesse mesmo ano, quando perdeu a corrida eleitoral para o republicano Ronald Reagan. A atuação humanitária na Somália, em 1993, durante a guerra civil somali é também de triste memória para os Estados Unidos devido ao seu fracasso que levou o governo Clinton a rever sua política externa de intervenções humanitárias.

Como exemplo de missões exitosas deve-se destacar a atuação da Força Delta, desconhecida à época por motivos óbvios, na Guerra do Golfo, em 1991. Sua ação de

desarticulação de mísseis *Scud*, de fabricação soviética, no deserto iraquiano, pertencentes às Forças Armadas do país, foi muito bem-sucedida e importante na realização da Operação Escudo do Deserto, de intensos ataques aéreos perpetrados pela aviação aliada (SILVA, 2014).

1.5 Doutrina da “força”: a Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI)

Em janeiro de 1981, assumia o cargo de presidente dos Estados Unidos, o republicano Ronald Reagan, depois de vencer seu rival democrata, o então presidente Jimmy Carter, nas eleições de 1980.

Reagan personificava a ascensão de novas forças conservadoras, de uma Nova Direita, que defendia a recuperação da imagem, da hegemonia e da capacidade de liderança diplomática dos Estados Unidos no Ocidente, através do retorno de políticas belicistas, recrudescimento da Guerra Fria, de novas intervenções militares, da defesa de políticas neoliberais, da reativação de um anticomunismo e do crescimento da corrida armamentista. Tais premissas foram fundamentais na atuação dos Estados Unidos em regiões como o Oriente Médio, na década de 1980.

No governo Reagan (1981-1989), a seara militar tem papel fundamental e preponderante. Os grandes investimentos militares, as intervenções armadas e a utilização da diplomacia da força causaram inúmeras consequências externas e internas para os Estados Unidos. Sua economia foi seriamente afetada o que demonstra a estreita dependência entre as questões externas e as questões internas estadunidenses.

A política externa de Ronald Reagan era pautada por negociações, intervenções, uso da força militar, para atingir o grande objetivo de recuperar a hegemonia dos Estados Unidos, no mundo capitalista, garantir o suprimento de fontes de energia, como o petróleo, e recuperar a economia interna. Pode-se afirmar que tal política foi erigida pelo próprio presidente, por sua cúpula de governo, aliados e pelos neoconservadores do Partido Republicano.

De acordo com Water LaFeber, a política externa estadunidense do governo Reagan buscava garantir e aplicar os interesses dos Estados Unidos nas relações internacionais. Para tanto, foi construída um conjunto de princípios, estratégias, crenças, ideias e teorias que embasavam a atuação de Washington em termos militares e geopolíticos, conhecida como Doutrina Reagan (LAFEBER, 1995).

Vale ressaltar, que os pressupostos da Doutrina Reagan ou Doutrina da “Força” não são apenas e tão somente teorias racionais e estratégicas, mas também ideologias e crenças do presidente Ronald Reagan. Segundo Water LaFeber e Thomas McCormick, a Doutrina Reagan foi construída sobre quatro pontos principais: o retorno do anticomunismo, a crescente militarização da política e da economia do país, a diferenciação entre Totalitarismo e Autoritarismo e o aumento da abrangência dos poderes do presidente Reagan (McCORMICK, 1995; LAFEBER, 1995).

Para compreender melhor tais pilares, é assaz necessário destacar que os fatos internos e externos se interligavam e se relacionavam. Em outras palavras, as políticas externas podiam causar efeitos internos e esses poderiam influenciar a elaboração de medidas externas. Então, a Doutrina Reagan e os seus quatro pontos embaixadores, devem ser relacionados às questões internas dos Estados Unidos (McCORMICK, 1995; LAFEBER, 1995).

Com relação à massiva militarização do governo Reagan, ela pode ser vista através de quatro vertentes. A primeira se refere ao projeto SDI (*Strategic Defense Initiative*), chamado pela imprensa como *Star Wars* (Guerra nas Estrelas), que objetivava construir um amplo escudo de defesa antimíssil, contra a União Soviética. A segunda vertente foi o aumento das intervenções militares estadunidenses em países do “Terceiro Mundo”, para combater as tensões crescentes, como na Nicarágua, por exemplo. A terceira vertente foi o combate aos governos esquerdistas revolucionários, como no caso de países da América Central. A quarta e última foi a preocupação estadunidense em utilizar o seu aparato militar em manter e aumentar os seus pontos estratégicos e de fornecimento seguro de petróleo no Oriente Médio. Isso se percebeu quando os Estados Unidos financiaram grupos afegãos contra a presença soviética no Afeganistão e também quando interveio na Guerra Irã-Iraque (1980-1988).

Com Reagan a política de investimentos maciços em tecnologia foi muito forte. A CIA (Agência Central de Inteligência) relatou à época que entre 1965 e 1980 Moscou aumentou exponencialmente sua capacidade nuclear, de armas convencionais com tecnologia de ponta e seus gastos com defesa, pesquisa e desenvolvimento militar (MAHNKEN, 2008).

Diante desse quadro preocupante da primeira metade da década de 1980, havia a urgente necessidade de modernização das Forças Armadas e da capacidade militar, nuclear e convencional do país.

Desse modo, foi elaborada a já citada Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) anunciada em 1983, como forma de enfrentar e barrar a ameaça soviética, além de impedir qualquer

ataque nuclear soviético ao território estadunidense. O seu governo privilegiou a Ciência e a Tecnologia, por meio de grandes investimentos, projetos e empreendimentos que garantissem a supremacia tecnológica na área de Defesa. Cabia aos Estados Unidos manter uma capacidade rápida, forte e sólida para responder de forma flexível bem como preservar o equilíbrio na disputa nuclear (MAHNKEN, 2008).

Ressalta-se que a iniciativa do SDI significou uma mudança na Grande Estratégia dos Estados Unidos, isto é, o conflito com a União Soviética não seria restrito, como antes se acreditava, na Europa. Os Estados Unidos deveriam ser preparar para uma guerra prolongada e global e por consequência, ocorreu o aumento significativo das despesas em defesa, mudando a até então queda verificada do montante dos recursos para a mesma (KAGAN, 2006).

No governo Reagan das armas foi a Marinha a que mais recebeu recursos e mudou o cenário de colapso que a mesma enfrentou na década de 1970. O cenário desenhado pela SDI de Reagan de um conflito prolongado e global, ao invés de eurocêntrico, favoreceu a Marinha, pela necessidade de presença nos quatro cantos do planeta das forças dos Estados Unidos. A construção de grandes quantidades de navios, porta-aviões e de uma nova estratégia marítima acompanhou esse processo (KAGAN, 2006).

A proposta da SDI tinha como objetivo instalar um sistema de defesa estratégica que era constituído por armas movidas à energia, como por exemplo, lasers, nas esferas espacial, aérea e terrestre, além dos interceptores de alta aceleração, para interceptar ataques de mísseis balísticos nucleares. Além disso, os Estados Unidos abandonaram a Estratégia de Resposta Flexível e passaram a ter uma estratégia mais coativa e dura. Observa-se, então, mudança na política praticada até então embasada no ataque estratégico consequência da política de destruição mútua assegurada que vigorou durante quase toda a Guerra Fria (MAHNKEN, 2008).

Desse modo, durante essa época foram desenvolvidos e adquiridos novos equipamentos e armas militares de alta tecnologia, como os mísseis de superfície-ar, os mísseis de cruzeiro antinavio e os mísseis antitanques guiado (SILVA, 2014: p. 78).

Foram também criados de acordo com Fabrício Pereira da Silva:

(...) foram desenvolvidos o *Joint Surveillance Target Attack Radar System* (JSTARS) para observar o leste europeu, o helicóptero de ataque AH-64 Apache, o míssil balístico *Pershing II*, o sistema de lançamento múltiplo de

foguetes, o sistema de míssil tático do Exército, as PGM's de lançamento de artilharia *Cooperhead* e a rede *Tactical Fire Direction* (TACFIRE) para integrar os sistemas – os cinco sistemas de armas (Big Five): tanque de estado de arte, veículo de combate em infantaria, helicóptero de ataque avançado, helicóptero transportador de tropas e sistemas de defesa aérea (SILVA, 2014: p. 79).

O resultado do projeto “Guerra nas Estrelas” foi além do esperado, pois conseguiu não só vencer e garantir a supremacia tecnológica para os Estados Unidos como também demoveu a União Soviética de qualquer esperança de superar o poder militar e tecnológico dos estadunidenses.

1.5.1 Doutrina Weinberger

Dentre os muitos ensinamentos deixados pela Guerra do Vietnã ao governo e às Forças Armadas dos Estados Unidos, uma delas é a de que era urgente a revitalização de sua estrutura militar tão desprestigiada e desacreditada.

Durante o governo Reagan, além do já aclamado SDI, outra medida menos badalada e popular, mas não menos importante, foi a elaboração da doutrina Weinberger, pelo secretário de Defesa do governo Reagan (1981-1987), Caspar Willard Weinberger.

Em 1984 proferiu um discurso conhecido como “Os Usos do Poder Militar”, no Clube da Imprensa, onde Caspar Weinberger fez a exposição de uma série de questões bastante concernentes à luz do contexto histórico vigente à época de recrudescimento da Guerra Fria, da emergência, segundo Chomsky, de novos inimigos para Washington como o terrorismo internacional e o fundamentalismo islâmico (CHOMSKY, 1996).

Seu discurso inaugurou o que depois viria a ser conhecido como Doutrina Weinberger ou Doutrina do Uso Militar e pode se assim dizer caracterizada por seis pontos básicos presentes no discurso que Weinberger proferiu: a) a guerra é o último recurso; b) qualquer envio de tropas precisa ter legitimidade, isto é, apoio político interno popular e do Capitólio; c) a motivação para a guerra deve ser para defender os seus interesses nacionais ou de aliados quanto forem ameaçados; d) o uso da força e o objetivo deve ser proporcional e objeto de contínua avaliação para se evitar os problemas ocorridos no Vietnã; e) os objetivos militares e políticos devem ser claros, precisos e definidos para as tropas, o público, a classe política; e, f) em qualquer aventura militar, seja na forma do emprego de forças (hoje Forças de

Operações Especiais, guerras simétricas ou assimétricas, combate ao terror), os Estados Unidos devem ir com vontade e o objetivo é vencer (WEINBERGER, 1984).

A diferença entre paz e guerra era muito tênue e sutil naquele momento e a ameaça poderia vir de qualquer lugar e em qualquer momento. Assim, as Forças nos Estados Unidos deveriam estar preparadas e a postos para conter qualquer tipo de ameaça seja de guerra deflagrada ou não declarada, ameaça terrorista, guerrilha, grupos insurgentes e guerra nuclear (WEINBERGER, 1984).

Apesar de sua atuação destacada na Iniciativa de Defesa Estratégica, talvez a medida mais importante de sua longa gestão foi a formulação da citada doutrina que tratava sobre o uso do poder militar. Ressalta-se que essa doutrina terá impacto não só na administração Reagan, mas também nos próximos governos e ações militares estadunidenses e será um dos pilares daquilo que depois seria conhecido como Doutrina Powell.

No caso da Doutrina Powell praticamente todos os pontos da Doutrina Weinberger estão presentes, mas o destaque é para a questão do apoio da opinião pública, do Capitólio, ou seja, a legitimidade que implica na censura, controle da mídia, construção de imagem de uma guerra sem sangue, limpa e rápida.

Nota-se inexoravelmente a sombra direta e indiretamente da experiência histórica e militar da Guerra do Vietnã sobre os passos, ideias, mudanças e objetivos que a Casa Branca e o Departamento de Defesa fazem nessa época.

1.5.2 Lei Goldwater-Nichols de Reorganização da Defesa

Diante de inúmeras mudanças em vários setores e níveis de defesa, a classe política e o alto oficialato estadunidense observaram a necessidade de se reorganizar e mudar o Departamento de Defesa dos Estados Unidos.

A ideia não era só grandiosa, mas também ousada, pois desde 1947, com a Lei de Segurança Nacional (*National Security Act*), no pós-Segunda Guerra Mundial, início da Guerra Fria, o país não passava por tão grande mudança no setor de defesa.

Nesse sentido, foi aprovada em 1986, a Lei Goldwater-Nichols, proposta pelos senadores o republicano Barry Goldwater e o democrata William Flynt Nichols, seguida logo depois pela aprovação da Emenda Cohen-Nunn.

A Lei *Goldwater-Nichols* de Reorganização da Defesa (*Goldwater-Nichols Defense Reorganization Act*) juntamente Emenda Cohen-Nunn (*Cohen-Nunn Amendment*), de 1987, propunha uma gigantesca reestruturação do Departamento de Defesa, com o fim da independência da Marinha, Exército, Marines e Aeronáutica e concedeu mais poder, autonomia e estrutura para o comandante do Estado-Maior Conjunto, que na Guerra do Golfo o cargo foi exercido pelo general Colin Powell. Desde então, a preocupação e preferência seria nas chamadas operações conjuntas das forças (JORGE, 2009, pp. 16-17).

Tal reorganização foi fundamental para o êxito verificado das ações militares na Guerra do Golfo, principalmente pelo fato de que foi bastante testada em situação de guerra real.

Em 1987, ocorreu a aprovação da Emenda Cohen-Nunn que também reorganizou e consolidou todas as Forças de Operações Especiais sob o Comando de Operações Especiais (SOCOM), e o seu comandante chefiaria todas tais forças especiais no seio das Forças Armadas dos Estados Unidos (JORGE, 2009, pp. 16-17).

CAPÍTULO 2 - A DOCTRINA POWELL E A APLICAÇÃO DA APOSTA TECNOLÓGICA NA GUERRA VIDEOGAME

A partir da década de 1970 e, principalmente, de 1980, como já foi estudado no primeiro capítulo, ocorreram grandes mudanças no chamado Perfil de Força dos Estados Unidos, fruto, dentre outros fatores, da derrota na Guerra do Vietnã e a consequente Síndrome do Vietnã. A estrutura organizacional e doutrinária das Forças Armadas se modificou bastante, o que possibilitou a defesa dos interesses nacionais, da Grande Estratégia, esta entendida como a articulação das capacidades econômicas, militares, políticas e tecnológicas para defender e alcançar os seus interesses securitários primordiais, de acordo com a percepção do establishment burocrático-político formado pelas lideranças e burocratas que formulam as políticas (CEPIK; MACHADO, 2011; PORTER, 2013; POSEN; ROSS, 1996; MEARSHEIMER, 2011).

Na verdade, diante do contexto elencado anteriormente, observou-se a mudança da Grande Estratégia, à luz da teoria neorrealista⁹ de Relações Internacionais, defensora da ideia de que a Grande Estratégia estadunidense deixou de ser caracterizada pelo engajamento seletivo, existente desde a Segunda Guerra Mundial e que dominou o período da Guerra Fria, para uma estratégia de primazia, preponderância ou até mesmo de dominação (LAYNE, 1997).

Indubitavelmente os objetivos dessa mudança, para os Estados Unidos, são garantir e assegurar a manutenção da superioridade do seu poder econômico e militar sobre o resto do globo e utilização de força, coação e pressão sistemática para formatar o mundo, as estruturas de poder e as relações entre os países por meio dos paradigmas estadunidenses de livre comércio e de democracia liberal (MEARSHEIMER, 2011).

Mesmo o conceito de Grande Estratégia não ser o objeto do presente trabalho, faz-se necessário ressaltar, como atestou o historiador britânico Perry Anderson, que para se conseguir alcança-la, os objetivos citados perpassam os diferentes governos de matizes partidários diversos. Salienta-se que as mudanças na Grande Estratégia não ocorrem de forma

⁹ A teoria neorrealista tem como um de seus grandes expoentes o autor Kenneth Waltz, que a descreveu primeiramente no livro *Theory International Politics*, em 1979. Em termos gerais tal teoria defende que o Sistema Internacional possui o Estado como protagonista, é anárquico, por não existir um Estado ou instituição uma organização sobre os demais Estados e há a predominância da lógica de equilíbrio, de balança de poder, pois as Grandes Potências buscam maximizar suas áreas de poder no Sistema, já que há um contexto de profunda incerteza e desconfiança das intenções e ações por parte das outras potências.

rápida, de um dia para o outro, mas ao longo de anos, de décadas, independentemente do governo, seja ele republicano ou democrata, no caso dos Estados Unidos, for o mandatário da Casa Branca, e isso depende, claro de meios, cujo papel das Forças Armadas é precípua (ANDERSON, 2015).

A criação de novas tecnologias militares como as armas e munições de precisão guiada, nova tecnologias como utilização da internet, GPS e tecnologia furtiva (*Stealth*), do fortalecimento da DARPA, da criação do TRADOC, da reconfiguração do Perfil de Força, da criação da Doutrina de Batalha Aéreo-Terrestre, do desenvolvimento do Programa SDI de Reagan, da estratégia de compensação do Carter, da doutrina Weinberger, da Lei Goldwater-Nichols influenciaram direta ou indiretamente a construção da Doutrina Powell e foram importantes para a sua aplicação no primeiro grande palco de teste: a Guerra do Golfo.

2.1 A primeira experiência da Doutrina Powell: a intervenção no Panamá (1989)

A intervenção dos Estados Unidos no Panamá para destituir o presidente Manuel Noriega será mencionada no trabalho devido ser um ensaio da nova doutrina de defesa e de política externa, que depois viria a ser conhecida como Doutrina Powell. Vale lembrar que tal fato antecedeu a invasão iraquiana sobre o Kuwait, em 2 de agosto de 1990, e a consequente Guerra do Golfo, da qual os Estados Unidos participaram, em 1991.

A ação foi de caráter unilateral inequivocamente e já prenunciava a “Nova Ordem Mundial”, em que os Estados Unidos se comportariam como o hegemom do mundo, já em um prenúncio da queda da União Soviética.

Sem qualquer apoio legal, os Estados unidos, em 1989, invadiram o Panamá para sequestrar, julgar e prender, nos Estados Unidos, o então presidente panamenho, Manuel Noriega. De acordo com Noam Chomsky, tal invasão inaugurou o que ele chamou de “era pós-guerra fria” (CHOMSKY, 2003: p. 193). Tratou-se da primeira ação militar em um momento de mudanças nas relações internacionais, ao final da Guerra Fria. Deve-se fazer uma ressalva à afirmação de Chomsky. A Guerra Fria ainda existia bem como a União Soviética, porém, o que estava acontecendo era uma transição nas relações internacionais, pois a ordem bipolar estava em crise e o mundo via emergir uma nova ordem internacional, repleta de dúvidas e incertezas (ZARPELÃO, 2006).

Ressalta-se, como é de conhecimento público, que não era a primeira vez que os Estados Unidos intervieram em um país da América Central para defender os seus interesses. Tal prática já era feita desde o início do século XX. Contudo, a novidade se refere ao fato de que a invasão não foi justificada como uma resposta para uma ameaça militar soviética iminente ou, como no começo do século XX, para defender interesses de empresas privadas estadunidenses. A agonia da Guerra Fria, as transformações no Leste Europeu e a crise na União Soviética e no socialismo, permitiram aos Estados Unidos, pela primeira vez, ensaiar uma ação mais ousada no cenário internacional aproveitando-se do enfraquecimento soviético.

Não se pode, no entanto, inferir que os Estados Unidos poderiam agir como queriam sem levar em consideração Moscou. Ficou claro que o equilíbrio de poder, antes presente na Guerra Fria, estava se modificando, com a “balança de poder” pendendo para o lado estadunidense.

Assim, os motivos elencados por Washington passavam longe da questão da ameaça soviética e do socialismo na América Central. A primeira causa elencada foi que Manuel Noriega era considerado um perigoso ditador para o Panamá e para os interesses de Washington. A defesa da democracia se tornava necessária e imprescindível no território panamenho. O mesmo raciocínio foi usado durante a Guerra do Golfo, com Saddam Hussein, no Iraque.

Não se pode esquecer de que Noriega tinha ligações e antigos contatos com a CIA e por estar ameaçado de perder o poder no Panamá, insuflava o sentimento nacionalista panamenho em torno do Canal do Panamá que, à época, pertencia aos Estados Unidos e isso irritou profundamente Washington (SILVA, 2004, p. 703).

Tal cenário de “defesa”, por parte dos Estados Unidos, dos princípios democráticos foi ainda mais fortificado quando Manuel Noriega fraudou as eleições presidenciais em 1989. No entanto, não se pode esquecer que o mesmo Noriega fraudou as eleições presidenciais de 1984, com o apoio e a conivência dos Estados Unidos. Daí a intervenção estadunidense que conduziu ao poder o seu aliado, o presidente panamenho eleito, em 1989, Guillermo Endara. Tal intervenção foi realizada em um momento bastante particular da América Latina onde seus países, cada um à sua maneira e em estágios e velocidades diferentes, estavam se redemocratizando e demonstrou que Washington não toleraria aventuras nacionalistas,

populistas ou antiliberais por parte dos países latino-americanos. Não é por acaso que o Consenso de Washington foi desenvolvido nessa época.

O segundo motivo alegado foi a necessária “proteção de vidas norte-americanas”, pois o governo panamenho estaria abusando, importunando e colocando em risco vários cidadãos estadunidenses (CHOMSKY, 2003, p. 193).

O terceiro motivo, de acordo com Chomsky, foi que o presidente Manuel Noriega estava bastante envolvido no tráfico de drogas. A política de repressão ao tráfico de drogas nos Estados Unidos foi também usada como justificativa para a intervenção militar que procedeu sobre o território panamenho (CHOMSKY, 2003, p. 197).

O quarto motivo foi a questão do Canal do Panamá. Em 1990, a sua administração começaria a voltar para o Panamá e em 1999, o processo se consolidaria com o retorno da soberania panamenha sobre a área em que se localiza o Canal do Panamá. Era, então, premente ao governo dos Estados Unidos contarem com o apoio de um governo no Panamá, bastante favorável aos seus interesses na região (CHOMSKY, 2003).

O quinto motivo se liga à necessidade dos Estados Unidos de pressionarem Cuba e Nicarágua. Havia suspeitas de que tais países utilizavam o Panamá para escaparem das sanções econômicas que os Estados Unidos lhes impunham. O governo cubano e o governo nicaraguense eram bastante hostis aos interesses dos Estados Unidos. Cuba, por exemplo, era governada por Fidel Castro, daí o boicote econômico que lhe foi imposto desde 1960 e enrijecido a partir de 1962¹⁰.

Assim, o antes aliado Manuel Noriega, tornou-se inimigo da nação e por isso, fora destituído do cargo de presidente do Panamá pelo governo do presidente republicano George H. Bush (1989-1993).

O êxito dos Estados Unidos no Panamá ajudou a construir a ideia de que o governo estadunidense poderia agir como o mediador, o “*policymaker*” do mundo, em um mundo cada vez mais em transição entre o fim da Guerra Fria e o nascimento de uma “Nova Ordem Mundial”, ainda incerta: a Guerra do Golfo, em 1991, provocada pela invasão do Kuwait pelo

¹⁰ Após a Revolução Cubana, de 1959, o governo cubano começou a estatizar empresas dos EUA em solo cubano, aumentou a taxa de produtos estadunidenses e estabeleceu relações comerciais com a União Soviética, em 1960, o que levou o governo do presidente Dwight Eisenhower (1953-1961) a impor as primeiras sanções econômicas sobre Cuba. Em 1961 o Congresso estadunidense aprovou a *Foreign Assistance Act* (Lei de Assistência Externa) que permitia ao presidente impor sanções até que o governo cubano indenizasse os cidadãos e empresas estadunidenses pelos prejuízos causados pelas nacionalizações. Com base naquela lei, em fevereiro de 1962, o governo do presidente democrata John F. Kennedy (1961-1963) amplificou os embargos, por meio das restrições às importações cubanas.

Iraque, em 2 de agosto de 1990. Tratou-se, então, de um novo fato histórico, para Chomsky, de agressão militar ocorrido na passagem da ordem bipolar para a nova ordem internacional sob a hegemonia de Washington (CHOMSKY, 2003).

2.2 Doutrina Powell: o ensaio para uma nova estratégia de defesa e de política externa

Em 1988, os Estados Unidos elegeram o seu novo presidente, o republicano George H. Bush (1989-1993), então vice-presidente da república no mandato do prestigiado presidente Ronald Reagan (1981-1989). Em virtude de todas as mudanças feitas desde meados da década de 1970, principalmente após a Guerra do Vietnã, no treinamento, doutrina e estrutura militar, além do desenvolvimento de novas pesquisas, produtos, ideias, projetos, tecnologias, e de armas altamente sofisticadas, Reagan conseguiu superar a União Soviética na corrida tecnológica, o que lhe conferiu prestígio interno e internacional.

Não se pode esquecer de que o novo presidente, George H. Bush, tinha vasta experiência internacional e na burocracia voltada para as relações internacionais, pois tinha sido embaixador estadunidense na República Popular da China, além de ser ex-diretor da CIA. Assim, ele não conseguiu manter a política externa de Reagan no que se refere à contenção da União Soviética, sufocando-a ainda mais geopoliticamente, por se aproveitar da crise econômica soviética e a abertura representada pela *glasnost* e *perestroika*, de Mikhail Gorbachev, e passou a exigir cada vez mais concessões de Moscou em termos geopolíticos e militares para ajudá-los financeiramente.

Essa situação se exasperou ainda mais em virtude da já citada Iniciativa de Defesa Estratégica (SDI) ou “Guerra nas Estrelas, que pressionou ainda mais a União Soviética em termos econômicos e militares. A situação econômica, política e social interna dos soviéticos, além dos problemas relativos aos movimentos nacionalistas separatistas de muitas de suas repúblicas, com destaque para as Bálticas (Letônia, Estônia e Lituânia), enfraqueceram consideravelmente a superpotência soviética e abriram caminho para que os Estados Unidos agissem com mais “liberdade” no cenário geopolítico internacional do final da década de 1980 e início da década de 1990, como superpotência hegemônica e sem a sombra tão presente do seu algoz soviético (SILVA, 2014).

Foi nessa época que se encontrava em desenvolvimento uma nova doutrina de defesa e de política externa por parte dos Estados Unidos e que ficaria conhecida como Doutrina Powell.

Para efeito de estudo, aqui se faz necessário um pequeno adendo. Como a Doutrina Powell leva o seu nome, torna-se imperioso saber quem foi Colin Powell (POWELL; PERSICO, 1995).

2.2.1 Collin Powell

Colin Luther Powell nasceu em New York, no dia 5 de abril de 1937, no bairro do Bronx. Era filho de uma família de imigrantes jamaicanos, de origem negra, cujos pais lhe impuseram duras e elevadas regras disciplinares e de educação. Passou a ter um norte profissional em sua vida quando ingressou para o City College of New York, onde se graduou no curso de Geologia. Descobriu sua vocação e sua carreira quando entrou para a Subdivisão de Treinamento de Oficiais da Reserva (ROTC). Rapidamente, Powell ascendeu na estrutura e na disciplina militar que o fizeram se destacar e assim, tornou-se comandante da equipe de exercícios de precisão de unidade. Já em 1958, foi nomeado segundo-tenente do Exército Estadunidense (POWELL; PERSICO, 1995).

Mais tarde participou ativamente da Guerra do Vietnã prestando serviços em duas ocasiões, entre 1962-1963 e em 1968-1969. Por causa de sua capacidade e presteza recebeu várias condecorações. Sua participação na Guerra do Vietnã foi decisiva em seu envolvimento na Guerra do Golfo. Ele foi ferido duas vezes em ação, naquelas oportunidades (POWELL; PERSICO, 1995).

Em 1972, Colin Powell assumiu o seu primeiro cargo político, passando a fazer parte do corpo de funcionários do governo do presidente republicano Richard Nixon (1969-1974). Também desempenhou funções de comando, posteriormente, no Pentágono (POWELL; PERSICO, 1995).

Depois comandou tropas na Coreia do Sul, na Alemanha Ocidental (República Federal Alemã) e nos Estados Unidos. Também conseguiu obter o título de mestre em Administração de Empresas.

No ano de 1987, o então tenente-general galgou importante posição quando passou a fazer parte do Conselho Nacional de Segurança dos Estados Unidos e tornou-se assessor do presidente republicano Ronald Reagan (1981-1989) para questões e temas de segurança nacional. Sua permanência no cargo ocorreu entre dezembro de 1987 a janeiro de 1989 (POWELL; PERSICO, 1995).

Contudo, sua maior conquista seria conseguida no também governo republicano de George Bush. Em primeiro de outubro de 1989 foi nomeado o duodécimo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o mais alto posto militar do país. Permaneceu no cargo até 30 de setembro de 1993, quando se retirou da vida militar (POWELL; PERSICO, 1995).

Durante sua permanência na chefia das Forças Armadas, planejou a invasão estadunidense sobre o Panamá, em dezembro de 1989, com o intuito de derrubar e aprisionar o então presidente panamenho Manuel Noriega. Porém, seu maior destaque foi ter comandado a vitoriosa operação Tempestade no Deserto, durante a Guerra do Golfo, em 1991 (POWELL; PERSICO, 1995).

Percebe-se que a sua trajetória de vida, a experiência vivida na Guerra do Vietnã por ele, pelos futuros colegas de governo e pelos Estados Unidos nessa guerra, foi fundamental para que ele e toda a cúpula do Pentágono elaborassem ao final da década de 1980 e início da década de 1990, portanto, um pouco antes da Guerra do Golfo, a doutrina militar que levaria o seu nome: a Doutrina Powell.

2.2.2 A Doutrina Powell

Quando a Guerra do Golfo terminou, em 1991, Powell, que era o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas dos Estados Unidos (1989-1993) esclareceu sua visão para ações militares decisivas e eficientes. Tal plano ficou conhecido como Doutrina Powell, mas o curioso é que não há nenhum documento formal com esta denominação. O que Powell fez foi expor suas ideias em um artigo publicado na *Foreign Affairs*, em que afirmou que a nova estratégia militar dos Estados Unidos possuía como essência a mudança de foco de uma guerra global contra a União Soviética para um foco em questões regionais (POWELL, 1992/1993).

Para enfrentar essa nova realidade geopolítica pós-soviética e manter a liderança global os Estados Unidos precisavam enfrentar e lidarem com ampla gama de possibilidades,

por meio das suas Forças Armadas. Estas deveriam estar preparadas para conduzirem muitas missões e para tanto, seriam orientadas em duas questões: capacidade e ameaça. Ocorre que agora a ameaça não é mais uma só, como era antes com a União Soviética, mas um conjunto de ameaças que diferiam muito das orientações adotadas na Guerra Fria (POWELL, 1992/1993).

Diante do contexto acima, o desafio, sem dúvida, era enorme para o presidente George H. Bush (1989-1993), o subsecretário de Defesa para Política Paul Wolfowitz e o comandante em chefe do Estado-Maior Conjunto, Collin Powell. Havia a preocupação de qual tamanho deveria ter as Forças Armadas dos Estados Unidos, agora que a superpotência rival, a União Soviética, enfrentava problemas, forte declínio e até sua existência encontrava-se ameaçada com os movimentos separatistas em muitas das suas repúblicas, com destaque para as Bálticas. Em outras palavras, a questão era qual seria o tamanho adequado para as Forças Armadas em um mundo que estava deixando de ser bipolar e caminha, naquela época, para a unipolaridade estadunidense.

Desse modo, foi desenvolvido o que ficaria conhecido como “Força Base”, que possibilitaria aos Estados Unidos possuir uma capacidade estratégica de agir concomitantemente em dois conflitos de grande escala em lugares diferentes, ao mesmo tempo, mas não foram explicados que tipo de conflitos seriam. Observou-se, então, que as Forças Armadas deveriam ter o seu tamanho em número de divisões e soldados diminuídos (KAGAN, 2006).

De acordo com Kagan, a Força Aérea seria reduzida de 12 asas da reserva para 11 e de 24 asas da ativa para 12. O Exército sofreria redução de 18 divisões da ativa para 12 e de 10 divisões da reserva para 6 da reserva. Por fim, a Marinha mudaria de 508 navios para 411 (KAGAN, 2006).

O governo Bush, mesmo com a oposição do parlamentar Les Aspin, então chefe da Comissão sobre as Forças Armadas do Congresso, conseguiu a aprovação do projeto e se tornou realidade durante os anos iniciais da década de 1990 (KAGAN, 2006).

Em dois de agosto de 1990, a invasão do Kuwait sobre o Iraque e o Kuwait, acelerou a elaboração de uma nova doutrina estratégica para os Estados Unidos. A oportunidade histórica que se abriu impôs a necessidade de se construir uma doutrina capaz de conjugar o uso de armas tecnologicamente avançadas, conhecidas como “inteligentes”, que arrasariam o inimigo, com a sua destruição para depois ocorrer uma intervenção terrestre. A ideia era

causar o menor número possível de baixas de soldados estadunidenses e também de civis do adversário (POWELL, 1992/1993).

Assim, adaptar para objetivos militares as inovações obtidas num mercado vasto e direcionar as pesquisas industriais de laboratórios para a criação de tecnologias de uso civil e militar era uma das novas prioridades do Departamento de Defesa.

Os militares buscavam, desde a década de 1970, novas abordagens estratégicas, doutrinas, de treinamento para as políticas tecnológicas direcionadas à produção de armas sofisticadas.

A rápida difusão de novos equipamentos eletrônicos causava a necessidade de uma tecnologia militar mais preocupada com a queda dos custos das novas armas. Era necessário conseguir uma rápida transição da tecnologia de uso militar para uso civil e direcionar a pesquisa comercial para projetos militares. A mecanização da indústria japonesa também influenciou esse processo, pois a indústria dos EUA encontrava-se em um processo mais lento nesse sentido.

Indubitavelmente se tornou necessário um amplo processo de modernização e automação industrial dos EUA e a criação de tecnologias de uso tanto para fins civis como para fins militares. Tal tarefa ficou a cargo do Programa de Tecnologia Industrial (MANTECH) que foi criada para canalizar recursos de P&D de grandes laboratórios para objetivos de desenvolvimento de pesquisas militares de novas armas e tecnologias. Apoiava projetos em áreas sem interesse comercial, mas que eram fundamentais para a tecnologia de defesa e promoção de uma rápida transição dessa tecnologia para uma aplicação civil e militar (MEDEIROS, 2004).

Os objetivos eram desenvolver pesquisas em engenharia, metalurgia, produção de novos materiais, energia, eletrônica, novas armas, redução de custos de produção e aplicação de melhores técnicas em setores que os EUA enfrentavam forte concorrência do Japão e da então Alemanha Ocidental, por exemplo (MEDEIROS, 2004).

Destaca-se que ela foi concebida a partir da experiência negativa dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã, com a questão dos conscritos, e seria o instrumento diplomático, geopolítico, militar para aplicar em um teatro de operações as novas tecnologias e mudanças militares que os Estados Unidos tinha passado desde, principalmente a experiência negativa no Vietnã. Assim, ao final do citado conflito, o Exército dos Estados Unidos sofrerá uma profissionalização a partir de 1973. A mudança ocorreu em grande parte devido à traumática

experiência envolvendo os conscritos que lutaram nas Forças Armadas Estadunidenses durante a Guerra do Vietnã (1965-1975) (SILVA, 2004, pp. 409-412).

Como a maior parte dos estadunidenses que lutaram em território vietnamita não era militar de carreira, por mais que fossem treinados, não tinham o preparo necessário para enfrentar uma guerra, como a do Vietnã. Entretanto, o que foi fundamental é que a convocação de civis, por sorteio, colocava o risco da convocação dos filhos, irmãos, namorados, maridos e amigos de todos. Isso gerou as condições para que se formasse uma opinião pública contrária à guerra, dentro e fora dos Estados Unidos. A principal derrota de Washington começou e ocorreu no seu próprio território (SILVA, 2004, pp. 409-412).

Por consequência, foram criadas condições ideais para que se elaborasse uma nova doutrina militar pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos e pelo Pentágono. Era a Doutrina Powell que defendia a ideia de guerra limpa, com bombardeios cirúrgicos e estratégias que poupariam vidas dos aliados na guerra. Era a guerra de videogame. A ideia de *zero killed* (morte zero), ou seja, pequeno número de mortes era muito forte e importante como princípio inserido em tal doutrina (SILVA, 2004, p. 703-704).

A síntese dessa doutrina pode ser observada na declaração efetuada pelos militares estadunidenses, por ocasião da Guerra do Golfo, consubstanciada na ideia de que “nós atiramos e eles morrem” (SILVA, 2004, p. 704).

Faz-se necessária uma observação sobre a Doutrina Powell. A tecnologia no campo de batalha sempre esteve presente. Inovações como os usos do ferro, de fortalezas, de catapultas, de tanques de guerra ocorreram ao longo dos milênios na arte de fazer a guerra. Todavia, com a Doutrina Powell, a tecnologia passou a ter uma importância ainda maior, sendo tratada como uma das protagonistas da Guerra do Golfo, pois transformou a estratégia e a operacionalização da guerra.

Vale lembrar, que Estados considerados potências regionais ou aspirantes a esse posto, sem influência mundial, cujos interesses estratégicos fossem concorrentes aos dos Estados Unidos, como o Iraque, Irã e Síria, por exemplo, passaram a ser os seus novos inimigos no início da década de 1990. Eram os Estados “fora da lei”(SILVA, 2004).

Ainda na década de 1990, após a Guerra do Golfo, o terrorismo cresceu vertiginosamente e, com os atentados de 11 (onze) de setembro de 2001, em Washington e New York, também passou a ser considerado inimigo dos Estados Unidos.

Essa era a nova realidade que emergia:

(...) A desapareção da URSS em dezembro de 1991, como força política mundial detentora de capacidade de convencimento e coerção em escala mundial e adversária dos EUA acabaria por liberar inúmeros países, em especial no chamado Terceiro Mundo e nos Balcãs, para agir autonomamente. (...) (SILVA, 2004, p. 704).

Durante os governos dos presidentes Ronald Reagan (1981-1989) e George H. Bush (1989-1993) os Estados Unidos elegeram novos inimigos em sua política externa, substituindo o algoz soviético e seu socialismo. Foram eleitos, de acordo com Noam Chomsky, quatro novos inimigos: a instabilidade econômica-política dos Estados terceiro-mundistas, o narcotráfico hispano-americano, o terrorismo em escala internacional, principalmente no Oriente Médio e o fundamentalismo islâmico (CHOMSKY, 1996).

Percebe-se que a eleição dos citados novos inimigos permitirá a Washington justificar a sua política de contínua e frequente intervenção na seara econômica de outros países, buscando defender seus negócios, objetivos geopolíticos e interesses de suas transnacionais (CHOMSKY, 1996).

Seguindo essa linha de pensamento, observa-se que não seria qualquer país alçado à condição de novo inimigo da Casa Branca. Para ser considerado algoz, o país precisa se enquadrar em uma das quatro possibilidades elencadas por Chomsky anteriormente (CHOMSKY, 1996).

A Doutrina Powell estabeleceu que os Estados Unidos só pudessem intervir em duas situações: quando estivessem em risco áreas com reservas de combustíveis fósseis, como petróleo, abastecedoras do Ocidente, como o Kuwait e o Iraque, no Oriente Médio; e, em áreas estratégicas consideradas essenciais para a segurança de aliados e de locais economicamente fundamentais para os Estados Unidos. O país necessita de segurança e equilíbrio no cenário internacional para poder agir. Isso quer dizer que Washington não iria intervir em todo e qualquer conflito regional (SILVA, 2004).

Do ponto de vista da ação militar, a essência da Doutrina Powell ainda se faz presente e é mantida nas ações militares dos Estados Unidos pelo mundo.

A Doutrina Powell defende que a ação militar só deve ser utilizada como último recurso e quando a segurança nacional dos Estados Unidos estiver seriamente ameaçada. A força, quando utilizada, deve ser esmagadora, rápida, estratégica e desproporcional à que é usada pelo inimigo. Para se efetiva ela precisa ter grande apoio da opinião pública e uma

estratégia bem calculada de resolução no qual os militares estarão combatendo. A vitória deve ser decisiva (SILVA, 2004; POWELL, 1992/1993).

Parte substancial da base da sua doutrina de guerra, Powell se inspirou nas visões do antigo secretário de Defesa dos Estados Unidos Caspar Weinberger (1981-1987), do governo Reagan, além, é claro, de sua própria experiência no Vietnã, já citada anteriormente. Para Charles Krauthammer, a Doutrina Powell teve como sua expressão máxima e principal teatro de ensaio, a Guerra do Golfo, em 1991. O objetivo nessa guerra não era rivalizar com o poder militar do Iraque, mas esmagá-lo rápida e decisivamente com aviões, armas e munições guiadas, tanques, vontade irrefutável, poder humano e alta tecnologia. A guerra seria curta e rápida e a vitória certa o que mudou a ideia anterior de política de proporcionalidade, muito restrita em razão do medo da escalada da guerra, que levou os Estado Unidos, na Guerra do Vietnã, a ter muitas baixas e a perder a guerra (KRAUTHAMMER, 2002).

A partir da Doutrina Powell as Forças Armadas dos Estados Unidos com base na tecnologia da informação, adotaram o que seria um novo modo de guerra (tema polêmico e que ainda não é consenso no meio militar) que evitaria ataques sangrentos de guerras anteriores. Esse novo método busca uma vitória rápida, com poucas perdas dos dois lados (o que não ocorreu no caso iraquiano, na Guerra do Golfo, pois chega-se a cogitar em até 100 mil o número de baixas civis e militares). As características são a velocidade, manobra, flexibilidade, e surpresa e para tanto, o poder de fogo de precisão Forças Especiais e operações psicológicas passaram a ser fundamentais. Também se busca integrar os poderes aéreo, terrestre e naval como um todo (JORGE, 2009).

A ideia de se evitar, reduzir a zero ou próximo de zero as baixas do lado dos EUA, defendido pela mencionada doutrina, reservava aos Estados Unidos o direito de apenas observar as áreas consideradas de alto risco de baixas, em caso de intervenção estadunidense, mas que eram de baixo risco aos interesses dos Estados Unidos. Como exemplos desses lugares, podem ser citados países como Ruanda, na África Central, região dos grandes lagos africanos, a Geórgia, na região do Cáucaso, no Sudeste Europeu e o Afeganistão, na Ásia. São países que passavam por graves guerras civis no início da década de 1990. O caso de Ruanda envolvia uma terrível guerra civil entre etnias rivais, especificamente hutus e tutsis, em Kigali (SILVA, 2004; POWELL, 1992/1993).

O mesmo raciocínio é válido para o caso da Geórgia, antiga república soviética, que passava por uma guerra civil devido às insurreições separatistas nas regiões da Abkházia e da

Ossétia do Sul. Já o Afeganistão, logo após a saída das tropas soviéticas de seu território, em 1989, viu-se mergulhado numa violenta guerra civil entre facções étnicas rivais que acabou levando a milícia Taliban ao poder, em seu confronto com o grupo Aliança do Norte (RIBEIRO, 2004, pp. 432-433).

Nota-se que em tais cenários, apesar de suas características violentas que demandavam ações urgentes por parte da comunidade internacional, os Estados Unidos não agiram em termos militares e humanitários. O risco de baixas era enorme e tanto Ruanda, em 1994, quanto a Geórgia e o Afeganistão não representavam ameaças concretas aos interesses de Washington na década de 1990.

Entretanto, principalmente a partir dos atentados terroristas de 11 de setembro contra New York e Washington, o governo dos Estados Unidos mudou a sua política para o Afeganistão e também para a Geórgia, em decorrência da guerra contra o terror e da ameaça que as instabilidades políticas nos citados países representavam aos seus interesses geopolíticos e econômicos. Vale lembrar que no Afeganistão foram descobertas grandes reservas de gás natural e a Geórgia localiza-se no Cáucaso, uma região bastante rica em petróleo e na área de tradicional influência da Rússia.

Assim, o governo do então presidente estadunidense George Walker Bush (2001-2009), apoiado pelo Reino Unido e pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte), interveio no Afeganistão, a partir do final de 2001, quando apoiou a Aliança do Norte contra o Taliban, através de bombardeios aéreos e da penetração, em território afegão, de forças especiais estadunidenses, na sua luta contra o governo Taliban liderado pelo mulá Mohammed Omar (RIBEIRO, 2004, pp. 432-433).

No caso da Geórgia, trata-se de um país que se localiza na tradicional área de influência da Federação Russa. Contudo, desde a sua independência, em 9 de abril de 1991, quando ainda era uma república da União Soviética, o país possui uma relação que mescla aproximação e distanciamento com Moscou. No entanto, Tbilisi na primeira década do século XXI, principalmente a partir da renúncia do então presidente Eduard Shevardnaze, em 2003, levou a Geórgia a se aproximar mais da União Europeia e dos Estados Unidos, fato que irritou o governo do então presidente russo, Vladimir Putin. É preciso lembrar que a Geórgia está localizada em uma área próxima ao Mar Cáspio, rica em petróleo e gás natural.

Enquanto Geórgia, Ruanda e Afeganistão não representavam ameaças aos interesses estadunidenses na década de 1990, o mesmo não vale para Bagdá quando da sua ação sobre o

Kuwait. O Iraque se tornou um excelente campo de testes para a Doutrina Powell. Na Guerra do Golfo, os Estados Unidos mostraram ao mundo como iriam usar e agir militarmente contra os chamados Estados fora-da-lei, os novos inimigos de Washington, com a decadência da União Soviética (URSS) (CHOMSKY, 1996; SILVA, 2004).

O orçamento de Defesa dos EUA, que tinha apresentado até meados da década de 1970 um forte crescimento interrompido pela Détente e pela derrota política (não militar) na Guerra do Vietnã, apresentou entre 1975 e meados da década de 1980 uma queda. A partir do governo Reagan até o início da década de 1990, com o fim da URSS e da Guerra Fria, em 1991, o orçamento militar recebeu novos cortes.

A estratégia de arma superior foi concebida para ganhar guerra contra Estados que se rivalizam como o soviético. O desafio a partir das décadas de 1970 e 1980 e principalmente, da de 1990 em diante, era o de enfrentar adversários como países do Terceiro Mundo, como o Iraque ou atores internacionais sem território definido, como a Al-Qaeda, utilizando grande mão de obra em posições estáticas para atividades de logística e de suporte aos helicópteros, sendo alvos fáceis dos adversários e de realizar guerras com custos baixos ou de realizar guerras longas e caras como a do Afeganistão, por exemplo (SILVA, 2004).

As relações estratégicas de poder de Washington na seara internacional foram organizadas e formuladas na administração do governo do presidente Bill Clinton (1993-2001), quando a Doutrina Powell foi sucedida, em termos de relações internacionais, pela Doutrina Clinton (SILVA, 2004: pp 170-171).

A extinção da URSS e depois com os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001, os desafios de segurança pensados pelos militares mudaram muito. O governo dos EUA, por meio do Departamento de Estado, desenvolveu uma nova concepção de guerra, uma nova estratégia o que resultou em mais pesquisas científicas e novas tecnologias. A emergência de potências regionais, principalmente na Ásia, a globalização dos interesses estadunidenses, a difusão da tecnologia militar e a atuação de atores internacionais não estatais criaram situações novas em termos de guerra. Assim, essa nova ideia de guerra, a estratégia utilizada para guerra assimétrica deve basear-se mais na avaliação de como um potencial adversário poderá atacar do que na identificação de qual adversário ou local irá realizar o ataque.

Em abril de 1999, durante a reunião comemorativa do cinquentenário da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o presidente democrata Bill Clinton anunciou que os novos objetivos da organização seriam a luta contra as ditaduras e todos os regimes políticos

que não fossem liberais representativos, contra as ameaças que pairavam sobre os direitos humanos e à ecologia, assim como o combate ao narcotráfico internacional. Eram os princípios que embasaram a chamada Doutrina Clinton. As causas dos direitos humanos e da ecologia se transformaram em instrumentos globais de política por parte dos Estados Unidos, através do então vice-presidente Al Gore . (SILVA, 2004: pp 170-171)

É óbvio pensar que o conjunto de princípios nos quais a Doutrina Clinton se embasava contrariou os interesses do setor industrial, principalmente o de energia fóssil, como o petrolífero e o Partido Republicano e a *New new Right*¹¹ que julgavam a administração Clinton/Gore como sendo contrária aos Estados Unidos, além da Organização das Nações Unidas representarem e comandarem uma administração anti-estadunidense (SILVA, 2004: pp 170-171).

A supremacia estadunidense, por consequência, far-se-ia através da imposição de seus valores, princípios, objetivos e interesses ao resto do mundo como a única forma de se conseguir e garantir a paz no globo. Pode-se observar que a gama de ideias e princípios que embasavam a política externa dos Estados Unidos, sob o governo Bill Clinton, de acordo com os seus idealizadores, em termos práticos ajudava Washington em seus interesses, seja para justificar ingerências em locais como o Iraque, seja para ignorar áreas não sensíveis, como no caso dos conflitos étnicos envolvendo Ruanda, Burundi e República Democrática do Congo (antigo Zaire) (SILVA, 2004: pp 170-171).

Percebe-se, então, que durante os dois mandatos do presidente Bill Clinton (1993-2001), a política externa dos Estados Unidos alicerçou-se sobre a mistura de *realpolitik* e de princípios e ideias wilsonianas. Entretanto, tal cenário nas relações internacionais iria mudar muito com a eleição do candidato republicano postulante à Casa Branca, George Walker Bush, em 2001.

O teatro de operações de guerra é difuso e bastante complicado, pois se localiza em áreas distantes, e a simulação de ataques se faz necessária. Assim, os ataques podem ocorrer com armas convencionais ou de destruição em massa. O controle do espaço e das comunicações, os ataques precisos, a superioridade operacional são fundamentais para o

¹¹ A *New new Right* é o setor de direita na política dos Estados Unidos que não está inserida em nenhum dos partidos políticos, no caso o Democrata e o Republicano, e que se organiza em entidades religiosas cristãs como a *Christianity Identity*, ou na forma de milícias armadas como, por exemplo, a *Aryan Nation*. Pode-se afirmar que se tratam de grupos de extrema direita defensores de que os Estados Unidos estariam perdendo espaço no mundo, acometidos por um processo violento de decadência e perda de seus valores morais, além da ameaça a identidade estadunidense consubstanciada pela sigla WASP (*White, Anglo-Saxon e Protestant*).

sucesso militar. Há uma combinação de bombardeios e comando em operações externas como se observou na Guerra do Afeganistão, quando a Doutrina Bush foi aplicada (SILVA, 2004: pp 102-105).

A intervenção militar de Washington, no Iraque, em 2003, inicialmente encontrou apoio da mídia e de parcela da população estadunidense. Contudo, a euforia inicial da guerra passou e aconteceu a emergência de novos fatos que desmentiram os argumentos apresentados pelos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, para justificar a guerra preventiva contra o Iraque, em 2003. Os argumentos eram basicamente dois: o primeiro se referia a possíveis ligações do governo de Saddam Hussein com a rede terrorista Al Qaeda, de Osama Bin Laden. Já o segundo, era a existência de programas de desenvolvimento e de estoques de armas de destruição em massa (nucleares, químicas e biológicas) (SILVA, 2004: pp 102-105).

O establishment conservador governamental conduziu os Estados Unidos, entre os meses de janeiro e setembro de 2001, portanto antes dos Atentados de 11 de setembro, para uma política externa conservadora, bastante focalizada nos interesses estadunidenses em detrimento do mundo (SILVA, 2004: pp 102-105).

Então, tal política externa unilateral, defensora árdua dos interesses estadunidenses, foi chamada pelo Departamento de Estado de “multilateralismo à la carte”. Washington se reservou o direito de analisar e agir pontualmente cada questão internacional, de acordo com os seus interesses, mesmo que fosse necessário infringirem tratados ou o próprio direito internacional. O governo dos Estados Unidos recusou participar da Corte Penal Internacional de Haia, do Protocolo de Kyoto, da Convenção sobre Armas Portáteis, de restrições ao uso de minas terrestres, do controle sobre armas químicas de destruição de massa e do acordo de limitação de mísseis com a Rússia (SILVA, 2004: pp 102-105).

Em situações internacionais bastante delicadas, como o caso do Iraque, no Oriente Médio, Washington se recusava a agir em determinados momentos e em outros, seguia um caminho próprio, sem levar em consideração os tradicionais aliados, como os europeus e também organizações internacionais, como as Nações Unidas. Tratava-se de um unilateralismo perigoso para a estabilidade internacional. Na seara econômica internacional, o governo estadunidense tratou de erigir a defesa de seu próprio espaço econômico, com a luta pela criação do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da Cooperação

Econômica Ásia-Pacífico (APEC), para enfrentar a União Europeia e os países do Leste e Sudeste Asiático, como a emergente República Popular da China (SILVA, 2004: pp 102-105).

Tais ações unilaterais estadunidenses intensificaram-se no cenário internacional após os atentados de onze de setembro de 2001, em New York e Washington. No mesmo mês, o presidente George Walker Bush reafirmo, perante os congressistas do Capitólio, que os Estados Unidos lutariam com afinco e grande força, contra o terrorismo internacional, sem a interferência e mediação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, através do estabelecimento de uma política de combate estadunidense para eliminar tal problema (SILVA, 2004: pp 102-105).

A Doutrina Bush, cada vez mais institucionalizada e presente nas entranhas do aparato estatal dos Estados Unidos, foi colocada em prática no sentido de preparar as Forças Armadas Estadunidenses para a invasão ao território iraquiano (SILVA, 2004: pp 102-105).

Vale lembrar que a nova doutrina se tornou mais explícita a partir de 2002, quando Condoleezza Rice afirmou que, diferentemente da Guerra Fria, não bastava possuir grande quantidade de armas de destruição em massa para convencer o inimigo de não atacar, pois as forças inimigas se apresentariam dispersas e múltiplas, isto é, sem alvos a proteger. Então o território deveria ser redefinido para efeito de estratégia de guerra. As ideias de Condoleezza Rice foram amplamente aceitas por Bush, em seu discurso realizado no dia 30 de janeiro de 2002, ao afirmar na época que os Estados Unidos detinham o direito de realizar ataques preventivos contra países que estivessem desenvolvendo armas que ameaçassem a sua segurança (SILVA, 2004: pp 102-105) . Seria o caso do Iraque.

As ações dos Estados Unidos no cenário mundial sempre objetivaram intervir em países onde os conflitos ou crises coloquem em risco os interesses estadunidenses. Mesmo a Doutrina Powell ter sido substituída nas relações internacionais, vale mencionar que na área militar ela ainda permanece no interior da Doutrina Bush. A Invasão ilegal do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003, e a preocupação constante da opinião pública estadunidense com a questão das baixas são fortes indícios da manutenção da essência da Doutrina Powell.

Os Estados Unidos, com base na Doutrina Bush, então intensificaram várias ações militares de caráter preventivo, isto é, fez uso da chamada guerra preventiva para se defenderem de qualquer ameaça a sua segurança nacional. Lamentavelmente, o governo do presidente George Walker Bush passou a usar um discurso de cunho religioso, leia-se cristão, contra o chamado eixo do mal (Iraque, Irã e Coréia do Norte) (MUNHOZ, 2006: p. 91).

Na área econômica a Doutrina Bush era contraditória, pois defendia um forte protecionismo ao mercado interno, principalmente nos setores mais frágeis em termos competitivos de sua economia, como o agrícola e o industrial e também um liberalismo extremo, através da livre circulação de capitais e a redução dos tributos às empresas e grupos mais ricos do país. Foi no exato momento em que a Doutrina Bush ainda estava sendo aplicada, mormente na política externa estadunidense, que talvez estaria começando a nascer outra doutrina: a Rumsfeld.

Desde o fim da Guerra Fria os Estados Unidos têm vivenciado contínuas mudanças no seu pensamento tático para travar guerra. Atualmente, os Estados Unidos parecem caminhar segundo João Fábio Bertonha, para um novo paradigma militar, consubstanciado pelo que se convencionou nomear como Doutrina Rumsfeld¹². Não se trata de uma transformação no modo de ver a guerra por Washington, com raízes no modelo ocidental, mas de uma nova forma de operacionalização militar (BERTONHA, 2003, p. 179).

Contudo, o modo de agir dos pensadores do Pentágono se modificou consideravelmente a partir da década de 1970 devido à ocorrência de dois fatos: o primeiro foi a Guerra do Vietnã e o segundo, foi a certeza de que uma guerra com a União Soviética, de acordo com a velha forma de guerrear, poderia ser desastrosa para os Estados Unidos, devido a grande superioridade numérica soviética.

A Guerra do Vietnã (1965-1975) demonstrou de forma implacável que a superioridade e poder militar esmagador não eram garantias de uma vitória certa contra um adversário que evita um confronto decisivo, optando por arrastar o embate bélico por um longo tempo, sem perspectiva de soluções e com muitas baixas. O comando das Forças Armadas Estadunidenses percebeu que uma intervenção em um país do Terceiro Mundo só teria sucesso caso fosse rápida, objetiva, com estratégia bem definida e ampla superioridade tecnológica (BERTONHA, 2003).

Enquanto permaneceu no seu cargo de secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald Rumsfeld, principalmente durante o primeiro mandato do presidente George Walker Bush, a partir de 2001, passou a ser um grande defensor dessa mudança. O uso cada vez maior de forças leves, munidas de alta tecnologia, com intensivo apoio aéreo, bombas

¹² Hoje se sabe que a Doutrina Rumsfeld não passou de um ensaio e não se concretizou, mas suas principais premissas foram absorvidas em governos posteriores como foi no caso do governo de George Walker Bush (2001-2009), que elaborou a Doutrina Bush, e do governo de Barak Obama (2009-2017), em que emergiu a Doutrina Obama.

inteligentes e de modernos sistemas de informação seria necessário diante de Estados beligerantes como de organizações terroristas. A presença de grandes quantidades de soldados e tanques seria diminuída na mesma proporção (BERTONHA, 2003).

No primeiro trimestre do ano de 2002, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, apresentou o Plano de Defesa que foi aplicado e concretizado na Guerra do Iraque, em 2003, quando os Estados Unidos invadiram o Iraque. Percebe-se, então, que o Plano de Defesa defendido por Rumsfeld e parte do Pentágono era a base para a implantação de uma nova doutrina militar, a Doutrina Rumsfeld. Tal plano, como já mencionado anteriormente, foi usado na Invasão do Iraque, em 2003, e defendia uma série de 6 (seis) ideias fundamentais para o seu funcionamento. A primeira era de que a ação militar deveria promover uma campanha para que se negasse asilo político aos líderes inimigos em qualquer lugar do mundo. A segunda ideia defendia a fundamental proteção dos canais de informação na guerra. Já a terceira objetivava uma coordenação sincrônica e coordenada entre a Marinha, Aeronáutica e Exército dos Estados Unidos. A quarta é bastante desafiadora, pois sustenta ser necessária a construção e manutenção de uma nova estrutura de poder no local invadido, mesmo que ele seja distante. O quinto ponto é que o território estadunidense e as suas bases militares espalhadas pelo mundo devem ser defendidos com segurança. Já a sexta e última ideia almeja que o acesso ao espaço seja sem qualquer objeção, ao mesmo tempo, que o sistema de defesa do espaço fosse protegido contra qualquer ameaça do adversário (BERTONHA, 2003).

Os pontos acima levantados demonstram o quanto era e é complexo colocar em prática os princípios da então nascente Doutrina Rumsfeld. Isso é agravado pela necessidade indubitável de se manter os pontos estratégicos conquistados. Para tanto, é imprescindível o apoio da população, a interação entre as Forças Armadas, utilização de ataques preventivos como forma de defesa, a formação de uma aliança de países dentro do chamado multilateralismo à la carte e a utilização de forças terrestres combinadas com forças especiais e aéreas (BERTONHA, 2003).

Não se pode esquecer-se de mencionar que o Plano de Defesa, de Rumsfeld, não aceitava a ideia de que os Estados Unidos deveriam agir simultaneamente em duas situações de guerra, ao mesmo tempo, defendida pela Doutrina Powell e exposta pelo Pentágono em maio de 1997. Donald Rumsfeld também rejeitava a estratégia baseada em tratados e também a utilização de grande quantidade de soldados nos fronts numa guerra assimétrica, contra um inimigo não convencional ou de força militar infinitamente menor (BERTONHA, 2003).

A Doutrina Rumsfeld, em plena construção foi testada no Afeganistão, em 2001, e parcialmente no Iraque, em 2003, quando da invasão estadunidense. Mesmo assim, foi necessário o uso de infantaria e de batalhas terrestres com armamento pesado, para Washington vencer as guerras, seja com a Aliança do Norte, no primeiro caso, ou com o exército anglo-estadunidense, na segunda situação. As experiências vivenciadas pelos Estados Unidos, na Guerra do Golfo, de 1991, provaram o quão imprescindível foi a atuação do exército contra o Iraque, mesmo após o intensivo bombardeio aéreo com “armas inteligentes” e “cirúrgicas”. Tal aprendizado se verificou durante a invasão estadunidense sobre o Iraque, em 2003, na Guerra do Iraque.

Então, o que ajudou a derrotar o Iraque, tanto na Guerra do Golfo (1991) quanto na Guerra do Iraque, em 2003, foram os bombardeios cirúrgicos, a alta tecnologia bélica e as armas de precisão guiada ou “armas inteligentes”, com o objetivo de reduzir a capacidade de defesa do inimigo ao máximo para que depois fossem usados infantaria, tanques e soldados por meio de guerra tradicional.

2.3 Motivações da Tempestade do Deserto

Para se compreender a Guerra do Golfo, faz-se necessário estudar as suas motivações (ZARPELÃO, 2006: pp. 87-89):

1) Saddam Hussein chegou ao poder no Iraque em 1979 e, desde então, envolveu o país em muitos conflitos. Um deles foi a Guerra Irã-Iraque (1980-1988)¹³ em que ocorreu a destruição de cidades, campos agrícolas, estradas e pontes, além da monumental perda de vidas humanas para o Iraque. Ela começou em 22 (vinte e dois) de setembro de 1980, quando as tropas iraquianas invadiram o Irã.

Várias foram as possíveis causas da Guerra Irã-Iraque (1980-1988). A primeira foi o advento da Revolução Islâmica Iraniana, em 1979, e a ameaça do xiismo para o Iraque. Já a segunda causa se referia às rivalidades territoriais e políticas que existiam entre os países há muitos anos. A questão principal era o controle bipartido do canal de Shatt-el-Arab, que fica

¹³ ZARPELÃO, Sandro Heleno Morais. **A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991)**. Monografia de Especialização apresentada ao Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006, p. 87-89.

na fronteira entre os dois países, e algumas ilhas no Golfo Pérsico. Desde o Acordo assinado em Argel (capital da Argélia, norte da África), entre os dois países, em 1975, o Iraque compartilhava com o Irã a foz dos dois rios importantíssimos para o país, Tigre e Eufrates, que forma o mencionado canal. Conseqüentemente, o Iraque ficava com uma reduzida faixa litorânea de apenas 64 km, em detrimento do Irã que possuía 950 km de costa.

A terceira causa seria o Iraque ter grandes ambições de liderança no Oriente Médio e a quarta causa tinha a ver com os desejos do Iraque de se apoderar das enormes jazidas petrolíferas do Irã.

Entretanto, Saddam Hussein estava aparentemente consciente de suas limitações militares para conquistar o enorme território iraniano. Mesmo assim, acreditava poder vencer a guerra devido ao enfraquecimento do inimigo, assolado por pressões internacionais contrárias à postura do governo iraniano pós-Revolução Islâmica. Houve várias deserções e expurgos nas Forças Armadas. Assim, o Iraque poderia vencer a guerra e conquistar o posto de liderança do mundo árabe, com seus próprios xiitas controlados e mais rico em petróleo.

Tudo aparentava conspirar a favor de Saddam Hussein. Apenas aparência. Surgiu um fator subestimado e até mesmo esquecido pelo governo iraquiano: a resistência iraniana.

A guerra uniu o dividido e conturbado Irã em prol da causa de defesa da soberania e das fronteiras nacionais iranianas. Mesmo tendo uma superioridade em armas, o Iraque não tinha maior número de combatentes que o Irã. Diante disso, originou-se um impasse. O Iraque comprou e recebeu ajuda armamentista de inúmeros países como França, União Soviética, Brasil, Chile, Argentina, China e de Estados árabes, além de uma ajuda indireta dos Estados Unidos. Ainda assim, não conseguiu vencer o Irã.

Saddam Hussein percebeu o erro e procurou diversas vezes Khomeini para fazer um acordo de paz que sempre recusou, pois via uma oportunidade histórica excelente para expandir a Revolução Islâmica. Conseqüentemente, as grandes potências se uniram e formaram uma aliança com o Iraque e contra o Irã.

Desse modo, mesmo não contando com grande simpatia dos governos ocidentais, Saddam Hussein angariou importantes apoios para a sua guerra. Montou o famoso exército de um milhão de homens. Tais alianças que incluíram até o Kuwait foram decisivas no desenrolar dos fatos posteriores, como a invasão do próprio Kuwait e a Guerra do Golfo. Um homem forte e ousado em Bagdá era tudo o que o Ocidente desejava para conter a ameaça

fundamentalista xiita da Revolução Islâmica. Obviamente, não se pensou nas potenciais consequências desse apoio.

Somente quando Khomeini ficou doente, os Estados Unidos fizeram pressão, aliando-se às vitórias iraquianas no front, o Irã aceitou negociar a paz.

Em 1988, a guerra teve um cessar-fogo e não houve vencedor. O Irã gastou uma elevada soma com a guerra, que chegou a US\$ 220 bilhões, com mais de 300 mil mortos e 600 mil feridos. Por conseguinte, o Irã abrandou o tom e se tornou mais moderado nas relações internacionais no fim da década de 1980.

Já o Iraque também estava destruído. Gastou por volta de US\$ 180 bilhões na guerra. A recuperação do país poderia chegar à soma vultosa de US\$ 230 bilhões. Houve mais de 200 mil mortos e 400 mil feridos.

2) O Iraque contraiu uma gigantesca dívida com muitos países durante a guerra. Inclusive um dos seus maiores credores era o Kuwait, seu vizinho do sul, contra o qual tinha vários problemas históricos e territoriais. Como poderia ser resolvida a dívida, manter o grande poder militar iraquiano e reconstruir o país? Eram perguntas que pairavam sobre a cabeça de Saddam Hussein. A ideia que teve poderia resolver todos esses problemas de uma só vez: a invasão do Kuwait.

3) A transformação de Saddam Hussein, de aliado para inimigo dos Estados Unidos ao longo da década de 1980. Assim, faz-se imperativo discorrer sobre quem foi Saddam Hussein rapidamente. Ele nasceu em 1937, na cidade de Tikriti, no Iraque. Membro do Partido Baath na década de 1950, a partir de 1957 fez uma meteórica carreira política dentro do aparelho do Estado Iraquiano e no mencionado partido, o que se acentuou com a tomada do poder em Bagdá, pelo Partido Baath.

Em 1979, após a renúncia do general Ahmed Hassan al-Bakr assumiu o cargo de Chefe de Estado e acumulou os cargos de presidente do Estado, do Conselho de Comando da Revolução, a chefia do Partido Baath e das Forças Armadas. Era o início de uma das mais sangrentas ditaduras do século XX.

Como já se disse, colocou o Iraque em guerra contra o Irã entre 1980 e 1988. Concomitantemente, ele afastou todos os civis e militares que fizeram oposição e ameaçavam o seu poder.

Quando a guerra contra o Irã explodiu, Saddam tinha grandes interesses geopolíticos, territoriais e econômicos. A guerra do Iraque contra o Irã interessava a vários países,

principalmente à União Soviética, devido às suas ligações políticas com o Iraque durante a Guerra Fria, e aos Estados Unidos.

É verdade que os Estados Unidos apoiaram o Irã, na aludida guerra, através do Escândalo Irã-Contras¹⁴. Entretanto, enquanto a União Soviética forneceu armamento e apoio para Bagdá, o governo estadunidense, através de um alto funcionário da administração Ronald Reagan¹⁵, no caso Donald Rumsfeld, forneceu treinamento militar e informações privilegiadas para Saddam Hussein. O governo estadunidense enviava armas e o Iraque, então, passou a ser um grande aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio, na década de 1980.

Inquestionavelmente, os Estados Unidos estavam muito interessados em ver o governo de Aiatolá Khomeini de joelhos e, por isso, o Iraque e seu líder, Saddam Hussein passou a gozar de grande prestígio junto aos salões da Casa Branca.

Entretanto, os ventos da História passaram a soprar em outra direção. Mudanças como a crise do socialismo e da União Soviética, fim da Guerra Irã-Iraque, supremacia do poder estadunidense, avanço das idéias neoliberais e a queda do Muro de Berlim passaram a ditar os rumos da História do fim do século XX.

Mesmo assim, Saddam Hussein, acreditando que suas intenções não seriam freadas, organizou um ataque contra o Kuwait. Ele tinha a convicção de não precisar de maior aprovação por parte de Washington.

Contudo, a invasão iraquiana sobre o Kuwait desencadeou uma reação mundial contrária, por parte dos governos dos países e da opinião pública que mudou a situação e imagem de Saddam Hussein perante o mundo devido, principalmente, a uma campanha de demonização organizada pelos Estados Unidos, Reino Unido e pela imprensa estadunidense, além das Nações Unidas. Deixou de ser aliado e passou a ser a reencarnação de Adolf Hitler, Nabucodonossor (604-561 a.C.) ou Sargão I¹⁶.

¹⁴ O Escândalo Irã-Contras ocorreu no governo de Ronald Reagan e foi provocado pelo apoio dado pelos Estados Unidos aos “Contras” da Nicarágua, para derrubar o governo sandinista e também enviava armas para o Irã, na guerra Irã-Iraque.

¹⁵ Ronald Reagan foi presidente dos Estados Unidos entre 1981 e 1989. Teve como vice-presidente George H. Bush, que depois veio a sucedê-lo. Membro do Partido Republicano, envolveu-se em muitos conflitos pelo mundo e, apesar da crise econômica estadunidense, aumentou consideravelmente os gastos militares e construiu uma política neoliberal juntamente com a primeira-ministra britânica, Margaret Thatcher. Bastante carismático e conservador, colocou os republicanos de volta no poder, depois do escândalo de Walter Gate, que levou à renúncia do então presidente estadunidense Richard Nixon (1969-1974).

¹⁶ Sargão I, do povo acádio, que invadiu a região da Mesopotâmia por volta de 2300 a.C., sendo o primeiro rei mesopotâmico. Já Nabucodonossor (604-561 d.C.) foi imperador do Segundo Império Babilônico e pertencia a etnia dos caldeus. Construiu os famosos Jardins Suspensos da Babilônia e conquistou a Palestina e seu povo hebreu, no chamado Cativo da Babilônia.

Sua mutação foi notória. Deixou de ser aliado do Ocidente e passou a ser uma das pessoas mais odiadas, o inimigo a ser vencido pelas “imparciais”, democráticas e libertárias forças do “mundo civilizado”.

A necessidade de se encontrar uma solução para os problemas econômicos e financeiros de um Iraque atolado em dívidas seria torná-lo uma potência regional, dominadora no Oriente Médio, sonho antigo de Saddam Hussein.

Para agravar ainda mais a situação, o preço do petróleo no mercado internacional estava muito baixo, diminuindo os lucros e prejudicando o Iraque na sua reconstrução, já que dependia do comércio petrolífero. O território kuwaitiano possuía um décimo de todas as reservas mundiais de petróleo. Apossar-se disso era a solução para os problemas econômicos iraquianos. Além disso, a produção kuwaitiana estaria pressionando os preços do barril de petróleo para cotações muito baixas dentro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo. O Kuwait foi acusado de estar manipulando os preços para diminuírem.

4) Antigo desejo de anexação do território do Kuwait pelo Iraque, o que possibilitaria maior saída para o Golfo Pérsico, território reivindicado pelo Iraque desde sua independência com relação ao Reino Unido.

5) Saddam Hussein tinha o projeto de transformar o Iraque no grande líder e expoente do mundo árabe e do Oriente Médio, uma grande potência regional. Para tanto, Saddam acreditou que seu ataque não causaria forte comoção internacional, já que era aliado de quase todos os principais países ocidentais, até dos Estados Unidos. Tratou de sondar Washington sobre uma posição estadunidense sobre o fato. Concluiu que era possível ter êxito em sua invasão. Ledo engano cometeu.

Cabe aqui fazer uma observação. Tariq Aziz, então ministro das Relações Exteriores do Iraque e mais moderado que Saddam Hussein, revelou, tempos depois, que o plano original era atacar e invadir alguns campos petrolíferos e ilhas kuwaitianas no Golfo Pérsico

(...) Tariq Aziz (...) revelou que o plano original iraquiano consistia em uma invasão parcial do Kuwait. O exército iraquiano se apoderaria de Bubiyan e Warba, bem como do disputado campo petrolífero de Rumailah, que se estende pelas fronteiras dos dois países (COCKBURN; COCKBURN, 1991, p. 98).

Saddam Hussein teria tido êxito caso tivesse levado a cabo seu plano de invasão e conquista parcial do Kuwait. Ao invadir o Kuwait e depois anexá-lo, Saddam provocou

Londres e Washington que não desejavam perder sua hegemonia sobre o Golfo Pérsico para o Iraque.

Provavelmente, a decisão de invadir totalmente o Kuwait foi tomada por Saddam Hussein no “último momento”. Sua decisão impulsiva e ambiciosa lhe custou um preço caro: a derrota.

6) Bagdá necessitava de uma vitória militar para desviar o foco da crise política interna iraquiana e manter Saddam, Bagdá e o Partido Baath como os eixos e líderes políticos e ideológicos do Oriente Médio. Era necessário a Saddam Hussein manter o seu poder

(...) A existência de uma necessidade política para essa invasão de forma a conjurar problemas internos e manter a imagem externa nos ajudaria a entender essa pressa. (...) provável é que Saddam Hussein (...) necessitava de certos elementos para manter seu poder (...) que a invasão do Kuwait forneceria, aparentemente, a custo zero. Porque não arriscar (BERTONHA, 1996, p. 120).

Vê-se que o Iraque leu erroneamente os sinais enviados por Moscou, que não o socorreu na guerra, e por Washington, a luz dos parâmetros de ordenamento da Guerra Fria. Ademais, continuou raciocinando como se estivesse jogando sob as regras da Guerra Fria. Mas, as regras já estavam mudando e ele não soube ler as entrelinhas da história.

7) A necessidade dos Estados Unidos, sob influência ainda da Doutrina Carter, de garantir os seus interesses petrolíferos no Oriente Médio. O Iraque tinha interesse no petróleo do Kuwait, já que o preço do barril de petróleo, na época, estava cotado a US\$ 17,00 o barril e para o Iraque o valor mínimo para conseguir lucrar e pagar sua monumental dívida externa era de US\$ 25,00. Saddam Hussein chegou a afirmar, em maio de 1990, numa reunião extraordinária da Liga Árabe, em Bagdá, que a cada dólar a menos no preço do barril de petróleo, significava uma perda em receita de aproximadamente US\$ 1 bilhão por ano (HIRO, 2002, pp. 33-34).

Para piorar a situação, os Emirados Árabes Unidos e o Kuwait ultrapassaram a cota de produção fixada pelo cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)¹⁷,

¹⁷ Os países que criaram a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), em 1960, foram: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela. Depois, nas décadas posteriores do final do século XX e início do século XXI entraram Emirados Árabes Unidos, Líbia, Argélia, Nigéria, Gabão, Angola, Guiné Equatorial e Congo. Sua sede situa-se em Viena, na Áustria, e foi criada para controlar os preços, a produção e os ganhos com o comércio de petróleo internacionalmente, pois uma parte substancial da produção e exportação é originária dos seus treze membros atuais.

pois o ministro das Relações Exteriores do Iraque, Tariq Aziz, de acordo com Combat, entendia que:

Segundo Aziz, tanto o Kuwait quanto os Emirados Árabes Unidos estavam privando o Iraque de uma parcela significativa de suas legítimas receitas do petróleo, pois a superprodução daqueles países, para além das cotas fixadas pela OPEP, implicava uma redução de US\$ 1 bilhão nas receitas anuais do Iraque para cada US\$ 1 a menos no preço do barril de petróleo. O Ministro das Relações Exteriores defendia, igualmente, que na Guerra contra o Irã, o Iraque havia gastado US\$ 102 bilhões e perdido outros US\$ 106 bilhões em receitas em função do impacto dos conflitos sobre a economia iraquiana. Todo esse esforço, levado a curso para assegurar a defesa da "pátria árabe" contra o "radicalismo islâmico iraniano", não entrava, segundo Aziz, nos cálculos do Kuwait e dos Emirados Árabes Unidos, que exigiam o pagamento dos empréstimos (COMBAT, 2007, p. 131).

O “ouro negro” possuía e possui grande importância para a economia mundial, como se sabe. Para os Estados Unidos não é diferente. Merece destaque o fato de vários países da região ser exploradores e exportadores de petróleo, como os Emirados Árabes Unidos, Catar, Irã, Barein, Arábia Saudita, Iraque e Kuwait. Trata-se de um importante produto para a economia de vários países da região. Além disso, vale lembrar que na época a maior parte do petróleo produzido e exportado no mundo vinha do Oriente Médio.

Do início do Século XX até 1973, o petróleo era explorado por multinacionais dos Estados Unidos e da Europa Ocidental, através do Cartel das Sete Irmãs¹⁸ e assim, a maior parcela dos lucros ia para o exterior. Das sete empresas, cinco eram estadunidenses, uma totalmente britânica e a outra de capital anglo-holandês. Elas sempre procuraram evitar aprovar grandes aumentos nos preços do produto, chegando a irritar profundamente os países produtores e exportadores de petróleo do Oriente Médio, principal região petrolífera mundial. Isso desencadeou um processo de nacionalização das firmas petrolíferas presentes no Oriente Médio, expulsando algumas multinacionais dos países.

Ao mesmo tempo, em 1960, ocorreu a criação da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo – um cartel que possuía o objetivo de controlar a produção, comercialização e o preço do petróleo no mercado internacional. O objetivo primordial era

¹⁸ Cartel das “Sete Irmãs”: é a denominação que se dá para as 7 (sete) grandes empresas petrolíferas que dominaram o mercado internacional e a exploração petrolífera no Oriente Médio, até a criação da OPEP. As empresas eram: Exxon (Standard Oil of New Jersey), Royal Dutch-Shell, Gulf Oil Company, Texaco, Mobil, British Petroleum e Standard Oil of California. Vale lembrar que o termo irmãs é utilizado por terem formado um verdadeiro cartel do petróleo, existindo pouca concorrência entre elas, fazendo acordos necessários sobre preços e divisão de espaços onde cada uma deveria atuar.

evitar entre esses países a concorrência, auxiliando na fixação do preço do produto no exterior, garantindo os interesses econômicos dos países membros. Contudo, essa situação só se tornou realidade, a partir de 1973, quando o Cartel das “Sete Irmãs” começou a aprovar todo aumento reclamado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo. Isso aconteceu devido à Guerra do Yom Kippur, em 1973 e a 1ª Crise Internacional do Petróleo, o que beneficiou os países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Ocorreu que, em 1973, a OPEP elevou o preço do barril, devido à Guerra do Yom Kippur (1973), causando uma grave crise econômica internacional, a chamada Primeira Crise Internacional do Petróleo. O “ouro negro” passou a ser utilizado como “arma política” pelos países do Oriente Médio, membros da OPEP, para pressionar EUA e os países da Europa Ocidental a tomarem uma atitude que forçasse Israel a devolver os territórios árabes conquistados na Guerra dos Seis Dias (1967). Países como os Estados Unidos, Reino Unido, França, Japão e a então Alemanha Ocidental sofreram os efeitos devastadores da crise energética que se abateu sobre a economia capitalista mundial.

Entretanto, entre 1979 e 1980 explodiu a 2ª Crise Internacional do Petróleo que aguçou a crise energética e do capitalismo mundial provocada, em parte, pela perda do maior aliado dos Estados Unidos na região e pela Revolução Islâmica no Irã (1979). Os Estados Unidos, então, decidiram apoiar o Iraque na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), o que causou mais uma forte alta do petróleo. Isso arrasou a já combalida economia capitalista mundial e sinalizou aos EUA a necessidade de buscar fontes seguras de fornecimento de petróleo ou até mesmo exercer maior controle sobre alguns países do Oriente Médio.

Durante parte da década de 1980, os preços do petróleo se mantiveram altos, mas de meados até o fim do mesmo período, os seus preços já estavam menores. Todavia, com a invasão iraquiana ao território do Kuwait e a consequente Guerra do Golfo, organizada pelos Estados Unidos, Reino Unido e seus aliados, os preços subiram novamente sem, no entanto, provocarem uma terceira crise internacional do petróleo.

É óbvio pensar que o domínio iraquiano sobre o Kuwait e suas reservas imensas de “ouro negro”, além da sua formidável saída para o Golfo Pérsico, iria fortalecer demasiadamente a força do Iraque de Saddam Hussein, elevando-o à condição de líder regional, e Bagdá à de potência regional. Ademais, possibilitar-lhe-ia dominar uma maior fatia do mercado de petróleo, o que poderia causar uma desestabilização do comércio e oferta do mesmo. Nesse sentido, os Estados Unidos, sob a liderança de seu presidente George Bush,

organizou uma ampla coalizão de forças para comandar a desocupação do Kuwait, com a não interferência militar da União Soviética de Mikhail Gorbachev.

É indubitável que o “ouro negro” foi um dos mais importantes combustíveis, tanto para o lado iraquiano como para o estadunidense, devido a sua já falada e discutida importância estratégica, econômica, política e geopolítica. Bagdá, Washington, Londres, Paris, Riad e Moscou sabiam disso e, portanto, não mediram esforços para colocarem seus interesses a respeito do fornecimento, lucros e comercialização do petróleo no jogo que se desenrolava.

8) Sem dúvida uma das principais causas da Guerra do Golfo, foram as transformações militares estudadas no primeiro capítulo que implicaram em novas doutrinas, tecnologias, reordenação de forças, criação de órgão burocráticos que necessitavam de uma nova doutrina de defesa e de política externa. Daí a construção da Doutrina Powell. A mudança no Perfil de Força, a criação do TRADOC, o fortalecimento da DARPA, a criação de armas de precisão guiada, as novas capacidades centradas na digitalização trouxeram avanços significativos, que seriam demonstrados na Guerra do Golfo, de 1991, por meio da sua aplicação com a Doutrina Powell (REIS, 2016).

A utilização da munição guiada de precisão e de aeronaves furtivas permitiu aos Estados Unidos, na Guerra do Golfo, e depois na década de 1990, o emprego de força de uma maneira mais limitada e localizada, por meio do maciço emprego de força aérea. A experiência do Iraque abriu o precedente que Perry Anderson denominou de “guerra convencional não declarada” (ANDERSON, 2015: p. 110).

2.4 A Operação Escudo do Deserto

Em julho de 1990 a relação entre Iraque e Kuwait se deteriorava rapidamente. Havia uma grande insatisfação, como já foi observado, por parte do governo iraquiano com relação ao governo kuwaitiano. A cristalização desse processo se deu com o discurso televisionado de Saddam Hussein, em 17 de julho¹⁹ quando afirmou peremptoriamente que “erguer nossa voz contra o mal da superprodução não é o último recurso, se o mal persistir. Deve haver algum ato efetivo que possa devolver as coisas ao seu devido lugar” (KEEGAN, 2005, p. 94).

¹⁹ Por ocasião do 22º aniversário da "Revolução Baathista", ocorrida em 1968, marcada por um golpe de Estado que derrubou o então presidente Abdul Rahman Arif (1966-1968), perpetrado por Ahmed Hassan al-Bakr, também membro do Partido Baath, que governou o Iraque entre 1968 e 1979.

Por consequência do discurso, em 22 de julho de 1990, as tropas do Exército iraquiano foram deslocadas para a fronteira com o Kuwait, num total de 120 mil homens. A mobilização mostrava claramente as intenções de Saddam Hussein.

Em 25 de julho de 1990, portanto, alguns dias antes da invasão do Kuwait, feita pelo Iraque, o presidente iraquiano Saddam Hussein recebeu, com a presença do seu ministro das relações exteriores, Tarek Aziz, a embaixatriz dos Estados Unidos em Bagdá, desde 1989, a Senhora April Glaspie e o encarregado de negócios estadunidense John Kelly. April Glaspie foi encarregada de encaminhar a Washington o significado do discurso feito por Saddam Hussein (GLASPIE, 1990).

A ideia do governo iraquiano era demonstrar para o governo do presidente estadunidense, George Bush, de que o Iraque não representava nenhuma ameaça aos interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio. O governo iraquiano acreditava que as divergências entre países árabes não era um assunto estadunidense e é óbvio pensar, que o Iraque não queria a intervenção de Washington ao invadir o Kuwait (DENAUD, 2003, p. 35-36; GLASPIE, 1990).

Vale ressaltar que a Senhora April Glaspie foi chamada para um encontro com o governo iraquiano, por causa de um pedido de Bagdá. Assim, ela apresentou a preocupação do governo estadunidense do presidente George H. Bush (1989-1993) com a tensão crescente entre Iraque e Kuwait:

Podemos notar que vocês dispuseram um número massivo de tropas no sul. Normalmente isso não seria da nossa conta, mas quando isso ocorre no contexto das suas ameaças contra o Kuwait, então seria razoável nos preocuparmos. Por essa razão, fui instruída a questioná-lo, em tom amistoso - e não confrontativo - sobre suas intenções: Por que suas tropas estão reunidas tão perto das fronteiras do Kuwait? (GLASPIE, 1990, s.p.)

April Glaspie só lembrou o fato, durante o encontro, de que na década de 1960, por ocasião das divergências entre o Iraque e o Kuwait, decorrentes de problemas fronteiriços, a posição de Washington foi a de não-intervenção no problema. O Kuwait, na ocasião, era uma colônia britânica e sua presença era muito maior. Contudo, em 1990, os Estados Unidos eram muito mais influentes no Oriente Médio do que na década de 1960 (DENAUD, 2003).

A resposta do líder iraquiano, Saddam Hussein, para a embaixatriz April Glaspie, pareceu de certa forma ter um caráter diplomático:

Saddam, desejava enviar uma importante mensagem ao Presidente Bush: O Iraque quer amizade, mas o que quer o governo dos Estados Unidos? O Iraque sofreu 100 mil baixas e agora está tão pobre que as pensões dos órfãos de guerra serão brevemente cortadas; no entanto o rico Kuwait não aceitará sequer a disciplina da OPEP. O Iraque está cansado da guerra, mas o Kuwait ignorou a diplomacia. (...) Se o Iraque for publicamente humilhado pelo governo norte-americano⁷⁴, não terá outra alternativa a não ser "responder", por mais ilógico e autodestrutivo que isso possa se provar. (GLASPIE, 1990, s.p.)

Apesar do tom bastante incisivo das palavras de Saddam Hussein, ao que tudo indica Glaspie não aparentou acreditar na deflagração de uma guerra, pois acreditava que o caminho diplomático ainda não tinha sido exaurido por completo. Não se pode esquecer de que os EUA foram envolvidos no embate entre Iraque e Kuwait pelas palavras duras de Saddam Hussein e como resposta, April Glaspie as confrontou com uma mensagem que dava a entender uma aparente neutralidade dos EUA frente a tal tensão:

Mas não temos nenhuma opinião sobre os conflitos entre países árabes, como, por exemplo, a sua disputa de fronteiras com o Kuwait. Eu estava na Embaixada Americana no Kuwait durante o final da década de 1960. A instrução que tínhamos durante esse período era que não deveríamos expressar nenhuma opinião sobre essa questão e que esse assunto não está associado com a América. James Backer orientou nosso porta-voz oficial a enfatizar essa instrução. Esperamos que vocês possam solucionar esse problema usando quaisquer métodos apropriados através de Klibi ou por meio do Presidente Mubarak. Tudo o que esperamos é que essas questões sejam resolvidas rapidamente (GLASPIE, 1990, s.p.).

De acordo com o ministro das relações exteriores iraquiano, Tarek Aziz, o governo do Iraque não inferiu qualquer conclusão de tal reunião. Foi acertada a realização de uma reunião, na cidade de Djeddah, entre o Iraque e o Kuwait, que foi fracassada o que chancelou a decisão do Iraque de invadir o Kuwait (DENAUD, 2003, p. 36).

A invasão passou a ser considerada viável pelo governo do Iraque. No perigoso jogo geopolítico empreendido, Saddam e seu Iraque fizeram a primeira jogada, quando invadiram o Kuwait à uma hora da manhã, horário local, de 2 de agosto de 1990, com infantaria mecanizada e forças especiais. Imediatamente, e nos próximos dias do tormentoso agosto, helicópteros e barcos atacaram a capital, Cidade do Kuwait. Tropas das Forças Armadas Iraquianas ocuparam a cidade e a fronteira com a Arábia Saudita. O motivo oficial alegado por Bagdá foi a invocação das antigas fronteiras para justificar a invasão e posterior anexação do minúsculo país vizinho.

Vale dizer que havia, provavelmente, outros interesses escondidos e imersos na retórica da ditadura de Saddam Hussein.

Primeiramente, existia uma vultosa dívida externa contraída durante a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), entre US\$ 80 bilhões e US\$ 90 bilhões. Mesmo assim, Bagdá continuava sendo a principal potência militar de toda a região do Oriente Médio, excetuando Israel.

Além disso, o Kuwait produzia aproximadamente 10% da produção mundial do “ouro negro”, e o Iraque via nessas reservas a solução para os seus problemas econômicos e financeiros internos e externos. Vale lembrar que o Iraque fazia e faz parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), e sua economia dependia bastante da lucrativa indústria petrolífera e a alta produção do vizinho abastecia a Cidade do Kuwait com os “petrodólares” e pressionando os preços internacionais para cotações muito baixas para aos ambiciosos interesses iraquianos.

Imediatamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) exigiu que o Iraque recuasse e retirasse suas forças de solo kuwaitiano. Fazendo coro com as Nações Unidas, o então presidente estadunidense do Partido Republicano, George Bush, fez um discurso pela televisão dos Estados Unidos, em rede nacional para pronunciar que iria enviar porta-aviões para o Golfo Pérsico, próximo ao litoral do Kuwait e do Iraque.

Então, no dia 2 de agosto de 1990, o Conselho de Segurança²⁰ da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a Resolução 660, que condenou energicamente a invasão iraquiana sobre o Kuwait e exigia a completa retirada das tropas iraquianas do território kuwaitiano. Também previa o início de negociações bilaterais entre Bagdá e a Cidade do Kuwait. No dia 6 de agosto, foi aprovada a Resolução 661 que impôs um grande embargo ao comércio com o Iraque.

A escalada das tensões e da crise entre Iraque, Estados Unidos e ONU continuou por meio da aprovação de novas resoluções. A Resolução 662, de 9 de agosto, declarou nula e ilegal a anexação do Kuwait pelo Iraque. Já a Resolução 664, de 18 de agosto, exigia que o

²⁰ Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas é o órgão responsável pelas decisões sobre a paz e a segurança mundiais. É formado por cinco membros permanentes, com poder de veto, no caso a China, França, Reino Unido, os Estados Unidos e a Rússia. Isso quer dizer que se algum deles vetar qualquer resolução do Conselho de Segurança, as Nações Unidas ficam impedidas de agir militar e juridicamente. Foi o que ocorreu durante a Guerra Fria, em que Estados Unidos e a então União Soviética usaram tal artifício para defender seus interesses geopolíticos. Contudo, no segundo semestre de 1990, Moscou não usou seu poder de veto e praticamente deu mostras para Washington de que não iria se opor a uma ação das Nações Unidas lideradas pelos Estados Unidos. Vale lembrar também que o Conselho de Segurança possui dez membros rotativos, não permanentes, que são eleitos a cada 2 anos, obedecendo a uma representatividade por continente. Sua sede é em New York.

regime de Saddam Hussein permitisse a saída de todos os estrangeiros que estivessem no Kuwait e no Iraque. A Resolução 665, aprovada em 25 de agosto, estabeleceu o bloqueio naval contra Bagdá. A aprovação da Resolução 666, de 13 de setembro, estipulou a remessa por navio de alimentos ao Iraque e ao Kuwait, em caráter humanitário, mas determinou que fossem distribuídos por organizações humanitárias internacionais. Em 16 de setembro foi aprovada a Resolução 667, que condenava os ataques de soldados iraquianos às missões diplomáticas no Kuwait.

No dia 24 de setembro foi ratificada a Resolução 669 que concedia à Comissão de Sanções da ONU autoridade para avaliar pedidos de ajuda de países afetados pelo embargo imposto ao Iraque. Em 25 de setembro foi aprovada a resolução 670 que limitou os voos no espaço aéreo iraquiano e exigiu que os navios do Iraque deveriam ser detidos caso desrespeitassem as determinações das Nações Unidas. Foi elaborada a Resolução 674, em 29 de outubro, que solicitou aos países envolvidos que relatassem suas perdas financeiras e as violações dos direitos humanos resultantes do conflito. A penúltima Resolução aprovada antes de eclodir o conflito foi a de número 677, em 28 de novembro que pedia à secretaria-geral das Nações Unidas que guardasse uma cópia dos registros demográficos no Kuwait anteriores ao dia 2 de agosto, data da invasão iraquiana. Em 29 de novembro de 1990 foi elaborada e aprovada a última e mais importante resolução da ONU, a décima segunda, no caso a 678, que estabelecia o prazo final de 15 de janeiro de 1991, para que o Iraque desocupasse o território do Kuwait. Na hipótese de Bagdá descumprir tal resolução, havia a previsão de se usar “todos os meios necessários” para conseguir a restauração da soberania kuwaitiana, inclusive através do uso da força militar (COMBAT, 2007: p. 135; DENAUD, 2003: p. 197; BADELL; LUPO; HERRERA, 1990).

Percebe-se, nitidamente, no interior do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, uma escalada de resoluções que objetivaram asfixiar o Iraque e demovê-lo da ideia de permanência e anexação do território do Kuwait (DENAUD, 2003). A crise ganhou dimensão ampla e se tornou no final de 1990, o grande tema para a imprensa dedicada à cobertura de eventos internacionais.

Ressalta-se que a União Soviética, a França e a China não eram favoráveis, pelo menos no início da crise, a uma ação militar efetiva no Golfo Pérsico. Defendiam uma solução diplomática negociada para a crise. Contudo, não foram contrárias à Resolução 678 das Nações Unidas (DENAUD, 2003).

A França e principalmente a União Soviética, antes e durante o conflito, tentaram exaustivamente solucionar o problema pela via diplomática e não através da guerra, como desejavam os Estados Unidos e o Reino Unido. Moscou, através do seu presidente Mikhail Gorbatchev e do seu ministro das relações exteriores, Edward Shevardnaze, tentaram o caminho da negociação, através do estabelecimento de planos e propostas para o Iraque e os Estados Unidos. Contudo, foram infrutíferas tais ações.

O acirramento dos fatos e tensão ganhou fôlego. Bagdá não foi demovida de suas intenções geopolíticas, econômicas e políticas. Concomitantemente, o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas aprovou a aplicação de sanções econômicas ao Iraque, como forma de convencê-lo a se retirar do Kuwait, em 6 de agosto de 1990.

No dia 10 de agosto de 1990 foi criado e ativado o 22o COLOG (Comando Logístico), em Dhahran (Arábia Saudita), assumindo a responsabilidade logística do Teatro de Operações do futuro conflito. Sua missão abrangia a coordenação da chegada das principais unidades e o apoio logístico a ser fornecido pelos países aliados e pela Arábia Saudita, ambos liderados pelos Estados Unidos. Começava, então, a Operação Escudo do Deserto que seria depois substituída pela Operação Tempestade do Deserto. Logo depois ocorreu o desembarque de aproximadamente 18 mil homens, através de navios 20 navios anfíbios para o teatro de operações (BADELL; LUPO; HERRERA, 1990)²¹

Desse modo, faz-se necessário salientar que a Operação Escudo do Deserto buscou, então, assegurar o controle do domínio aéreo pelos Estados Unidos e organizar os ataques aéreo e terrestre na fase da Operação Tempestade do Deserto, quando munições de precisão guiada foram despejadas sobre o Iraque (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Salienta-se que o teatro de Operações do Golfo Pérsico englobava o Iraque, o Kuwait e o norte da Arábia Saudita que possuía fronteira com aqueles países. Tratava-se, portanto, de um vasto território com pouca densidade demográfica por ser quase todo desértico. O clima e a vegetação tornaram a área bastante inóspita para a fixação e permanência das tropas e

²¹ BADELL, Pepa; LUPO, Rogelio Garcia; HERRERA, Pablo; [et al]. **Las Tramas Secretas de la Guerra del Golfo**. Barcelona-España: Ediciones B, 1990. (Serie Reporter); BLACKWELL, James. **Tempestade no Deserto: as Estratégias e Táticas da Guerra do Golfo Pérsico**. VARGAS, Berilo; FRANÇA, Jamari. (trads.). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1991; SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. **Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo**. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

equipamentos, o que complicou ainda mais a já sensível questão da logística exigida para operações de grande porte (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

A Arábia Saudita ocupa uma posição central na região, possuindo diversos portos e aeroportos, utilizados para o desembarque das tropas estadunidenses. Contudo, vale destacar que o território saudita não possuía sistema rodoviário e sistema ferroviário e uma infraestrutura moderna e suficiente para recepcionar e apoiar os Estados Unidos e seus aliados. Havia, notoriamente, um problema sério de como seria feito o suprimento das tropas em combate quando eclodisse o conflito.

O deslocamento rápido e antecipado das tropas para o interior da Arábia Saudita significava a necessidade latente de coordenar simultaneamente a recepção e o apoio das unidades que acabaram de chegar, oriundas de bases localizadas nos Estados Unidos, Europa Ocidental, Ásia e outras regiões ao redor do mundo para a Arábia Saudita. Assim, foi necessário o estabelecimento de terminais de desembarque no país anfitrião.

Percebe-se, que a criação do 22º Comando Logístico (COLOG), dentro da Operação Escudo do Deserto, objetivou centralizar a coordenação das ações logísticas como forma de preparar o recebimento de quantidades maciças de tropas e equipamento que chegavam do Sudeste da Ásia, por exemplo, além de apoiar o deslocamento das forças no citado teatro de operações do Oriente Médio (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Organizando a Operação Escudo do Deserto, o presidente estadunidense conseguiu a adesão de 33 países na sua campanha contra o Iraque, formando uma aliança de 34 países. Ocorreu também a divisão das despesas da operação que foram pagas pelos Estados Unidos e por diversos países interessados na estabilidade do Golfo Pérsico (especialmente o Japão e os Estados da Europa Ocidental).

Nesse ínterim, aviões F-15 Eagle, da Força Aérea Estadunidense, foram enviados para a Arábia Saudita e soldados convocados pelo Exército nos Estados Unidos. George Bush começou a demonstrar que não iria tolerar mais essa aventura de seu antigo aliado, o Iraque de Saddam Hussein (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Como demonstração de força e ousadia, o ditador iraquiano Saddam Hussein anexou no dia 28 de agosto de 1990, o Kuwait, transformando-o na décima nona província iraquiana. Tal ato desencadeou uma reprovação internacional inesperada contra Bagdá, que não soube como já bem disse Francisco Carlos Teixeira, ler as entrelinhas escritas pelos ventos mutantes da História que se desenrolavam na época. A crise do socialismo real, o separatismo na União

Soviética das repúblicas bálticas da Lituânia, Estônia e Letônia e o enfraquecimento de Moscou no cenário geopolítico mundial, aliado à emergência de uma única superpotência mundial, como os Estados Unidos, não foram o bastante para Saddam Hussein perceber que algumas questões nas relações internacionais da época tinham e estavam se modificando.

Ainda no mês de agosto, por volta do dia 25, os Estados Unidos já tinham sua campanha de guerra no papel, a famosa Tempestade no Deserto. O plano consistia em uma rápida ação militar, com intenso uso de artilharia e munição contra o Iraque de Saddam Hussein. O autor da campanha, o general Norman Schwarzkopf apresentou seus planos de ação numa reunião na Casa Branca (sede do poder executivo dos Estados Unidos), ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, ao secretário de defesa, Dick Cheney, e o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Colin Powell (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Em meados de outubro de 1990, o presidente George Bush, pai do atual presidente estadunidense, George Walker Bush, o mesmo que invadiu o Iraque, em 2003, decidiu aumentar, substancialmente, o número de militares na Arábia Saudita, com o intuito de defendê-la e atacar o Iraque.

A crise ganhou contornos imprevisíveis numa escalada de forças entre Bagdá e Washington. O Iraque, então, resolveu mandar mais 100 mil homens de suas forças para o Kuwait (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998). O então secretário-geral das Nações Unidas, o peruano Jávier Pérez de Cuéllar, anunciou que a mesma tinha dado um ultimato a Saddam Hussein para deixar o Iraque até 15 de janeiro de 1991.

A situação caminhava para o embate inevitável. Assim, em janeiro de 1991, após costurar uma ampla coalizão de países que iriam apoiar as Nações Unidas e os Estados Unidos numa eventual guerra, e depois de conversar muito com o Reino Unido, da primeira-ministra Margaret Thatcher e após outubro de 1990, com o primeiro-ministro John Roy Major²², o tabuleiro internacional já estava com suas peças posicionadas. Faltavam ainda alguns detalhes que emergiram e foram resolvidos.

Um deles foi o Capitólio (Congresso dos Estados Unidos) convencido da necessidade de apoiar o uso da força por Washington contra o Iraque, em janeiro de 1990 e, assim, a Casa

²² Em outubro de 1990, após um longo governo que começou em 1979, a então primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher, do Partido Conservador, teve que deixar o poder e ser substituída no cargo de chanceler, pelo impopular John Roy Major, que ocupou a posição até 1997, sendo substituído por Tony Blair, do Partido Trabalhista, sendo até hoje o chefe de governo britânico.

Branca conseguiu vencer esse importante obstáculo para sua ação militar. Em 15 de janeiro de 1991, expirou o prazo dado pelas Nações Unidas. O mundo aguardava com apreensão e curiosidade os próximos acontecimentos.

2.5A Guerra Videogame: a Operação Tempestade no Deserto

Antes de discutir como ocorreu a guerra, é mister salientar como foi a Operação Tempestade no Deserto, pensada, organizada e articulada pelo Departamento de Defesa (o Pentágono) dos Estados Unidos foi colocada em prática (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Tal operação foi precedida pelo desembarque de aproximadamente 18 mil homens, através de navios anfíbios, durante a Operação Escudo do Deserto (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

A operação Tempestade no Deserto durou entre os dias 17 de janeiro e 24 de fevereiro, de 1991, e foi dividida em quatro fases, com operações coordenadas por terra, ar e mar. Ocorreu a utilização de helicópteros Apache, aviões invisíveis F-117 que atacaram instalações de radares iraquianos. Já a Força Delta teve a missão de buscar e destruir os mísseis *Scud* quer eram lançados contra Israel e Arábia Saudita. Os mísseis estadunidenses Tomahawk foram lançados contra o Iraque (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Na primeira fase, foi adotada a estratégia usada na Segunda Guerra Mundial com ataques à infraestrutura logística, militar e os sistemas de comunicações e de eletricidade do governo iraquiano, em Bagdá, através da campanha aérea, conhecida como Trovão Instantâneo. A ideia era destruir a capacidade bélica do Iraque, através dos bombardeios de suas indústrias de armas, incluindo centros de pesquisas para armas biológicas, nucleares e químicas (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998). Trata-se de uma informação importante, pois a questão das chamadas armas de destruição em massa, voltaria à tona no início da primeira década do século XXI, como motivo para a invasão ilegal dos Estados Unidos e do Reino Unido sobre o Iraque, em 2003.

Na segunda fase, a Coalizão atacou a força aérea iraquiana em solo kuwaitiano, além de portos, pontes e estradas. Já a terceira fase teve como alvos principais a Guarda Republicana de Saddam Hussein e o restante do armamento inimigo. Até a terceira fase, a coalizão de países utilizou exclusivamente a força aérea para bombardear o Iraque e o Kuwait

(SCHUBERT; KRAUS, 1998). A Força Aérea Iraquiana possuía aproximadamente 700 aviões e a Força Aérea dos países da coalizão detinham 2.790 aviões em seu arsenal. Ao todo, durante os mais de 30 dias de campanha aérea, a Força Aérea dos Estados Unidos sozinha realizou uma média impressionante de mais de 1000 ataques diários, além de aproximadamente 18.000 ataques conduzidos pela sua Marinha. A disparidade entre as duas forças beligerantes era visível o que levou muitos pilotos iraquianos a fugirem para o vizinho Irã (COMBAT, 2007, p. 136).

Na quarta e última fase da Tempestade no Deserto, aconteceu uma invasão por terra com o Exército da Coalizão que expulsaria os invasores do Kuwait. Tratava-se de uma ofensiva convencional, cuja resistência das tropas iraquianas, principalmente nas fronteiras com o Kuwait e a Arábia Saudita, mostrou-se um insucesso. O líder iraquiano Saddam Hussein acreditava que manter as posições fixas de seus soldados contra os ataques da coalizão, como uma estratégia de defesa, mostrou-se equivocada. Tal estratégia se mostrou eficaz na Guerra Irã-Iraque, mas na Guerra do Golfo se mostrou um desastre (COMBAT, 2007).

Vale lembrar que era a primeira vez que os Estados Unidos travaram uma guerra total contra um país árabe (PROENÇA JÚNIOR, 1994, p. 218).

Para tanto, a Coalizão liderada pelos Estados Unidos enviou para o teatro de operações, mais de 600 mil homens. A Arábia Saudita passou a ter uma base militar dos Estados Unidos e era em seu território que ficou a maior parte dos combatentes. Só os Estados Unidos enviaram mais de 500 mil homens para o front de batalha, mais de 70% do total de efetivos enviados pela coalizão, que chegou ao número de 660 mil soldados. No Golfo de Omã, antes do Golfo Pérsico, ficavam as bases marítimas estadunidenses (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

O governo estadunidense acreditava que não seria necessária a quarta fase, isto é, a invasão por terra, pois a campanha aérea seria suficiente para vencer o Iraque e seus 550 mil homens estacionados no Kuwait. Ledo engano. As armas que o Iraque usou durante a Guerra do Golfo eram de origem soviética. Não se pode esquecer que durante as décadas de 1970 e 1980, Bagdá e Moscou tiveram excelentes relações. As Forças Armadas Soviéticas treinaram o exército iraquiano e forneceram bilhões de dólares em armamentos de altíssimo nível tecnológico.

Os Tanques T-72, os caças MiG-29 e os mísseis Scud tinham sido adquiridos da União Soviética. O armamento iraquiano não tinha apenas origem soviética. Caças Mirage F-1, da França, material bélico chinês e armamento brasileiro, como tanques e lança mísseis foram fornecidos a Bagdá. Durante a década de 1980, os Estados Unidos acabaram fornecendo tecnologia sobre armamentos nucleares, devido ao perigo representado pelo Irã, na Guerra Irã-Iraque.

Muitos países participantes da guerra eram árabes e muçulmanos do Oriente Médio, como a Arábia Saudita, Omã e os Emirados Árabes Unidos. O plano de Saddam Hussein de unir os povos árabes contra Washington e Londres não teve sucesso.

Então, no dia 17 de janeiro (no Iraque) e dia 16 de janeiro (no Brasil), os Estados Unidos, apoiados pelo Reino Unido e mais 32 países, lideraram o ataque contra o Iraque. Começava a operação Tempestade no Deserto, com ataque de helicópteros apaches da Força Aérea Estadunidense, pois de acordo com Combat “entre os países participantes da coalizão, 16 enviaram forças navais ao Golfo Pérsico, 11 contribuíram com aviões e 18 mandaram tropas terrestres, incluindo o Egito, a Síria e o Paquistão. (...)” (COMBAT, 2007, p. 135).

No dia 18 de janeiro de janeiro de 1991, Saddam Hussein ordenou o ataque a Israel, com mísseis Scuds adaptados e de fabricação soviética, sobre as cidades de Haifa e Tel Aviv. A esperança iraquiana era a de que o primeiro-ministro israelense, Yitizhak Shamir, ordenaria uma reação e, assim, o Iraque conseguiria unir os povos árabes e muçulmanos a favor de Saddam Hussein e contra os Estados Unidos e Israel.

No entanto, George Bush convenceu o governo israelense a não revidar aos ataques, através de negociações diplomáticas. O medo de um ataque de armas químicas sobre Israel era muito grande por parte da população israelense.

Três dias depois, em 21 de janeiro de 1991, foi divulgado o primeiro balanço da guerra, em que o Iraque foi bombardeado 8 mil vezes em apenas 5 dias de operações. Em 25 de janeiro de 1991 (COMBAT, 2007; BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998)., Bagdá ordenou o derramamento de 10 milhões de barris de petróleo kuwaitiano no Golfo Pérsico, provocando um dos maiores desastres naturais do final do século XX.

Um dia após, os Estados Unidos e a coalizão enviaram caças F-117 que atacaram tanques de petróleo iraquianos e kuwaitianos. No dia 1º (primeiro) de fevereiro, mísseis de fabricação estadunidense rasgaram os céus iraquianos e destruíram bases aéreas iraquianas,

em Bagdá (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998). Obviamente o grande alvo, não admitido pelos Estados Unidos, era o ditador e presidente, Saddam Hussein.

Para tentar evitar os mísseis Tomahawk, das Forças Armadas dos Estados Unidos, Saddam Hussein passou a colocar o armamento e instalações militares iraquianos perto de localidades de civis, o que não evitaram os bombardeios aliados. As forças da Coalizão continuaram atacando os alvos militares e, conseqüentemente, mataram centenas e até mesmo milhares de civis iraquianos, poupando seus próprios militares.

Os militares dos Estados Unidos, durante as batalhas no deserto, usaram um instrumento de navegação por satélite que era uma novidade na época. Era o *Global Positioning System*, mais conhecido pela sigla GPS, já apresentado anteriormente. A situação do Iraque era alarmante. A guerra que se travava era assimétrica notadamente. O Iraque lutou praticamente sozinho contra 34 países, liderados pela superpotência dos Estados Unidos.

Durante as batalhas da guerra, quarenta mísseis Scuds foram lançados contra Israel e outros 46 contra a Arábia Saudita. A ideia era envolver Israel na guerra e causar uma resposta deste último contra o governo iraquiano, o que poderia levar os povos árabes a se unirem contra os Estados Unidos e o Ocidente. Já a Arábia Saudita foi atacada por ser a principal base militar dos aliados durante a Guerra do Golfo (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998).

Nesse sentido, apesar do jogo de informações feito pelos dois lados no conflito, foram divulgados dados que mostravam 20 mil soldados iraquianos mortos em ataques aéreos, os famosos bombardeios cirúrgicos, até o dia 11 de fevereiro de 1991 (BLACKWELL, 1991; SCHUBERT; KRAUS, 1998). Dois dias depois, em 13 de fevereiro, a Coalizão de países bombardeou a infraestrutura de transportes de Bagdá, como pontes, matando aproximadamente 400 pessoas.

A destruição do Kuwait e do Iraque ganhava proporções monumentais. Os chamados ataques cirúrgicos com as chamadas “armas Inteligentes” tiveram certo êxito por parte dos governos do presidente estadunidense, George Bush, e do primeiro-ministro britânico, John Major. Milhares de civis iraquianos foram mortos, centenas, até mesmo milhares de construções iraquianas não militarizadas foram destruídas e os Estados Unidos alegavam falhas nas “armas inteligentes” para justificar tais problemas.

Já no final do mês de fevereiro, no dia 23, a situação já era bem grave para Bagdá. Diante de tal quadro desalentador e de iminente derrota, Saddam Hussein ordenou a queima

de aproximadamente 640 poços do Kuwait pelas tropas iraquianas. A ideia era causar a maior destruição possível e dificultar ao máximo o trabalho da Força Aérea do Comando da Coalizão de países liderada pelos Estados Unidos e Reino Unido .

No dia 24 de fevereiro, começou o ataque de infantaria do Exército da Coalizão, com a invasão de soldados apoiados por tanques, sobre o Kuwait. Quase ao mesmo tempo, no dia 25 do mesmo mês, o Iraque tentou envolver a Arábia Saudita, principal base militar dos Estados Unidos e da Coalizão, atacando-a com mísseis Scuds sobre a base estadunidense, em território saudita, de Dhahran, matando 28 cidadãos estadunidenses e deixando 98 feridos.

Já no dia 26 de fevereiro, as forças da Coalizão destruíram os tanques da Guarda Republicana do Iraque, considerada tropa de elite.

Em 27 de fevereiro, as tropas de Saddam Hussein fugiram em direção à cidade de Basra, ao sul do Iraque. Os Aliados aproveitaram e desfecharam uma saraivada de ataques contra tanques e caminhões iraquianos. Ficou conhecida como Estrada da Morte.

O derramamento de sangue foi brutal, sendo que a estimativa de mortes chegou a 10 mil iraquianos durante toda a campanha por terra. Após isso, o presidente George Bush anunciou um cessar-fogo, no dia 28 de fevereiro. Terminava assim a Operação Tempestade no Deserto, também conhecida como a “Guerra das 100 horas”.

No dia 2 de março de 1991, as Nações Unidas elaboraram a Resolução 686 que estabelecia o fim da presença militar dos países da Coalizão no território do Iraque.

Em 3 de março de 1991, a guerra foi oficialmente encerrada. As estimativas oficiais dão conta da morte de 100 mil soldados iraquianos (dados questionados pelo governo iraquiano), outros 300 mil feridos. Aproximadamente 30 mil civis kuwaitianos morreram e outros 5 mil civis iraquianos (dados questionáveis). O custo total da guerra foi orçado entre 60 e 70 bilhões de dólares para os países da Coalizão, sendo que coube aos Estados Unidos 12% do montante. Já o Kuwait e a Arábia Saudita desembolsaram mais da metade do dinheiro, por volta de US\$ 36 bilhões.

Como curiosidade, quando os Estados Unidos e a coalizão invadiram o território iraquiano, durante a quarta e última fase da Operação Tempestade no Deserto, o Exército Aliado chegou a atacar a cidade de Basra, ao sul da capital Bagdá, a aproximadamente 100 (cem) quilômetros do centro do poder iraquiano. Tudo parecia indicar que a coalizão de países liderada por Washington, iria caminhar e chegar até Bagdá, com o intuito de destituir o governo iraquiano do presidente Saddam Hussein. Entretanto, a conquista de Bagdá e a

derrubada do governo iraquiano poderiam representar para os Estados Unidos um alto custo político.

De acordo com Frank Schubert e Theresa Kraus,

A Tempestade do Deserto terminou com os Estados Unidos alcançando seus objetivos. A restauração do status quo pré-guerra dava a impressão de garantia. Entretanto, Washington mostrava-se inclinado a ir além de seus propósitos originais e encorajar a derrubada do ditador iraquiano, desde que fosse encontrada uma alternativa que não abalasse o equilíbrio de poder na região (SCHUBERT; KRAUS, 1998, p. 326).

Ressalta-se, então, que a Operação Tempestade do Deserto tinha como um dos seus principais objetivos a restauração do “*status quo*” anterior à guerra. Em outras palavras, buscava-se retornar a uma situação política pré-guerra e a garantia de fornecimento de petróleo iraquiano para o Ocidente. Então, Washington e a coalizão de países que liderava, só iriam avançar em direção à capital iraquiana e derrubar o governo de Saddam Hussein caso tivesse a garantia de que tal fato não abalaria o equilíbrio de poder no Iraque e no Oriente Médio.

Entretanto, as rebeliões dos curdos, ao norte, e dos xiitas, ao sul, no Iraque mostravam que Saddam Hussein talvez fosse ainda um “mal necessário”, para frear os interesses de Teerã, manter o Iraque unido e garantir o equilíbrio de poder na região e o fornecimento de petróleo. O governo dos Estados Unidos e a coalizão de países decidiram recuar da sua intenção de derrubar o líder iraquiano Saddam Hussein (BERTONHA, 1996; SCHUBERT; KRAUS, 1998, p. 326).

Decidiu, também, o governo dos Estados Unidos interromper o avanço da coalizão sobre Bagdá. Provavelmente, tal decisão não tenha sido fácil para ser construída e materializada. Ponderações provavelmente foram feitas. A primeira se referia à própria Doutrina Powell. Caso se concretizasse o avanço terrestre sobre Bagdá, muitas baixas do lado da coalizão ocorreriam em território iraquiano, o que ameaçaria a ideia de um número reduzido de baixas para as tropas dos Estados Unidos, defendida pela Doutrina Powell (SILVA, 2004).

A segunda ponderação que provavelmente foi feita, refere-se ao limite que o mandato das Nações Unidas colocou quando autorizou os Estados Unidos, Reino Unido e mais 32 (trinta e dois países) que formavam a Coalizão, através de suas Resoluções, principalmente a de número 678 (seiscentas e setenta e oito). Ocorreu que a Organização das Nações Unidas

(ONU), através do seu próprio Conselho de Segurança, composto por quinze países, dentre os quais cinco são permanentes, inclusive o Reino Unido e os Estados Unidos, determinou que a Coalizão só poderia expulsar as tropas iraquianas e garantir a independência e segurança kuwaitiana. A liberdade do Kuwait não implicava a invasão de Bagdá e muito menos a derrubada do governo presidido por Saddam Hussein (BERTONHA, 1996).

Caso os Estados Unidos ultrapassassem os limites do mandato jurídico concedido pela Organização das Nações Unidas, poderiam comprometer todo o apoio interno e externo da mídia e da opinião pública estadunidense e mundial à guerra. A própria legitimidade e legalidade do conflito seriam colocadas em xeque, pois o conflito ocorreu sob o manto jurídico das Nações Unidas (SILVA, 2004).

É óbvio pensar que a decisão de não avançar sobre Bagdá causou conflitos internos na administração do presidente George Bush, pois o secretário de Defesa Donald Rumsfeld, e o general Norman Schwarzkopf (líder do Comando Central dos Estados Unidos – CENTCOM) desejavam abertamente que o governo iraquiano fosse destituído. Mas, existiam vozes que discordavam de tal procedimento. Por outro lado, o presidente George H. Bush e o chefe de Estado-Maior das Forças Armadas dos Estados Unidos, Colin Powell, defenderam o fim das ações (POWELL; PERSICO, 1995).

De qualquer maneira a Doutrina Powell foi observada e seguida na ocasião, devido à séria questão que um número grande de baixas poderia representar para a opinião pública internacional e dos Estados Unidos. Essa não toleraria assistir à chegada de grande quantidade de soldados estadunidenses mortos (SILVA, 2004, p. 704; POWELL; PERSICO, 1995, p. 504). O país ainda sentia os efeitos da chamada síndrome do Vietnã²³.

Ressalta-se que quando a guerra começou, pensava-se que a imprensa tinha amplo acesso. No final do conflito, chegou-se à conclusão de que se soube e se sabia muito menos sobre a Guerra do Golfo do que sobre qualquer outra guerra moderna anterior (KATZ, 1992, p. 9).

²³ A síndrome do Vietnã foi provocada pela Guerra do Vietnã. Ela pode ser definida como o impacto causado pela enorme quantidade de baixas, pela falta de apoio da opinião pública e pela divisão interna dos Estados Unidos.

CAPÍTULO 3 - O ARTIFÍCIO: *AMERICAN WAY OF JOURNALISM*, IMPRENSA E A HISTÓRIA DE “O ESTADO DE SÃO PAULO” E “FOLHA DE SÃO PAULO”

3.1 American way of journalism

Para se compreender como a Guerra do Golfo se tornou uma espécie de “espetáculo tecnológico” para a mídia televisiva e escrita, e compreender as razões da chamada Operação Mordça no Deserto, bem como o comportamento da mídia impressa brasileira cujos editoriais são objeto de estudo do próximo capítulo, faz-se necessário discutir, em linhas gerais, mesmo não sendo o foco do trabalho em questão, o modelo americano de jornalismo ou *American way of journalism*. Tal modelo influenciou inequivocamente a imprensa escrita brasileira, com destaque para os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” que são as fontes em questão.

A referência de análise para entender o modelo estadunidense de jornalismo, é a obra “Descobrimo a Notícia: uma História Social dos Jornais nos Estados Unidos”, do professor, intelectual e jornalista estadunidense Michael Schudson. Trata-se de uma importante e ampla análise da história do jornalismo e da imprensa nos Estados Unidos, pois discute e analisa a relação do jornalismo com o desenvolvimento da sociedade estadunidense como um todo (SCHUDSON, 2010).

Nesse sentido, Michael Schudson buscou reconstruir o desenvolvimento histórico e sociocultural dos valores, funções e princípios que embasam a imprensa estadunidense. Na verdade, ele buscou analisar os fatores sociais, históricos, econômicos, culturais e políticos que constituíram o ideário da objetividade que caracteriza a imprensa dos Estados Unidos (SCHUDSON, 2010).

A questão da objetividade é tão cara e importante no ideário da imprensa estadunidense que até hoje é buscada, o que não exime os jornalistas, pesquisadores e intelectuais da polêmica e dos debates em torno dessa questão.

Um dos direitos mais defendidos e abraçados pela mídia, incluindo os jornais impressos, é o direito de liberdade de imprensa que é considerado um direito fundamental e

político. No mundo foi o modelo estadunidense de jornalismo²⁴ o precursor da defesa da liberdade de imprensa, preocupação existente desde os tempos em que ainda eram as Treze Colônias. Mesmo com os aprimoramentos e mudanças que sofreu tal modelo nunca abdicou do discurso da defesa da liberdade, reflexo também da ideia de liberdade como valor político presente na democracia estadunidense. A ideia era buscar construir um jornalismo objetivo e imparcial em contrapartida ao que era praticado na Europa (SCHUDSON, 2010).

A liberdade, claro, e a sua defesa tem o seu ônus o que, nesse caso, implicou na construção de regras para diferenciar o jornalismo feito nos Estados Unidos do feito na Europa.

Basicamente, segundo Michael Schudson, as regras desse novo jornalismo resumidamente são (SCHUDSON, 2010):

1) A objetividade é uma das pedras angulares do jornalismo estadunidense, pois os fatos e a realidade devem ser apresentados como “são”, buscando a maior fidelidade possível ao que ocorreu, a aproximação da “verdade”. O jornalista não deve, portanto, exprimir opiniões, comentários, impressões e interpretações já que está ali para dizer o que aconteceu não o que interpretou ou como representação da realidade.

2) A imparcialidade é outra base desse jornalismo e tem estreita ligação e interdependência com a objetividade.

3) A lide, espécie de resumo do fato logo no primeiro parágrafo da notícia, deve ser prática constante e levada a sério na busca da imparcialidade e da objetividade.

4) Para se publicar qualquer informação é necessária a checagem e a confirmação de pelo menos duas fontes para que se possa exercer ética, imparcial e objetivamente o mencionado padrão de jornalismo. Deve-se buscar abarcar os pontos de vistas dos dois lados da questão e não apenas de um lado, o que comprometeria a busca pela objetividade e imparcialidade caracterizando ato antiético e até publicitário, por dar voz a apenas um lado em detrimento do outro.

Tal modelo comprometido com a busca da objetividade e da imparcialidade, supostamente a salvo da subjetividade e das opiniões (SCHUDSON, 2010) tornou-se fonte de inspiração para a produção da notícia no Brasil. Jornais como a “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, além de se inspirarem nessas bases jornalísticas do modelo

²⁴ Para efeito da presente tese será usada a expressão modelo estadunidense de jornalismo ao invés de modelo americano de jornalismo.

estadunidense de jornalismo, também se tornaram grandes conglomerados midiáticos semelhante ao que ocorreu também nos Estados Unidos com os grandes jornais, por exemplo.

No entanto, isso não isentou a imprensa estadunidense, mesmo com as várias provas dadas de seriedade e confiabilidade, de cometerem erros crassos e frequentes. Nas últimas décadas, principalmente de 1990 para cá, devido a episódios como a Guerra do Golfo, de 1991, a Intervenção no Afeganistão, em 2001 e a Guerra do Iraque, em 2003, a imprensa imagética, falada e escrita perdeu parte do prestígio e credibilidade nos Estados Unidos. Situações como a aceitação das tentativas de controle ao acesso da informação pelas partes beligerantes, atuação como atores políticos e até como arma política, como foi no caso da Guerra do Iraque, em que jornais e emissoras de televisão convenceram a maioria da opinião pública nos Estados Unidos e no Reino Unido, por exemplo, de que existiam armas de destruição em massa no Iraque e que era necessário ir à guerra contra Saddam Hussein e derrubá-lo.

A ironia é que a suposta “certeza” foi desmentida pelos fatos, posteriormente, e a objetividade e a imparcialidade tornaram-se letras mortas nesse e em tantos outros fatos históricos dos quais a imprensa teve papel importante. É o que de certa forma ocorreu na Guerra do Golfo, em 1991, quando os jornais *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*”.

A cobertura da imprensa estadunidense se expandiu principalmente a partir da segunda metade do século XX para além dos limites do país, por intermédio das agências de notícias.

Nesse sentido, o conceito de “notícia” desenvolvido nos Estados Unidos, por meio do modelo estadunidense de jornalismo, deve ser contextualizado, já que influencia o modo de fazer jornalismo e a atuação dos jornalistas de outros lugares do mundo, como o Brasil, por exemplo.

Schudson afirma que o conceito de “notícia” imparcial e objetiva foi, nos Estados Unidos, produto da democratização da vida política, econômica e social do século XIX no país. Na verdade, a construção da crença inabalável, que é ainda seguida por leitores e jornalistas, de que a objetividade deve prevalecer sobre o modelo de notícia interpretativa ou de opinião até os dias hodiernos e que influenciou e influencia, na forma de paradigma jornalístico, a imprensa escrita brasileira, são intimamente ligados à cultura e à história estadunidense. Tal modelo difere muito do jornalismo europeu pautado pelo jornalismo opinativo e interpretativo, bem ligado à cultura e história europeia (SCHUDSON, 2010).

Pode-se considerar que de um ponto de vista global, o jornalismo estadunidense é ainda considerado um baluarte e parâmetro de competência, profissionalismo e objetividade a ser seguido e até copiado, como é feito muitas vezes aqui no Brasil.

Uma das críticas mais ferozes de Schudson é a de que a chamada História da Imprensa nos Estados Unidos, de forma padronizada, considera o contexto do jornalismo apenas de forma passageira e superficial, sem conferir ao devido destaque e importância (SCHUDSON, 2010).

3.2 A imprensa como fonte histórica

Até a década de 1970 havia, no Brasil, muita desconfiança e suspeita do uso da imprensa escrita, no caso o jornal, e felizmente a imprensa acabou sendo reconhecida como fonte, material de pesquisa importante na compreensão de uma época, de um contexto histórico, de um fato.

Tal recusa e desconfiança do uso dos jornais como fonte para o estudo do passado era embasada na concepção positivista da História que exigia leitura das fontes para se chegar a “verdade do fato”. Bastava o historiador fazer rigorosa crítica do documento para se chegar verificar se a fonte era considerada válida e autêntica, pois era o documento continha o fato. Sem dúvida uma concepção positivista nessa perspectiva historiográfica. A noção tradicional de documento como uma espécie de espelho do real, da verdade e da objetividade entrou em um longo processo de decadência a partir da Escola dos Annales, na década de 1930, quando o historiador deixou de ser escravo do documento sem, é claro, abandonar a crítica documental.

De acordo com Maria Helena Rolim Capelato apontou que existiam na primeira metade do século XX dois posicionamentos dos historiadores com relação ao uso do jornal como fonte documental: 1) havia desprezo por uma parte, por considerarem os periódicos fontes suspeitas, sem validade documental e histórica; 2) outros encaravam o jornal como uma espécie de repositório da verdade, como se as notícias fossem relatos exatos dos acontecimentos, da realidade registrado nas suas páginas (CAPELATO, 1994).

De acordo com Capelato:

As duas posturas são desprezíveis. O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade. A imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social. Partindo desse pressuposto, o historiador procura estudá-lo como agente da história e captar o movimento vivo das ideias e personagens que circulam pelas páginas dos jornais. A categoria abstrata da imprensa se desmitifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social (CAPELATO, 1994, p. 21).

Ocorreram na História e em outras disciplinas da área de Humanidades mudanças teóricas e metodológicas importantes e profundas. Isso possibilitou mudanças historiográficas e discussões ligadas ao trabalho com novos problemas e temas, que precisaram de novas fontes e objetos de pesquisa histórica.

Isso possibilitou a disseminação de pesquisas sobre os meios de comunicação, com destaque para a imprensa, de caráter interdisciplinar envolvendo História, Ciência Política, Sociologia, entre outras alargou as possibilidades de conhecimento e de pesquisa histórica, bem como o uso do jornal como fonte e suporte pedagógico por professores trouxe grande contribuição para o desenvolvimento de trabalhos e de estudos na pós-graduação.

De acordo com a historiadora Tania de Luca, no início havia um número escasso de trabalhos que utilizavam revistas e jornais como fontes para conhecimento da História do Brasil (LUCA, 2005).

Felizmente esse processo foi se modificando com o passar do tempo. A análise do jornal como fonte histórica e objeto de estudo pressupõe uma avaliação crítica rigorosa desse documento, por meio da desconstrução (LUCA, 2005).

Desse modo, devem ser levadas em consideração as circunstâncias históricas em que a análise foi feita, bem como os artifícios usados por quem as fez e os interesses que estão escondidos.

Assim, o objetivo do presente trabalho não é realizar uma história da imprensa, mas procurar situar os dois jornais objetos de estudo, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* como atores sociais e políticos que constroem representações sobre um fato, no caso a tecnologia na Guerra do Golfo, representações que são passadas pelos periódicos como sendo a “realidade”, a “verdade”. A imprensa não é o espelho da realidade, mas uma representação do real, de momentos específicos da realidade (LUCA, 2005).

Por consequência, questões muito importantes devem estar presentes ao se analisar um periódico: Quais são seus interesses? Como ocorreu sua formação histórica: Quem são seus

proprietários? Quando foi produzido e para qual público era destinado? Quais são seus objetivos? Como se constituiu como sujeito histórico e força ativa no cenário social e político? Quem são os que o apoiam e são seus opositores?

O jornal pode ser trabalhado desde os editoriais até artigos, colunas sociais, reportagens, opinião, manchetes, fotos, por exemplo. O editorial, objeto de estudo do trabalho em questão, de acordo com Capelato:

O editorial é o texto que expressa a opinião do Jornal, ou seja, dos sujeitos que estão por trás da sua produção, e “os pesquisadores que se dedicam às análises político-ideológicas privilegiam os editoriais e artigos, que constituem, por excelência, a parte opinativa do jornal (CAPELATO, 1994, p. 20).

Deve-se ressaltar que o pesquisador ao se debruçar sobre o periódico como fonte de estudo e pesquisa, o jornal não deve ser analisado de forma isolada, mas sempre tendo em vista o contexto histórico onde foi elaborado, além de estar sempre em diálogo com outras fontes, para se compreender a historicidade daquele momento histórico. A História da imprensa precisa estabelecer ligações e diálogos com outros campos cognitivos, como a História Política e a História Social.

Não se pode esquecer também de que os jornais hodiernos são empresas privadas de comunicação que almejam ocupar o lugar da praça pública para estabelecerem e definirem o espaço coletivo da política. Em países como o Brasil, o espaço público de discussão é muito restrito ao acesso do grande público, característica histórica de sua política e sociedade.

Também é interessante observar que os jornais desempenham um papel informativo e também ideológico. Embasam-se em princípios como a objetividade, a imparcialidade e a ideia de representação do real, mas se utilizam desses instrumentos para conquistar credibilidade, confiança e legitimidade para representarem o real sob a luz dos seus próprios objetivos e interesses. Na verdade, tornam-se instrumentos de manipulação de interesses e de intervenção na história política, na vida econômica e na esfera social (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19).

A imprensa estadunidense atribui grande importância à informação e foi ela que serviu de inspiração e de modelo, como já foi citado anteriormente, para a modernização do jornalismo brasileiro, com a introdução de maquinário moderno, alto investimento de capital, transformação dos jornais em empresas. Nesse sentido, não se pode esquecer de que os

princípios de imparcialidade e objetividade, presentes no ideário do jornalismo brasileiro, também vieram dos Estados Unidos.

Outro dado importante é que as agências de notícias, com a valorização da informação, também auxiliaram nas mudanças que ocorreram no jornalismo impresso ao longo do século XX, no mundo e no Brasil.

A ideia de imparcialidade dos jornais e da compreensão de que a imprensa é a guardiã e a responsável como expressão da opinião pública são importantes instrumentos para a construção ideológica dos periódicos. Reafirmam sua imparcialidade, porta-vozes dos interesses nacionais, ou falam em nome do povo. Claro que isso confere legitimidade aos jornais, pois supostamente não agem defendendo seus interesses, mas lutam pelo conjunto da sociedade. Passa a impressão de que não tem comprometimento com nenhum grupo, que agem em nome da imparcialidade e busca do bem comum, mas escondem seus reais interesses e o que defendem (CAPELATO, 1994).

Assim, os jornais são fontes privilegiadas de investigação, pois podem explicitar o papel da imprensa na construção de representações sobre um determinado fato histórico, como a Guerra do Golfo, por meio da tecnologia, por exemplo.

Mesmo passando a ser empresas jornalísticas, estas continuaram a ser agentes políticos e passaram a produzir uma mercadoria específica: a notícia. Possui dupla identidade, pois tanto é uma empresa comercial que busca lucro como um agente político que interfere, constrói representações da realidade, pauta o Estado e interfere na política em nome da opinião pública.

3.3 A História de O Estado de São Paulo: breves considerações

Ao escolher um jornal como objeto de estudo, entende-se que a imprensa, no caso escrita, é um instrumento de defesa e manipulação de interesses, de representação política, como discurso construído a respeito de um recorte arbitrário da realidade, que intervém e muda a realidade social.

Nesse sentido, a escolha do jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) como objeto de estudo, por meio dos seus editoriais a respeito da Guerra do Golfo, principalmente no que tange ao tema da pesquisa que é a tecnologia militar e suas relações com outras temáticas, como protagonista do conflito no seio da Doutrina Powell não foi por acaso.

A sua trajetória histórica na imprensa brasileira apresentou características muito particulares desde o seu início, dentre as quais se destacam: a sua luta persistente e quase sempre coerente em prol das ideias liberais, seu ideário republicano e sua constante posição como autodenominado “órgão de oposição” aos governos estabelecidos politicamente. Também possui grande e constante preocupação política, muito além de simplesmente informar, de se arrolar com a função como “órgão modelador da opinião pública” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX).

Ressalta-se que o jornal *O Estado de São Paulo* possui sede na cidade de São Paulo, capital, onde foi fundado em 1875, durante o Segundo Reinado do imperador Dom Pedro II (1840-1889), com o nome de *A Província de São Paulo*. Algum tempo depois foi adquirido pela família Mesquita que ainda é hoje é proprietária do citado periódico. Ressalta-se que cresceu como defensor das ideias republicanas, ainda no final do período monárquico, sem jamais ter admitido sua transformação em porta-voz das reivindicações e objetivos do partido de base republicana nascente à época (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XX).

Outro dado importante, de acordo com as historiadoras Maria Helena Capelato e Maria Ligia Prado sobre o jornal em questão é que sempre ao estudá-lo, como fonte histórica, é fundamental ter no horizonte de observação e análise, a questão do desvendamento de sua ideologia liberal²⁵ e da sua forte atuação e intervenção no cenário político brasileiro, são fundamentais para compreender o complexo pensamento conservador brasileiro e sua trajetória política no país (CAPELATO; PRADO, 1980).

Como já citado anteriormente, suas posições ideológicas e políticas, diferentemente de alguns outros jornais brasileiros, estiveram sempre muito claras desde sua fundação. Nesse sentido, além de defender o liberalismo e sua atuação política de intervenção no cenário social, também defendeu o republicanismo federalista²⁶ e a democracia de caráter liberal como modelos ideais que deveriam ser buscados, construídos e alcançados para a construção

²⁵ Em termos gerais, já que o tema é muito polêmico, entende-se aqui como ideologia política, dentro das sociedades capitalistas e dos Estados Nacionais Modernos, todo o conjunto de determinadas representações expressas na forma de imagens, preconceitos, conceitos, ideias, valores, por exemplo, que possuem como objetivo precípua é possibilitar a legitimação de praticamente todas as formas de domínio e controle social, muito utilizados pelas classes dominantes como recursos de dominação, de hegemonia e manutenção do seu *status quo*, aliado, é claro, aos meios coercitivos estatais como violência policial, repressão e censura.

²⁶ Outra questão importante e cara ao jornal OESP, pois quando foi nos anos que se seguiram à sua fundação havia a emergência do republicanismo que acabou ascendendo ao poder, em 1889, além da discussão, devido à forte regionalização do país, em virtude, em termos gerais, da colonização, do ideário federalista, oriundo da Constituição dos Estados Unidos da América.

da nação e do Estado brasileiro e de sua forma de administração.

O OESP desde muito cedo também deixou muito claro como o Brasil, por meio do governo, enquanto Estado e ator no Sistema Internacional, deveria se posicionar, por quais objetivos deveria lutar e qual deveria ser o seu papel no cenário mundial. Desse modo, atuou firmemente em prol das ideias e da abolição da escravidão negra diante do governo de Dom Pedro II, fato que se consolidou em 1888, além de ter lutado pela proclamação da República (CAPELATO; PRADO, 1980).

À instauração do regime republicano se colocou em franca oposição aos governos da chamada República Velha (1889-1930) e depois à Era Vargas (1930-1945), independente se eram civis ou militares, por entender que eram muito autoritários, pois defendia a democracia liberal.

Além disso, o *OESP* era abertamente contrário às ideologias, lideranças, partidos políticos e correntes de pensamento que criticavam e até contestavam os alicerces de funcionamento da democracia liberal e do capitalismo no Brasil (CAPELATO; PRADO, 1980).

Sua trajetória política e ideológica como oposição aos governos da República Velha, embasado no seu ideário liberal-republicano-democrata, principalmente na década de 1920, levou tal jornal a criticar e se opor abertamente aos partidos políticos que comandavam o governo, com destaque para o PRP (Partido Republicano Paulista) (CAPELATO; PRADO, 1980).

Desse modo, o OESP apoiou o movimento revolucionário de 1930, não por causa de questões econômicas e sociais, mas por questões eminentemente políticas:

Para os representantes do periódico, os problemas econômicos não justificavam a necessidade de uma Revolução. Acreditavam que “as dificuldades econômicas e financeiras podem deitar abaixo um governo, mas custarão muito a deitar se o governo tiver sabido portar-se no terreno político com tolerância e justiça” (10-9-1930). Não admitiam também que a Revolução viesse dar resposta aos problemas sociais. Acreditando que “os males que sofremos são políticos e não sociais” (20-6-1930) (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 39).

O objetivo de OESP era apoiar a Revolução de 1930 com o objetivo de que a vitória dos revolucionários possibilitaria o momento tão esperado pelos seus controladores, o de reforma do Estado brasileiro de acordo com o que pensavam ser o melhor para o país

(CAPELATO; PRADO, 1980).

Para eles o movimento revolucionário de 1930, acabaria com os abusos, desmandos, da classe política dirigente, o domínio das oligarquias retrógradas bastante responsáveis pelo atraso, desvirtuamento dos princípios democráticos e republicanos, desmoralização dos costumes públicos, que permitira a ascensão, segundo Prado e Capelato, da volta ao poder dos “intelectuais”, que reestabeleceriam a política com bases realmente democráticas, republicanas, justas e moralmente respeitáveis (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 39).

A posterior ascensão de Getúlio Vargas ao poder, por meio da Revolução de 1930 (FAUSTO, 1997), que derrubou a República Velha (1889-1930), o OESP se frustrou com as expectativas que viu naufragarem com as decisões do novo governo. O Governo Vargas, a partir de 1930, caracterizou-se por ser nacionalista, corporativista e intervencionista, características que iam claramente contra a postura e pensamento dos representantes do periódico.

Tal frustração política levou o jornal a apoiar e se envolver diretamente, em meio ao contexto de problemas no Estado de São Paulo provocados pela intervenção federal varguista, a Revolução Constitucionalista de 1932. Sua participação foi tão ativa e destacada que praticamente o movimento nasceu nas suas redações, comandado pelo articulador e mandatário do periódico Júlio de Mesquita Filho (CAPELATO, 1989).

Durante toda a Era Vargas criticou, fez oposição e se colocou diametralmente contra aquele, que em 1930, chegou a apoiar. No entanto, o curioso e porque não dizer contraditório, é que em durante o Governo Constitucional (1934-1937), em que chegou a apoiar o candidato oposicionista de Armando Sales de Oliveira, contra Vargas nas eleições presidenciais de 1937 e o Estado Novo (1937-1945), o OESP chegou a apoiar práticas políticas, repressivas, autoritárias e violentas contra grupos, estes perigosos para ambos, que empunhavam bandeiras, defendiam ideias e bradavam contra a ordem estabelecida: os movimentos socialistas brasileiros (CAPELATO, 1989, p. 120).

Isso não impediu, depois, Vargas de censurar e depois intervir no jornal, em 1940 até 1945, durante a ditadura varguista do Estado Novo. Tal período, inclusive, não é contabilizado na história oficial do jornal, por entender que a sua independência editorial e suas liberdades de expressão, de imprensa e de ideias, bases da democracia, tinham sido seriamente golpeadas e mesmo com o jornal funcionando, ele não representava mais as ideias que o fizeram nascer e pelas quais tinha lutado até então (SODRÉ, 1999).

Com a queda de Vargas, em 1945, o jornal continuou criticando e se opondo²⁷ e até hoje o faz governos considerados populistas e ditatoriais, no Brasil e no mundo. Não se pode esquecer da participação e apoio de OESP ao Golpe de 1964 e sua posterior mudança de posicionamento quando passou a ser oposição à Ditadura Militar (1964-1985), devido à radicalização do movimento e dos governos militares.

Observa-se, então, que sua história de mais de 130 anos se confunde com a própria história do Brasil, principalmente porque teve grande atuação política, na condição de sujeito histórico, em vários momentos delicados da conturbada, violenta e instável República brasileira.

3.4 A História da Folha de São Paulo: breves considerações

Olhar e se debruçar sobre a história do periódico Folha de São Paulo é estar diante da trajetória de uma empresa típica da indústria cultural do Brasil, que aqui começou a nascer na década de 1960. Inicialmente organização como *Globo*, e *Abril* ganhando projeção, força e reconhecimento no cenário nacional. Posteriormente foram seguidas pela *Folhas*, *OESP*, *Manchete* e *Bandeirantes* que se tornaram grandes conglomerados de mídia e da indústria cultural (TASCHNER, 1992, p. 17).

De acordo com a autora Gisela Taschner o conceito de indústria cultural pode ser entendido como:

Sinteticamente, a noção de indústria cultural refere-se a um conjunto de complexos empresariais, altamente concentrados do ponto de vista técnico e centralizados do ponto de vista do capital, que produzem e distribuem em grande escala, empregando métodos muitas vezes (mas nem sempre) marcados por um alto grau de divisão do trabalho, baseados em fórmulas, e

²⁷ Independentemente das questões políticas e econômicas envolvidas, é importante observar o comportamento “democrático” mais recente do jornal OESP nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), de críticas contundentes, atuação política e editoriais agressivos, para dizer o mínimo, contra os citados governos. Seu papel na recente crise política e no impeachment/golpe (depende da postura e do entendimento do leitor), bem como de apoio as arbitrariedades e excessos jurídicos da Operação Lava Jato, tudo em nome do suposto combate à corrupção, sem se esquecer do apoio às políticas econômicas e de uma certa “tolerância” e “convivência” ao autoritarismo e destruição da democracia perpetrado pelo governo Bolsonaro (2018-2022, precisará e merece ser pesquisada. Isso também vale para a postura de outros periódicos nos citados casos como *Folha de São Paulo* e *O Globo*, de revistas semanais como *Isto É*, *Veja* e *Época*, além das emissoras abertas de televisão como Rede Bandeirantes, SBT, Record e, principalmente, Rede Globo e o Grupo Globo, bem como de emissoras de rádio, principalmente CBN e Jovem Pan, de São Paulo.

tendo em vista a rentabilidade econômica, objetos culturais (TASCHNER, 1992, p. 18).

Percebe-se, então, que nessa vertente, que tudo que é produzido pela indústria cultural, como a notícia, por exemplo, é considerado mercadoria, ou seja, é elaborado de acordo com uma lógica capitalista monopolista, com as regras de mercado. Nesse sentido, Taschner entende que:

(...) a noção de indústria cultural não diz respeito apenas à existência de um ou vários conglomerados no ramo da produção cultural ou da “comunicação de massas”. Esses complexos empresariais, independentemente de terem ou não nexos jurídico-formais entre si, e apesar de concorrerem comercialmente uns com os outros, forma um sistema, pois todos atuam no mesmo sentido e de maneira semelhante (TASCHNER, 1992, p. 18).

Faz-se necessário lembrar de que o berço da indústria cultural e o paradigma de desenvolvimento da mesma foram os Estados Unidos, sociedade capitalista, democrática e marcada pela defesa dos direitos humanos, pelo menos em termos legais, já que a prática possui contradições e problemas (TASCHNER, 1992).

Há uma preocupação de pensadores como Adorno de que essa tendência, já bastante forte nos anos 1990 e 1991, quando ocorreu a Crise e depois a Guerra do Golfo, monopolize de forma brutal sem deixar espaços para discussão e reflexão em um espaço que, em teoria, deveria privilegiar o debate de ideias e posicionamentos diferentes, o dessecamento e aprofundamento da análise sobre a realidade. O problema é que a indústria cultural se preocupa com a velocidade da notícia, com mensagens que se limita a “reproduzir” o real imediato e, portanto, ideológico na busca da objetividade e imparcialidade já discutida anteriormente na subseção *American way of journalism*. Como bem afirmou Adorno:

Assim como mal podemos dar um passo fora do período do trabalho sem tropeçar em uma manifestação da indústria cultural, os seus veículos articulam-se de tal forma que não há espaço entre eles para que qualquer reflexão possa tomar ar e perceber que o seu mundo não é o mundo (ADORNO, 1971, p. 346).

E ao se tratar da indústria cultural, um dos seus ramos é a imprensa, no qual se inserem jornais como *OESP* e *Folha de São Paulo*. Diante do exposto é importante estudar, mesmo que seja de forma breve, já que se trata de uma pesquisa sobre editoriais da *Folha de*

São Paulo, de janeiro a março de 1991, sobre a Guerra do Golfo, de como tal periódico e hoje, um conglomerado midiático, surgiu.

Em 19 de fevereiro de 1921, em plena República Velha, no governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922), um grupo de jornalistas liderados por Olavo Oliviro Olival Costa e Pedro Cunha fundou a primeira das Folhas: a *Folha da Noite*, sediado na cidade de São Paulo (MOTA; CAPELATO, 1981).

O momento histórico de seu nascimento foi marcado por profundas revoltas, instabilidade política, greves, agitação social que levaria a República dos coronéis ao colapso, em 1930. Tantas foram as revoltas e contestações ao sistema de poder vigente, a chamada Política do Café com Leite, que esse contexto histórico tormentoso abriu novas possibilidades para a fundação de novos jornais oposicionistas ao regime.

Assim sendo, a *Folha da Noite*, jornal de característica vespertina, foi fundado por um grupo de jornalistas egressos do periódico *OESP*, que buscou atuar e conquistar um leitorado que o *OESP* não alcançava e, por isso, a ideia de lançar um periódico vespertino ansiando conquistar leitores das classes médias urbanas e das classes operárias, duas classes sociais em profunda ascensão naquela época. Diferentemente de *OESP*, a *Folha da Noite* era denominada pelos seus próprios representantes como um jornal “popular” (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 5), fato importante e que não deve ser desmerecido ao se estudar a *Folha de São Paulo*, por meio dos seus editoriais, por exemplo.

Esse novo órgão de imprensa buscou se contrapor ao *OESP* na busca do seu eleitorado e procurava, então, expressar o ideário das classes médias urbanas nesse período, caracterizado pelo urbanismo, início da expansão das indústrias, instabilidade política.

Logo o periódico apresentou êxito e nos anos subsequentes se firmou em termos financeiros e conquistou seu espaço no mercado jornalístico. Desse modo, os seus dirigentes se animaram e criaram um periódico matutino, em 1925, no governo do presidente Artur Bernardes (1922-1926) a segunda *Folha*: a *Folha da Manhã*. Seu objetivo era cobrir a lacuna deixada pela folha vespertina, e oferecer informações que esta não teve tempo de cobrir e informar (MOTA; CAPELATO, 1981, p. 5).

A recém-criada *Folha da Manhã* juntamente com a *Folha da Noite*, muito semelhantemente como o *OESP*, caracterizou-se como opositores ao governo e ao sistema político da época. No entanto, em 1929, quando Pedro Cunha se retira da sociedade, as *Folhas* passaram a apoiar o governo das oligarquias que logo viria a cair em 1930 (MOTA;

CAPELATO, 1981, p. 6).

Ressalta-se que a *Folha da Manhã* se envolveu nas décadas seguintes de sua história nos debates políticos, agindo como ator político no cenário social, sobre os anseios de moralização política da ascendente classe média paulistana e paulista, alinhavadas pelo processo de urbanização e industrialização que ocorreu no Brasil a partir da Revolução de 1930 (MOTA; CAPELATO, 1981).

O jornal desejava que os canais de participação e a transparência do Estado fossem mais democrático o que também atendia aos interesses da citada classe média. Outra grande preocupação do periódico foi, nas décadas de 1930 e 1940, situar e reivindicar novos espaços de atuação e participação política para os ricos fazendeiros paulistas, antigas oligarquias que comandaram o país por muitos anos, antes de 1930, mas que com a Revolução foram alijados do poder (CAPELATO, 1994; MOTA; CAPELATO, 1981; CAPELATO, 1989, p. 120).

Durante o Estado Novo o jornal sofreu forte censura da ditadura varguista e nessa época bem como no período inicial da Guerra Fria, o jornal passou a incluir em suas temáticas e reportagens, temas amplos, de caráter internacional, como questões da Guerra Fria e o surgimento político e ideológico do Terceiro Mundo. Aos poucos, o jornal foi abandonando os debates referentes aos problemas políticos, econômicos e sociais restritos a São Paulo e passou a se comportar, abranger e se estruturar como um periódico nacional com temas do Brasil e do mundo em suas páginas (MOTA; CAPELATO, 1981).

Em 1960, foi criado o jornal *Folha de São Paulo*, que substituiu outros dois periódicos, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Tarde*. Tal processo, como já foi citado anteriormente, ocorreu devido à empresa do setor de comunicações Grupo Folhas, estar se tornando um grande conglomerado midiático e assim (MOTA; CAPELATO, 1981).

Ressalta-se que, a partir das décadas de 1950 e 1960 a *Folha de São Paulo* definiu-se pela defesa dos princípios da democracia liberal. Não se pode esquecer de que em 1962, os empresários Octávio Frias de Azevedo e Carlos Caldeira Filho adquiriram o Grupo Folhas e o processo de transformação do grupo em grande indústria jornalística continuou (MOTA; CAPELATO, 1981).

Na defesa do que entendia ser democrático, combateu governos populistas e apoiou em 1964 e os anos iniciais da Ditadura Militar (1964-1985) e os militares. Para a efetivação dos valores democráticos, passou a adotar uma forma de relacionamento com o governo embasada na fiscalização, defesa da democracia e transparência na gestão pública o que levou

o establishment do periódico a entrar em choque com os militares na década de 1970 (MOTA; CAPELATO, 1981).

Não se pode esquecer de que na defesa da democracia e contra ideais como o socialismo e movimentos sociais e de esquerda, que julga ameaçá-la, apoiou o Golpe de 1964 e o início da Ditadura Militar e também teve importante atuação em momentos chaves da História Política brasileira como as Diretas Já (1983-1984), na redemocratização, no impeachment do presidente Fernando Collor de Melo (1992) e no golpe/impeachment da presidente Dilma Rousseff, agora em 2016.

CAPÍTULO 4 – AS VISÕES DA IMPRENSA ESCRITA BRASILEIRA: “O ESTADO DE SÃO PAULO” E “FOLHA DE SÃO PAULO” E A TECNOLOGIA MILITAR

Para efeito de análise dos editoriais, foram observadas palavras-chave, por amostragem, que remetessem para três temáticas centrais que corroboram a ideia de que os dois jornais viram a tecnologia como uma das protagonistas:

Os três temas estão intimamente ligados:

1) A censura, na forma de Operação Mordaça do Deserto, garanti o apoio, a legitimidade da ação, da guerra, porque não permite a transmissão de imagens de vítimas, bombardeios e textos escritos que denunciam baixas, por exemplo. Isso cria a imagem de que a guerra será limpa e tecnológica, e assim, rápida.

2) O maniqueísmo bem (Ocidente) x mal (Oriente) favoreceu a Guerra do Golfo, pois os estereótipos reforçaram a ideia de que os árabes são terroristas e Saddam precisa cair e assim, a Guerra do Golfo é legítima e como será rápida, por causa da tecnologia, terá o apoio da opinião pública para fazer eliminar o problema, por meio dos Estados Unidos.

3) As armas, tecnologia e guerra tecnológica tiveram destaque e apoiadas pelos pilares da censura e do maniqueísmo do choque de civilizações, foram considerados importantes pela imprensa escrita, para evitar baixas, retirar Saddam do Kuwait, fazer uma guerra rápida. A vitória era dada como certa, não se pode esquecer, independentemente das críticas que principalmente a Folha fez à imagem de guerra limpa e com poucas baixas.

4.1 As Armas, a tecnologia e a guerra tecnológica

Um dos temas recorrentes nos jornais ligado à temática do trabalho em questão foi o uso de tecnologia, de armas sofisticadas, a crença de que se tratava de uma guerra *high tech*, com pouco derramamento de sangue. A imprensa, televisiva e também a escrita, concedeu

grande destaque para o armamento em seus artigos, comentários, reportagens, notas em ambos os jornais.

No entanto, uma questão interessante que se destacou é que os dois periódicos em questão, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, trataram do tema com intensidades diferentes. Percebe-se que ambos, antes e no início da guerra defendiam e acreditavam que a guerra seria rápida, pois ambos os jornais não eram contra a guerra, por defenderem sanções e negociações ainda como forma de evita-la.

Ocorre que o jornal *Folha de São Paulo* deu grande destaque ao uso das armas e de todo o aparato tecnológico veiculando a ideia, no início da guerra até próximo do final do mês de janeiro de 1991, de que a guerra provavelmente seria rápida, com poucas baixas nos dois lados, cirúrgica, limpa. Havia a crença de que, de fato, a guerra poderia ser rápida.

Já o jornal *O Estado de São Paulo* publicou pouquíssimos editoriais que tocavam ou teciam algumas palavras. Seu silêncio sobre a temática principalmente do final do mês de janeiro até o final da guerra não foi fortuito. Como o jornal apoiava uma solução negociada para se evitar a guerra, pois entendia ser possível evitar a “irracionalidade” da guerra, segundo o seu ponto de vista liberal, além de condenar a invasão do Iraque sobre o Kuwait e apoiar os Estados Unidos na guerra. Ocorre que diferentemente da *Folha*, o OESP não enviou até praticamente o final da guerra o enviado e nem tinha correspondente lá no teatro de operações.

Vale ressaltar, que mesmo não sendo objeto de estudo do trabalho, a maior parte do que foi publicada pelos dois jornais, ou veio diretamente de agências e jornais do exterior ou foi produzida aqui mesmo, pelas respectivas reportagens locais, com base nas poucas informações que eram saídas sobre a guerra, devido ao controle e censura realizados por Bagdá e por Washington nos seus respectivos fronts de batalha.

A título de curiosidade, o jornal *O Estado de São Paulo*, enviou apenas no final da guerra, chegando ao Kuwait e depois no Iraque, em 28 de fevereiro, o jornalista e seu corresponde em Berlim, William Waack, com o fotógrafo Hélio Campos Melo. Ocorre que nesse momento a Operação Tempestade no Deserto já tinha finalizado e a guerra praticamente acabado (WAACK; MELLO, 1991).

Talvez por esse motivo e pelo fato de que o jornal *O Estado de São Paulo* acreditar piamente na solução pacífica, no direito internacional, na utopia liberal para as relações internacionais e pelo fato de que sua cobertura se pautou por alguns temas o que não abarcou

em grande medida, nos editoriais, a questão tecnológica. No entanto, isso é muito questionável, pois o jornal em artigos, reportagens, comentários e notas tratou do tema da tecnologia e permitiu que vozes se manifestassem nesse sentido. Muitos dos artigos publicados eram de verdadeiro deslumbre com o aparato tecnológico militar utilizado na Guerra do Golfo. Como exemplo nesse sentido, existiram vários artigos do jornalista especializado em armamentos e guerra, Roberto Godoy, funcionário do jornal “O Estado de São Paulo”, em 15 de janeiro de 1991, no dia em que expirava o prazo dado pela ONU para que o Iraque saísse do Kuwait:

No ar, entretanto, nada supera os fascínio do avião invisível F-117^a, provavelmente o protagonista da primeira hora de luta. Pequeno, com uma aparência incomum, marcada pelos ângulos exóticos que o tornam indetectável nas telas dos radares, ele está pronto para decolar esta noite, ao abrigo da escuridão.²⁸

Interessante observar, mesmo os artigos não sendo objetos principais do trabalho, que o jornalista confere à tecnologia o protagonismo do possível conflito que ainda, naquele momento não tinha ocorrido. Nota-se que o título do artigo de Roberto Godoy foi “Armas sofisticadas estreiam no Golfo” como se as armas tivessem vida, o aspecto humano, sem dúvida, não foi considerado, no que se refere às possíveis baixas, destruição do país, até porque, quando a Guerra do Golfo começou de fato, houve durante praticamente toda a guerra forte censura, principalmente nas primeiras semanas da Operação Escudo do Deserto, em que ocorreram bombardeios aéreos, mas não invasão terrestre dos Estados Unidos e aliados sobre o Iraque.

Nesse sentido, há certo deslumbramento (é bom lembrar que Roberto Godoy é especializado em armas e, claro, aprecia muito o assunto), mas excetuando seu gosto e apreciação do tema, verifica-se que a tecnologia militar, na forma do avião F-117, mais conhecido como avião invisível, será um dos protagonistas da Guerra do Golfo.

No mesmo dia em que foi publicado o artigo, o jornal OESP não publicou nada sobre o tema tecnologia, armas, guerra tecnológica, mas o jornal, membro do grupo Estado, Jornal da Tarde, atualmente extinto, publicou o seguinte editorial, que também diz muito sobre o

²⁸ GODOY, Roberto. “Armas sofisticadas estreiam no Golfo”. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, de 15 de janeiro de 1991.

grupo como um todo, o que inclui o OESP, já que não era um artigo ou reportagem ou comentário, mas editorial:

[...] Hoje, terça-feira, 15 de janeiro de 1991, às 24 horas (hora da ONU, duas horas da manhã de quarta-feira no Brasil), estará se iniciando oficialmente a ofensiva do mais poderoso e tecnologicamente mais sofisticado dispositivo militar jamais conhecido pelos homens contra um exército que, sendo o mais poderoso do mundo árabe, já demonstrou, em oito anos de guerra com os desorganizados exércitos do ayatolah Khomeini, que não tem a menor condição de oferecer às tropas aliadas uma resistência maior do que a oferecida pelas tropas do general Galtieri ao pequeno exército de Margaret Thatcher na Guerra das Malvinas.²⁹

Ressalta-se, que no início, então, o jornal OESP teve praticamente a mesma postura inicial do jornal Folha de São Paulo, que será estudado, no que se refere ao seu posicionamento sobre o fato de que a guerra supostamente será tecnológica, de que a tecnologia poderá ser a grande vedete da guerra.

Transformaram-se as armas e a alta tecnologia bélica nos principais protagonistas da guerra, numa incrível inversão de papéis, em que o homem, o horror, a destruição e a ferocidade da guerra foram deixados em segundo plano.

No Jornal da Tarde, de circulação mais restrita e que se restringia praticamente à cidade de São Paulo, no citado editorial foi feita uma comparação entre “o mais poderoso e sofisticado aparato militar da História” contra um exército bastante temido, mas convencional, que não será páreo para às Forças Armadas dos Estados Unidos.

Inclusive é interessante observar que já estava implícita a ideia de que a guerra já estava ganha, pois o editorial em questão faz comparação do episódio com a semelhante luta travada entre Reino Unido e Argentina, durante a Guerra das Malvinas, em 1982, quando Buenos Aires foi humilhantemente derrotada por Londres, numa guerra relativamente rápida também, em que a assimetria das Forças em combate e da tecnologia envolvida também foi muito grande.

Outra questão abordada pelo editorial foi a Guerra Irã-Iraque (1980-1988), entre Irã e Iraque, pois para o Jornal da Tarde e o Grupo Estado, a Guerra do Golfo não serão tão longa e dura como foi aquela guerra, além de fazer críticas e ironia de que se o Exército do Iraque não conseguiu vencer o desorganizado e inferior Exército do Irã, naquela guerra, mesmo sendo à época o mais bem preparado exército do mundo árabe, pelo menos era o que se veiculava na

²⁹ Editorial do Jornal da Tarde “*O petróleo é de Saddam*”, São Paulo, 15 de janeiro de 1991.

imprensa, imagine se o Exército do Iraque iria oferecer alguma resistência ao “poderoso” Exército dos Estados Unidos com sua imensa superioridade militar e tecnológica? A guerra já tinha sido vencida por Washington, já estava decretada a vitória de Bush contra Saddam, pelo menos nas redações do Grupo Estado.

Isso implica que mesmo não sendo publicados muitos editoriais sobre o tema específico da superioridade tecnológica, das armas e do aparato militar dos Estados Unidos, subentende-se que essa era uma questão implícita no entendimento do Grupo Estado e do jornal OESP, pois o silêncio não quer dizer que discordam da ideia de que a tecnologia militar será uma das protagonistas ou talvez a protagonista da guerra.

Há outra questão implícita e por isso, encoberta, de que para o OESP e o Grupo Estado era uma luta entre o bem e o mal, entre civilização e barbárie, do Ocidente x Oriente, certo tipo de “choque de civilizações”, ideia que estava emergindo naquele momento (com o final da Guerra Fria e crise na União Soviética), nos Estados Unidos, e que seria abordada em 1993, por Samuel Huntington, num artigo publicado na revista “*Foreign Affairs*”, de 1993, e depois se transformou em livro, em 1996, quando publicou a obra “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*”, publicado no Brasil em 1997 (HUNTINGTON, 1997).

Observa-se que a ameaça já não é mais a União Soviética e o socialismo, mas novos inimigos e o problema naquele momento e depois não será mais o Conflito Leste x Oeste, socialismo x capitalismo, mas o choque de civilizações (HUNTINGTON, 1997).

Chomsky já citado no trabalho tinha identificado ainda na década de 1980, que os Estados Unidos já se preocupavam com a emergência de possíveis novos inimigos como o terrorismo internacional, o fundamentalismo islâmico, por exemplo, e Saddam Hussein em editoriais do jornal OESP atacou duramente Saddam afirmando até que era um dos responsáveis pelo terrorismo internacional.

Algo interessante para se pensar, pois o governo de Saddam Hussein era uma ditadura, palavra e conceito odiado pela família Mesquita, dona do jornal e do grupo, que durante sua trajetória política, por meio do jornal OESP, atuou como sujeito histórico interferindo na política e na sociedade, em prol – claro que é sob a ótica de mundo do jornal, que diz e afirma até hoje ser do interesse nacional – da democracia.

Teria sido o caso, de acordo com o jornal OESP, no episódio do Golpe de Estado de 1964, quando apoiou abertamente a “Revolução” contra o perigo socialista que era personificado por João Goulart e que este ameaçava a democracia. O curioso é que se deu um

golpe para defender a democracia. Anos depois o OESP iria para a oposição ao regime, já no governo Costa e Silva (197-1969) quando o regime da Ditadura Militar se radicalizou o jornal, que afirma ser democrata, foi um dos responsáveis pela emergência do regime militar, como o seu apoio.

Nesse sentido, o OESP apoiou decisivamente os Estados Unidos contra Bagdá, sempre respeitando o Direito Internacional e a concepção liberal de relações internacionais, pois entendia que a ONU deveria ser valorizada como organismo internacional de mediação. Para o OESP os Estados Unidos são um modelo de democracia e assim, apoiaram-no contra o agressor Saddam.

Não se trata aqui de defender Saddam, mas de apontar as incongruências históricas que cercam a ação política do jornal OESP em um dos seus mais importantes pilares e bandeiras de sua História: a defesa da democracia.

Talvez os editoriais do jornal O Estado de São Paulo seguiram uma tendência observada também no início da cobertura do jornal Folha de São Paulo, de certo deslumbramento e confiança que a guerra vai ser rápida, quase sem mortes, “limpa”.

Sobre a crença de que a guerra ia ser rápida, o editorial de OESP de 17 de janeiro de 1991 corrobora tal visão:

(...) que a vitória das armas aliadas no Oriente Médio consagrará o presidente Bush como o resolutivo aplicador das resoluções da ONU e da grande estratégia dos Estados Unidos, usando para tanto a mesma disposição de Theodore Roosevelt. Nesse jogo, o Brasil descobre que não tem cacife porque não tem poder.³⁰

Ocorre que também havia na época poucas informações sobre o que estava acontecendo no front, que poderia ajudar o OESP a rever seus posicionamentos sobre a superioridade tecnológica dos Estados Unidos e de que a guerra seria vencida facilmente em virtude disso.

O que se observou foi uma guerra rápida, mas não tão rápida como foi prometido pelo governo Bush, e só foi decidida quando ocorreu invasão terrestre nos moldes convencionais, conhecida como a 4ª fase da Operação Tempestade no Deserto, a partir de 24 de fevereiro de 1991, que durou aproximadamente cem horas, antecedida por uma campanha aérea de três

³⁰ Editorial de O Estado de São Paulo “Diplomacia e Seriedade, São Paulo, 17 de janeiro de 1991.

fases conhecida como Operação Escudo do Deserto, que durou de 17 de janeiro a 23 de fevereiro de 1991.

E tal fato foi agravado para o OESP, por não ter correspondente ou enviado de guerra durante praticamente toda a Guerra do Golfo, com exceção do momento em que Waack e Campos Melo foram enviados e só conseguiram chegar para cobrir o teatro de operações a partir de 28 de fevereiro, dia que foram suspensas as ações terrestres pelos aliados.

Interessante observar, que o fato de existirem poucas vezes, em grande parte dos editoriais do jornal O Estado de São Paulo”, a questão da guerra ser representada como guerra tecnológica, é que o periódico não tinha uma voz sua no palco do conflito, o que não era garantia de melhor cobertura, mas seria um outro olhar, no caso do próprio jornal e não de agências de notícias ou jornas do exterior. No entanto, nunca é demais observar que os Estados Unidos, país democrático e modelo para o OESP, cerceou o direito de liberdade de imprensa e de acesso à informação durante toda a guerra, com forte censura e controle da mídia muitas vezes denunciado pelo jornal. No fundo, os dois países, EUA e Iraque, democracia e ditadura, respectivamente, tiveram as mesmas ações tão criticadas pelo OESP, o que não deixa de ser uma ironia.

No entanto, à medida que a guerra avançou, o OESP chegou a colocar em dúvida a “fé cega” na tecnologia, de 20 de janeiro de 1991:

A guerra do Golfo Pérsico será uma guerra longa, disse o presidente Bush. Não será uma operação como a do Panamá, afirmou o comandante norte-americano no campo de operações. As últimas notícias dão conta de que a euforia dos primeiros dias, apoiada na fé cega na tecnologia, deverá ceder lugar a uma atitude mental mais humilde. O fato de, ao contrário do que se supunha, a Força Aérea iraquiana ainda contar com grande poder de fogo e a persistência dos ataques de mísseis iraquianos contra Israel reclamam a meditação de todos, especialmente daqueles que, longe do cenário em que se desenrolam as hostilidades e em que se tomam as decisões políticas cruciais, talvez venham a sofrer com maior rigor as consequências dessa guerra.³¹

O Estado de São Paulo possuía a nítida preocupação com o tempo de duração do conflito, se a guerra for longa, mais do que tinha sido prometido, isso poderá provocar críticas, corroborar desconfianças e, o mais preocupante, poderá levar a cair por terra a crença de que a guerra não é tão limpa, cirúrgica e “causa ganha” como se supunha.

³¹ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “Cuidar a sério do futuro”, São Paulo, 20 de janeiro de 1991, p. 03.

A fala de Bush é muito sintomática. Não se pode esquecer de que havia uma espécie de euforia com a guerra, a crença (tida como verdade na época) que a vitória dos Estados Unidos era uma questão de dias ou no máximo de uma a duas semanas.

Ainda no mesmo editorial, em trecho posterior, existe uma preocupação com as denominadas “fragilidades da tecnologia”, por parte do corpo editorial de OESP:

Essa situação é bastante para fazer-nos pensar na fragilidade das conquistas da tecnologia: apesar dos avanços nesse terreno, a construção do futuro dos próximos cem anos a que se referia o presidente Bush, depende de decisões humanas, nem sempre racionais.³²

Mesmo com toda a “guerra de informações” travada no conflito, os representantes do jornal começam a criticar muito levemente a crença de que talvez a guerra não seria tão rápida assim.

O título do editorial “Cuidar a sério do futuro” apela para a reflexão, e, principalmente da racionalidade, que segundo as concepções do jornal em questão não abarcam a guerra. Provavelmente isso é fruto das primeiras notícias de bombardeios iraquianos sobre Israel e de muitas informações desencontradas que circulam pelo mundo sobre ataques estadunidenses e da coalizão sobre alvos civis, fato não confirmado pelo comando das operações. O interessante é que em nenhuma parte desse editorial há uma preocupação com o que realmente estaria acontecendo com o Iraque e o Kuwait. Há uma invisibilidade das vítimas, das baixas, algo tão comum nos relatos de guerra, mas que nessa guerra, pareceu não ter ocorrido.

Trata-se de um dos pilares da Doutrina Powell a ideia de que a ação deva ser rápida, cirúrgica e indolor. Nesse sentido, a crítica a “fé cega” na tecnologia coloca em dúvida se é possível, com a mesma, conseguir a guerra rápida e a vitória esmagadora e decisiva.

A meditação proposta pelo OESP no editorial vai ao encontro, mais uma vez, de uma das suas bandeiras mais caras: a defesa da legalidade e do direito internacional como mecanismo de solução de confronto e tensão internacional. Em outros editoriais, o OESP sempre deixou claro que a guerra é uma aberração e algo irracional e ilógico.

Há que se discordar desse posicionamento do jornal OESP. Não se trata aqui de defender a guerra, mas de entendê-la em toda a sua complexidade e amplitude moral, ética,

³² Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “Cuidar a sério do futuro”, São Paulo, 20 de janeiro de 1991, p. 03.

política, econômica, social, cultural, religiosa e tecnológica, pois não podemos nos esquecer de que a guerra é um fenômeno eminentemente humano e faz parte da história da humanidade desde os seus primórdios.

Quando o OESP apenas a rotula, com estereótipos, não ajuda a entender um fato, tão complexo, como a Guerra do Golfo, e reforça apenas leituras rasas e simplistas.

Mesmo assim, o OESP insiste que a guerra rápida (elemento importante da superioridade tecnológica), talvez seja o melhor caminho para Bush e os Estados Unidos, para que os Estados Unidos atinjam o objetivo de retirar as tropas do Iraque do Kuwait, como se Washington tivesse apenas esse objetivo ao liderar o mandato concedido pela ONU: “Pesadas as possibilidades, tudo indica que uma rápida ofensiva terrestre atenderia melhor aos objetivos de Bush de retirar o Iraque do Kuwait, eliminar a capacidade ofensiva iraquiana e derrubar Saddam Hussein.”³³

Uma das maiores ironias nos editoriais publicados pelo jornal OESP à época dos acontecimentos foi que o mesmo sempre foi defensor do respeito às leis internacionais, ao direito internacional e a não ingerência de um país em outro e o respeito às resoluções da ONU, mas o editorial acima defende exatamente o contrário. Inclusive defende que os Estados Unidos derrubem Saddam sendo que a resolução da ONU, do Conselho de Segurança, que autorizou o emprego da força contra Saddam Hussein estipulou que o mandato jurídico é apenas para libertar o Kuwait, não para destruir por completo o país e derrubar o seu governante.

Apesar de toda a sua tradição liberal em relações internacionais, que preconiza o respeito às instituições internacionais, como a ONU, observa-se claramente que o OESP, apesar de ser contra a guerra, apoiou os Estados Unidos.

Apesar de ter veiculado ao longo da guerra alguns possíveis interesses dos Estados Unidos na guerra como garantir o fornecimento de petróleo, a preço razoáveis e evitar que o Iraque aumentasse sua produção de forma exagerada, prejudicando os interesses sauditas, estes aliados dos Estados Unidos, além da questão geopolítica, pois com o enfraquecimento soviético, o equilíbrio de forças no Oriente Médio seria refeito, o OESP preferiu muitas vezes se apoiar na ideia de que os Estados Unidos estariam apenas cumprindo o mandato da ONU.

³³ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “Um homem sem futuro”, São Paulo, 20 de fevereiro de 1991, p. 03.

O editorial de 29 de janeiro de 1991 reitera uma ideia recorrente na imprensa brasileira:

Os Estados Unidos tinham uma tradição de vencer a guerra e perder a paz. Dada à proporção dos meios em presença, já se pode ter como certa a vitória americana contra o Iraque, ficando por resolver as variáveis do tempo e do custo, humano e material. Mas a vitória dos Estados Unidos e dos seus aliados não será necessariamente a vitória da democracia liberal, até porque os países da região, teocráticos ou laicos, têm governos invariavelmente autoritários.³⁴

O editorial do jornal OESP traz a ideia de que, para ele, enquanto instituição, a vitória na guerra já é tida como certa, devido à presença dos “meios” empregados em grande proporção. Pode-se inferir como maior quantidade de armas, superioridade tecnológica, presença gigantesca de soldados, o que se infere que para o OESP, a superioridade militar e tecnológica é tamanha que a vitória é algo certo.

O interessante é que no mesmo editorial se reproduz outro elemento que ajudou a convencer a comunidade internacional e a opinião pública interna a apoiar os Estados Unidos: a reprodução de estereótipos sobre o Oriente Médio. O jornal entende que a região é repleta de Estados autoritários, algo que condena retumbantemente em virtude de seu posicionamento a favor da democracia liberal exposto no mesmo editorial.

Faz-se necessário lembrar que para o OESP, o ideal é que a região fosse democratizada sob os princípios liberais que tanto defende e entende ser o melhor caminho. É um momento muito particular da História no mundo, pois o neoliberalismo avançava na América Latina, com o Consenso de Washington, após os governos de Reagan, nos Estados Unidos, e de Margaret Thatcher, no Reino Unido.

Já o Brasil passava por grave crise econômica decorrente do processo inflacionário existente desde a década de 1980, e o governo do presidente Fernando Collor de Melo³⁵

³⁴ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “O Custo da História”, São Paulo, 29 de janeiro de 1991. p. A-2.

³⁵ O Brasil enfrentou uma grave crise econômica no governo Fernando Afonso Collor de Mello. A inflação, recessão, alta dívida externa, corrupção, falta de credibilidade internacional, endividamento público interno, desemprego, aumento da desigualdade socioeconômica foram alguns dos graves problemas econômicos brasileiros na época. Muitos desses problemas persistem no atual cenário brasileiro. Para tentar resolver os citados problemas, o governo do presidente Fernando Collor lançou dois planos econômicos. O primeiro foi em março de 1990, conhecido como Plano Collor I, que congelou salários, preços e confiscou a poupança de grande parte da população brasileira. O segundo se chamou Plano Collor II, em 1991. Dentre as principais medidas macroeconômicas tomadas com base no citado plano encontravam-se o congelamento de preços e salários.

(1990-1992) enfrentava críticas e problemas decorrentes de seu complicado relacionamento com o Congresso Nacional.

Era um momento de privatizações, em que se acreditava que o liberalismo e a democracia tinham triunfado com o fim da Guerra Fria, em que se até acreditou no fim da História, como Francis Fukuyama afirmou em 1989, no seu artigo. O governo Collor iniciou um amplo processo de privatizações de estatais e abertura do mercado brasileiro aos produtos importados, medidas amplamente apoiadas por OESP, já que entendia ser esse o caminho que o país deveria trilhar, defendendo, então, os interesses dos grupos da elite brasileira aos quais possui ligação estreita e é um dos seus porta-vozes.

Já a trajetória dos editoriais da Folha de São Paulo foi bastante interessante e apresentou mudanças significativas no transcorrer da Guerra do Golfo.

Vale lembrar, de que ela tinha o seu “olho” no conflito, mesmo que do Kuwait, no caso o correspondente José Arbex Júnior, que cobriu a guerra do Oriente Médio para a Folha de São Paulo. Isso possibilitou maior acesso a outras visões sobre o que estava acontecendo no palco do conflito, mesmo com toda a censura sofrida pelos jornalistas na guerra, na chamada Operação Mordça do Deserto, fundamental para a Doutrina Powell e para a sua aplicação e construção do apoio e da imagem de que a guerra seria rápida, com poucas baixas em ambos os lados, limpa, cirúrgica, legítima e justa, por demover um agressor, no caso o Iraque, do território kuwaitiano que invadiu.

Arbex procurou durante toda a guerra, tentar se livrar de estereótipos, muito presentes na cobertura do conflito, como bem (Ocidente) x mal (Oriente), democracia (EUA) x ditadura (Iraque) e da censura e do controle dos *briefings* militares impostos pela Coalizão liderada pelos Estados Unidos.

Mesmo assim, na parte inicial do conflito, o jornal Folha de São Paulo reiterou a ideia vigente no cenário internacional de que a guerra seria tecnológica e de que a tecnologia seria pelo menos uma das protagonistas ou talvez a protagonista do conflito. Foi alçada à condição de protagonismo, desconsiderando, de certa forma, a dimensão humana que a guerra possui.

O Editorial da Folha de São Paulo segue essa linha de pensamento:

Ambos os planos heterodoxos almejavam combater e controlar a inflação, que no início de 1990, chegou a índices estratosféricos de mais de 80 (oitenta) por cento, ao mês. Essa terrível crise econômica e financeira fruto de décadas de um processo de forte concentração de renda, de priorização dos interesses de parte da elite brasileira e do capital estrangeiro, foi parte do legado deixado pelos governos civis-militares (1964-1985) e pelo governo de José Ribamar Ferreira de Araújo Costa Sarney (1985-1990).

Mesmo descontando o triunfalismo sinistro dos briefings do Pentágono, a colossal investida aérea norte-americana, o poder mortífero dos bombardeios e a fantástica precisão da parafernália posta em marcha parecem ir dissipando até os temores quando a um choque excessivamente prolongado.³⁶

Nesse sentido, há uma latente preocupação com a questão das baixas que estão intimamente ligadas ao sucesso da operação militar, da aposta na tecnologia feita no pós-Vietnã pelo Departamento de Estado e pela Casa Branca em vários governos como meio para se alcançar a vitória, com a superioridade tecnológica, pois se o número de baixas for pequeno, a guerra terá legitimidade.

No entanto, caso começassem a chegar ao solo estadunidense milhares de “sacos plásticos” de vítimas, poderá haver comoção nacional, protestos nos Estados Unidos e no mundo, e erosão da aliança internacional tão importante para os interesses dos Estados Unidos no Oriente Médio, já olhando para o pós-Guerra Fria, mesmo a guerra não tendo começado, mas com o prazo final da ONU expirado, em 15 de janeiro de 1991:

Num automatismo macabro, de lado a lado os analistas especulam sobre os números de mortos; não há como evitá-los, racionam com frieza rotineira. No Pentágono, estrategistas esmeram-se nas previsões quanto aos sacos plásticos requeridos para embalar as vítimas fatais.³⁷

O cenário poderia ser agravado ainda mais caso notícias e coberturas ao vivo de vítimas iraquianas, civis e militares, e a destruição causada pela guerra chegassem às salas de estar, via televisão, e aos jornais. Sabe-se que ocorreram bombardeios “errados” sobre alvos civis, que para a coalizão eram alvos militares disfarçados de civis. O fato é que não houve possibilidade de fazer uma cobertura livre da censura, que nesta guerra, muito mais do que nas outras, como a do Vietnã, foi muito forte e duro.

Pelos editoriais observa-se, nas entrelinhas, a preocupação e a sombra que pairava naquele momento sobre a guerra, o Departamento de Estado e o governo dos Estados Unidos e a imprensa. Tratava-se da chamada Síndrome do Vietnã, pois a experiência foi muito traumática para os Estados Unidos.

³⁶ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Riscos do monopólio”, São Paulo, 18 de janeiro de 1991, p. A-2.

³⁷ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Prazo fatal”, São Paulo, 15 de janeiro de 1991, p. A-2.

Ocorreu que mesmo com censura, a imprensa conseguiu fazer uma cobertura em que mostrou o lado do horror da guerra, dos bombardeios, das vítimas, da destruição de florestas e de cidades, os bombardeios com explosivo napalm que fizeram erodir qualquer apoio interno ou externo à Guerra do Vietnã.

Desse modo, a preocupação com a cobertura realizada pela imprensa tornou-se obsessão por parte do governo dos Estados Unidos, chegando ao ponto de afirmar que a imprensa e a mídia, em termos mais gerais, foram responsáveis pela derrota estadunidense na guerra.

A Folha de São Paulo começou ainda antes da Guerra do Golfo, algumas reflexões e críticas e apontamentos sobre a capacidade letal gigantesca que as armas sofisticadas ofereciam:

Paralelamente, a mídia vai pouco a pouco revelando a extensão do arsenal mortífero deslocado para o teatro de operações. Montou-se um cenário macabro; as forças aliadas dispõem de artefatos até hoje não utilizados e de altíssimo poder letal; voltam à memória as imagens dos efeitos devastadores das armas químicas de posse do tirano do Iraque; sequer exclui-se a eventualidade do recurso a bombas nucleares.³⁸

Seu posicionamento reflexivo e crítico diz muito de sua trajetória histórica. Trata-se de um periódico que aparentemente contempla a pluralidade de opiniões e de posicionamentos divergentes, mas o fato é que a Folha de São Paulo é um jornal, por meio do Grupo Folhas, que foi um dos primeiros a se tornar um grande conglomerado cultural de mídia, ainda na década de 1960, no Brasil juntamente com o Grupo Abril.

Ao longo de sua história ela apoiou governos e, ao mesmo tempo, tentou alcançar as classes médias urbanas e os operários, chegando até a se intitular um “jornal popular” ainda quando era Folha da Noite, na década de 1920. Isso não a impediu de apoiar governos mais conservadores e que não tinham nada de populares.

Ademais, suas contradições são extremas. Ao observar o caso do Golpe de Estado de 1964, com a instauração da Ditadura Militar, ela o apoiou em nome, como no caso de OESP, da defesa da democracia. Contudo, o jornal OESP, com o processo de radicalização do movimento e, principalmente, a partir de 1968, com o endurecimento e brutalidade simbolizados pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), passou a ser oposição sistemática ao regime.

³⁸ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Impasse”, São Paulo, 16 de janeiro de 1991, p. A-2.

Já a Folha de São Paulo foi acusada e recentemente comprovada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), de que veículos de entrega de jornais do Grupo Folha foram utilizados para a repressão perpetrada pela Operação Bandeirante (Oban), além de apoio financeiro e ideológico para a Ditadura Militar (1965-1985).

Outro dado que demonstra a aparente ambiguidade, abertura e pluralidade ocorreu com o Projeto Folha. Em meados da década de 1980, de acordo com o jornalista José Arbex Junior, que trabalhava no jornal Folha de São Paulo à época, o jornal passou por uma grande reforma e mudança. Foi feito um grande processo de cadernização, reforma gráfica, e colorização como o objetivo de se aproximar da televisão, isto é, fazer do jornal uma espécie de televisão impressa, num momento em que a Folha apresentava grande crescimento em suas vendas diárias (ARBEX JÚNIOR, 2001: p. 141).

Tal crescimento teve como pano de fundo o Projeto Folha de caráter político-ideológico, em que o objetivo era criar:

O Projeto Folha sinteticamente significou a adoção do discurso-para-o-mercado como estratégia empresarial e editorial. (...) Foi a década de expansão do neoliberalismo, no cenário internacional, e de profundas transformações políticas no Brasil (1984 foi o ano das Diretas Já (...)) (ARBEX JÚNIOR, 2001: p. 141).

Em outras palavras, tratou-se de implantar uma lógica empresarial inspirada no que já tinha sido feito na Europa e, principalmente, nos Estados Unidos, este modelo de jornalismo para a Folha – também para o OESP -, em uma lógica empresarial capitalista.

A novidade é que o Projeto Folha, que “revolucionou” o mercado jornalístico brasileiro, caracterizou a notícia como mercadoria, com o objetivo expresso de conseguir lucros. Assim, exigia-se dos seus quadros funcionais o chamado “fim” da politização, mas das mais importantes características do jornalismo na época, como reação à Ditadura Militar. Eram comuns muitos jornalistas ser marxistas e de outras correntes da esquerda como forma de resistência, mas o Projeto Folha objetivava uma espécie de “saneamento ideológico” da redação do jornal (ARBEX JÚNIOR, 2001: p. 142).

Para Arbex que foi editor do Caderno Mundo, da Folha de São Paulo, à época da Guerra do Golfo, a cúpula do jornal entendia que tinha ocorrido uma espécie de “hipertrofia no plano político”, na década de 1970, isto é, o jornal teria passado por um grande processo de politização dos jornalistas que trabalhavam na sua redação e que isso preocupava o jornal.

Com o Projeto Folha, muito embasado também, na suposta ideia de imparcialidade e objetividade, oriundas do jornalismo estadunidense, o trabalho, os jornalistas e o funcionamento do jornal tinha que ser mais técnico-jornalístico (ARBEX JÚNIOR, 2001: pp. 142-143).

Assim, de acordo com José Arbex:

A direção do jornal inaugurava, com essas atitudes aparentemente contraditórias, uma prática ambígua, que marcaria toda a sua história posterior. A FSP aparecia, aos olhos da sociedade como porta-voz da democracia, ao mesmo tempo em que, internamente, praticava uma política autoritária de rígido controle industrial e ideológico. O “paradoxo”, apenas aparente, resolve-se com a constatação de que a FSP apenas adotou a estratégia de transformar a luta pela democracia em marketing. (...), a FSP implantou na imprensa nacional a defesa da democracia-para-o-mercado (ARBEX JÚNIOR, 2001: p. 143-144).

Observa-se que tal procedimento da Folha de São Paulo foi fundamental para diferenciá-la, na década de 1970, de seu principal concorrente, o jornal paulistano OESP, propriedade da família Mesquita desde o final do século XIX, e muito conservador e ligado a setores bastante retrógrados da elite brasileira.

Nas Diretas Já (1983-1984), o jornal também fez essa estratégia de “democracia para o mercado” ao apoiar as Diretas Já com a divulgação gigantesca de notícias sobre os comícios, passeatas e manifestações que varreram o país durante o governo do presidente João Batista Figueiredo (1979-1985), além de atuar com sujeito histórico, intervindo na sociedade, ao convocar as pessoas para irem às manifestações.

Aparentemente a Folha se mostrava a favor da democracia, com um discurso sedutor para os movimentos sociais, democráticos e populares. No entanto, o seu objetivo era muito claro, no caso conquistar mercado, quando a elite do país resolveu administrar diretamente e recuperar o controle do Estado, sem a presença intermediária dos militares. E a família Frias, controladora da Folha percebeu nitidamente esse momento e ocupou o espaço como uma espécie de porta-voz dos movimentos democráticos, aparentando pluralidade opiniões, recepcionando em suas páginas artigos e reflexões de jornalistas e articulistas com concepções mais à esquerda (ARBEX, 2001).

O fim da Ditadura Militar e a implantação do Projeto Folha levou o jornal a se tornar cada vez mais uma empresa, capitalista e menos tolerante, internamente, a posições políticas contrárias ao que o establishment editorial defendia. Assim, foi-se dissociando dos anseios e

movimentos populares e sociais dos quais havia se aproximado nas Diretas Já, e passou a ter uma atitude cada vez mais empresarial, fato verificado também na cobertura da Guerra do Golfo e observado até os dias atuais (ARBEX, 2001).

Feitas essas considerações, é possível observar que a Folha de São Paulo vai modificando a sua visão sobre a questão da tecnologia e da rapidez na guerra:

Vão sendo assim pouco a pouco refreados os prognósticos à possibilidade de resolução surpreendentemente rápida de guerra. O presidente George Bush fez um pronunciamento marcada pela cautela e circunspeção; já os briefings do Pentágono avaliam que tudo corre dentro do esperado – conquanto se ignore o que se previa exatamente; o governo iraquiano divulga dados triunfantes sobre as baixas aliadas, negadas peremptoriamente pelos norte-americanos.³⁹

Observa-se que as informações oficiais dão conta de que a guerra não será rápida como a coalização militar prometeu, o que frustrou a expectativa de jornais como o OESP e Folha de São Paulo de que a guerra seria decidida rapidamente, com poucas baixas, limpa, cirúrgica.

Observa-se um problema, que não é exclusividade da Guerra do Golfo, que foi a guerra de informação e de versões. Saddam Hussein tinha a prática de mostrar e permitir filmagens, principalmente da CNN, para mostrar as baixas em bombardeios a civis e em áreas residenciais, com a prática de aumentar e exagerar a notícia. Já os Estados Unidos, ocultavam informações sobre os danos e destruição, bem como possíveis e estimáveis baixas no lado iraquiano e no seu próprio lado, pois a questão da legitimidade estava em jogo.

Provavelmente essa mudança paulatina da Folha tem ligação com sua já citada ambiguidade, mas também com o fato de ter um correspondente in loco, no caso José Arbex Júnior, que procurou dar outro olhar para o conflito que fugisse do *main stream* dos principais órgãos de mídia da época nos Estados Unidos, principalmente.

Faz-se necessário aqui lembrar que durante a Guerra Fria, as estratégias militares dos Estados Unidos, até aproximadamente a década de 1970, eram embasadas no paradigma de que a vitória sobre os seus adversários no campo de batalha seria conseguida com o uso de grandes quantidades de aviões, infantaria, navios, submarinos e tanques. Foi o que fizeram na Primeira Guerra Mundial, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), na Guerra da Coreia

³⁹ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Lógica alucinada”, São Paulo, 19 de janeiro de 1991.

(1950-1953) e em outros conflitos ocorridos ao longo da Guerra Fria. Entretanto, tal paradigma não possibilitou aos Estados Unidos vencerem o Vietnã, durante a Guerra do Vietnã (1965-1975).

Observa-se que os editoriais da Folha não tratavam do motivo ou motivos que levaram os Estados Unidos a se preocuparem tanto com o uso e sucesso da aposta tecnológica na Guerra do Golfo.

Como foi estudado no primeiro capítulo ocorreram profundas mudanças no regime de preparação dos combatentes das Forças Armadas dos Estados Unidos que se tornou muito rigoroso, objetivando a sobrevivência e a eficácia de seus quadros profissionais. A manutenção dos equipamentos e simulação de batalhas, através do emprego de alta tecnologia, via informática e a microeletrônica, foram fundamentais. Isso fez parte da nova doutrina militar que estava sendo construída nos Estados Unidos, desde a década de 1970, e que iria ser conhecida como Doutrina Powell.

A questão da tecnologia militar e a aposta que os Estados Unidos fizeram são importantíssimas, mas foi acompanhada por uma série de outras mudanças como no Perfil de Força e com a Doutrina Weinberger, que depois foi recepcionada pela Doutrina Powell.

Os editoriais dos jornais Folha de São Paulo e OESP não trataram das mudanças amplas que estavam ocorrendo com as Forças Armadas e o jeito de lutar dos Estados Unidos.

Ressalta-se que a profissionalização das Forças Armadas foi fundamental para os Estados Unidos ao final do século XX

Neste processo, o exército permanente se concentrou quase que exclusivamente na produção das tropas e chefias combatentes. Os sistemas de reservas foram deslocados para o fornecimento daquelas unidades de apoio imprescindíveis para a ação militar na guerra, mas plenamente obteníveis, na paz, de firmas civis e de serviços (PROENÇA JÚNIOR, 1994, p. 593).

As forças combatentes estadunidenses da linha de frente receberam e recebem, desde a década de 1980, capacitação, treinamento, vivência de situações de conflito militar, por meio de simuladores eletrônicos. Os reservas também não estão alheios a isso, pois também recebem capacitação em suas próprias atividades civis de apoio, para quando os Estados Unidos estiverem em alguma ação militar ou numa guerra, eles possam ser usados com eficiência.

Também se deve destacar que o Pentágono e o Departamento de Estado dos Estados Unidos, perceberam que qualquer intervenção militar estadunidense em um Estado dos chamados mundo subdesenvolvido ou Terceiro Mundo, deveria ser feita com uma superioridade tecnológica e militar, além de estratégica política clara. O objetivo era garantir a vitória militar e a retirada rápida, sem grandes prolongamentos na duração do conflito. A síndrome do Vietnã, causada pela guerra nesse país, teve um papel importantíssimo nessa mudança de atitude por parte dos Estados Unidos. Daí outra preocupação e motivo para que a guerra fosse rápida.

O uso intensivo de aviões, na Guerra do Golfo, advém, como já foi visto, da adoção da Doutrina de Batalha Aérea-Terrestre, ainda na década de 1980, e que foi colocada em prática na Guerra do Golfo. Inequivocamente, era uma iniciativa bastante complexa e que refletia de várias formas uma nova reflexão original militar (PROENÇA JÚNIOR, 1994, p. 592).

Os editoriais da FSP e de OESP trataram apenas de algumas questões muito caras ao que depois da guerra e da publicação do artigo de Colin Powell viria a ser conhecida como Doutrina Powell, como a mais visível, no caso a tecnologia e o deslumbre e sedução trazidos por ela. Isso escondia outro fato importante que era o controle e censura sobre a imprensa e a televisão, por exemplo, necessários como instrumento de construção de legitimidade no cenário interno e também no externo dos Estados Unidos.

Talvez por falta de conhecimento, de aprofundamento e também pelo fato de os jornais em questão condenarem a ideia de guerra como também solução para os problemas políticos (sem fazer apologia à guerra), impediram-nos, provavelmente, de se aprofundarem nessa questão ou se posicionarem. Além, é claro, da pouca tradição da imprensa escrita brasileira na cobertura de guerras e pelo fato, já apontado de que a censura, no caso de Arbex, e o tempo, no caso de Waack, impediram-nos de trazer muitas vezes um olhar diferente, sem entrar no mérito pessoal e trajetória histórica e jornalística de cada jornalista e sua relação com os respectivos jornais para os quais trabalhavam.

Outro elemento que corrobora a tese de que a tecnologia foi representada pela Folha de São Paulo como uma de suas protagonistas, está presente no editorial de 18 de janeiro de 1991, logo abaixo:

Embora continue difícil prever em detalhes a sequência de confronto no Oriente Médio, não paira qualquer dúvida sobre a inevitabilidade da derrota iraquiana. Mesmo descontando o triunfalismo sinistro dos briefings do

Pentágono, a colossal investida aérea norte-americana, o poder mortífero dos bombardeios e a fantástica precisão a parafernália posta em marcha parecem ir dissipando até os temores quanto a um choque excessivamente prolongado.

O mundo se depara com um aparato que, apesar de não nuclear, parece insuperável em sua capacidade de manobra, potencial destrutivo sofisticação tecnológica. Num espaço de poucas horas, foram despejadas sobre o Iraque 18 mil toneladas de explosivos- um pode de destruição cerca de 1,5 vez superior ao da bomba lançada sobre Hiroxima.⁴⁰

A questão para a Folha não é se o Iraque tem alguma chance de vitória, pois para ela a sua derrota é inevitável e certa. Fica claro nesse momento, que a superioridade tecnológica é a chave para a vitória tão certa dos Estados Unidos.

Inclusive, seu relato sobre o armamento, as bombas com precisão cirúrgica e a parafernália tecnológica, dão uma demonstração bastante interessante sobre como a tecnologia teve um papel importante nas visões da Folha de São Paulo sobre o conflito, principalmente ao focar como uma das protagonistas da guerra a tecnologia militar.

Inclusive, nesse momento, a guerra tinha acabado de começar e os briefings militares eram bastante triunfalistas, pois se acreditava que a guerra terminaria de forma rápida, devido ao provável e inexorável sucesso de toda a tecnologia envolvida na guerra.

Vale lembrar, que as informações eram muito escassas nesse momento da guerra, e o controle muito grande sobre elas, além do fato de que com o passar do tempo e o arrastar dos bombardeios, começariam a ter relatos conflitantes e indicações de bombardeios em áreas residenciais, erros na precisão das “armas inteligentes”.

Para a Folha é inequívoca e incontestável a superioridade tecnológica e militar dos Estados Unidos sobre o Iraque. Nesse editorial em específico, diferentemente dos outros estudados sobre a Folha, verificou-se certo deslumbramento com a questão da superioridade tecnológica e militar dos Estados Unidos sobre o Iraque. Adjetivos como fantástica, sofisticação, colossal dão bem a dimensão de como a tecnologia foi representada como uma das protagonistas da Guerra do Golfo.

No entanto, mesmo os artigos e reportagens não serem objetos de estudo da presente pesquisa de forma direta, faz-se necessário salientar, que a medida que boatos, especulações e informações desencontradas chegam sobre possíveis baixas, as manchetes e artigos, como de

⁴⁰ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Riscos de um monopólio”, São Paulo, 18 de janeiro de 1991, p. A-2.

José Arbex Junior, então Editor de Exterior do jornal Folha de São Paulo vão se modificando dando outro olhar para a guerra tecnológica:

Há uma contradição ente a aparência de informações sobre a guerra – “a primeira transmitida ao vivo” – e a opacidade real sobre os fatos. A contradição é evidenciada pela gritante ausência de vítimas. George Bush tem uma razão política para ocultar suas perdas, além de lançar a nuvem de desinformação típica em guerra: tem que apresentar a primeira fase da luta aos norte-americanos como uma operação “limpa”. O objetivo é seduzir a opinião pública e preparar o país para uma sangrenta guerra de trincheiras. Bush elucidou esse processo ao proibir que a TV veicule imagens de corpos de soldados chegando aos EUA. A TV, ao mostrar a guerra como videogame, tem efeito anestésico: oculta ao invés de revelar.⁴¹

Onde estão as vítimas? Em um país, cuja capital Bagdá, era bastante populosa á época, como admitir a inexistência de vítimas ou menção a elas? Arbex tem muita razão no que afirmou sobre os motivos da ocultação de vítimas e a proibição de transmissão pelas emissoras de televisão de filmarem a chegada das vítimas, que como sabemos hoje, do lado estadunidense e da coalizão, foram infinitamente menores se comparadas à Guerra do Vietnã e às perdas de civis e militares do lado iraquiano. No entanto, a guerra de trincheiras não ocorreu, pois, a fase quatro da Operação Tempestade no Deserto foi rápida e fulminante, não durou uma semana, ao final de fevereiro de 1991.

Passar a imagem de guerra limpa é convencer a opinião pública, imprensa, população de que a guerra, apesar de ser guerra, não seria assim tão “mortífera” e “destrutiva”, seria uma versão *light*. No entanto, essa versão *light* custou aos iraquianos milhares de vidas.

Seguindo essa linha de raciocínio o editorial da Folha de São Paulo:

Malgrado a superioridade bélica avassaladora da coalizão anti-iraquiana, vão-se confirmando dramaticamente as expectativas de um conflito prolongado no Oriente Médio. O contraste entre as minúcias que adornavam os primeiros briefings do Pentágono e a escassez atual de informações parece corresponder muito mais à emergência de dificuldades suplementares e aparentemente imprevistas, do que a um recurso rotineiro de que servem os comandos militares.

Ainda assim, não deixam de suscitar perplexidade as notícias dando conta da relativa ineficácia da ofensiva realizada até o momento – embora tenham sido lançadas sobre o território iraquiano bombas com um poder destrutivo sete vezes maior do que o artefato atômico detonado em Hiroxima. Após o

⁴¹ Artigo “Videogame” oculta vítimas de Bush e Saddam no jornal Folha de São Paulo, de 20 de janeiro de 1991, Caderno Especial, p. 7.

triumfalismo inicial, fala-se agora que o dispositivo militar de Saldam Hussein resta quase intacto; ao mesmo tempo, ignora-se o número de vítimas civis proporcionadas pelo bombardeio maciço de Bagdá, enquanto sucedem-se relatos desconexos sobre as baixas militares de parte a parte.

O prolongamento dos combates e as projeções sombrias acerca de seu recrudescimento inevitável ameaçam erodir com velocidade o apoio à variante belicista adotada pelo presidente Bush.⁴²

Observa-se que o jornal Folha de São Paulo aponta que a guerra será prolongada contrariando todos os prognósticos anteriores, de que apesar da superioridade militar e tecnológica aliada, e da quantidade expressiva de bombas lançadas sobre o Iraque, aparentemente as suas Forças Armadas estão intactas. Caso ocorra o prolongamento da guerra isso pode gerar problemas, pois o apoio da opinião pública interna e externa à ação pode erodir e criar problemas para os Estados Unidos.

Nesse sentido, não é coincidência a mudança dos editoriais da Folha com os artigos que Arbex envia para a Folha. O fato de estar in loco o possibilita, mesmo com a censura e estando no Kuwait, ter uma visão mais própria, o que não quer dizer que ele seja um observador neutro, mas outra visão sobre o fato.

No entanto, no editorial de 27 de janeiro de 1991, a Folha de São Paulo fez várias críticas contundentes:

Com a benção de uma violência dantesca, artefatos de última geração espalham o terror pelo Oriente Médio; a tecnologia militar multiplica a ação destrutiva de seus bólidos; uma operação fantástica de hipnose coletiva é inaugurada - a falácia de uma conflagração rápida, ética e indolor é vencida com eficácia tão lugar quanto a de uma ilusão televisa.

Guerra limpa: quem pode acreditar nisso? O que há de limpo, asséptico, moral no lançamento de bombas, cuja somatória de destruição supera em milhares de toneladas aquelas acionadas em Hiroxima? O que há de suportável num cenário em que populações inteiras no Iraque, no Kuwait, na Arábia Saudita ou em Israel vivem na mais completa insegurança, sob a ameaça do medo do holocausto – da morte?

Não há guerra mais ou menos limpa. Há a guerra e esta não convida adjetivos – varia apenas o grau de conformismo, hipocrisia e cinismo dos que nela se envolvem. As contradições geram desconforto e são inquietantes, sintomáticas, sobretudo. Os Estados Unidos invadiram o Panamá – nem por isso houve reprovações que se seguiram à ação alucinada de Saddam Hussein.⁴³

⁴² Editorial/Opinião da *Folha de São Paulo*. “Projeções Sombrias”, p. 02, dia 23 de janeiro de 1991.

⁴³ Editorial/Opinião da *Folha de São Paulo*: Parar o massacre, buscar a paz, capa, 27 de janeiro de 1991.

A Folha elencou alguns pontos importantes em que faz duríssimas críticas à ideia de guerra tecnológica, limpa. À medida que existem cada vez mais informações desconhecidas devido à censura e o uso da mídia, impressa e televisiva, como meio de garantir legitimidade, começam a ser questionada a ideia de que o número de baixas é pouco expressivo. Nesse momento, as contradições entre o discurso do governo dos Estados Unidos e as informações que são veiculadas pela televisão, como a CNN, e o que o governo de Bagdá mostra na forma de bombardeios.

Independentemente do quadro real, a Folha denuncia de que a ideia de guerra limpa e asséptica é uma falácia e hipocrisia. A questão das baixas é citada, apesar de não aparecerem números, mas é inequívoco que a Folha de São Paulo, deu um grande destaque para o tema da tecnologia e da ideia de guerra limpa, além das possíveis baixas que já ocorreram, mas cujos números e dados não possui, devido à censura imposta pelo governo dos Estados Unidos aos jornalistas e empresas que lá estão cobrindo o evento.

Por fim, a Folha de São Paulo fala mais uma vez sobre a invasão do Panamá, de 1989, quando os Estados Unidos começaram a aplicar a Doutrina Powell.

Não se pode esquecer de que uma das novidades das guerras atuais é não separar a tática de estratégia e a de logística. A ação não é dissociada da política. É o que se observou na aplicação da Doutrina Powell durante a Guerra do Golfo, em 1991.

O que mudou principalmente com a Doutrina Powell, já no final da Guerra Fria, foi o pensamento tático estadunidense, a operacionalização da guerra no front de batalha⁴⁴. Há uma preocupação com o controle da imprensa também e que não pode ser esquecido.

Por um lado, deve-se ressaltar que a Doutrina Powell conseguiu alcançar com certo êxito uma quantidade bastante reduzida de mortes de soldados estadunidenses.

Por outro lado, tal doutrina possuiu contradições quando aplicada em combate, pois vários alvos civis foram atingidos durante a Guerra do Golfo, como mercados e áreas residenciais. Conforme denuncia e critica o editorial do jornal *Folha de São Paulo*:

(...) Ao mesmo tempo, registram-se no front os primeiros combates terrestres, dando início a uma escalada previsível no número de baixas. Desfaz-se assim a aparência limpa e asséptica do videogame aéreo, e o confronto passa a mostrar-se também ao resto do mundo – já o fez aos civis iraquianos, israelenses e sauditas – em toda a sua brutalidade e violência. Tal

⁴⁴ “A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?”. In: *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: p.179.

perspectiva tende a estimular o fortalecimento dos enunciados pacifistas entre a opinião pública internacional e, conseqüentemente, contribui para um enfraquecimento político suplementar da aliança anti-Iraque.⁴⁵

A Folha de São Paulo continua a criticar a ideia de que a tecnologia garantiu uma guerra limpa. Nesse momento, início de fevereiro, começaram a chegar as primeiras informações por agências ocidentais de que as baixas estão crescendo, principalmente no lado iraquiano.

Os dois citados periódicos paulistas e brasileiros não trabalharam em nenhum dos editoriais estudados entre 01º de janeiro e 10 de março de 1991, as origens da crença na tecnologia, é interessante observar que ambos, jornais liberais, da maior cidade do Brasil, possuidores de espaço para tratar de questões internacionais, construíram, no caso da Folha no início do conflito, e o Estado durante praticamente toda a guerra, da representação de que o uso de alta tecnologia na Guerra do Golfo, talvez não evite uma grande quantidade de baixas do lado iraquiano. Observa-se que, no lado da coalizão, o número de mortes divulgado é pequeno e confirma, pode se dizer, o relativo sucesso da ideia de poucas baixas pelo uso intensivo de armas de alta tecnologia.

Nota-se que apesar dos editoriais dos dois periódicos em questão aparentarem criticar a tecnologia, no fundo, eles reforçam pressupostos da Doutrina Powell: guerra rápida, uso de armas de alta tecnologia, preocupação com as baixas, legitimidade da ação militar. Mesmo a Folha que cita as baixas provocadas pela guerra em Israel, Arábia Saudita e Iraque, e que fez críticas contundentes sobre a ideia de guerra limpa, e criticou a ação dos Estados Unidos, mas apenas questionou os efeitos, mas não o fato de guerra ser ou não tecnológica. O fato de a Folha mencionar tantas vezes sobre a questão da guerra limpa comprova que a representação sobre a guerra teve como uma de suas protagonistas a tecnologia.

Hoje se sabe que as baixas foram muitas e muito maiores do lado iraquiano, mas na época, havia desconfiança, devido ao controle de informações e censura. No entanto, o fato de se criticar a tecnologia faz dela uma das protagonistas na representação construída pela Folha.

A preocupação dos dois jornais é algo mais profundo, pois se opuseram desde cedo a ação militar do Iraque e depois a ação militar dos Estados Unidos. Defendem o respeito ao direito internacional, ao Sistema Internacional e entendem que a guerra pode ser considerada no mínimo, irracional e indesejável. Trata-se de um tema polêmico, mas a questão é que a

⁴⁵ Editorial/Opinião da *Folha de São Paulo*: “Impasses da Guerra”, p. 02, dia 4 de fevereiro de 1991.

guerra é uma manifestação humana, complexa e que precisa ser compreendida em suas mais variadas facetas, não apenas sob o ponto de vista utópico e liberal, de Kant, por exemplo, e sua paz perpétua.

Os dois últimos editoriais da Folha de São Paulo sobre esse tema, corroboram a tese de que a guerra foi representada como uma de suas protagonistas.

No editorial de 15 de fevereiro de 1991 a Folha defende:

Como se já não estivesse suficientemente desmoralizada, a imagem que o conflito no golfo Pérsico poderia se desenrolar de forma “limpa”, com precisão “cirúrgica” e poupando vidas vem sofrer o seu golpe de misericórdia, informações iraquianas, confirmadas por correspondentes estrangeiros, dão conta de que um ataque norte americano anteontem matou pelo menos cem civis – possivelmente até cinco vezes mais – em um abrigo de Bagdá.

Malgrado as alegações dos EUA quando ao suposto caráter militar do alvo, o irrefutável é que ocorreu uma verdadeira carnificina; tão chocante foi o episódio, aliás, que já está sendo mesmo considerado um divisor de águas no conflito. A pressão sobre Washington deve aumentar consideravelmente – da parte da opinião pública internacional e de outros membros da coalizão -, o que ameaça provocar uma mudança de estratégia motivada por considerações políticas.⁴⁶

Nesse momento da guerra, já havia informações, não mais boatos de que bombas estavam caindo em locais residenciais com grande número de feridos dentre a população civil iraquiana. Claro que Saddam Hussein soube instrumentalizar isso, pois a cada bomba que destruía áreas residenciais e matavam dezenas e centenas de pessoas, ele permitia que emissoras e jornalistas divulgassem imagens sobre os locais, como forma de propaganda negativa sobre o assunto.

Assim sendo, o que era desconfiança virou fato e começou a desmitificar em parte a ideia de guerra limpa. Ocorre que a Folha de São Paulo não discutiu se o número de baixas do lado estadunidense e da coalizão era alto, como tudo indicava ser do lado iraquiano.

O objetivo do uso de alta tecnologia era primeiro causar um número de baixas pequeno dos combatentes e depois um número de baixas dentre os civis e soldados do lado adversário. Ocorre que qualquer morte deve ser lamentada, não importa o lado, mas para os Estados Unidos, o uso de tecnologia estava alcançando parte substancial dos seus objetivos. As mortes de civis iraquianos eram mencionadas nos briefings militares como danos colaterais. Ocorre que o problema era saber e ter

⁴⁶ Editorial/Opinião da *Folha de São Paulo*: “Lógica econômica”, p. 02 de 15 de fevereiro de 1991.

acesso a informações confiáveis de algo aproximado dos danos humanos e materiais causados ao Iraque na guerra.

Fato é que o ataque aéreo ao abrigo antiaéreo, no dia 13 de fevereiro, confirmado por correspondentes internacionais e pelo governo iraquiano começou a ameaçar a ideia de que a guerra causaria poucas baixas para o lado iraquiano, por parte da opinião pública internacional.

Os ataques como esse, demonstravam que a tecnologia militar do armamento precisava ser aprimorada e também o fato de que muito do armamento ainda era convencional, informação na época não confirmada pelo governo dos Estados Unidos devido à campanha de guerra.

Mesmo assim, o episódio dentre tantos outros que começavam a serem denunciados por correspondentes, políticos, pensadores, críticos acenderam a luz de alerta no Departamento de Estado, de que a invasão terrestre deveria ocorrer logo para se acabar com a guerra, sob o risco da legitimidade da mesma, conquistada com diplomacia, imagem de guerra tecnológica, justa, legal e legítima naufragar e os Estados Unidos reviverem o pesadelo do Vietnã.

Com o fim das hostilidades em 28 de fevereiro, após o anúncio de cessar-fogo, logo após a vitória aliada, com a rápida mobilização e vitória na operação terrestre, apesar do número enorme de baixas na saída do Kuwait para o Iraque, de combatentes iraquianos, a Folha continuou a afirmar que os Estados Unidos tinham uma enorme superioridade bélica e porque não dizer tecnológica dos Estados Unidos:

De todo modo, a por ora incontestada superioridade bélica tende a ganhar importância na política externa de Washington. Bush confirmou que manterá forças no Golfo por tempo indeterminado, dando à Marinha a missão. Essa medida complementa anúncio anterior de um projeto de venda maciça de armas a aliados árabes; o objetivo é estimular uma estabilização do Oriente Médio fundada em potências regionais amigas.⁴⁷

Interessante observar que a venda de armas por parte dos Estados Unidos para os países do Oriente Médio, com o objetivo de estabilizar a região, não foi criticada pela Folha de São Paulo.

E a ironia maior é que durante praticamente o pré-guerra e a guerra, apesar da Folha entender que a agressão iraquiana era injusta e o mesmo deveria ser demovido do Iraque, a Folha e também o OESP entendiam que a guerra poderia ter sido evitada, pois não a viam como solução para o problema. Defenderam sempre a paz e a negociação, mas agora, a Folha não teceu críticas e nem discutiu essa questão de venda de armas para o Oriente Médio.

⁴⁷ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “EUA e o Golfo”, 10 de março de 1991, p. A-2.

A ideia implícita é de que o único país que poderia garantir o equilíbrio naquele momento do Oriente Médio eram os Estados Unidos, país do qual a Folha, apesar das críticas, sempre exaltou.

Sem dúvida mais uma das contradições que marcaram e marcam a trajetória histórica da Folha. Observa-se que a Folha de São Paulo bem como o OESP em seus editoriais, seja por silêncio e dúvidas de que a superioridade tecnológica levaria à vitória, caso do segundo por críticas a ideia de guerra limpa, o fato é que a tecnologia foi representada como uma das protagonistas da Guerra do Golfo

4.2 Operação Mordaça no Deserto: censura e legitimidade

Durante a Guerra do Golfo o conteúdo das notícias no front era censurado por meio de um sistema de *pools*, que possibilitava a ocultação de informações. A CNN era o único veículo de comunicação que permaneceu no local da guerra, mas os jornalistas não podiam reportar do front, pois era uma determinação do comando dos Aliados exercido pelos Estados Unidos.

Havia a tentativa de controle de informação por parte dos governos envolvidos, principalmente dos Estados Unidos, no conflito. Apesar de toda a defesa na época para a ideia de acesso democrático às informações possibilitado pelo caráter democrático da Sociedade da Informação, isso se mostrou uma falácia na guerra (MATTELART, 2002).

O público à época tinha acesso praticamente apenas à visão veiculada pela rede de notícias estadunidense CNN e isso se refletiu também na cobertura de outras redes televisivas e na imprensa escrita. A guerra foi transformada pela CNN num espetáculo televisivo em que o público o assistia de forma passiva o “show” de manobras e tecnologias militares mostrado pelas Forças Armadas dos Estados Unidos.

Ressalta-se que os dados sobre os mortos e feridos, bem como sobre a destruição do Iraque e sofrimento de sua população foram deliberadamente ocultados e manipulados pelo sistema de *pools* que sofriam a interferência direta do comando militar estadunidense.

Na construção da representação da tecnologia como uma das protagonistas da Guerra do Golfo, a Operação Mordaça no Deserto desempenhou um papel importantíssimo, pois sacramentou o controle da mídia, a censura e ajudou a controlar o fluxo de informações do

lado da coalizão, para corroborar a imagem de que a guerra era limpa, cirúrgica, rápida, devido à superioridade tecnológica.

Essa ideia foi fundamental, tendo em vista a Síndrome do Vietnã, para que os Estados Unidos angariassem apoio interno (apesar das desconfianças) e externo na cruzada que fez, em nome da ONU, contra o Iraque.

Nesse tópico, palavras-chaves como censura, apoio (legitimidade), cobertura parcial da mídia e liberdade de imprensa foram levadas em consideração.

O jornal OESP, em 08 de janeiro de 1991, já explicitava em editorial do problema da legitimidade que paira sobre o governo dos Estados Unidos:

A viagem de Baker pelas capitais europeias, precedendo seu encontro com o chanceler iraquiano, tende a confirmar o governo norte-americano em sua posição de força. As restrições que a decisão de Bush encontra na opinião pública norte-americana não são de molde, tudo indica, a modificar sua decisão. Isso leva a que a possibilidade do conflito aumente à medida que as horas irracionais começam de fato a conduzir a História.⁴⁸

Observa-se no editorial de OESP que o mesmo destaca o encontro entre os chanceleres James Baker, do Departamento de Estado dos Estados Unidos, e Tarik Aziz, do Iraque, para tentar resolver o impasse, com a desocupação do Kuwait, pelo Iraque, já que o ultimato da ONU estava para vencer, em 15 de janeiro de 1991.

No entanto, naquele momento, que nenhuma das partes desejava retroceder, nem Bush, nem Saddam. Na verdade, no jogo geopolítico que estava sendo travado, quem recuasse acabaria sendo considerado derrotado, e como os dois países movimentaram enorme quantidade de tropas e mobilizaram todos os seus respectivos aparatos militares, ficaria muito difícil naquele momento o recuo.

O OESP fez uma observação sobre a questão da legitimidade, do apoio da opinião pública para a guerra não era algo consolidado, dentro dos Estados Unidos, o que tornou ainda mais delicada a situação.

Desse modo, como a guerra naquele momento parecia irreversível, é bom lembrar o quão importante a censura e o controle da mídia foi importante para a realização da guerra e a consequente vitória dos Estados Unidos.

⁴⁸ Editorial/Notas e Informações de *O Estado de São Paulo*, “Sentido da não negociação”, 08 de janeiro de 1991. p. 03.

Para o OESP, a guerra era desnecessária, mas naquele momento, sua expectativa com relação a um possível acordo era pequena.

Vale lembrar que o OESP, como jornal, na lógica do seu discurso entende que a opinião pública deveria ser ouvida por Bush, mas não foi isso que ocorreu. Novamente, a questão da Síndrome do Vietnã lança suas sombras aqui.

Nos Estados Unidos, aumenta o número daqueles que apoiam a política do presidente Bush, embora muitos estejam preocupados com a evolução do moral da população quando começarem a chegar os primeiros corpos dos soldados mortos em campanha.⁴⁹

A questão das possíveis baixas continua permeando os editoriais de OESP, pois é um dos pontos mais importantes para o sucesso da Guerra do Golfo, da aposta na tecnologia. Nesse momento, já é dado como certo que a guerra irá acontecer e o apoio interno a política de Bush de ir à guerra estava crescendo, mas o que preocupa é, caso comece a guerra, como ficaria a questão das baixas à medida que chegarem os corpos de soldados estadunidenses nos Estados Unidos.

Isso poderia, sem dúvida, erodir o já instável apoio popular a guerra e reeditar os episódios do Vietnã. Nesse sentido, a censura e o controle da mídia que os Estados Unidos fizeram durante a Guerra do Golfo, tornou-a palatável para o grande público, ainda mais com a passividade registrada pelas grandes corporações de mídia dos Estados Unidos frente toda a censura que sofreriam.

Na cobertura de uma guerra além dos já conhecidos empecilhos enfrentados pelo jornalista como confiabilidade e checagem de fontes e recolhimento de informações pertinentes, ele também pode enfrentar um desafio muito maior: a interferência dos poderes militar e estatal dos países beligerantes durante a produção de uma reportagem.

Tal interferência no trabalho jornalístico não é algo novo na história da cobertura de guerra, mas com o passar do tempo isso vem se ampliando conforme os avanços tecnológicos ocorrem e alteram substancialmente como as guerras são veiculadas. Na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo do Reino Unido emitiu vários decretos para estabelecer a censura à imprensa, delegando ao tenente-coronel Ernest Swinton como repórter oficial com o título de “testemunha ocular” dos fatos (FONTENELLE, 2004, p. 22).

⁴⁹ Editorial/Notas e Informações de *O Estado de São Paulo*, “A esperança nos interesses”, 11 de janeiro de 1991. p. 03.

Vale destacar que as denominadas técnicas de propaganda oficial foram se aprimorando e conquistando espaço com o passar dos anos e das guerras. Ganhou corpo na Segunda Guerra Mundial e na Guerra do Vietnã (1965-1975), a principal preocupação diante dos problemas já mencionados de legitimidade e das baixas impostas às Forças Armadas dos Estados Unidos, o controle da mídia se tornou fundamental.

Com o início da Guerra do Golfo, em 17 de janeiro de 1991, as informações eram escassas, pouco confiáveis, já que a censura tinha começado por parte dos Estados Unidos, de forma muito mais severa e brutal do que já tinha sido até então em outras guerras. A censura também era feita pelo Iraque e assim, estabeleceu-se uma camada de névoa de dúvidas sobre o que de fato estava acontecendo no front.

Em 23 de janeiro o OESP publicou o seguinte editorial:

Não é de hoje que os mais atentos observadores da guerra sustentam a ideia de que a primeira vítima do conflito bélico é sempre verdade. Especialmente nestes nossos tempos em que a tecnologia e a eletrônica passaram a ser oxigênio vital dos exércitos e construir a “nossa” verdade, ou pelo menos a que mais nos interessa, no coração e nas mentes do inimigo é essencial para a vitória. A exclusividade de transmissão ao vivo docemente oferecida pelos iraquianos a um tipo específico de rede de televisão norte-americana, a CNN, merece atenção. Durante toda a primeira madrugada a guerra foi transformada em um fantástico espetáculo de um dono só. A novidade foi outorgada por Bagdá a um único privilegiado.⁵⁰

O editorial acima é bastante interessante e provocador, pois traz alguns posicionamentos importantes do jornal sobre temas que reforçam a tese do presente trabalho.

A primeira crítica de OESP foi referente à ideia de que a primeira vítima numa guerra é a verdade. Nesse sentido, faz uma discussão sobre a guerra de versões sobre um determinado fato, a censura ao acesso às informações e a certa manipulação pelos exércitos das suas “verdades”.

Aqui se faz necessário relembrar que para os jornais como Folha e OESP, o jornalismo é embasado nos princípios da imparcialidade e da objetividade, como se ainda hoje, após o turbulento século XX, tantas mudanças na concepção de ciência, pudéssemos ainda falar em verdade absoluta e objetiva. No entanto, para os responsáveis de OESP, só existe uma verdade e ela está lá para ser buscada e revelada, em uma concepção bastante positivista, no mínimo.

⁵⁰ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “Guerra e Verdade”, São Paulo, 23 de janeiro de 1991, p. 03.

Ressalta-se que, de fato, a censura na Guerra do Golfo foi muito grande, por parte de ambos os lados, mas com destaques para os Estados Unidos e a coalizão, muitos países democráticos, como o próprio Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo, mas fizeram controle de informações e censura. Observa-se que censura em guerra não é algo novo, na Guerra do Vietnã, na Segunda Guerra Mundial, isso também ocorreu em menor escala, mas é uma prática para esconder do adversário seus segredos militares.

Ocorre que no caso da Guerra do Golfo, a novidade é que havia uma expressa deliberação e controle sobre os passos dos correspondentes, toda a produção jornalística tinha que passar pela filtragem do comando aliado, não eram permitidas filmagens de vítimas do lado da coalizão na guerra ou a chegada de corpos de soldados nos Estados Unidos. Filmagens ou textos escritos relatando vítimas civis por bombardeio da coalizão também não eram permitidos.

Todo esse controle da coalizão, por meio de uma política deliberada de censura e controle das informações, fazia parte do que depois viria a ser conhecida como Doutrina Powell, de conquistar o apoio, a legitimidade da opinião pública internacional, dos países da coalizão e do público interno dos Estados Unidos. Mais uma vez a experiência do Vietnã paira sobre a Guerra do Golfo. Sem apoio a guerra poderia ruir, daí a necessidade de ser rápida, com mídia, incluindo a imprensa, sob controle da coalizão, pois em uma sociedade imagética como já existia na época, imagens de vítimas, atrocidades, muitas baixas poderiam provocar o fim do apoio à guerra.

Outra questão apontada pelo OESP foi o “monopólio” da transmissão ao vivo das imagens da guerra que a CNN tinha na época. O “monopólio” dessa transmissão “concedida” por Saddam Hussein foi uma estratégia deliberada para conseguir mostrar o outro lado da guerra, o lado iraquiano, mesmo que a CNN fosse de nacionalidade estadunidense. Era uma forma de também apresentar a versão de Saddam Hussein, do Iraque, sobre o que estava acontecendo, claro, sob a ótica iraquiana.

O fato é que a CNN foi favorecida e se beneficiou com a guerra e a relação privilegiada com Saddam Hussein e a tolerância permissiva de Washington para esse fato.

Como curiosidade existe a obra sobre a *CNN*, escrita por Hank Whittemore, que mostra a origem desse canal de notícias e é bastante favorável à figura empresarial e empreendedora de Ted Turner. Whittemore também se rende ao poder e sucesso conquistado pela CNN, o que compromete sua visão acerca dela e de seu fundador. Whittemore afirma:

Quando os departamentos de jornalismo da ABC, NBC e CBS chegaram a Atlanta para acompanhar a Convenção Nacional do Partido Democrata, não precisaram que ninguém lhes avisasse que entravam no território de Ted Turner. O nome CNN aparecia em letras azuis com 2,5 metros de altura, dominando a atenção de quem se aproximava do Omni Coliseum. Mais uma vez a cobertura passo a passo da CNN mostrou-se imbatível, dedicando mais tempo do que as outras redes ao evento (WHITTEMORE, 1990, p. 352).

Nota-se que o modo como Whittemore relata a atuação da *CNN*, compromete bastante a criticidade e a possibilidade de analisá-la de forma mais profunda. Não quer dizer que a *CNN* não possuísse importância na época. O que se critica é a forma como Whittemore faz a análise. Comporta-se como se fosse um torcedor e até mesmo um funcionário da mesma.

Na *CNN*, segundo Whittemore, a estrela era a notícia. A notícia, não mais o fato, a maneira como se representa, e não mais o que está sendo representado passou a ser o show, como afirmou José Arbex. Ele defende que a CNN buscava a verdade e não era parcial. Mais uma vez o conceito aqui de imparcialidade e objetividade tão caros ao modelo de jornalismo estadunidense (WHITTEMORE, 1990).

Como a notícia era a grande estrela, o show, tudo dependeria dela. De acordo com Whittemore:

[...] Em 1984 John Baker enviou um longo memorando a Burt Reinhardt, dizendo que a política da rede estava indo longe demais: ‘Nós, da CNN, não estamos preocupados em fazer programas de televisão interessantes ou emocionantes. Dependemos da notícia em si, ela faz o trabalho de produção. Quando o noticiário é dramático e atraente, a CNN espelha isso. Quando as notícias são desinteressantes, a CNN se torna desinteressante também (WHITTEMORE, 1990, p. 360).

Será que é possível a existência do princípio da imparcialidade no meio jornalístico? O pressuposto da imparcialidade pode ser almejado pelos meios de comunicação, mas não é alcançado. A subjetividade humana, de quem faz a reportagem, está presente na notícia. Os interesses econômicos, políticos e sociais de um conglomerado de comunicações, como a *CNN*, ou de empresas jornalísticas como Grupo Estado e Grupo Folha, também interfere em suas coberturas jornalísticas, por mais que seja negado por ela mesma (TASCHNER, 1992).

Assim sendo, observa-se que a *CNN* trabalha aparentemente de forma imparcial e objetiva com a notícia. Pelo menos é o que ela quer que o telespectador acredite. Fazer jornalismo significaria retratar a realidade do jeito que ela é. A *CNN* seria o espelho da

notícia, seja ela “interessante” ou “desinteressante”. Essa postura retratada por Whittemore, não é sustentável.

A psique humana está presente quando se faz um recorte temporal, escolhas teóricas ou experimentos determinados. Não se pode esquecer que isso vale para todo o tipo de conhecimento, inclusive o presente no jornalismo.

Pensar que um órgão de imprensa é apenas reflexo da notícia é bastante complicado e perigoso. Todo meio de comunicação possui interesses e objetivos na seara econômica, política e cultural. Isso não quer dizer que não se trata de organismos de comunicação sérios. Agora acreditar que é a notícia que fala por si mesma e que um jornal escrito ou uma rede televisiva de notícias são apenas reflexos da notícia equivale à mesma crença, que existia no século XIX, de que o historiador apenas refletiria a história presente no fato histórico.

Outra questão inquietante é a que se refere ao que é interessante e ao que é desinteressante. Interessante ou desinteressante para quem? Quem diz que a notícia é dramática, atrativa ou pouco atraente? O leitor ou telespectador? A notícia? O jornal ou rede de televisão? Vê-se que é algo bastante polêmico, pois se trata de uma interação, de um recorte feito por jornalistas, meios de comunicações e pelos consumidores das notícias. Consumidores e não leitores ou telespectadores? Sim, porque a notícia, a partir de meados do século XX, tornou-se uma mercadoria, produto da imprensa que é parte específica da indústria cultural (TASCHNER, 1992, pp. 18-19).

Finalizando o editorial de OESP, ele ratifica a ideia de que os Exércitos, naquela época, a tecnologia e a eletrônica já eram a “alma” dos Exércitos e nesse sentido, reitera a ideia de que se trata de uma guerra cuja uma das principais representações construídas, imagens sobre ela, foi de que se tratava de uma guerra tecnológica. O OESP mais uma vez ao tratar da Guerra do Golfo, a tecnologia foi vista como uma de suas protagonistas.

Mesmo não sendo objeto de estudo do trabalho, não se pode esquecer de que as agências de notícias internacionais que cobriram a guerra, além da própria CNN, são em sua maioria de origem estadunidense e assim, os jornais brasileiros como “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, adquiriram muitas notícias da Guerra do Golfo, principalmente da imprensa estadunidense e de agências de notícias ocidentais (SILVA, 2003).

Já o jornal Folha de São Paulo em vários dos seus editoriais, também teve preocupações semelhantes sobre liberdade de imprensa, censura, controle de informações e legitimidade da guerra.

No editorial de seis de janeiro, portanto, anterior à eclosão da guerra:

Não se pode, porém, ignorar os fatores que jogam a guerra. É visível a oposição da opinião pública ocidental, nos EUA em particular; permanecem ainda as incertezas quanto à viabilidade de uma ação rápida e com poucas baixas. Já o Iraque certamente imagina que suas chances de vitória militar são virtualmente nulas (SILVA, 2003).

A Folha de São Paulo, parecido com os editoriais de OESP, anteriores à eclosão da guerra, discute a questão do apoio da opinião pública ocidental aos Estados Unidos. A preocupação dos dois jornais é com o apoio principalmente da opinião pública interna dos Estados Unidos à Guerra do Golfo, pois não se tem certeza nesse momento de que a guerra será mesmo rápida e com poucas baixas como era a ideia vendida pelo governo dos Estados Unidos de guerra limpa e rápida com bombardeios cirúrgicos.

Ocorre que nesse momento já se tem como quase certo que a Guerra do Golfo irá ocorrer devido aos posicionamentos dos presidentes Saddam Hussein, do Iraque, e George H. Bush, dos Estados Unidos.

Relembrando, que a Folha de São Paulo, bem como o OESP, é diametralmente contra a guerra e a favor das negociações, diplomacia e sanções econômicas contra o Iraque.

O periódico “Folha de São Paulo” preferiu focar suas críticas contra a censura à imprensa imposta pelas partes beligerantes do conflito:

O véu de censura que encobre a guerra no golfo Pérsico como que tornou a opinião pública mundial refém das conveniências fardadas de Washington, Bagdá e dos demais países envolvidos no conflito. O único front cujos canais seguem abertos é o dos porta-vozes militares, que despejam informes de conteúdo sempre mais contraditório e inexpressivo.

Destaca-se o paradoxo: embora a imprensa hoje disponha de instrumentos avançadíssimos, malgrado a televisão realize uma cobertura intermitente, sabe-se menos sobre esta guerra do que acerca das anteriores; o imenso aparato tecnológico da comunicação, com censura, acaba servindo para generalizar a desinformação.⁵¹

A questão da censura e do acesso às informações durante a Guerra do Golfo foi bastante importante para criar uma imagem de guerra limpa, com o uso de armas inteligentes e bombardeios cirúrgicos. Contudo, ao final da guerra isso foi desmentido pelos fatos, pois ocorreram vários bombardeios em alvos errados, como em locais habitados por civis. Como

⁵¹ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Guerra à censura”, São Paulo, 30 de janeiro de 1991, p. A-2.

por exemplo: “Bombardeios dos Estados Unidos e seus aliados mataram centenas de pessoas em um abrigo antiaéreo no bairro Al Amriya, na periferia de Bagdá. (...)”⁵²

Com a Guerra do Vietnã a conscrição universal se tornou um tabu. Preferiu-se criar e treinar pessoas para o Exército Estadunidense. Ela foi impopular e sem respaldo da opinião pública interna e externa aos Estados Unidos, pois a pressão desencadeada por setores da sociedade civil que possuíam grande capacidade de mobilização e de repercussão na mídia estadunidense foi substancial. Também não teve respaldo jurídico da Organização das Nações Unidas (ONU), pois esta, diferentemente da Guerra do Golfo, de 1991, não legitimou a intervenção estadunidense no Vietnã do Norte, em favor do Vietnã do Sul, durante a Guerra do Vietnã.

Na Guerra do Vietnã (1965-1975), os pensadores do Pentágono perceberam que um poder militar esmagador não funciona contra um adversário que evita de todas as formas uma batalha decisiva. Obviamente, enfrentar um inimigo com essas características acaba causando baixas, como de fato ocorreu na Guerra do Vietnã, para os Estados Unidos, além da guerra se prolongar sem uma perspectiva em curto prazo, de uma solução. Comparando-se o número de baixas dos Estados Unidos frente às baixas vietnamitas – Norte e Sul – verificar-se-á que o primeiro perdeu algo em torno de 55 (cinquenta e cinco) mil baixas, enquanto o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul, perderam aproximadamente 2 (dois) milhões de pessoas (civis e militares) (SILVA, 2004: pp. 409-412).

Para o governo dos Estados Unidos uma das causas de sua derrota no Vietnã foi em virtude do trabalho da imprensa. Na Guerra das Malvinas, em 1982, os jornalistas também sofreram pressão e fortes restrições quando ao que poderia ser veiculado. E tal processo foi ainda mais aprimorado e ampliado na Guerra do Golfo, em 1991, quando o controle e censura das Forças Armadas dos Estados Unidos sobre os jornalistas e o que podia ou não ser publicado ficou conhecido como Operação Mordaça no Deserto (FONTENELLE, 2004). A mesma preocupação e censura ocorreu no lado iraquiano, pois o governo de Saddam Hussein se preocupou muito com o que seria veiculado, fazendo uma “guerra de informação” contra os Estados Unidos, além de privilegiar a CNN. A ideia era desinformar e não informar.

A participação da imprensa na guerra foi singular e deve ser criticada e colocada em perspectiva e em pauta para ser debate. O controle feito, principalmente, pelos Estados

⁵² Reportagem das agências internacionais republicada pela Folha de São Paulo com o título “Bombardeio mata centenas em abrigo de Bagdá, São Paulo, 14 de fevereiro de 1991, p. A-10.

Unidos sobre as notícias, os jornalistas e a cobertura da televisão e jornais, foi monumental, e ficou conhecido como “Operação Mordaça no Deserto”. A conclusão foi feita pela jornalista Paula Fontenelle, em seu livro “Iraque: a guerra pelas mentes” (FONTENELLE, 2004).

Tal controle foi possível porque a maior parte das ofensivas foi aérea e não terrestre. Os combates em terra foram rápidos e duraram pouco tempo, quase uma semana. Isso prejudicou muito a confiabilidade das notícias (FONTENELLE, 2004).

Outro complicador para a cobertura da imprensa no front foi que nenhum jornalista podia deslocar-se sem um acompanhante do governo estadunidense. O objetivo era mostrar apenas aquilo que interessava aos jornalistas verem e publicarem sob o ponto de vista dos aliados. De acordo com a jornalista Paula Fontenelle

A cobertura era feita em rodízio, o que significava que apenas um número reduzido de repórteres testemunhava os esforços de guerra. Suas reportagens eram enviadas a outros veículos de comunicação, portanto, a versão do que era vivenciado nos campos de batalha era bastante unificada e restrita (FONTENELLE, 2004, p. 29).

As matérias jornalísticas produzidas no teatro de operações foram todas revisadas pelos militares. A jornalista Paula Fontenelle afirmou que não chegou a acontecer censura nas matérias jornalísticas e nem modificações. Contudo, essa observação é bastante questionável se analisada e comparada com as afirmações de José Arbex Júnior:

[...] Milhões de telespectadores acreditam que, praticamente, não houve mortes na Guerra do Golfo, porque viram na televisão tratar-se de uma ‘guerra limpa’, mesmo quando eram advertidos de que as imagens haviam sido censuradas por Washington por razões de segurança nacional’ (72 por cento dos americanos usaram a televisão como sua principal fonte de informação sobre os conflitos, segundo pesquisas de opinião realizadas por 51 empresas especializadas, nos Estados Unidos, entre 2 de agosto de 1990 e 10 de março de 1991) (ARBEX JÚNIOR, 2001, pp. 118-119).

Inclusive, o controle das matérias jornalísticas foi feito tanto pelo lado da coalizão, com destaque para os Estados Unidos, como pelo lado iraquiano ao privilegiar a CNN (FONTENELLE, 2004).

Fontenelle afirmou também que todas as informações do conflito eram repassadas pelos militares. Como pensar que não houve censura, controle ou modificações de informações? É difícil acreditar nessa postura das Forças Armadas dos Estados Unidos. A

própria Paula Fontenelle afirmou em seu livro que as reportagens favoreciam a versão dos aliados. Mostra-se uma contradição por parte de Fontenelle nesse aspecto específico (FONTENELLE, 2004).

A mesma jornalista afirma, que todas as informações do conflito eram repassadas pelos militares. Como pensar que não houve censura e nem modificações de informações? É difícil acreditar nessa postura das Forças Armadas dos Estados Unidos. A própria Paula Fontenelle afirmou em seu livro que as reportagens favoreciam a versão dos aliados. Mostra-se uma contradição por parte de Fontenelle nesse aspecto específico (FONTENELLE, 2004).

Sob a ótica de Washington é compreensível todo o controle feito pelo governo e pelas Forças Armadas estadunidenses nas informações colhidas sobre a guerra no front. Dentro dos Estados Unidos apesar do apoio, havia também desconfiança sobre a necessidade e a duração do conflito. Caso a mesma se arrastasse, aposta de Saddam Hussein, e as baixas do lado estadunidense e da coalizão começassem a crescer, a legitimidade da guerra poderia ruir (FONTENELLE, 2004).

A opinião pública continuava com muitas dúvidas a respeito da legitimidade do conflito, apesar do grande apoio dado. Ademais, o número de telespectadores era muito alto, batendo recordes de audiência. A “guerra tecnológica” se tornou uma espécie de diversão, um programa a que foi assistido e era palatável aos olhos do público. Passou a ser um show.

Vale mencionar ainda que a jornalista Paula Fontenelle contradiz seu argumento de que o controle não recaiu em censura, quando “De maneira geral, a campanha de mídia visou minimizar as iniciativas de coberturas independentes, além de favorecer, ao máximo, a manipulação dos fatos” (FONTENELLE, 2004, p. 28).

Manipular fatos não é uma forma de modificar informações e até mesmo censura? Ficou claro que o governo dos Estados Unidos tinha grande interesse em colocar e usar a mídia a favor dos seus objetivos. Daí a crítica contundente do editorial da Folha que aponta para os problemas decorrentes da censura. Apesar de toda a tecnologia em transmissão envolvida, o que se observa é uma completa desinformação.

Mesmo com a inédita cobertura ao vivo da CNN do conflito, a desinformação é reinante e a censura começou a ficar explícita e a incomodar os periódicos brasileiros, no caso OESP e Folha de São Paulo.

Nota-se que a censura, para a Folha de São Paulo, é uma das questões, bem como ao OESP, mais importantes nessa guerra, pois fere a liberdade de imprensa tão defendida pelos

dois veículos, bandeira histórica. O interessante é que a censura apontada pela folha foi uma estratégia adotada, no caso dos Estados Unidos, garantir o apoio da opinião pública internacional e da opinião pública interna para a guerra.

Não se pode esquecer de que a cobertura dos primeiros bombardeios sobre Bagdá foi feita ao vivo, através de narração feita por repórteres da CNN, sem imagens, dentro de um hotel na capital iraquiana. Como falou José Arbex Júnior anteriormente, a cobertura da CNN foi feita colocando no centro da questão as armas e a guerra, e não as suas entranhas e as mortes dos civis. Foi muito valorizada a guerra e suas imagens que mais pareciam videogame, além das chamadas “armas inteligentes” (ARBEX JÚNIOR, 2001).

De acordo com o próprio José Arbex

O salto tecnológico, do qual a CNN é símbolo e instrumento, permitiu apresentar a Guerra do Golfo como uma espécie de telenovela sinistra que prometia renovadas emoções no próximo capítulo. A cobertura ‘ao vivo’ do conflito consagrou, definitivamente, a ‘espetacularização’ da notícia. E, exatamente por ser um espetáculo, a transmissão das imagens submeteu-se às mesmas regras que se aplicam a um show (...) (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 31).

Eram ao todo três jornalistas da rede de televisão estadunidense CNN, no Hotel Al-Rashid: Bernard Shaw, John Holliman e Peter Arnett. Apesar de Arnett e a CNN passarem a falsa ideia de que eles eram os únicos jornalistas ocidentais presentes em Bagdá na noite de 16 para 17 de janeiro de 1991 data do início do conflito em questão, de acordo com o jornalista espanhol Alfonso Rojo, do jornal *El Mundo*, de Madri, Espanha, eram centenas de jornalistas estrangeiros de jornais impressos e rádios presentes no Hotel (ROJO, 1991).

A frase “os céus sobre Bagdá estão iluminados. Vemos flashes brilhantes por todo o céu”, dita por Bernard Shaw, ao iniciar a cobertura da guerra, deu uma pequena demonstração de como a imprensa cobriria, falaria e representaria tal fato. Essas palavras foram ditas 10 minutos depois das primeiras explosões da Guerra do Golfo. Shaw estava vendo a História acontecer ao vivo. Juntamente com ele, no quarto 906 do Hotel Al-Rashid, no centro de Bagdá, mais dois jornalistas estavam presentes, quando o ataque da Coalizão deixou a cidade às escuras (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Obviamente, não era uma transmissão simples, pois falavam através de rádio por satélite que não exigia energia elétrica nem operadores de telefonia. Segundo Peter Arnett, em entrevista concedida à mesma CNN, no ano de 2001. Arnett afirmou que “não havia

ocidentais por ali. Só nós. Éramos como porta-vozes daquela guerra naquele momento.” Vale dizer que nunca, até então, uma Rede de Televisão havia apresentado uma guerra ao vivo, com o barulho incessante de bombas ao fundo, mesmo que não existissem imagens.

Shaw, Arnett e Holliman contaram minuto a minuto, através de transmissão ao vivo pela televisão, mesmo sendo apenas com áudio, com a imagem congelada do mapa do Iraque e de suas fotos sobre ele. Acabaram ficando conhecidos como “Garotos de Bagdá”.

Quando o bombardeio começou, apenas a CNN (*Cable News Network*) tinha a estrutura necessária para transmitir a guerra, ao vivo, diretamente de Bagdá (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Depois de alguns dias, a transmissão de imagens em tempo real foi possível, e os bombardeios sobre a capital iraquiana ganharam tons esverdeados, devido aos dispositivos de visão noturna usados pelas suas câmeras.

A CNN instalou câmeras nos aviões e os alvos pareciam ser pontos como em jogos eletrônicos. O sangue derramado dos iraquianos e dos aliados foi varrido das imagens apresentadas pela mencionada rede de televisão estadunidense. Muitas imagens de soldados estadunidenses mortos e feridos foram censuradas por Washington. Havia a intenção de convencer o público dos Estados Unidos de que a guerra era “limpa”, com feição de jogo eletrônico (ARBEX JÚNIOR, 2001).

A guerra de informação foi um caso à parte. Os jornalistas da CNN recebiam relatórios diários de ambos os lados do conflito. O difícil era desvendar o que era realidade e o que era propaganda de guerra. Tanto as Forças Aliadas como o Iraque sabiam que a imprensa era um meio muito importante para influenciar a opinião pública. Mesmo assim, Peter Arnett, da *CNN*, ficou no Iraque até o fim do conflito juntamente com o jornalista Alfonso Rojo, do jornal espanhol *El Mundo*.

Uma informação substancial é a de que Saddam Hussein viu a CNN como o principal canal de comunicação com o Ocidente. Assim, a primeira entrevista que deu durante o conflito foi para Peter Arnett, da CNN. Por causa disso, a citada *Cable News Network* seria chamada de “meio de transmissão da desinformação iraquiana”, pelo governo dos Estados Unidos.

O citado jornalista logo foi seriamente acusado de ter se vendido para o governo do Iraque, ao apresentar a versão iraquiana sobre os motivos da guerra e sobre os bombardeios aliados que erraram o alvo. Um dos casos mais famosos foi o de uma reportagem sobre o

ataque da Coalizão a uma fábrica de leite em pó no território iraquiano (AO VIVO DE BAGDÁ: GUERRA DO GOLFO, 2006, p. 26). O governo dos Estados Unidos insistiu que a tal indústria era responsável pela fabricação de armas biológicas e químicas, conhecidas como armas de destruição em massa.

Tais informações sobre a cobertura feita pela CNN dão uma clareza maior sobre como a estratégia de desinformação, de censura, de controle sobre a mídia, de confusão completa entre o que real e o que era propaganda demonstra o quanto a imprensa e a mídia foram fundamentais para Iraque e Estados Unidos. Para o primeiro tratou de utilizar a CNN e a censura para confundir o adversário. Já os Estados Unidos desenvolveram a Operação Mordaça do Deserto, por meio da censura e do acesso dos jornalistas ao front, não só para confundir o inimigo, mas, principalmente, para garantir que a imagem sobre a guerra seria de um conflito limpo, com poucas baixas e rápido devido à sua superioridade tecnológica (FONTENELLE, 2004).

Que a imprensa escrita foi importantíssima durante a Guerra do Golfo bem como a televisiva isso é de conhecimento público. Mesmo tendo sofrido forte censura, tanto do lado da coalizão, com destaque para os Estados Unidos, como do lado do Iraque, ela foi imprescindível para representar, como visão de mundo, a imagem de uma guerra videogame, *high tech*, de alta tecnologia, “quase sem sangue”, limpa, cirúrgica e praticamente indolor. Fato que se verificou nos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo

O sofrimento, os mutilados, as mortes, os feridos, os prédios destruídos, as cidades arrasadas, as atrocidades de ambos os lados, foi substituído por uma imagem leve, de guerra limpa e justa, sendo assistida ao vivo, pelos telespectadores, ávidos por novas notícias do front de batalha. Como foi a primeira guerra transmitida ao vivo, em toda a história, ela passou a ser um programa obrigatório e com altas audiências em vários canais de televisões, mormente nos Estados Unidos. No Brasil, essa situação não foi muito diferente, pois a cobertura das redes televisivas como Globo, Bandeirantes, Manchete, Cultura, SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) e Record faziam coberturas amplas, comprando notícias do exterior, principalmente da rede estadunidense de notícias *CNN* (Cable News Network).

Com relação à imprensa escrita não foi muito diferente. Os grandes jornais do mundo dedicaram páginas, edições e muito espaço para cobrir o antes, durante e depois da Guerra do Golfo. Periódicos como *The New York Times*, “*The Washington Post*”, dos Estados Unidos,

“*Le Monde*”, da França, “*The Times*”, do Reino Unido, “*El País*”, da Espanha, “*Corriere de la Siera*” e “*La República*”, ambos da Itália foram alguns exemplos.

O Brasil também teve vários jornais que cobriram a citada guerra e se dedicaram a ela, como “O Globo” e o “Jornal do Brasil”, da cidade do Rio de Janeiro, “Correio Brasiliense”, de Brasília e “Zero Hora”, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Alguns como “Folha da Tarde” e “Folha de São Paulo”, pertencentes ao Grupo Folhas e “Jornal da Tarde” e “O Estado de São Paulo”, este pertencente ao Grupo Estado, enviaram jornalistas para cobrir a guerra, seja durante, como foi o primeiro exemplo, com o jornalista José Arbex Júnior, seja logo depois do encerramento, como no segundo exemplo, por meio do jornalista William Waack. Vale ressaltar que José Arbex Júnior era correspondente internacional da Folha de São Paulo e o jornalista William Waack era enviado especial, oriundo da cidade de Berlim, onde era correspondente do OESP, em 1990⁵³.

Deve-se ressaltar o fato de que as informações veiculadas pela imprensa na Guerra do Golfo, principalmente por órgãos como a CNN, sofriam forte censura, pois os jornalistas eram pressionados a ceder em prol da razão de Estado, no caso, os Estados Unidos. O historiador diante dessa situação se vê em uma situação delicada, já que as guerras passaram a ter conotações ideológicas também, principalmente no século XX, implicando em uma série de problemas metodológicos (AZÉMA, 1996, p. 407). O que pode gerar uma cobertura da imprensa bastante precária, parcial e até mesmo tendenciosa, e posicionamento do jornal construindo representações de mundo algumas bastante duvidosas e questionáveis, porque a censura e o controle sobre as informações podem gerar uma confusão entre a ética e a política.

Torna-se difícil de estudar a guerra desprezando as opiniões preconcebidas, pois em tempos belicosos:

⁵³ Faz-se importante distinguir os dois cargos. A função de correspondente internacional é exercida por um jornalista que atua fora de seu país de origem em tempo integral, sendo seu ofício selecionar e apresentar o material que lá fora é produzido principalmente pelas agências nacionais e internacionais de notícias. Geralmente, trabalha em grandes escritórios mantidos pelas empresas jornalísticas, em cidades da América do Norte e da Europa Ocidental como Paris, New York, Washington, Londres, Berlim e Roma. Quando ocorre algum fato de grande relevância, o correspondente tem a missão de verificar o fato ocorrido, de fazer entrevistas e até, se for necessário, de se deslocar de seu escritório para a região do acontecimento. Já o enviado especial, tem uma ação diferente, pois geralmente é determinado pela direção do jornal a ele que viaje até o local em que está ocorrendo o fato, para produzir sua própria visão dele. Assim, as informações prestadas por ele poderão ser diferenciadas das informações das agências internacionais e, por consequência, confrontadas. O problema está no pouco tempo que o jornalista terá para estudar o fato, como por exemplo, a Guerra do Golfo, e se adaptar ao local e a cultura do país onde está ocorrendo o evento. Seu objetivo é cobrir o acontecimento de maneira ágil. Ver a obra: SILVA, Aline Cáceres Dutra da. **A Hegemonia da Informação: Estudo sobre ética em jornalismo internacional com base na cobertura americana e brasileira da Guerra ao Terror**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, do Departamento de Comunicação do Centro de Educação Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

[...], diluem-se os pontos de referência que habitualmente permitem balizar a vida política; a vida parlamentar de fato atrofia-se, torna-se até mesmo quase inexistente (...), os partidos políticos desempenham apenas de modo muito imperfeito seu papel de mediação; a imprensa deixa de ser livre [...] (AZÉMA, 1996, p. 407).

Assim, a representação construída pelos jornais Folha de São Paulo e OESP sobre a tecnologia era a de que a guerra seria vencida graças à superioridade tecnológica-militar, em que ela teve espaço e foi representada como uma das protagonistas da guerra, apesar das suas contradições e críticas sofridas. Para tanto, o controle da cobertura da imprensa e da mídia televisiva, pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, com rígida filtragem de textos, imagens e de controle do acesso de jornalistas ao front de batalha, sempre acompanhados por um alguém da coalizão garantiriam a imagem de guerra limpa, cirúrgica, tecnológica e é claro a legitimidade e o apoio da opinião pública.

Se a tecnologia foi ou não a protagonista de fato da guerra (provavelmente tenha sido), se foi uma guerra realmente tecnológica, isso não é preocupação dessa pesquisa, pois o que se quer alcançar é se a tecnologia foi representada nos editoriais dos jornais Folha de São Paulo e OESP como uma das protagonistas do conflito, o que em nosso entender foi.

4.3 Bem X Mal

A luta entre Iraque e Estados Unidos na Guerra do Golfo gerou a construção e reprodução de muitos estereótipos verificados nos editoriais dos jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” relacionado ao Oriente Médio, Estados Unidos, Islã, Iraque, árabes, democracia, ditadura, Saddam Hussein, George H. Bush, estadunidenses. No entanto, para efeito da pesquisa e da tese, um chamou muito a atenção: a demonização de Saddam Hussein e, por consequência dos árabes e do Oriente e a valorização e enaltecimento de George H. Bush, dos Estados Unidos e do Ocidente.

O que se verificou foi a presença de uma ideia subjacente do bem (Bush, EUA, Ocidente) contra o mal (Saddam, árabes, Oriente). Esses estereótipos eram e são muito recorrentes na imprensa internacional bem como na brasileira, e estiveram presentes nos editoriais dos jornais em questão.

Essa ideia representada pelos jornais OESP e Folha de São Paulo auxiliou no convencimento aqui no Brasil, de que a guerra era legítima, mesmo os próprios jornais defenderem de que não fosse o melhor caminho.

Na construção da legitimidade, apoio e visão da tecnologia como uma das protagonistas da Guerra do Golfo, tal maniqueísmo presente nos textos dos editoriais dos jornais, infelizmente, reforçou estereótipos, preconceitos e visões já preconcebidas de mundo que só aumentou a desinformação já existente.

Como o Oriente Médio onde se localiza o Iraque é uma terra muito longínqua do Brasil, é compreensível que as pessoas tenham dificuldades de entender as diferenças culturais, políticas, sociais, religiosas e econômicas existentes entre esses dois mundos.

No entanto, devido à censura, ao fato de que o OESP só enviou correspondente ao final da guerra e ao fato de que a Folha de São Paulo enviou correspondente, mas que não ficou propriamente no front de batalha, no Iraque, e diante de dois jornais assumidamente liberais, defensores da democracia, empresas jornalísticas e capitalistas, ambos com ligações estreitas com setores variados da elite brasileira, é muito complicado fugirem desse arcabouço em seus editoriais.

O que não deixa de ser uma contradição, pois esses jornais preconizam e afirmam defender os princípios de objetividade, imparcialidade e representação da realidade (entendida aqui como o fato realmente aconteceu), em que o fetiche da notícia, da informação está muito presentes, influência do modelo estadunidense de jornalismo os quais são seguidores (TASCHNER, 1992; CAPELATO; PRADO, 1980).

Ademais, tratam-se de empresas da indústria cultural que buscam mercado, vender jornais, pautar a sociedade, colocarem-se como porta-vozes dos interesses da população, do país, quando na verdade o que estão a defender são os próprios interesses e dos grupos que representam.

Feitas essas devidas considerações, faz-se necessário observar que o maniqueísmo presente em alguns editoriais de ambos os jornais reforçaram a ideia da legitimidade da ação militar e, portanto, de que era necessária e seria ganha com a superioridade tecnológica que os Estados Unidos detinham, pois estes estariam combatendo o “mal” personificado na figura de Saddam Hussein e do Iraque como um todo.

Trata-se de uma relação indireta entre como a tecnologia foi representada e como a luta entre Estados Unidos e Iraque foram representados por meio do dualismo-maniqueísta

bem x mal. Não se quer tratar aqui se tais maniqueísmos vieram mais de fora ou foram mais originados aqui mesmo.

O fato é que a conjunção de censura, ignorância sobre Oriente Médio, pouca presença de enviados e correspondentes dos jornais em questão naquela região, o fato de que grande parte das notícias internacionais presentes nos jornais ou foram produzidas aqui com base em informações de agências ou foram diretamente compradas destas últimas.

Observa-se que como foram muitos os editoriais que utilizaram para explicar a Guerra do Golfo visões do bem x mal, foi feita uma amostragem para se trabalhar com alguns desses editoriais de ambos os jornais, que vão auxiliar na comprovação da tese de que a tecnologia foi representada como uma das protagonistas da guerra.

O jornal OESP

Todo o tempo que mediou entre a decretação do boicote e o desencadear da operação “Tempestade no Deserto” foi dedicado as negociações em busca da paz. Por mais que haja aqueles que, por ignorância ou má fé, insistam em apontar os Estados Unidos, especialmente o presidente Bush, como responsáveis pela guerra, não houve quem mais se esforçasse pela paz que o Ocidente sob a liderança norte-americana.

Tudo em vão. Irredutível em sua posição, buscando unir os povos árabes em torno da bandeira da “Guerra Santa”, Saddam Hussein conduziu a ONU a adotar a resolução autorizando os estados membros a usar todos os meios para levar o Iraque a retirar-se do Kuwait.

O mundo civilizado está diante de um governante que não hesita em assassinar populações inteiras com gás ou brutalizar outras de maneira indescritível. Deixar o Iraque de Saddam Hussein na posse de seu arsenal químico, possivelmente do nuclear, e do convencional que armazenou é adiar por meses, senão semanas no confronto.

Na verdade, o que está em jogo – e deve ser dito, apesar da crueza das frases e das reações emocional das basbaques – é o futuro, nestes próximos cem anos, da civilização que se construiu na Europa e dela se espalhou pelos outros continentes. A civilização europeia, anglo-saxã e latina, e seus fundamentos. Isso é importante. O resto são palavras, meras palavras.⁵⁴

O editorial acima de OESP é muito interessante e corrobora a ideia de que o que estava em jogo não era apenas a anexação do Kuwait, interesses petrolíferos ou liderança dos Estados Unidos no Oriente Médio.

⁵⁴ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “O futuro de cem anos”, São Paulo, 18 de janeiro de 1991, p. 03.

Observa-se a tendência de enaltecimento de George Bush, como guardião da civilização ocidental, do mundo civilizado, do que o editorial chamou de civilização europeia, anglo-saxã e latina. Praticamente não esconde seu apoio aos Estados Unidos dizendo que o mesmo, por meio de Bush, buscou sempre a paz. Nem sequer criticou o fato de que Bush desejava a guerra tanto quanto Saddam Hussein.

A paz, a diplomacia e as negociações são pressupostos defendidos pelo OESP em virtude do fato da sua já citada defesa das ideias liberais, de valorização da ONU, de ser contrário a guerra por entende-la que é uma manifestação irracional.

Também fica claro que o estereótipo muito presente na imprensa internacional, mas também presente aqui, de que a Guerra do Golfo é uma luta entre Oriente e Ocidente, fica muito claro. Isso é perigoso, pois constrói representações preconceituosas da realidade que ao invés de informar, desinforma e incita o ódio.

O jornal ao fazer isso reforça a ideia de legitimidade da guerra, ainda mais que será, é o que se acreditava naquele momento, rápida, limpa e cirúrgica e que os Estados Unidos, para o OESP, irão apenas expulsar Saddam Hussein do poder em Bagdá.

Trata-se de um editorial em que não há a mínima preocupação de entender a cultura árabe, suas entranhas, o Oriente Médio e toda a sua tradição. Foi mais fácil reproduzir estereótipos e preconceitos vigentes até hoje.

A figura de Bush e Saddam possuem abordagens diferenciadas. Para OESP enquanto Bush é enaltido, parece um estadista, o líder do “mundo livre” que irá libertar o Kuwait das garras de Saddam Hussein, este é execrado, chamado de tirano, assassino e que quer unir os árabes em torno da bandeira da Guerra Santa e do pan-arabismo.

Para o editorial de OESP, a guerra só tem um responsável: Saddam Hussein. Interessante observar que nesse momento o conflito se encontrava em seu estágio inicial e as notícias sobre baixas de ambos os lados e destruição do Iraque, são poucas e descontraídas, devido à censura que os Estados Unidos fizeram sobre a imprensa, ato, claro, que não foi fortuito, como Fontenelle afirmou (FONTENELLE, 2004).

O OESP parece se esquecer da intervenção dos Estados Unidos no Panamá, em 1989, quanto sequestrou o presidente Noriega, por exemplo, a mando de Bush. Não se trata aqui de defender as arbitrariedades de Saddam, mas de não cair na armadilha de rotular e fazer uma leitura da realidade como se fosse o bem x mal.

Obviamente não se devem desprezar as diferenças culturais e históricas entre o Ocidente Cristão e o Islã, para se entender a Guerra do Golfo. Nesse sentido, há uma discordância com relação ao jornalista José Arbex Júnior, pois, tal conflito não pode ser entendido apenas pelas diferenças culturais. Não é segredo que o Ocidente compreende com os seus “olhos” as estruturas culturais e o pensamento da civilização muçulmana. Dessa maneira, há uma concordância parcial com os argumentos do autor Samuel Huntington (HUNTINGTON, 1997).

Não que o mundo deva ser entendido apenas como um mero choque de linhas culturais civilizatórias. Contudo, as ações dos países dentro do âmbito das relações internacionais devem ser entendidas também pelo viés das questões políticas, geopolíticas, energéticas, ambientais e econômicas.

A imprensa teve uma grande participação na guerra e no reforço desses estereótipos, pois de acordo com José Arbex Júnior, em sua obra “Showrnalismo: a notícia como espetáculo”, a Guerra do Golfo pode ser considerada como um grande divisor de águas, porque a imprensa enfatizou muito mais as armas, o show de imagens, as batalhas noturnas que pareciam de vídeo game, os bombardeios cirúrgicos, as armas inteligentes e a tecnologia do que o horror, o homem, a vida, as vítimas e a destruição (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Arbex afirma:

A Guerra do Golfo serviu como um divisor de águas nessa longa história. Pela primeira vez, uma guerra era transmitida ‘ao vivo’, em tempo real, por uma rede de alcance planetário (a Cable News Network, CNN) (...). E – outro fato inédito – a grande personagem da guerra, ao contrário daquilo que, apenas em certa medida, havia caracterizado a cobertura da Guerra do Vietnã, nos anos 60, não foi o homem, os horrores, ódios e esperanças provocadas pela destruição, mas a tecnologia, as armas ‘inteligentes’, as operações ‘cirúrgicas’ [...] (ARBEX JÚNIOR, 2001, p. 31).

A medida que essa ideia de um choque civilizatório é reforçada pelo OESP, por exemplo, cria-se em torno da ideia da guerra legitimidade, ainda mais porque a mesma seria feita de forma rápida e limpa, teoricamente preservando os civis e militares iraquianos, reiterando a ideia de que a tecnologia garantiria a vitória. Assim, mais uma vez, a tecnologia, de forma indireta é representada como uma das protagonistas da guerra na visão do editorial de OESP.

Em outras palavras, a Guerra do Golfo foi representada aqui, pelo OESP, como um “choque civilizatório”, em um momento que essa ideia estava emergindo nos Estados Unidos, como já foi discutido anteriormente. Na verdade, ocorreu uma construção de uma retórica e uma metáfora interpretativa entre os Estados Unidos da América, representante da civilização ocidental – detentor de valores cristãos, democráticos, capitalistas, do livre mercado e pluralista – e o Iraque, representante da civilização muçulmana – portador de intolerância, atraso, avesso à democracia e ao livre mercado (HUNTINGTON, 1997).

Essa representação estereotipada da realidade, só contribui cada vez mais para a completa desinformação do público sobre o que realmente estava em jogo e o que estava acontecendo. É uma tática para manter a confiança, a legalidade e a legitimidade da guerra e na ideia de que na mesma, por ter armamentos e equipamentos tecnologicamente avançados e superiores, a vitória dos Aliados estava garantida, como já foi demonstrado em outros editoriais anteriores, na visão de OESP.

O jornal “O Estado de São Paulo”, ainda no mesmo dia e editorial, chegou a comparar de certa forma, George H. Bush a Franklin Delano Roosevelt⁵⁵ e a Winston Churchill⁵⁶ e condenou o Iraque como o grande causador da guerra em seu editorial do dia 18 de janeiro de 1991:

O discurso com que o presidente George Bush informou os Estados Unidos de que as hostilidades haviam sido iniciadas no Golfo Pérsico não tem a grandeza literária e a dramaticidade de algumas peças de F. D. Roosevelt ou então, de Winston Churchill. Marca, no entanto, apesar disso, momento seguramente tão importante para a história das relações internacionais quanto qualquer das orações com que os dois grandes estadistas deste século fixaram os pontos de inflexão da Segunda Guerra Mundial e da História Contemporânea. (...) Irredutível em sua posição, buscando unir os povos árabes em torno da bandeira da “Guerra Santa”, Saddam Hussein conduziu a ONU a adotar a resolução autorizando os estados-membros a usar todos os meios para levar o Iraque a retirar-se do Kuwait. Todos os meios – o derradeiro deles, a guerra.⁵⁷

⁵⁵ O democrata Franklin Delano Roosevelt foi eleito presidente, em 1932, e governou por 4 mandatos seguidos os EUA, entre 1933 e 1945, e enfrentou durante seus mandatos a Crise de 1929, a Grande Depressão, o New Deal e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo considerado um dos mais importantes mandatários da história estadunidense.

⁵⁶ Winston Churchill foi Primeiro Lorde do Almirantado Britânico na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e duas vezes primeiro-ministro do Reino Unido, pelo Partido Conservador, entre 1940 e 1945, quando enfrentou a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e as forças da Alemanha Nazista, do ditador Adolf Hitler (1933-1945), e entre 1951 e 1955, já durante a Guerra Fria (1947-1991), considerado um dos maiores estadistas britânicos e do mundo no século XX.

⁵⁷ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “O futuro de cem anos”, São Paulo, 18 de janeiro de 1991, p. 03.

Enquanto a imprensa e o próprio governo estadunidense representavam o líder iraquiano como sendo um déspota, guiado por uma lógica alucinada e até mesmo “louco” e a reencarnação do “mal”, pouco se discutia nos editoriais as implícitas razões que levaram os Estados Unidos a participarem da guerra. Como se sabe o petróleo e a retirada de Saddam do poder eram alguns dos objetivos. Saddam Hussein e o Iraque foram integralmente responsabilizados pela ocorrência da guerra. Já os Estados Unidos de George Bush aparecem como baluartes do sistema internacional, defensores do direito internacional e das Nações Unidas (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Nesse editorial o jornal OESP conclama árabes e israelenses a selarem a paz ao final da guerra. Já sobre Saddam Hussein, usam-se mais adjetivos:

Há um tempo de derrubar e um tempo de edificar. Os argumentos que Saddam Hussein usava para poder prosseguir sua obra maléfica provavelmente darão sentido à obra da construção de tempos mais pacíficos naquela região conturbada e tão importante para o mundo. Basta que os árabes e israelenses compreendam que nenhum tempo existe sem que haja um tempo de viver.⁵⁸

O que o OESP fez foi a completa demonização de Saddam Hussein e, por consequência dos árabes e do Oriente, colocando-os como o lado do mal e, claro, por consequência e lógica, o outro lado, o bem, era representado pelos defensores da legalidade internacional sob o manto da ONU: Estados Unidos, Ocidente e seus aliados.

O Iraque, não se pode esquecer, foi um grande aliado e “amigo” do Ocidente ao final da década de 1970 e durante a década de 1980, como contraponto de equilíbrio ao Irã, de Khomeini e da Revolução Islâmica. Velha aliança estremecida e rompida com a com a invasão do Kuwait, pelo Iraque, em 1990, e a eclosão da Guerra do Golfo, em 1991.

A relação de Saddam Hussein com a Casa Branca foi bastante proveitosa em termos políticos para ambos, no final da década de 1970 e principalmente na década de 1980. Washington, em várias oportunidades, como na Guerra Irã-Iraque (1980-1988), forneceu apoio e ajuda militar para Bagdá. Contudo, a postura ditatorial do governo de Saddam Hussein não foi o principal motivo dele ter se transformado em uma figura do mal, um

⁵⁸ Editorial/Notas e Informações de O Estado de São Paulo “Tempo de viver”, São Paulo, 19 de janeiro de 1991, p. 03.

demônio para os Estados Unidos, antes e durante a Guerra do Golfo, de 1991 (CHOMSKY, 2003).

Isso aconteceu quando finalmente se entendeu, fora de qualquer dúvida, que seu nacionalismo independente ameaçava os interesses estadunidenses:

Nesse momento, seu histórico de horrendas atrocidades ficou disponível para as necessidades propagandísticas, mas, afora isso, não teve essencialmente nada a ver com sua transição repentina, em agosto 1990, da condição de amigo querido para a de reencarnação de Gêngis Khan e Hitler (CHOMSKY, 2003, pp. 266-267).

Nesse sentido, o OESP, um jornal que defende, pelo menos em teoria, as ideias liberais, o respeito ao direito internacional, a valorização da ONU, a integridade territorial dos países e o princípio da autodeterminação dos povos, faz uma defesa no mínimo irônica:

Em 1956, o primeiro-ministro Anthony Eden deixou que a antipatia pessoal que sentia por Gamal Abdel Nasser governasse a política britânica para o Oriente Médio e iniciou uma guerra contra o Egito. Seis meses depois, Eden renunciava e saía da vida política, enquanto Nasser se consagrava como líder árabe. O presidente George Bush nutre por Saddam Hussein sentimentos pessoais ainda mais negativos, com a diferença de que dispõe dos meios militares e financeiros para apejar Saddam Hussein do poder. Uma possibilidade de que tal não aconteça é Saddam Hussein acatar prontamente o Plano de Gorbachev e retirar suas tropas, rapidamente, do Kuwait. Mesmo então, Saddam Hussein poderá ser alvo de uma campanha econômica que enfraqueça o regime e estimule o surgimento de uma forte oposição interna, capaz de derrubar o ditador.⁵⁹

O nacionalismo árabe é algo condenado pelo OESP, já que é associado ao terceiro-mundismo e ameaça à ordem internacional regida pelos EUA e o domínio do Ocidente no Oriente Médio. Era necessário, então demonizar a figura de Saddam Hussein que de amigo querido passou a ser inimigo declarado.

Observa-se que o jornal OESP, em sua campanha para demonizar Saddam Hussein, defende que os Estados Unidos e Bush retirem Saddam do poder, por meio de sua superioridade militar, o que inclui a tecnológica, e econômica, ou estimule sanções econômicas contra Saddam Hussein, para que a oposição interna ganhe força e o derrube.

⁵⁹ Editorial/Notas e Informações do O Estado de São Paulo “Um homem sem futuro”, São Paulo, 20 de fevereiro de 1991, p. 03.

Interessante que o jornal OESP ao fazer isso está mais para defensor do realismo do que do idealismo nas relações internacionais.

A corrente liberal reconhece a existência e a necessidade do Estado Civil que se originou não por que a condição natural do homem o leva à violência, mas porque sua condição natural busca a cooperação e a confiança mútua e a guerra é um obstáculo a isso. Nesse sentido, tal teoria aborda com mais atenção outros atores do Sistema Internacional, além dos Estados, sendo que o liberalismo causa uma interdependência simétrico-assimétrica dos atores em questão (GRIFFITHS, 2004).

A base teórica e filosófica da corrente liberal é o pensamento de Jean-Jacques Rousseau que defende que os homens no estado de natureza, antes de viverem em sociedade, são bons e, quando passam a viver em sociedade, são corrompidos e se tornam ruins (ROUSSEAU, 1999).

Percebe-se aqui uma grande preocupação de Rousseau em estudar e desvendar a natureza humana. Diferentemente do filósofo inglês Thomas Hobbes, Rousseau acreditava que o homem é um ser que nasce naturalmente bom (ROUSSEAU, 1999).

Em seu pensamento, a desigualdade surgiu entre os homens com o surgimento da propriedade que gerou o Estado despótico. Contraposto a esse que desrespeita os direitos de igualdade e liberdade, defende um Estado ideal, resultado de um acordo com os indivíduos, que cederiam alguns de seus direitos de forma parcial, como a liberdade, a qual passaria a ser limitada, para se tornarem cidadãos. Tudo embasado pela vontade geral, soberana e coletiva (ROUSSEAU, 1999).

Obviamente, a guerra não é bem vista por Rousseau, por impedir que o contrato entre os indivíduos seja firmado e o Estado ideal possa exercer a vontade geral (ROUSSEAU, 1999). Daí sua influência sobre a corrente teórica do liberalismo na Teoria das Relações Internacionais. Então, para a corrente liberal a guerra é uma manifestação de irracionalidade, em que sempre é considerada desnecessária e o exemplo da falta de diálogo (GRIFFITHS, 2004). Contudo, salienta-se que a guerra é uma manifestação eminentemente humana, que faz parte da política e que não é irracional, pois a sua preparação, condução e finalização requerem grande capacidade racional para os sujeitos históricos envolvidos.

Soa ainda mais contraditório quando o mesmo OESP pede respeito e valorização da ONU seguindo os seus princípios liberais, democráticos e universalistas, que para uns, em sua concepção se aplica, e para outros não.

Alguns dos seus editoriais durante a Guerra do Golfo enalteceram a importância da ONU e também a criticaram devido a sua inoperância, em virtude de ser dependente de potências como os Estados Unidos que o OESP tanto admira e defende.

O que se viu no conflito foi que a Organização das Nações Unidas não teve o comando das ações militares, controladas pelos Estados Unidos. Nesse sentido, o jornal “O Estado de São Paulo” apontou as deficiências da ONU:

O fiasco de Perez de Cuéllar revela as deficiências mais graves da estrutura e da praxe da Organização das Nações Unidas. (...) Sem um secretário-geral que se conduza acima de tudo pelos ditames e espírito da Carta de São Francisco, a ONU corre o risco de transformar-se ora num certame de retórica estéril, ora num jogo de forças que se anulam na projeção de interesses nacionais soberanos e contrários. [...].⁶⁰

Já a Folha de São Paulo também demonizou a figura política e histórica de Saddam Hussein o que legitimou a Guerra do Golfo, apesar de ser contra a ideia de guerra.

O editorial da “Folha de São Paulo”:

De toda maneira, a ação contra Israel não deixa de confirmar – de modo dramático, ignominioso e estarrecedor – o caráter repulsivo da investida de Saddam Hussein. Não há qualquer chance de vitória; mas o ditador insiste em sacrificar a população de seu país. É praticamente inevitável que ocorram pesadas baixas civis, diante das maciças incursões aéreas norte-americanas. Nos cálculos sinistros do tirano; pouco importa – sua arrogância retórica se intensifica.⁶¹

Então, de acordo com o editorial acima a imagem que ficou da guerra foi o governo dos Estados Unidos, na época presidido pelo presidente George Bush, do Partido Republicano, que passou e defendeu que a Guerra do Golfo foi um conflito com bombardeios cirúrgicos, feitos com armas inteligentes, em que as mortes seriam em quantidade mínima. Como se sabe, não foi bem assim que aconteceu.

A imprensa escrita, televisiva e de rádio construiu a imagem de que a Guerra do Golfo seria uma luta do “bem” contra o “mal”, isto é, dos Estados Unidos e o Ocidente, contra o Iraque, os árabes e o Islã. Isso foi reproduzido reiteradas vezes pelos noticiários escritos em escala internacional e nacional.

⁶⁰ Editorial/Notas e Informações de *O Estado de São Paulo* “Encontro em Bagdá”, São Paulo, 15 de fevereiro, p. 03.

⁶¹ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Lógica alucinada”, São Paulo, 19 de janeiro de 1991, p. A-2.

Há outra questão implícita e por isso, encoberta, de que para o OESP e o Grupo Estado era uma luta entre o bem e o mal, entre civilização e barbárie, do Ocidente x Oriente, um certo tipo de “choque de civilizações”, ideia que estava emergindo naquele momento (com o final da Guerra Fria e crise na União Soviética), nos Estados Unidos, e que seria abordada em 1993, por Samuel Huntington, num artigo publicado na revista “*Foreign Affairs*”, de 1993, e depois se transformou em livro, em 1996, quando publicou a obra “*The Clash of Civilizations and the Remaking of World Order*”, publicado no Brasil em 1997 (HUNTINGTON, 1997).

Observa-se que a ameaça já não é mais a União Soviética e o socialismo, mas novos inimigos e o problema naquele momento e depois não será mais o Conflito Leste x Oeste, socialismo x capitalismo, mas o choque de civilizações (HUNTINGTON, 1997).

Ainda de acordo com o editorial, Saddam, como o OESP também fez, é demonizado pela Folha de São Paulo:

Só o mais incorrigível dos oportunistas pode, decerto, utilizar estes paradoxos como justificativa para a investida prepotente e Saddam Hussein só o fanatismo cego ousaria tingir um ditador autoritário, protagonista de massacres hediondos dentro e fora de seu país, com as cores de paladino da justiça, da moral e da redenção. Mas deixar de registrá-los equivaleria a fechar os olhos a um panorama em que sobrevive um espaço perigoso para o exercício de insuportáveis hegemonias de potências mundiais. Ao equilíbrio de terror da Guerra Fria parece assim seguir-se um desequilíbrio não menos tenebroso; é isso que cabe questionar.⁶²

Como se verificou acima, Saddam é bastante criticado e colocado como fanático, autor de massacres, ditador e autoritário. A Folha de São Paulo também realizou o processo de demonização de Saddam Hussein, mas diferentemente de OESP, criticou a ação dos Estados Unidos, quando no trecho se encontra escrito “exercícios de insuportáveis hegemonias de potências mundiais”, sem dúvida teceu crítica aos Estados Unidos e o fato de que com o fim da Guerra Fria, ocorreu um desequilíbrio perigoso na ordem internacional.

Essas críticas do jornal Folha de São Paulo provavelmente demonstram mais uma vez o caráter aparentemente ambíguo de sua história, pois é um jornal que defende o capitalismo, a liderança dos Estados Unidos, a democracia, os valores liberais para as relações internacionais, além de defender o respeito a ONU e as regras internacionais.

⁶² Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Guerra oculta o fracasso na economia”, São Paulo, 27 de janeiro de 1991, Capa.

Isso não impediu a Folha de apoiar ditaduras, e de implantar o Projeto Folhas de caráter empresarial com nuances autoritárias nas suas redações, na década de 1980, sob a roupagem da defesa da liberdade de expressão e de contemplar as mais variadas correntes políticas e ideológicas de direita à esquerda, no jornal Folha de São Paulo (TASCHNER, 1992).

Ocorre que também existe o fato de que a Folha tinha, no Oriente Médio, um correspondente próximo ao front, no Kuwait, que foi José Arbex, que procurou várias vezes trazer uma visão diferente do que era veiculada pela própria Folha e OESP, por exemplo.

Arbex foi editor de exterior do jornal *Folha de São Paulo* e procurava selecionar fotos de pessoas do lado árabe, mas quase não existiam. Segundo ele:

(...) Os árabes eram apresentados apenas como uma ideia, um conceito ameaçador. Isso explica, aliás, porque tantos acreditaram que “ninguém morreu” na Guerra do Golfo. Os árabes já haviam sido culturalmente eliminados, antes de serem fisicamente exterminados (ARBEX JÚNIOR, 2001, p.117).

De acordo com Arbex milhões de pessoas acreditam que praticamente não existiram mortes, de que foi uma “guerra limpa” (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Essa situação relatada por Arbex ratifica que foram feitas representações para explicar a Guerra do Golfo, por meio da ideia de conflito de civilizações, à época (ARBEX JÚNIOR, 2001).

Outra questão importante relacionada ao processo de demonização de Saddam, do Iraque e dos árabes, foram as posturas do jornal Folha de São Paulo sobre a ONU.

O Editorial da Folha de São Paulo de 16 de janeiro de 1991, sobre a impotência da ONU diante do desejo dos Estados Unidos e Reino Unido de irem à guerra.

Vitimada pela impotência habitual, nada pôde a ONU fazer para se opor ao veto taxativo de norte-americanos e ingleses. Ainda que não surpreenda, é sempre consternador observar que, após um breve instante em que se esboçava o fortalecimento das instâncias multinacionais, a organização se veja novamente à margem de acontecimentos decisivos.⁶³

⁶³ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Impasse”, São Paulo, 16 de janeiro de 1991, p. A-2.

Percebe-se, uma valorosa crença do grupo Folhas na atuação das Nações Unidas e no comportamento, por consequência, dos Estados Unidos no conflito. Contudo, tal percepção foi se diluindo com o tempo devido ao desenrolar da guerra:

Conforme Cuéllar, o Conselho é informado das ações militares apenas depois de realizadas; não há envolvimento algum da ONU, nem por meio da coordenação das forças anti-Iraque, nem pela intervenção direta. Inexistem, portanto, garantias de que certos requisitos estejam sendo efetivamente respeitados; há dúvidas se os ataques maciços a cidades iraquianas são mesmo para libertar o Kuwait – objetivo teórico da guerra.⁶⁴

No editorial acima a Folha chegou a colocar em dúvida quais eram os outros interesses escondidos dos Estados Unidos na Guerra do Golfo.

Apesar de defender a ONU, a Folha observa que tal organização não chefia e nem comanda as operações. Ela acaba fazendo especulações, pois os ataques maciços contra o Iraque era para derrubar Saddam também.

Enfim, a questão da demonização de Saddam, árabes e Oriente serviu aos propósitos da guerra para conseguir o apoio da população e, assim, apoiar uma guerra rápida, limpa, em que indiretamente representa a tecnologia como uma das protagonistas da guerra.

De acordo com Douglas Kellner existem basicamente três estratégias utilizadas pela mídia para trabalhar a guerra e garantir o apoio da população: a) demonizar Saddam Hussein e associar os iraquianos a terroristas; b) incentivar o patriotismo dos estadunidenses; e, c) utilizar apenas fontes oficiais para cobrir a guerra, criando a ideia de consenso e de que a guerra é legítima (KELLNER, 2001, p. 254).

É o que aconteceu por parte dos jornais brasileiros “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” ao tratar de Saddam em seus editoriais.

⁶⁴ Editorial/Opinião da Folha de São Paulo “Guerra sem ONU”, São Paulo, 13 de fevereiro de 1990, p. A-2.

Considerações Finais

O processo de transformações militares e de desenvolvimento de novas tecnologias militares e como esta se tornou a grande aposta dos Estados Unidos foi fundamental para a guinada que fez na década de 1980. Nesse sentido, a desastrosa intervenção estadunidense no território vietnamita e a posterior Síndrome do Vietnã foram decisivas para que o Departamento de Defesa e o governo dos Estados Unidos iniciassem uma série de transformações militares na estrutura de Defesa, desenvolvimento de alta tecnologia militar, criação do TRADOC, fortalecimento da DARPA, mudança no Perfil de Força, estratégia de compensação de Carter, criação do SDI, elaboração da doutrina Weinberger, Lei Goldwater-Nichols e a criação da Força Delta.

Isso causou a necessidade de se elaborar uma nova doutrina de defesa e de política externa em que a tecnologia conquistou relevância ainda maior, além de contemplar várias outras transformações militares que ocorreram nas Forças Armadas dos Estados Unidos, desde meados da década de 1970 até 1991. As transformações militares e as novas tecnologias militares causaram a formação da Doutrina Powell.

Daí a necessidade de se elaborar nova doutrina que contemplasse essas mudanças e fizesse da tecnologia um dos seus pontos mais importante, senão o mais importante. A Doutrina Powell teve como grande teste a Guerra do Golfo que também foi estudada, mas em termos gerais.

Assim sendo, a trajetória das mudanças e criação de novas tecnologias militares deram origem a uma nova Doutrina, a Powell, que foi aplicada na Guerra do Golfo. Esta foi exitosa sob o ponto de vista de seus objetivos, apesar dos problemas na estratégia e no emprego das armas, bem como as baixas numerosas do lado iraquiano e a duração da guerra que foi maior do que o previsto, mas foi uma guerra que seguiu o modelo tradicional intensivo em poder de fogo.

Parte substancial da base da sua doutrina de guerra, Powell se inspirou nas visões do antigo secretário de Defesa dos Estados Unidos Caspar Weinberger além, é claro, de sua própria experiência no Vietnã, já citada anteriormente. O objetivo nessa guerra não era rivalizar com o poder miliar do Iraque, mas esmagá-lo de forma dura, rápida e inquestionável com aviões, armas, munições guiadas e alta tecnologia. A guerra precisaria ser curta e rápida e a vitória certa o que mudou a ideia anterior de política de proporcionalidade, muito restrita

em razão do medo da escalada da guerra, que levou os Estados Unidos, na Guerra do Vietnã, a ter muitas baixas e ter resultados políticos ruins.

A análise breve do chamado *american way of journalism* (modelo estadunidense de jornalismo) foi fundamental para compreender a ideia de imparcialidade, de busca pela “verdade”, de isenção que os jornais “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo” preconizam em seus editoriais e em sua história. Ficou evidente de que tais preceitos encontrados e defendidos pelos mencionados periódicos são oriundos do jornalismo estadunidense que os influenciou ao longo de suas respectivas trajetórias históricas.

No entanto, não podemos nos esquecer de que são empresas privadas antes de tudo, que possuem interesses econômicos e políticos, além de representarem setores das sociedades paulistana, paulista e brasileira. Suas visões sobre um fato histórico ou acontecimento são recortes que podem ser manipulados, enviesados, direcionados para fins distantes da busca pela “verdade”, pela notícia e pela imparcialidade.

Como a Guerra do Golfo é conhecida como um conflito tecnológico, sem entrar no mérito se foi ou não mesmo, trabalhou-se e verificou-se nas fontes jornalísticas, no caso os editoriais de dois grandes jornais de circulação nacional, “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”, que construíram uma visão da tecnologia militar como sendo uma das protagonistas da Guerra do Golfo, confirmando a hipótese inicial da pesquisa.

Também se observou que as transformações da tecnologia militar que mudaram substancialmente a estrutura do Departamento de Defesa, os equipamentos militares, as tecnologias bélicas e o entendimento para se vencer uma guerra nos Estados Unidos só teriam com o emprego maciço de tecnologia e o apoio da opinião pública, por meio de censura, controle da informação e restrições ao acesso da imprensa ao front.

Assim, por um lado, o número de baixas diminuiria para os Estados Unidos em virtude do uso intenso da tecnologia demonstrado ao longo da tese. Por outro lado, o horror, a destruição, a ferocidade, as mortes e o derramamento de sangue típicos de qualquer conflito seriam “amenizados”, por meio do controle do acesso às informações, censura e veiculação da ideia de que a guerra, agora, seria mais tecnológica, rápida, com poucas baixas e destruição, que impactaram a imprensa. Esta, por sua vez, foi um importante elemento na construção da legitimidade da Guerra do Golfo, seja na esfera interna dos Estados Unidos, seja na esfera internacional, como no caso do Brasil e seus jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”.

Tais jornais construíram a visão de que se tratava, em termos gerais, de uma guerra “limpa”, com poucas baixas em ambos os lados (que no caso iraquiano, como foi visto, não é real), pois a maior parte das notícias internacionais veiculadas por eles foram compradas das agências de notícias ocidentais, praticamente um oligopólio midiático que controla até hoje a maior parte do que é produzido em termos noticiosos internacionalmente. Ademais, mesmo os dois periódicos brasileiros tendo enviado jornalistas, no caso José Arbex e William Waack, estes tiveram muitos problemas e dificuldades para cobrir o conflito em virtude de censura e dificuldade de chegar ao front.

O jornalista José Arbex trabalhou para a Folha de São Paulo durante o conflito, mas estava baseado no Kuwait e não no Iraque. Já William Waack trabalhou para O Estado de São Paulo e durante a Crise do Golfo, entre agosto e janeiro de 1991, ele esteve em Bagdá, no Iraque, mas durante a Guerra enfrentou dificuldades para cobrir a guerra no solo iraquiano, só retornando ao país quando o conflito já estava praticamente definido, sendo até sequestrado nesse momento por soldados iraquianos. Isso também trouxe aspectos diferenciados para os editoriais e suas representações de mundo. Inclusive a Folha de São Paulo chegou a criticar algumas vezes os Estados Unidos e a sua ideia de guerra “limpa”.

Deve-se apontar também que o Brasil, em termos gerais, não tem grande tradição de cobertura jornalística de conflitos internacionais, pois cobri-los requer alto grau de investimento, logística, equipamentos e pessoal o que, por si só, restringi a atuação dos meios de comunicação brasileiro como os jornais, por exemplo.

Por fim, há que se ressaltar que as visões que os jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, por meio dos seus editoriais, construíram sobre a Guerra do Golfo, principalmente sobre a tecnologia militar, foram algumas vezes diferenciadas outras convergentes sobre o tema.

Sobre a construção dos textos pelos dois jornais sobre o tema, surgiu uma diferença básica na abordagem. O discurso textual, a forma da “Folha de São Paulo” fazer se apresentou de forma mais conjuntural e pontual, com muitos temas, frente ao desenvolvimento da guerra. Já o “O Estado de São Paulo” expos uma visão mais consolidada, monolítica, compacta e estrutural sobre a questão de como representou a tecnologia.

No caso de “O Estado de São Paulo” seu posicionamento editorial foi pautado e articulado por princípios liberais que diz defender, o que muitas vezes não o fez, por exemplo, criticar os Estados Unidos. Já a “Folha de São Paulo”, mesmo com uma visão liberal utilizou

de pressupostos outros que não fossem os liberais, possuindo maior flexibilidade de interpretação, mesmo tendo histórico dúbio pra dizer o mínimo.

Os dois jornais, por meio dos seus editoriais, construíram uma visão de que a tecnologia militar foi uma das protagonistas da guerra, pois entendiam que a guerra já estava ganha pelos Estados Unidos antes mesmo de começar, devido à sua superioridade tecnológica e mesmo que a ideia de guerra limpa tenha tido problemas, e os teve, e de que a guerra não foi rápida como se esperava, ela foi vitoriosa para os Estados Unidos quando colocou em ação a Doutrina Powell e a Operação Tempestade do Deserto.

Conclui-se, que apesar do discurso editorial de defesa da imparcialidade, da busca pela “verdade”, de isenção dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Folha de São Paulo”, oriundos do *american way of journalism*, eles devem ser entendidos como empresas privadas e sujeitos históricos que agem em defesa de interesses setoriais, econômicos, ideológicos e políticos, sejam dos próprios donos, de grupos elitistas, de grupos econômicos e de ideias.

Fontes Primárias

Folha de São Paulo, material jornalístico (editoriais) do período de 01º de janeiro 1991 a 15 de março de 1991.

O Estado de São Paulo, material jornalístico (editoriais) do período de 1º de janeiro de 1991 a 15 de março de 1991.

Artigo “Videogame” oculta vítimas de Bush e Saddam no jornal *Folha de São Paulo*, de 20 de janeiro de 1991, Caderno Especial, p. 7.

DARPA. **50 years of Bridging the Gap**. 2008. Disponível em: http://www.darpa.mil/About/History/First_50_Years.aspx#DARPA: 50 Years of Bridging the Gap. Acessado em: 20 de outubro de 2022.

GLASPIE, April. Gulf War: US Embassy Baghdad to Washington (Saddam's message of friendship to George Bush). Washington: Department of State, julho de 1990 (telegrama).

Relatório: IKLE, Fred C.; WOHLLETTER, Albert (co-presidentes). “Discriminate Deterrence: Report of the Commission on Integrated Long-term Strategy to the Secretary of Defense”, Washington, D.C.: US Government Printing Office, 1988.

WEINBERGER, Caspar W. **The Uses of Military Power**. Washington: National Press Club, November 28, 1984. Disponível em: <<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/military/force/weinberger.html>>. Acesso 27 setembro 2022.

Referência Bibliográfica

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ADORNO, T.W. Televisão, consciência e indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional e EDUSP, 1971.

ALI, Tariq. **A nova face do império: os conflitos mundiais do século XXI em entrevistas a David Barsamian**. DUARTE, Barbara (trad.). Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. **Bush na Babilônia: a recolonização do Iraque**. MEDINA, Maria Beatriz de (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Confronto de fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade**. CALADO, Alves (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2002.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. ONU e o Fim da Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 633-634.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

ANDERSON, Perry. **A política externa norte-americana e seus retóricos**. KORMIKIARIS, Georges (trad.). 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

“AO VIVO DE BAGDÁ: GUERRA DO GOLFO”. **Revista Grandes Guerras**. São Paulo: Abril, Ed. 9. p. 23 – 43, janeiro 2006.

AQUINO, Rubim Santos Leão de. Suez (Crise de). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 865-866.

ARBEX JÚNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARNETT, Peter. **Ao Vivo do Campo de Batalha: do Vietnã a Bagdá, 35 anos em zonas de combate**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. BATH, Sérgio (trad.). 1ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

ARRAES, Virgílio Caixeta. Guerra do Golfo: a crise da nova ordem mundial. *In: Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, Jun. 2004, vol.47, no.1, p.112-139. ISSN 0034-7329

ARRIGHI, Giovanni. **O Longo Século XX**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1994.

ASSIS, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução**. Goiânia: Editora UFG, 2010.

ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema a serviço do Golpe (1962-1964)**. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2001.

ATTUCH, Leonardo. **Saddam, o amigo do Brasil: a história secreta da conexão Bagdá**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

AVILA, Rafael; RANGEL, Leandro de Alencar. **A Guerra e o Direito Internacional**. Belo Horizonte: Del Rey Editora, 2009. (Coleção Para Entender).

AYERBE, Luis Fernando. O Ocidente e o “resto”: argumentos culturais da nova ordem mundial. In: **Estados Unidos e América Latina: a construção da hegemonia**. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p. 17-43.

_____. (org.). **De Clinton a Obama: políticas dos Estados Unidos para a América Latina**. São Paulo: Editora UNESP; Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV, 1996. pp. 401-439.

BACEVICH, Andrew J. **The New American Militarism: How Americans Are Seduced by War**. Oxford, New York: Oxford University Press, 2005.

BADELL, Pepa; LUPO, Rogelio Garcia; HERRERA, Pablo; [et al]. **Las Tramas Secretas de la Guerra del Golfo**. Barcelona-España: Ediciones B, 1990. (Serie Reporter).

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **La Guerra del Golfo no ha tenido lugar**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1991.

BAYILIN, Bernard. **As origens ideológicas da Revolução Americana**. RAPUCCI, Cleide (trad.) Bauru-SP: EDUSC, 2003.

BEAUFRE, André. **Introdução à Estratégia**. ARARIPE, Luiz de Alencar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

BECKER, Jean-Jacques. **1914: comment les français sont entres dans la guerre**. Paris: Presses de la Foundation Nationale des Sciences Politiques, 1977.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Doutorado em História Social, do Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Ciências Humanas, da Universidade de Brasília (UNB), 2009.

BERTONHA, João Fábio. Temas de política internacional para historiadores: A crise do Golfo Pérsico em 1991. In: **História e Ensino**. Londrina, 1996(2): pp.113-128.

_____. A Doutrina Rumsfeld: Novo paradigma da guerra moderna?. In: **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, set/out/nov/dez 2003, ano LXXXIX, n. 797: pp.178-181.

_____. Guerra do Golfo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 405-406.

BLACKWELL, James. **Tempestade no Deserto: as Estratégias e Táticas da Guerra do Golfo Pérsico**. VARGAS, Berilo; FRANÇA, Jamari. (trads.). Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 1991.

BLIX, Hans. *Desarmando o Iraque*. GONÇALVES, Luiz Roberto M.; AKEMI, Áurea (trads.). São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador**. TELLES, André (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BODANSKY, Yossef. **Bin Laden: o Homem que Declarou Guerra à América**. LUIZ, Helena (trad.). 1ª Ed. São Paulo: Ediouro, 2002.

BOOT, Max. The New American Way of War. **Foreign Affairs**, 01 Julho 2003. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2003-07-01/new-american-way-war>>. Acesso em: 31 de janeiro de 2023.

BRANT, Celso. **A Guerra do Golfo Pérsico e o Futuro do Petróleo no Mundo**. Rio de Janeiro: Editora da Mobilização Nacional, 1992.

BRENER, Jayme. **Ferida Aberta: o Oriente Médio e a Nova Ordem Mundial**. 3ª ed. São Paulo: Atual Editora, 1993. (Coleção História Viva).

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard: American Primacy and Its Geostrategic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

BUENO, Mauro B. **Afeganistão: a Guerra em nome de Allah**. São Paulo: Ícone, 2002.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BUSH, George Walker. **Momentos de decisão**. DUARTE, Barbara (trad.). Barueri-SP: Novo Século Editora, 2012.

BYERS, Michael. **A Lei da Guerra: Direito Internacional e Conflito Armado**. MARQUES, Clóvis (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2007.

CAMARGO, Julia Faria. **Mídia e Relações Internacionais: lições da invasão do Iraque em 2003**. 1ª ed. Curitiba: Juruá, 2011. (Coleção Relações Internacionais).

CANEPA, Beatriz; OLIC, Nelson Bacic. **Oriente Médio e a Questão Palestina**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Polêmica).

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. **O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena; DUTRA, Eliana Regina Freitas de. “Representação política: reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira”, in CARDOSO, Ciro Flamarion Santana e MALERBA, Jurandir (organizadores). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papirus Editora, 2000, Coleção Textos do Tempo, pp. 228 – 238

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: EDUSP/Contexto, 1988.

_____. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista, 1920-1945**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARLOS, Newton. **Bush e a doutrina das guerras sem fim**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

CARRUTHERS, Susan L. **The Media at War: communication and conflict in the 20th Century**. Palgrave Macmillan, 1999

CARVALHO, Anabela. O Iraque nas televisões europeias: representações da Segunda Guerra do Golfo. In: **Revista Repositório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho**. Braga-Portugal, 2004. pp. 1-24.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. MAJER, Roneide Venâncio (trad.) 6ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Volume I

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. **Da História Militar à 'Nova' História Militar**.

CEPIK, Marco; MACHADO, Felipe. **O Comando do Espaço na Grande Estratégia Chinesa: Implicações para a Ordem Internacional Contemporânea**. Carta Internacional, v. 6, n. 2, 112-131, 2011.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A Ditadura Militar e a Grande Imprensa: Os Editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe. **Questões para a história do presente**. COHEN, Ilka Stern. Bauru-SP: EDUSC, 1999.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. RIBEIRO, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **Novas e Velhas Ordens Mundiais**. COUTINHO, Paulo Roberto. São Paulo: Scritta, 1996 (Coleção Clássica).

_____. **Rumo a uma Nova Guerra Fria: Política Externa dos Estados Unidos, do Vietnã a Reagan**. MARQUES, Clóvis (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2007.

_____. **Iraque, Assalto ao Oriente Médio**. BARRADAS, Ana (trad.). Lisboa, Portugal: Antígona, 2003.

CLARKE, Richard A. **Contra todos os inimigos: por dentro da guerra dos EUA contra o terror**. DUARTE, Claudia Gerpe (trads.) [et al]. São Paulo: Francis, 2004.

COCKBURN, Andrew; COCKBURN, Patrick. **Saddam Hussein: renascido das cinzas. Como a prepotência e os equívocos dos Estados Unidos fortaleceram o ditador iraquiano**. SANDOVAL, José Adriano; MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (trads.). São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

COMBAT, Flavio Alves. **Hegemonia e contradições no sistema monetário e financeiro internacional: as consequências da Guerra do Vietnã (1965-1975) e da Guerra do Iraque (2003-em curso) para a sustentação do dólar como moeda central do sistema internacional**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada (Instituições e Formas Políticas), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2007.

COSTA, Darc. Guerras Assimétricas. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 424-426.

CREVELD, Martin Van. **Technology and War: from 2000 B.C. to the present**. New York: The Free Press, 1991.

DARWISH, Adel; ALEXANDER, Gregory. **Guerra do Golfo: A História Secreta da Guerra de Saddam**. MAFRA, Isabel; Bento, Maria João; HORTA, Silva [et al]. 2ª Ed. Portugal: Publicações Europa-América, 1991.

DEAN, John W. **Pior que Watergate: a presidência secreta de George W. Bush**. ARATA, Aurea Akemi; GARCIA, Marina Petroff; SADOWSKIJ, Natalia Petroff (trads.). São Paulo: Francis, 2004.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2011.

DENAUD, Patrick. **Iraque, a guerra permanente: entrevistas com Tarek Azis. A posição do regime iraquiano**. MENENDEZ, Maria Inês (trad.). Rio de Janeiro: Qualitymark, 2003.

DORNELES, Carlos. **Deus é inocente: a imprensa não**. São Paulo: Globo, 2003.

DOSI, G.; PAVITT, K.; SOETE, L. **The Economics of Technical Change and International Trade**. Hertfordshire, Grã-Bretanha: Harvester, Wheatsheaf, 1990.

DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; MENDES, Ricardo (orgs.). **Estados Unidos: a supremacia contestada**. São Paulo: Cortez, 2003.

DRIVER, Stephanie Schwartz. **A Declaração da Independência dos Estados Unidos**. PESSOA, Mariluce (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo Império Perecerá. Teoria das Relações Internacionais**. MAGALHÃES, Ane Lize Spaltemberg S. (trad.). Brasília: Editora UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

DWYER, Jim; FLYNN, Kevin. **102 Minutos: a História Inédita da Luta pela Vida nas Torres Gêmeas**. OLIVEIRA, Maria Lucia (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FARES, Seme Taleb. **O pragmatismo do petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque**. Curitiba: Juruá, 2009. (Coleção Relações Internacionais).

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERGUSON, Niall. **Colosso: Ascensão e Queda do Império Americano**. CAVALLARI, Marcelo Musa (trad.). São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.

FERRAZ, Francisco César Alves. História Militar e História Social. **Anais do I Seminário Internacional de História, da Universidade Estadual de Maringá**. Maringá, outubro de 2003: p. 620-628.

FERREIRA, Argemiro. **O Império contra-ataca. As guerras de George W. Bush, antes e depois do 11 de Setembro**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FINER, Samuel. State- and Nation-Building in Europe: The Role of the Military. In: TILLY, Charles (org). **The Formation of National States in Western Europe**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1975. Cap. 2, p. 84-163.

FINO, Carlos. **A guerra ao vivo. Afeganistão: a primeira guerra do século XXI. Oriente Médio: Perpétua dança da morte. Iraque: crônica de uma guerra anunciada**. São Paulo: Verbo, 2003.

FIORI, José Luis (org.). **O poder americano**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.

FONSECA, Francisco. **O Consenso Forjado**. São Paulo: Hucitec, 2005.

FONTENELLE, Paula. **Iraque: a guerra pelas mentes**. São Paulo: Editora Sapienza, 2004.

FRANKEN, Al. **Mentiras e os grandes mentirosos que as contam: uma visão imparcial e equilibrada da direita**. GONÇALVES, Luiz Roberto Mendes; COSTA, Thaís (trads.). São Paulo: Francis, 2004.

FRIEDMAN, George; FRIEDMAN, Meredith. **Poder mundial: a tecnologia e o domínio dos Estados Unidos no século XXI**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009.

FROMKIN, David. **Paz e Guerra no Oriente Médio: a queda do Império Otomano e a criação do Oriente Médio moderno**. CARNEIRO, Teresa Dias (trad.). Rio de Janeiro: Contraponto Editora, Biblioteca do Exército, 2011.

FUKUYAMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **O Dilema Americano: democracia, poder e o legado do neoconservadorismo**. MONTIGELLI JUNIOR, Nivaldo (trad.). Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

GENTILI, Alberico. **O Direito de Guerra**. MIORANZA, Ciro (trad.). 2ª Ed. Ijuí-RS: Ed. Unijuí, 2006. (Coleção Clássicos do Direito Internacional).

GÓES, Eda. **Relações entre Cidadania e Violência Caracterizada. Representações da Polícia Paulista**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências e Letras, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 1998.

GOLDWIN, Robert A.; SCHAMBRA, William A. (eds.). **A Constituição Norte-Americana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

GONÇALVES, Leandro José Clemente. **A Revolução em Assuntos Militares no Contexto da Guerra de Secessão (1861-1865)**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Julio de MesquitaFilho” (UNESP), Franca, 2015.

GORDON, Michael R.; TRAINOR, Bernard E. **Iraque: um conflito polêmico**. VIEIRA, Gleuber (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2010.

GRAY, Colin S. Irregular Enemies and the Essence of Strategy: Can the American Way of War Adapt? **U.S. Army War College: Strategic Studies Institute, March 2006**. Disponível em: <<http://www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/download.cfm?q=650>>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

GRIECO, Francisco de Assis. **A supremacia americana e a Alca**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003

GRIFFITHS, Martin. **50 Grandes Estrategistas das relações internacionais**. CASTRO, Vânia de (trad.). São Paulo: Contexto, 2004.

GRILO, Sheila Vieira de Camargo. **A produção do real em gêneros do jornal impresso**. São Paulo: Humanitas, 2004.

GUERRA, Paulo; CURRAL, Luis. **Guerra do Golfo: a resposta a todas as perguntas**. 1ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1991.

HABERMAS, Jürgen. **Passado como futuro**. SIEBENEICHLER, Beno (trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993. (Coleção Biblioteca Tempo Universitário – Série Estudos Alemães).

HACKER, Barton C.; VINING, Margaret. **American Military Technology: The life story of a technology**. Baltimore – Maryland: Johns Hopkins University Press., 2006.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. SOBRAL, Sobral; GONÇALVES, Maria Stela (trads.). 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005 pp. 31-76.

HERSH, Seymour M. **Cadeia de comando. A guerra de Bush do 11 de Setembro às torturas de Abu Ghraib**. ARATA, Áurea Akemi; GARCIA, Marina Petroff; MORONI, Andréia (trads.). Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

HIRO, Dilip. **Iraq in the Eye of the Storm**. New York: Nation Books, 2002, p.33-34.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. SANTARRITA, Marcos (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. CAMPOS, Sieni Maria; TOLEDO, Yolanda Steidel de (trads.). 9ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Tempos Interessantes: Uma vida no século XX**. DUARTE, S. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Sobre História**. MOREIRA, Cid Knipel (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOUSE, Jonathan M. **Combinação das armas: a guerra no século XX**. Solucion Consult Idiomas (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008.

HUNDLEY, Richard O. **Past Revolutions, Future Transformations: What can the history of revolutions in military affairs tell us about transforming the U.S. Military?** Washington: RAND, 1999.

HUNT, Lynn. **A invenção dos direitos humanos: uma história**. EICHENBERG, Rosaura (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

ISRAEL, Fred I. **Kissinger**. ROMEIRO, Sidnei Leon (trad.). São Paulo: Editora Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Grandes Líderes).

ITUASSU, Arthur. Política Externa Norte-Americana até 1939. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 693-694.

_____. **Quem Tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp e Hucitec., 1998.

JOHNSON, Chalmers. **Blowback: os custos e as consequências do império americano**. CASOTTI, Bruno (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2007.

JORGE, Bernardo Wahl Gonçalves de Araújo. **As Forças de Operações Especiais dos Estados Unidos e a Intervenção no Afeganistão: Um Novo Modo de Guerra Americano?** Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “San Tiago Dantas”, da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

JOXE, Alain. As doutrinas estratégicas transformadoras para a tecnologia. In: WITKOWSKI, Nicolas (Org.) **Ciência e Tecnologia Hoje**. São Paulo: Ensaio, 1995.

JUNQUEIRA, Mary A. **4 de Julho de 1776: Independência dos Estados Unidos da América**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Lazuli Editora, 2007. (Série Rupturas).

KAGAN, Frederick W. **Finding the Target: The Transformation of American Military Policy**. New York: Encounter Books, 2006.

KARNAL, Leandro [et al]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Estados Unidos: a formação da nação**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. (Coleção Repensando a história).

KATZ, E. **The end of journalism? Notes on watching the war**. Journal of Communication, 1992, vol. 42, n.º 3, pp. 5-13.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. SOARES, Pedro Maia (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. John. **A Guerra do Iraque**. ANDRADE, Laís (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

_____. John. **Inteligência na guerra: conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al Qaeda**. DUARTE S. (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2006

KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru: Ed. USC, 2001. p. 254.

KISSINGER, Henry A. **Precisará a América de uma Política Externa? Para uma diplomacia do Século XXI**. O'BRIEN, Fernanda; SIMÕES, Jorge; FILIPE, Lucília; FIGUEIREDO, Maria José (trads.). Lisboa: Gradiva, 2003.

_____. **O Julgamento de Kissinger**. FRANÇA, Adelina (trad.). 1ª Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

KNIGHT, Amy. **Como começou a Guerra Fria: O caso Igor Gouzenko e a caçada aos espões soviéticos**. DUARTE, Carlos (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2008.

KNOX, MacGregor. MURRAY, Williamson. **The Dynamics of Military Revolution, 1300-2050**. Cambridge University Press, 2008, pp. 02-03.

KRAUTHAMMER, Charles. What Happened to the Powell Doctrine? **The Washington Post**, April 20, 2002.

KRISTSCH, Raquel. **Soberania: a construção de um conceito**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

KRUGMAN, Paul. **A desintegração Americana: EUA perdem o rumo no século XXI**. BITTENCOURT, Renato (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2006.

KUBÁLKOWA, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (eds.). **International Relations in a Constructed World**. New York and London: M.E.Shape, 1998.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.

KUHN, Adriana S. **A História dos Correspondentes Brasileiros de Guerra e sua Relação com o Poder Estatal e Militar**. Novo Hamburgo: Rede Alcar, anais do 3º Encontro, 2005

KUPCHAN, Charles A. **The Persian Gulf and the West: The Dilemmas of Security**. Boston: Allen & Unwin, 1987.

LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LEGOFF, Jacques. **A História nova**. BRANDÃO, Eduardo (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LAYNE, Christopher. From Preponderance to Offshore Balancing: America's Future Grand Strategy. **International Security**, v. 22, n. 1, pp. 86-124, 1997.

LENZ, Sidney. **A fabricação do império Americano. Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos**. OLIVEIRA, Maria Lucia (trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LITTLE, Douglas. **American Orientalism: The United States and the Middle East since 1945**. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2004.

LOPES, Rodrigo. **Guerras e Tormentas**. 1ª ed. Porto Alegre: Edições Besouro Box, 2011.

LUCA, Tânia Regina. **A história dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

LUKACS, John. **Uma Nova República: História dos Estados Unidos no Século XX**. GALANTE, Vera (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

McCORMICK, Thomas J. **America's Half-Century: United States Foreign Policy in the Cold War and After – Second Edition**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1995.

MAGNOTTA, Fernanda Petená. **Porque as Ideias Importam: a Crença no Excepcionalismo Americano como Guia de Formulação das “Grandes Estratégias” dos Estados Unidos no Alvorecer da Superpotência**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais “Santiago Dantas” (UNESP-UNICAMP-PUC/SP), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2013.

McCULLOUGH, David G. **1776: a história dos homens que lutaram pela Independência dos Estados Unidos**. VALENTE, Roberto Franco (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MAGNOLI, Demétrio (org.). **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.

MAHNKEN, Thomas G. **Technology and the American Way of War since 1945**. Nova Iorque: Columbia Press University, 2008.

MANN, Michael. **O império da incoerência: a natureza do poder Americano**. MEDINA, Maria Beatriz de (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2006.

MATTELART, Armand. **A globalização da comunicação**. PELEGRIN, Laureano (trad.). Bauru: EDUSC, 2000.

_____. **História da Sociedade da Informação**. São Paulo: Loyola, 2002.

MATTOS, Sérgio. **Censura de Guerra: da Crimeia ao Golfo Pérsico**. Salvador: Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado da Bahia, 1991.

MEAD, Walter Russell. **Uma orientação especial: a política externa norte-americana e sua influência no mundo**. LANNES, Ulisses Lisboa Perazzo (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2006.

_____. **Poder, terror, paz e guerra: os Estados Unidos e o mundo contemporâneo sob ameaça**. DUARTE, Barbara (trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

MEARSHEIMER, John. 'Imperial by Design'. **National Interest**, n. 111, January/February, 16-34, 2011.

_____. The British Generals Talk: a Review Essay. **International Security**, v. 6, n. 1, p. 165–184, Summer, 1981.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. O desenvolvimento tecnológico americano no pós-guerra como um empreendimento militar. In: FIORI, José Luis (org.). **O poder americano**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004

MENDES, Larissa de Moraes Ribeiro. **O lugar complexo do leitor no jornalismo contemporâneo: potencialidades, limites, dilemas e o caso do jornal O Globo**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói-RJ, 2012.

“MEIO SÉCULO NA IMPRENSA”. **Revista Ler & Cia**. Curitiba: Livrarias Curitiba, Ed. 15, Ano 3. p. 28, 7 de julho de 2007.

MEYER, Fernando Aparecido de Oliveira. **A Guerra das Malvinas de 1982 na imprensa escrita brasileira**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo (USP), 2004.

MEYER, Michael. **1989: o ano que mudou o mundo. A verdadeira história da queda do Muro de Berlim**. SOARES, Pedro Maia (trad.). Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2009.

MILLER, Judith; MYLROIE, Laurie. **Sadam Hussein e a crise do golfo**. MALUF, Vera. (trad.). 2a Ed. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

MITCHELL, Peter R.; SCHOEFFEL, John (orgs). **Para Entender o Poder: o Melhor de Noam Chomsky**. ALVES, Eduardo Francisco (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

MITTELSTADT, Jennifer. Welfare's Last Stand. **Harvard University Press an Aeon Strategic Partner Essays Online**, 21 September 2015. Disponível em: <https://aeon.co/essays/how-the-us-military-became-a-welfare-state>. Acesso em 20 de novembro de 2022.

MONTEIRO, Fernando. **Armada América: relatos sobre a inquietude do império.** KLESK, Alice; ARATA, Áurea Akemi; DUARTE, Cláudia Gerpe (trads.) [et al]. São Paulo: Francis, 2003.

MOORE, Michael. **Cartas da Zona de Guerra: algum dia voltarão a confiar na América?** São Paulo: Francis, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme; CAPELATO, Maria Helena. **História da Folha de São Paulo (1921-1981).** São Paulo: IMPRES, 1981.

MOWERY, David C.; ROSENBERG, Nathan. **Technology and Pursuit of Economic Growth.** New York: Cambridge University Press, 1995.

MUNHOZ, Sidnei José. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.). **O Século Sombrio: Uma História Geral do Século XX.** Rio de Janeiro: Editora Campus Elsevier, 2004, p. 261-281.

_____. Guerra Fria. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 417-419.

_____. Contenção (Doutrina da). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 170-171.

_____; GONÇALVES, José Henrique Rollo. Détente. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 217-218.

_____. Apontamentos para uma reflexão sobre política imperial e conflitos internacionais relacionados aos Estados Unidos (do final do século XIX ao tempo presente). In: VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 2006, Rio de Janeiro. VI Encontro Nacional de Estudos Estratégicos – apresentação dos Conferencistas. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006. p. 83-96.

_____. Política externa dos EUA e a questão militar no governo George W. Bush. In: XXIV Simpósio Nacional de História (ANPUH), 2007. **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História.** São Leopoldo: Unisinos, 2007.

_____. **A Construção do Império Estadunidense.** In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei José (coords.). *Impérios na História.* Rio de Janeiro: Elsevier, 2009, p. 245-258.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Os Arquitetos da Política Externa Norte-Americana.** São Paulo: EDUC, 2010.

NEUSTADT, Richard E. **Poder presidencial e os presidentes modernos: a política de liderança de Roosevelt a Reagan**. Diamond Promoções Ltda. (trad.). Brasília/São Paulo: ENAP/UNESP, 2008.

NEWMAN, Nathan. **Net loss: internet prophets, private prophets, and the costs to community**. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

OLIVEIRA, Paulo Eduardo. **Para compreender o Islã e os muçulmanos**. Niterói-RJ: Heresis, 2001.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a Articulação de um Novo Paradigma de Segurança Coletiva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: Temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. (Coleção Relações Internacionais e Integração).

_____; RESENDE, Erica Simone Almeida; DINIZ, Eugenio (orgs.). **Os Estados Unidos no mundo atual**. Curitiba: Juruá, 2010.

_____. **Os Estados Unidos: hegemonia e liderança na transição**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Os Estados Unidos e o século XXI**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PHILLIPS, Kevin. **Dinastia Americana: a Aristocracia, a Fortuna e a Política da Fraude na Casa dos Bush**. OLIVEIRA, Alexandrina Aparecida Lopes (trad.) São Paulo: Madras, 2004.

PILAGALLO, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINTO, Maria do Céu de Pinho Ferreira. **“Infiéis na Terra do Islão”: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão**. Coimbra-Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003. (Série Bibliográfica Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas).

_____. **As Nações Unidas e a Manutenção da Paz e as Actividades de Peacekeeping doutras Organizações Internacionais**. Coimbra-Portugal: Edições Almedina, 2007.

PORTER, Patrick. **Sharing Power? Prospects for a U.S. Concert Balance Strategy**. Strategic Studies Institute and US Army War College Press, 2013.

POSEN, Barry; ROSS, Andrew L. Competing Visions for U.S. Grand Strategy. **International Security**, v. 21, n. 3, pp. 5-53, 1996.

POWELL, Collin; PERSICO, Joseph E. **Minha Jornada Americana**. ALBERT, Rosane; BUENO, Tomás Rosa (trads.). São Paulo: Editora Best Seller, 1995.

POWELL, Colin L. U.S. Forces: Challenges Ahead. **Foreign Affairs**, Vol. 71, No. 5, Winter 1992/1993. Disponível em: http://www.cfr.org/publication/7508/us_forces.html>. Acesso 15 fevereiro de 2022.

PROENÇA JÚNIOR, Domício. **O Fazer da Guerra Moderna: o Corpo-de-Exército como Unidade Operacional gênese e superação**. Tese de doutorado apresentada ao Programas de Pós-Graduação em Engenharia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

QUEIROZ, Francisco de Assis. **A Revolução Microeletrônica: pioneirismos brasileiros e utopias tecnocrônicas**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2007.

RAI, Milan. **Iraque: Plano de Guerra. Dez razões contra a guerra ao Iraque**. AGUIAR, Luiz Antonio (trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RAMONET, Ignacio; GRESH, Alain (orgs.). **A desordem das nações**. ALVES, Ephraim Ferreira (trad.). Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

REMOND, René. Algumas questões de alcance geral à guisa de introdução. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta M. **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

REIS, João Arthur da Silva. Impacto da Mudança do Perfil das Forças Armadas sobre a Grande Estratégia dos Estados Unidos (1973-2003). In: **Anais do IX Encontro Nacional da ABED (ENABED): Forças Armadas e Sociedade Civil: Atores e Agendas da Defesa Nacional no Século XXI**. Florianópolis: ABED, 2016. pp. 3-4. Disponível em: http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466355040_ARQUIVO_REIS-ArtigoENABED.pdf. Acesso em 30 de agosto de 2018.

RESENDE, Erica Simone A. **Da Contenção à Prevenção: Reflexões sobre a Legitimidade da Estratégia de Segurança Nacional Norte-Americana do Pós-Guerra Fria**. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Guerras no Afeganistão. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 432-433.

ROJO, Alfonso. **Os maus rapazes de Bagdad: Diário de Guerra**. SALVAÇÃO, Alberto Paes; CARVALHO, Ana; RABAÇA, Ana (trads.) [et al]. Lisboa-Portugal: Editorial Inquérito, 1991.

ROSEMBERG, N & NELSON, R. Technical Innovation and National Systems. In: NELSON, R. **National Innovation Systems: a Comparative Analysis**. Oxford, New York: University Press, 1993.

SADER, Emir. **Século XX: uma biografia não-autorizada. O século do imperialismo**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

SALE, Richard T. **As guerras secretas de Clinton: a evolução de um comandante-em-chefe**. AZEVEDO, Marli Marques; NEGRELLO, Liliana (trads.). Curitiba: Editora Nossa Cultura, 2010.

SANTOS, José Rodrigues. **Em directo da guerra: o impacto da Guerra do Golfo no discurso jornalístico**. *Media & Jornalismo* 3, 2004, pp. 23-8. Disponível em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-02-Jose-Rodrigues-Santos.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

SAYAD, Alexandre Le Voci. **Idade Média: a Comunicação Reinventada na Escola**. São Paulo: Editora Aleph, 2011.

SCHILING, Voltaire. **Ocidente x Islã: Uma teoria do conflito milenar entre dois mundos**. 2ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2003.

SCHLESINGER JÚNIOR, Arthur. *Os ciclos da história americana*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.

SCHOUTZ, Lars. **Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina**. FIKER, Raul (trad.). Bauru, EDUSC.

SCHUBERT, Frank N.; KRAUS, Thereza L. **Tempestade do Deserto: operações da Guerra do Golfo**. FONSECA, Luis Cesar (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

SCHULZINGER, Robert. **American Diplomacy in the Twentieth Century**. Nova York: Oxford University Press, 1990.

SEGRILLO, Angelo. **O Declínio da União Soviética: um estudo das causas**. 2ª ed. Curitiba: Editora Prismas, 2013.

SEMPERE, Carlos Martí. **Tecnología de la Defensa. Análisis de la situación española**. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2006.

SHIMABUKURO, Alessandro. **A Política de Segurança dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2005.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. DUARTE, Denise Jardim (trad.) Petrópolis: Vozes, 2010.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. **Temporalidades em imagens da imprensa: capas de revistas como signos de olhares contemporâneos**. Maringá: EDUEM, 2011.

SILVA, Aline Cáceres Dutra da. **A Hegemonia da Informação: Estudo sobre ética em jornalismo internacional com base na cobertura americana e brasileira da Guerra ao Terror**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à disciplina Projetos Experimentais em Jornalismo, do Departamento de Comunicação do Centro de Educação Comunicação e Artes, da Universidade Estadual de Londrina, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **Correspondente internacional**. São Paulo: Contexto, 2011.

SILVA, Carlos Leonardo Bahiense. Guerra do Vietnã. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 409-412.

SILVA, Fabrício Padilha Pereira da. **Novas Missões e Novas Tecnologias: o Papel do Governo Federal e a Criação da DARPA na Construção da Estratégia de Supremacia em Ciência & Tecnologia&Defesa dos Estados Unidos na Guerra Fria**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas para o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2014.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **O Iraque no Grande Jogo Político Mundial**.

_____.(coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Clinton (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 170-171.

_____. Bush (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 102-105.

_____. Powell (Doutrina). In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (coord.) [et al]. **Enciclopédia de guerras e revoluções do Século XX: as grandes transformações do mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 703-704.

_____. CABRAL, Ricardo Pereira; MUNHOZ, Sidnei José (coords.). **Impérios na História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

SILVA, G. E. do Nascimento e; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 15ª Ed. São Pauo: Saraiva, 2002.

SILVA, Rafael Vieira. **Guerra: derrota da humanidade. Análise do conflito Estados Unidos x Iraque**. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2003.

SILVA, Tatiana Teixeira da. **Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA: arte de pensar o impensável**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2007.

SIMÕES, Edson Emanuel; PERILLO, Eduardo B. F.; MIGUEL, Jair Diniz Miguel. Indústria e militarismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Dinâmica da Economia Mundial Contemporânea**. São Paulo: Stortecchi, 2003.

SINGLETON, John D. **Slaves or Mercenaries? Milton Friedman and the Institution of the All-Volunteer Military**. Center for History of Political Economy Seminar. Duke University, 2014.

SOARES, Jurandir. **Oriente Médio: de Maomé à Guerra do Golfo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1991.

SOARES, Luiz Carlos; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **Reflexões sobre a Guerra**. Rio de Janeiro: Editora 7Letras; FAPERJ, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. 4ª Ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOROS, George. **A bolha da supremacia americana**. MARQUES, Clóvis (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2004.

STEWART JR, Walter S. Exército de Voluntários: Ainda Podemos Reivindicar que é um Sucesso? **Military Review - Edição Brasileira**, Forte Leavenworth, n. 1, p. 26-34, Janeiro-Febrero 2007. ISSN 1067-0653.

TALBOTT, Strobe; CHANDA, Nayan. **A Era do Terror: o mundo depois de 11 de setembro. Reflexões para o futuro**. SERRA, Cristina (trad.). Rio de Janeiro: Campus, 2002.

TASCHNER, Gisela. **Folhas ao Vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TAYLOR, Philip. **War and the Media. Propaganda and Persuasion in the Gulf War**. Manchester & New York: Manchester University Press, 1992.

TRAUMANN, Andrew Patrick. *As Chamas da Revolução: A trajetória do Movimento Social que instaurou uma República Islâmica no Irã*. Londrina: UEL, 2003.

_____. *A Diplomacia dos Petrodólares: Relações do Brasil com o Mundo Árabe (1973-1985)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista (UNESP), câmpus de Assis, 2007.

TEIXEIRA, Carlos Gustavo Poggio. **O pensamento neoconservador em política externa nos Estados Unidos**. São Paulo: Editora UNESP Programa Interinstitucional San Tiago Dantas, 2010.

THOMPSON, Edward P. Intervalo: A Lógica Histórica. In: **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 47-62.

TODD, Emmanuel. **Depois do Império: a decomposição do sistema americano**. MARQUES, Clóvis (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2003.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. 13. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1980.

TOFFLER, Alvin; TOFFLER, Heidi. **Guerra e Anti-Guerra**. TAVARES, Clarisse (trad.). Lisboa: Editora Livros do Brasil-Lisboa, 1994. (Coleção Vida e Cultura).

TOPIK, Steven C. **Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97)**. PESSOA, Angelo (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

TOTA, Antonio Pedro. **O Imperialismo Sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. 3ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Os Americanos**. São Paulo: Contexto, 2009.

UNGER, Craig. **As famílias do petróleo: as relações secretas entre os clãs Bush e Saud**. MEDINA, Maria Beatriz de (trad.). Rio de Janeiro: Record, 2004.

VELLOSO, João Paulo dos Reis; MARTINS, Luciano (coords.)... [et al]. **A Nova Ordem Mundial em Questão**. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

VIDAL, Gore. **Sonhando a Guerra: sangue por petróleo e a junta Cheney-Bush**. SILVEIRA, Ricardo (trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

VIEIRA, Rafael. **Guerra: derrota da humanidade. Análise do conflito Estados Unidos x Iraque**. Aparecida-SP: Editora Santuário, 2003.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. São Paulo: Contexto, 2009.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Oriente Médio e Afeganistão: um século de conflitos**. Porto Alegre: Editora Leitura XXI, 2002. (Coleção Temas do Novo Século).

_____. **Guerra do Vietname**. Rio Grande do Sul: Editor UFRGS, 1988.

_____. **História do Século XX**. 2ª Ed. Porto Alegre: Novo Século, 2000. (Coleção Temas do Novo Século 1).

WAACK, William; MELLO, Hélio Campos. **Mister, you Bagdad: dois repórteres na Guerra do Golfo**. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1991.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo: um retrato**. BRIZIDA, Joubert de Oliveira (trad.). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

WHITTEMORE, Hank. **CNN: A História Real. Como um grupo de sonhadores audaciosos mudou a face do telejornalismo mundial.** NOGUEIRA, Celso (trad.). São Paulo: Editora Best Seller, 1990.

WIGHT, Martin. **A Política do Poder.** DUARTE, Sérgio (trad.) 2ª Ed. Brasília: Editora Universidade oxide Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Clássicos IPRI).

WILLIS, Susan. **Evidências do real: os Estados Unidos pós-11 de Setembro.** FABRIS, Marcos; SOARES, Marcos (trads.). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

WRIGHT, Lawrence. **O vulto das torres: a Al-Qaeda e o caminho até o 11/9.** KORYTOWSKI, Ivo (trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WOODWARD, Bob. **Plano de Ataque.** KNIPEL, Cid. São Paulo: Globo, 2004.

_____. **Bush em Guerra.** MAGALHÃES, Lúcia; SOMASCHINI, Graziella (trads.). São Paulo: Arx, 2003.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro.** DI NATALE, Leila Marina U.; GUIMARÃES, Maria Cristina; GÓES, Maria Cristina L. de (trads.). São Paulo: Paz e Terra, 2010.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. **A Crise no Oriente Médio: a Guerra do Golfo, as Discussões Historiográficas e as Relações Internacionais (1990-1991).** Monografia de Especialização apresentada Curso de Especialização em História Social e Ensino de História, do Departamento de História do Centro de Letras e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2006.

ZHEBIT, Alexander; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (orgs.). **Neoterrorismo: reflexões e glossário.** Rio de Janeiro: Gramma, 2009.